

**CAROLINA ZORZAL NEVES**

***QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA DE CAROLINA MARIA DE JESUS: ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS EM ARTICULAÇÕES***

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Maria Carmen Aires Gomes

Coorientador: Dirceu Magri

**VIÇOSA – MINAS GERAIS  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

N518q  
2023

Neves, Carolina Zorzal, 1997-

“*Quarto de despejo: diário de uma favelada*” de Carolina Maria de Jesus: análise discursivo-crítica dos gêneros discursivos em articulações / Carolina Zorzal Neves. – Viçosa, MG, 2023.

1 dissertação eletrônica (176 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Orientador: Maria Carmen Aires Gomes.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Letras, 2023.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2023.238>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977 - *Quarto de despejo*.  
2. Análise crítica do discurso. I. Gomes, Maria Carmen Aires, 1971-. II. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 22. ed. 401.41


CAROLINA ZORZAL NEVES

**QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA DE CAROLINA MARIA DE JESUS: ANÁLISE DISCURSIVO-CRÍTICA DOS GÊNEROS DISCURSIVOS EM ARTICULAÇÕES**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Letras, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.


APROVADA: 04 de maio de 2023.

Assentimento:

Documento assinado digitalmente  
 CAROLINA ZORZAL NEVES  
Data: 19/12/2023 14:18:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Carolina Zorzal Neves  
Autora

Documento assinado digitalmente  
 MARIA CARMEN AIRES GOMES  
Data: 11/05/2023 10:22:37-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Maria Carmen Aires  
Orientadora

Para José Machado Neves.

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, meus pais, minha irmã Gabriela, minha prima Catarina, meu afilhado Miguel, meus tios e tias, primos e primas, avôs e avós.

À minha avó Romélia.

Aos meus amigos Laura, Jean, Louise, Thiago, e a todos que estiveram comigo nessa caminhada.

Ao meu grupo de pesquisa AFECTO, em especial à minha amiga Xanda.

Aos meus orixás, a Deus e ao Michel pela luz e força.

À minha orientadora Maria Carmen Aires Gomes e ao meu coorientador Dirceu Magri.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa de estudos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio e pela concessão da bolsa de estudos.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação.

*Meu sentimento fala, conversa com a alma  
E a minha mente conclui que eu mereço ser respeitada  
Sou uma mulher de garra, preta de quebrada  
E o conforto que eu tenho é o meu dinheiro que paga  
E seja na favela ou nos prédio eu tô em casa  
[...]*

*Sem nunca depender de um homem pra ter minhas parada  
Faço minha caminhada  
Sou um exemplo vivo de mulher que não se cala*

***Preta da Quebrada  
Flora Matos***

*Que vai de graça pro presídio  
E para debaixo do plástico  
Que vai de graça pro subemprego  
E pros hospitais psiquiátricos  
A carne mais barata do mercado é a carne negra*

***A Carne  
Elza Soares***

*A favela nunca foi reduto de marginal  
Ela só tem gente humilde, marginalizada  
E essa verdade não sai no jornal  
A favela é um problema social  
Sim, mas eu sou favela  
Posso falar de cadeira  
Minha gente é trabalhadeira  
Nunca teve assistência social  
Ela só vive lá  
Porque, para o pobre, não tem outro jeito  
Apenas só tem o direito  
A um salário de fome e uma vida normal*

***Eu Sou Favela  
Bezerra da Silva***

*O dedo  
Desde pequeno geral te aponta o dedo  
No olhar da madame eu consigo sentir o medo  
Cê cresce achando que cê é pior que eles  
Irmão, quem te roubou te chama de ladrão desde cedo  
[...]*

*Então peguemos de volta o que nos foi tirado  
Mano, ou você faz isso ou seria em vão o que os nossos ancestrais teriam sangrado  
[...]*

*Do alto do morro, rezam pela minha vida  
Do alto do prédio, pelo meu fim  
Ladrão*

***Hat-trick  
Djonga***



*Ilustração: @taycabral*

***"Não digam que fui rebotalho, que vivi à margem da vida. Digam que eu procurava trabalho, mas fui sempre preterida. Digam ao povo brasileiro que meu sonho era ser escritora, mas eu não tinha dinheiro para pagar uma editora". (Carolina Maria de Jesus)***

## RESUMO

ZORZAL, Carolina, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, maio de 2023. **“Quarto de despejo: diário de uma favelada” de Carolina Maria de Jesus: análise discursivo-crítica dos gêneros discursivos em articulações.** Orientadora: Maria Carmen Aires Gomes. Coorientador: Dirceu Magri.

A presente pesquisa tem como objetivo problematizar como os gêneros discursivos prefácio, diário e entrevista articulam-se discursivamente na edição popular de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1962). Para isso, utilizamos o método relacional-dialético e transformacional de análise de discurso crítica tal como desenvolvido por Lilie Chouliaraki; Norman Fairclough (1999), com foco na construção do Significado Acional (FAIRCLOUGH, 2003). Outrossim, nos valemos da Teoria Interseccional, do Pensamento Feminista Negro afro-americano (COLLINS, 2017, 2019; DAVIS, 2016; hooks, 1995, 2014, 2018, 2019) e de intelectuais pretas brasileiras (CARNEIRO, 2003, 2005, 2020; EVARISTO, 2005; GONZALEZ, 1982, 1984, 2020; RIBEIRO, 2017). A partir da análise, observamos um agenciamento discursivo e político de Audálio Dantas nos gêneros diário e prefácio, este o primeiro a ser lido, influenciando a leitura da obra como um todo. Ademais, as funções sociais que os gêneros prefácio e entrevista assumem na prática social analisada ressaltam o eixo temático do sucesso mercadológico do livro, sem validar o potencial literário da escritora – que foi exposta a críticas questionando a sua capacidade intelectual e o seu poder criativo. Identificamos, também, a temática da literatura como resistência e fuga para Carolina, que, enquanto escritora de literatura brasileira, mãe, mulher, preta, potente, inteligente e lírica, se tornou inspiração para outras mulheres pretas e resistiu à visão eurocêntrica do cânone literário. Assim, consideramos que os gêneros discursivos em articulação (re)produzem e mantêm práticas hegemônicas racistas, sexistas e classistas, construindo relações assimétricas de poder que atravessam o corpo e os discursos potencialmente ideológicos sobre Carolina Maria de Jesus.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Quarto de Despejo. ADC. Gêneros discursivos. Significado acional.

## ABSTRACT

ZORZAL, Carolina, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, May, 2023. **“Quarto de despejo: diário de uma favelada” by Carolina Maria de Jesus: discursive-critical analysis of discursive genres in articulations.** Adviser: Maria Carmen Aires Gomes. Co-adviser: Dirceu Magri.

The present research aims to problematize how the discursive genres preface, diary and interview are discursively articulated in the popular edition of *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1962). To do this, we use the relational-dialectic and transformational method of critical discourse analysis as developed by Lilie Chouliaraki; Norman Fairclough (1999), focusing on the construction of Actional Meaning (FAIRCLOUGH, 2003). Additionally, we draw on Intersectional Theory, African-American Black Feminist Thought (COLLINS, 2017, 2019; DAVIS, 2016; hooks, 1995, 2014, 2018, 2019) and black Brazilian intellectuals (CARNEIRO, 2003, 2005, 2020; EVARISTO, 2005; GONZALEZ, 1982, 1984, 2020; RIBEIRO, 2017). From the analysis, we observed a discursive and political agency by Audálio Dantas in the diary and preface genres, this being the first to be read, influencing the reading of the work as a whole. Furthermore, the social functions that the preface and interview genres assume in the social practice analyzed highlight the thematic axis of the book's marketing success, without validating the writer's literary potential – who was exposed to criticism questioning her intellectual capacity and her creative power. We also identify the theme of literature as resistance and escape for Carolina, who, as a writer of Brazilian literature, mother, woman, black, powerful, intelligent and lyrical, became an inspiration for other black women and resisted the Eurocentric vision of the literary canon. Thus, we consider that the discursive genres in articulation (re)produce and maintain racist, sexist and classist hegemonic practices, building asymmetrical relations of power that cross the body and potentially ideological discourses about Carolina Maria de Jesus.

Keywords: Carolina Maria de Jesus. “Quarto de Despejo”. CDA. Discursive genres. Actional meaning.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imagem Carolina Maria de Jesus – ilustração por Brendon R.....	20
Figura 2 – Carolina Maria de Jesus com seus filhos e um saco nos ombros.....	29
Figura 3 – Carolina Maria de Jesus escrevendo .....	38
Figura 4 – Carolina dando autógrafos nas ruas de São Paulo .....	42
Figura 5 – Software <i>AntConc</i> - (Lista de frequência de palavras do texto do gênero diário, do corpus em análise).....	74
Figura 6 – Carolina Maria de Jesus buscando água no Rio Tietê.....	76
Figura 7 – Carolina Maria de Jesus carregando água na favela do Canindé.....	152

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ADC –Análise de Discurso Crítica

Q.D – *Quarto de Despejo*

ADTO –Análise de Discurso Textualmente Orientada

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>18</b>
<b>CAPÍTULO 01 - CONJUNTURA DE PUBLICAÇÃO DE <i>QUARTO DE DESPEJO</i>: A JORNADA DE ASCENSÃO E “APAGAMENTO” DE CAROLINA MARIA DE JESUS. ....</b>	<b>21</b>
A conjuntura política, social e econômica brasileira dos anos 1960.....	23
Literatura periférica: confluências com a escrita de Carolina Maria de Jesus .....	24
<b>CAPÍTULO 02 - A AUTORA E A OBRA: O IMPACTO DA ESCRITA DE CAROLINA DE JESUS NA INSTÂNCIA DE RECEPÇÃO.....</b>	<b>30</b>
A “Edição Popular” de <i>Quarto de Despejo: diário de uma favelada</i> .....	30
As críticas após a publicação da primeira edição: os jornais da década de 1960. ....	32
<b>CAPÍTULO 03 - CAROLINA DE JESUS: A VOZ QUE RESISTE – O <i>QUARTO DE DESPEJO</i> NA ATUALIDADE. ....</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO 04 – O QUARTO DE DESPEJO DAS MULHERES PRETAS – AQUI A PERIFERIA TEM VOZ: O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E A INTERSECCIONALIDADE.....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO 05 –APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO - Estudos Discursivos Críticos e Norman Fairclough: princípios, fundamentos e categorias discursivas .....</b>	<b>51</b>
As influências do Realismo Crítico de Roy Bhaskar.....	52
Ontologia discursiva de Fairclough (1999) segundo as influências de Bhaskar. ....	54
A influência do Materialismo Histórico-Geográfico de David Harvey. ....	55
A influência de Laclau e Mouffe e o conceito de hegemonia .....	56
A influência de Halliday (1978): a Linguística Sistêmico-funcional (LSF). ....	57
Procedimentos teórico-metodológicos.....	58
O Significado Interacional. ....	60
Os gêneros discursivos .....	61

Categorias do Significado Inter-Acional. ....	63
Método dialético-relacional e transformacional da ADTO .....	66
O <i>corpus</i> em análise: a edição de “ <i>Quarto de Despejo: diário de uma favelada</i> ”.....	68
Gênero situado prefácio. ....	69
Gênero situado entrevista .....	72
O gênero situado diário: a busca pelo prestígio das mulheres racializadas no espaço literário.....	73
Etapas da pesquisa .....	75
<b>CAPÍTULO 06 - ANÁLISE DESCRITIVA E DO FUNCIONAMENTO SOCIODISCURSIVO DOS GÊNEROS: PREFÁCIO, ENTREVISTA E DIÁRIO</b> .....	<b>79</b>
Análise do prefácio “A atualidade do mundo de Carolina”, por Audálio Dantas. .....	79
O “Quarto de Despejo” pelos olhos de Audálio Dantas: das críticas ao sucesso mercadológico. ....	79
A “negra Carolina”: representação e identificação da autora .....	88
O “rebuliço favelado”: representação e identificação da favela.....	96
O gênero “Prefácio” e seu funcionamento na edição em análise.....	99
Análise da entrevista: “A literatura e a fome” – considerações iniciais.....	101
Análise da introdução. ....	102
Carolina de Jesus: a história .....	102
Carolina de Jesus: a “porta-voz” da favela. ....	106
Análise das perguntas e respostas.....	108
A escrita e a literatura para Carolina: entre inquietações, resistência e liberdade.....	108
Produção e publicação de <i>Quarto de despejo</i> .....	113
A ascensão de Carolina: o discurso do “sucesso”.....	115
O gênero “Entrevista” e seu funcionamento na edição em análise.....	118
Análise do gênero “Diário” .....	122

O diário de Carolina Maria de Jesus. ....	122
O falar de si: (r)existência e fuga – a metalinguagem na escrita de Carolina de Jesus .....	123
A atualidade do discurso de Carolina: a insegurança alimentar e a desumanização da população periférica.....	135
A favela na visão de Carolina: o “quarto de despejo” da cidade – um dispositivo de racialidade no Brasil.....	143
Os habitantes da periferia: segregação, opressão e exclusão – a favela quer vencer .....	149
O gênero “Diário” e seu funcionamento na edição em análise .....	152
<b>CAPÍTULO 07 - ARTICULAÇÃO ENTRE OS GÊNEROS: ARRUMANDO OS “QUARTOS” DE CAROLINA – AS RELAÇÕES DE PODER NA EDIÇÃO POPULAR DE <i>QUARTO DE DESPEJO</i> .....</b>	<b>155</b>
Relembrando o significado acional.....	155
Gêneros em articulação: as relações assimétricas de poder.....	156
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>163</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>165</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>174</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Em um primeiro momento, faz-se necessário explicar que esta dissertação começou a ser escrita em março de 2021, em meio à pandemia de COVID-19. Diante de um cenário de isolamento social, de insegurança, de sofrimento e de luto, o processo de produção – a escrita as pesquisas, a coleta de dados e a análise – foi realizado com muita dedicação e resiliência, a partir de uma rede de apoio, em especial do grupo de pesquisa AFECTO, que manteve, de forma remota, as discussões e as produções científicas.

O presente estudo, então, debruça-se sobre o livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, que foi escrito por Carolina Maria de Jesus, nas décadas de 1950 e 1960. Carolina era moradora da favela do Canindé, em São Paulo, e escrevia o seu cotidiano na periferia em folhas e cadernos encontrados nas ruas e nos lixos (MEIHY, 1996). Mulher, racializada, empobrecida, semianalfabeta, favelada e mãe solteira, a escritora lutava contra a fome, a opressão e a marginalização, e evidenciava as relações de poder que configuravam o espaço da periferia, encontrando na escrita uma forma de (r)existir e resistir.

Sobre a história da obra, enquanto fazia uma reportagem no Canindé, em 1958, o jornalista Audálio Dantas conheceu Carolina Maria de Jesus, que lhe apresentou os seus diários. Impressionado com o volume de páginas e com todo o conteúdo presente nos cadernos, o repórter decidiu publicar a reportagem com base nos escritos de Carolina (DANTAS, 2012, p.09). A matéria foi publicada no jornal *Folha da Noite* intitulada: “O drama da favela escrito por uma favelada”, em 1958. A repercussão foi tão grande que Dantas resolve divulgar, também, na revista *O Cruzeiro* e continuar os seus trabalhos com os diários de Carolina de Jesus, a fim de publicar um livro (DANTAS, 2012, p. 10). Audálio selecionou trechos e organizou os inúmeros escritos dos diários, dando origem à primeira edição da obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, publicada pela Editora Francisco Alves, em 1960, com tiragem de 10 mil exemplares.

O livro teve a sua edição esgotada na primeira semana de lançamento. Foi traduzido para treze línguas, circulando em quarenta países e foi comentado e divulgado em jornais e revistas nacionais e internacionais, com reportagens em *Life*, *ParisMatch*, *Epoca*, *Réalité* e *Time*. No lançamento da obra, estava presente uma multidão, incluindo artistas, autoridades e políticos como Juscelino Kubitschek e João Batista Ramos (VOGT, 2020[1983], p.192). Em 1998, o livro alcançava cerca de 1 milhão de cópias vendidas em todo o mundo, sendo considerado o texto brasileiro mais publicado em todos os tempos (MEIHY, 2020[1998], p.

220). *Quarto de Despejo* também foi a primeira obra de uma autora negra brasileira traduzida (MIRANDA, 2020).

No entanto, o sucesso e a ascensão de Carolina Maria de Jesus e do livro foram atravessados pelas opressões de gênero, raça e classe construídas e operadas pela sociedade e pelo sistema literário brasileiro. O cenário de publicação e circulação da obra configurava-se em uma conjuntura política, social e econômica marcada pelo fim do populismo no Brasil, pela Ditadura Militar e pela modernização do país. Nessa perspectiva, o discurso da escritora colocava a público as falhas do governo, evidenciando as práticas hegemônicas de assujeitamento, de desigualdade, de violências e, sobretudo, de racismo, em torno do crescimento urbano e da criação das periferias. No que tange à conjuntura literária da década de 1960, predominava a produção literária branca, masculina, de classe média/alta, em que a crítica privilegiava as obras consideradas canônicas. Neste contexto, as mulheres não tinham espaço e voz no campo da literatura, quiçá mulheres pretas faveladas.

Isso porque ser mulher preta na sociedade brasileira é buscar a todo momento sobreviver e resistir ao racismo e ao machismo estrutural, a partir de modelos de opressão gerados pelas instituições que operam em domínios de poderes hegemônicos, diante de uma matriz de dominação estruturada em torno de eixos de raça, gênero, classe e sexualidade (GONZALEZ, 2020; COLLINS, 2019). Esse sistema inter cruzado de opressões suprime as ideias e o saberes das intelectuais pretas, limitando-as a ocupar cargos relacionados à prestação de serviços ou domésticos, visto que estas são representadas e identificadas discursivamente como “só corpo” e “sem cabeça” (hooks, 1995; DAVIS, 2016).

Diante disso, as críticas em torno da obra *Quarto de Despejo* e da escritora Carolina de Jesus cresceram. Por um lado, a instância de recepção questionava a capacidade de uma mulher com os eixos identitários de Carolina escrever um livro que atendesse aos critérios literários consagrados pelo cânone – branco, cis, classista e heteropatriarcal. Do outro lado, as críticas de cunho positivo ressaltavam somente o teor social, documental e a “força” do livro, sem privilegiar, assim, o seu potencial literário e artístico.

Com isso, *Quarto de Despejo*, neste estudo, é considerado uma produção literária e intelectual de uma escritora preta, em que o livro não apenas nos leva a refletir sobre a fome, a sociedade brasileira e as precariedades da favela, mas também sobre a subjetividade, sensibilidade e os desafios de uma escritora que foi colocada às margens do cânone literário e da sociedade.

Passadas seis décadas da publicação, o livro e o nome da autora voltam a ganhar destaque. Carolina de Jesus já virou tema de quadros em grandes emissoras de TV, como o

“Mulheres Fantásticas”<sup>1</sup> (do programa de televisão “Fantástico”, da Rede Globo); ganhou o título de Doutora Honoris Causa da UFRJ;<sup>2</sup> e virou tema de exposições do Instituto Moreira Salles<sup>3</sup>. O livro entrou para a lista de leituras exigidas em vários vestibulares de universidades renomadas e institutos federais brasileiros, além de ser foco de questões do ENEM<sup>4</sup> (Exame Nacional do Ensino Médio). Recentemente, *Quarto de Despejo* ganhou uma edição comemorativa de seus 60 anos, pela Editora Ática, fazendo com que a obra e o nome de Carolina continuem a circular. O “retorno” de Carolina, nesse sentido, expressa a força de uma inscrição autoral feminina e preta, símbolo de resistência, com uma voz coletiva e representativa.

Posto isso, a edição que escolhemos analisar na presente pesquisa – que será justificada mais à frente – é a edição que contempla um prefácio, publicado, inicialmente, na chamada “edição popular”, pela Livraria Francisco Alves, em 1962; um diário, publicado pela também Francisco Alves, em 1960; e uma entrevista, publicada, pela editora Ática, da série “Sinal Aberto”, em 2001. Analisaremos, nesta pesquisa, a edição que coloca os três gêneros em relação: o prefácio, o diário e a entrevista. Esse formato e *layout* nos levou aos questionamentos: **por que isso ocorre nesta edição do livro *Quarto de Despejo*? Quais os propósitos sociocomunicativos no uso desses gêneros nesta obra? Por que usaram essa disposição espacial entre os gêneros? Isso interfere nas relações de poder entre os gêneros selecionados? E no potencial processo de leitura?**

O objetivo geral desta pesquisa, então, é problematizar como os gêneros discursivos prefácio, diário e entrevista articulam-se discursivamente e potencialmente na edição popular de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1962).

Para isso, têm-se como objetivos específicos:

1. Analisar a conjuntura sócio-histórica e cultural na qual o objeto de estudo está localizado;
2. Identificar quais gêneros compõem, quem os produziu, os propósitos comunicativos e como os gêneros se articulam potencialmente dentro desta prática;
3. Investigar o funcionamento discursivo e textual da edição por meio da análise descritiva de cada gênero – identificando os traços específicos e funcionais entre os gêneros, e observando as recorrências lexicais, a que

<sup>1</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IufWv4430aA>

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www.cfch.ufrj.br/index.php/27-noticias/1415-consuni-aprova-titulo-de-doutora-honoris-causa-a-carolina-maria-de-jesus>

<sup>3</sup> Disponível em: <https://ims.com.br/titular-colecao/carolina-maria-de-jesus/>

<sup>4</sup> Disponível em: [https://download.inep.gov.br/enem/provas\\_e\\_gabaritos/2022\\_PV\\_impresso\\_D1\\_CD1.pdf](https://download.inep.gov.br/enem/provas_e_gabaritos/2022_PV_impresso_D1_CD1.pdf)

campos semânticos estão direcionando e o que tais campos estão construindo em termos de saberes e conhecimentos;

4. Analisar como as relações de poder são construídas e negociadas neste sistema de gêneros discursivos.

Usaremos, assim, o método relacional-dialético e transformacional tal como desenvolvido por Chouliaraki; Fairclough (1999) e Fairclough (2003), aplicando a categoria do Significado Acional.

Para a explanatória crítica e decolonial, usaremos a Teoria Interseccional e os estudos desenvolvidos pelo Pensamento Feminista Negro afro-americano (COLLINS, 2017, 2019; DAVIS, 2016; hooks, 1995, 2014, 2018, 2019) além das pesquisas das intelectuais pretas brasileiras (CARNEIRO, 2003, 2005, 2020; EVARISTO, 2005; GONZALEZ, 1982, 1984, 2020; RIBEIRO, 2017).

## 2 JUSTIFICATIVA

As minhas pesquisas com o livro *Quarto de Despejo* e com a escritora Carolina Maria de Jesus iniciaram-se em 2019, a partir do meu primeiro estudo sobre identificação de *ethos* na obra, na vertente da AD Semiolinguística de Patrick Charaudeau. O intuito, desde o início, pautou-se na valorização de escritoras que não são comumente pesquisadas e estudadas no meio acadêmico ao qual eu faço parte, por isso, a escolha de uma escritora preta.

Queremos ressaltar a existência de um rol de mulheres pretas que contribuíram intelectualmente para inúmeras áreas do saber. Todavia, a intersecção de gênero, raça, classe e etnia colocam-nas em posição de subalternidade, atravessadas pelos eixos dos privilégios cisheteropatriarcal e branco, e por uma visão colonizadora e racista. No campo da literatura, em especial, em que conservava e privilegiava o cânone eurocêntrico (e ainda mantém tal estrutura em cursos de formação de professores, como as licenciaturas em Letras), as escritoras pretas foram (e ainda são) silenciadas.

Carolina Maria de Jesus é um exemplo de escritora que teve a sua carreira traspassada pelo racismo sistêmico presente na sociedade brasileira. Sobre isso, segundo Silva (2020):

O racismo, aliás, atravessa e define a ascensão e a derrocada de Carolina Maria de Jesus no sistema literário brasileiro, aspecto insuficientemente analisado pela maioria dos pesquisadores brancos dedicados à sua obra, dos mais conhecidos e robustos àqueles restritos a artigos sobre aspectos de sua obra e trajetória. Nesse sentido, vale destacar que a análise mais frequente resvala nos "mecanismos sociais que promoveram seu destaque e laboraram também seu esquecimento", conforme comenta Carlos Vogt na seção Fortuna Crítica deste volume. Esse tipo de assertiva dilui a força destruidora da discriminação racial que estigmatizou Carolina e a encastelou na imagem de "escritora favelada de sucesso". (SILVA, 2020, p. 10).

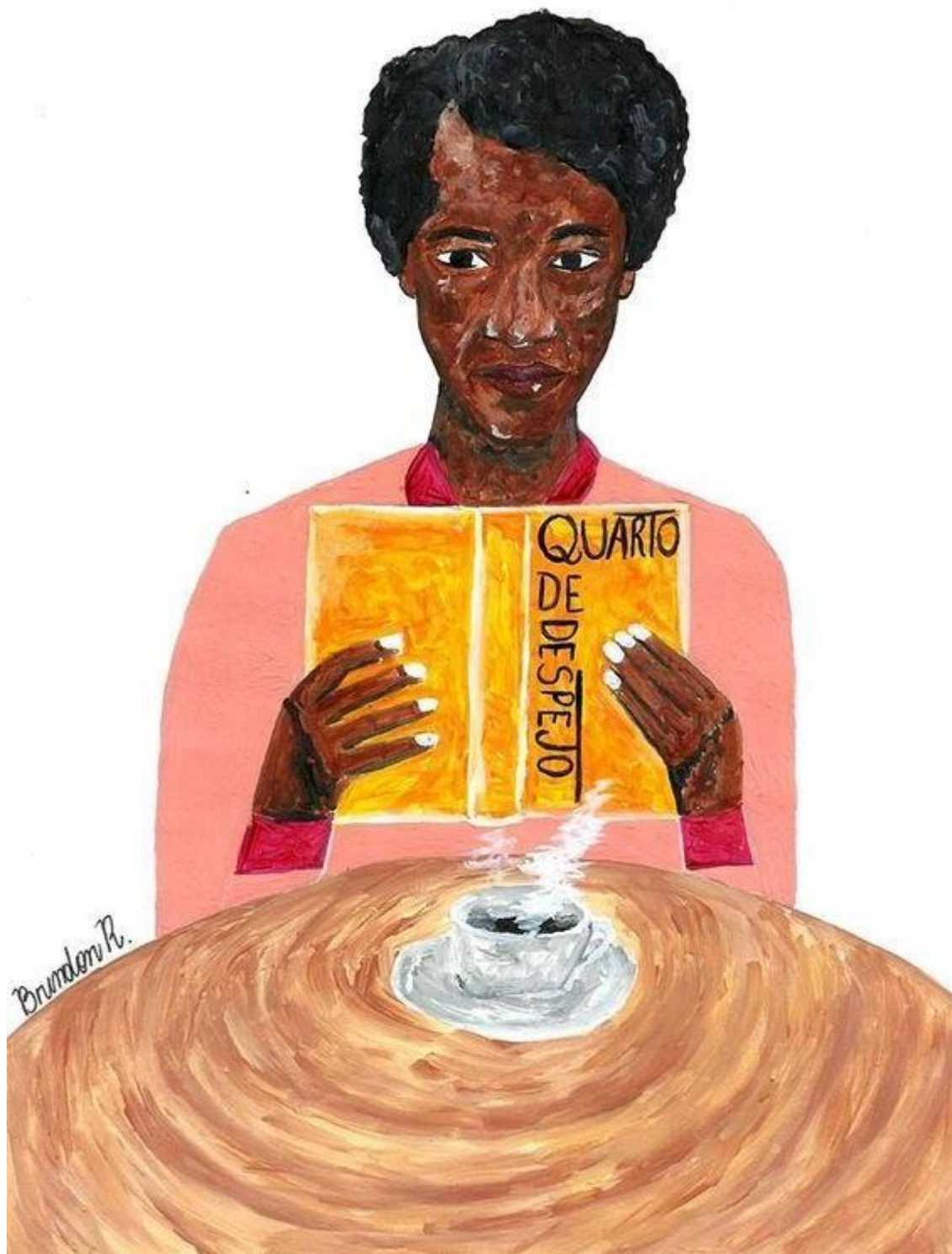
Em consonância com a posição defendida por Silva (2020), este estudo contempla as questões acerca do racismo que se fez algar do declínio de Carolina de Jesus e da sua dificuldade em se estabelecer na literatura – o que ocorre até os dias atuais.

Há um número considerável de pesquisas acerca de *Quarto de Despejo*, na área da Literatura. No entanto, no que diz respeito à articulação entre a Análise do Discurso e os estudos literários poucos são os trabalhos. Dentre eles, menciono os de Souza e Gomes (2015), Sá (2018), Oliveira (2020), Fontes (2020) e Rodrigues (2011). Já com relação à articulação da Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO) com os estudos da literatura, as pesquisas são praticamente inexistentes, sendo encontrado somente o estudo de Fontes (2020), que analisa a escrita de Carolina utilizando a Análise de Discurso Crítica, embasado no modelo

tridimensional proposto por Fairclough (2016[1992]). Ademais, os temas abordados nos estudos citados são: identidade, representação, memória, representatividade, fome e pobreza.

No que tange às pesquisas relacionadas aos gêneros discursivos que compõem a edição escolhida para o presente projeto, não foi encontrada nenhuma – com exceção do diário, pois trata-se do “foco” principal do livro. Os trabalhos de Elzira Perpétua (2014, 2003) e Germana Sousa (2011), grandes estudiosas de Carolina, apresentam algumas discussões acerca do prefácio. É nessa perspectiva, então, que o presente estudo se justifica singular e inovador. A escolha da edição com os gêneros prefácio e entrevista, e a análise discursivo-crítica, a partir do significado acional, foge às pesquisas realizadas até o momento acerca do tema, dos personagens, da identidade etc. Esta pesquisa volta-se assim para a produção, edição e composição da obra como um todo.

Este estudo busca demonstrar como a obra de Carolina de Jesus pode, e deve, ser contemplada em diversos ambientes acadêmicos, como as salas de aula, por exemplo, quebrando os paradigmas do ensino de literatura que privilegiam escritores/as mais valorizados/as pelo cânone literário, e, por isso, as pesquisas em torno de *Quarto de Despejo* auxiliam na divulgação e circulação do livro e de todo o seu brilhantismo, que tanto foi apagado.



*Ilustração: Brendon R.*

## CAPÍTULO 1

### CONJUNTURA DE PUBLICAÇÃO DE *QUARTO DE DESPEJO*: A JORNADA DE ASCENSÃO E “APAGAMENTO” DE CAROLINA MARIA DE JESUS

*Quarto de despejo* foi lançado na década de 1960, com alguns excertos previamente publicados em *O Cruzeiro* (1959) e na *Folha da Noite* (1958). O livro foi editado por Audálio Dantas e publicado pela Livraria Francisco Alves, no entanto, Carolina já havia buscado outras editoras, a fim de conseguir a publicação da sua obra – o que não ocorreu. Ninguém esperava o enorme sucesso do livro, nem mesmo a livraria Francisco Alves, que, após muito esforço por parte de Dantas, aceitou publicá-lo (MEIHY, 2020[1998], p.224). A intenção da livraria era lançar 3 mil exemplares, no entanto, nos três primeiros dias após o lançamento foram vendidos 10 mil, e, depois, alcançando a marca de 30 mil exemplares, que se esgotaram em três meses na cidade de São Paulo. No exterior, a obra foi traduzida em pelo menos treze línguas, sendo considerado o primeiro livro de uma autora preta brasileira traduzido e autora brasileira mais publicada internacionalmente (MEIHY, 2020[1998]; MIRANDA, 2020). *Q.* teve edições produzidas “[...]na Dinamarca, Holanda, Argentina, França, Alemanha [...], Suécia, Itália, [...] Romênia, Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Polônia, Hungria, Cuba e na então União Soviética [...]e mais recentemente [...] em Portugal, em 2020. (MIRANDA, 2020, p.245).

Carolina, como muitos biografos afirmam, tornou-se famosa do dia para a noite: “Aplausos gerais: o Brasil dos anos 1960 parecia pronto para produzir e consumir – em grande estilo – Carolina Maria de Jesus.” (MIRANDA, 2020, p.205). *Quarto de Despejo* permaneceu entre os livros mais vendidos durante quase dois anos após a publicação e foi adaptado para peças de teatro. Segundo Meihy (2020[1998], p.225), a mídia, em especial a televisão, foi de grande importância para divulgar o nome de Carolina para o público. Ainda para ele, a autora:

[...] se viu transformada em uma espécie de bonequinha negra de uma sociedade que aprendera a ser flexível. Isso, aliás, dava ares da tropicalização do mito importado de uma certa *self madewoman* brasileira. Essa versão nacionalizada da ascensão social imediata era algo interessante para o sistema que passava a ‘provar a mobilidade social dos novos tempos’. É curioso notar que a própria Carolina não tinha dimensão mínima do que se passava. O fato de ela, no dia do lançamento do livro, ter saído para catar papel, pois não tinha dinheiro para a alimentação dos filhos, mostra como eram estranhas as conexões entre ela e o mundo que a reconheceria como fenômeno logo no outro dia. Vendidos na cidade de São Paulo, em três dias, o sucesso editorial se mostrou surpreendente. Uma prova eloquente disso é o fato de a Francisco Alves não estar preparada para atender imediatamente os incessantes pedidos vindos dos mais distantes lugares do país. (MEIHY, 2020[1998], p.225)

A escritora, então, deixou a favela e mudou-se para uma casa em São Paulo, onde viveu pouco tempo. Apesar de tamanho êxito de vendas, nas palavras de Miranda (2020, p. 245), “Carolina Maria de Jesus protagoniza um dos episódios mais intensos na história do silenciamento brasileiro, que sistematicamente tem ausentado mulheres negras da configuração do texto literário nacional.” A autora ainda publicou mais quatro livros, após *Q.D – Casa de alvenaria* (1961), *Provérbios* (1963) e *Pedaços da fome* (1963) – e escreveu inúmeros poemas inéditos. No entanto, não obteve retorno financeiro, como desejado por ela. Carolina deixa a casa de Santana para morar em um sítio, em Parelheiros (SP), retornando à sua condição de catadora de lixo. Segundo Vogt (2020[1983]):

A se dar créditos aos jornais e às poucas entrevistas que se fizeram com ela no retiro do pequeno sítio de Parelheiros, morreu triste, abandonada e incompreendida. Ao que parece, sem compreender que os mecanismos sociais que promoveram o seu destaque laboraram também o seu esquecimento. (VOGT, 2020[1983], p.191)

Esse “apagamento” de Carolina de Jesus se deu por vários motivos. O descenso da autora coincide com uma conjuntura política de fim do populismo no Brasil e com o golpe militar. Assim, o conteúdo presente na obra, que denunciava as patologias da favela, fazia com que a narrativa fosse considerada prejudicial para os interesses do sistema capitalista – principalmente da cidade de São Paulo, pois iria contra os ideais do progresso e do desenvolvimento. Ademais, a escritora e *Quarto de Despejo* chamaram a atenção da crítica literária no Brasil, visto que possuíam tudo o que precisava para “desagradá-la”: uma escrita que se fundia nas categorias de gênero, classe e raça, uma escrita literária feminina, de uma preta e moradora da favela (LAJOLO, 2020[1995]). Sobre tal crítica literária, Meihy (2020[1998], p. 231) defende que foi esta que “[...]se ofereceu para ser o algoz mais importante de Carolina. Foi ela quem decretou incertezas [...] e que colocou todos os defeitos e cobranças que jamais poderiam ser aplicados a uma personagem como foi Carolina”.

Meihy (2020[1998], p.229) nos informa que o apagamento da autora tem relação com movimento feminista branco brasileiro da época, em que as mulheres pretas eram excluídas. Nas palavras dele:

[...] o feminismo brasileiro ainda está preso à classe social (das mulheres brancas e bem-postas na vida que preferem se mirar em espelhos alheios desde que estes reflitam status). Nesse sentido explicar-se-ia o ‘esquecimento’ das negras. / Sendo estranho o procedimento das feministas, o que dizer do movimento negro brasileiro que sequer assumiu Carolina dentro das premissas básicas que a caracterizaram como a escritora ‘de cor’ mais importante de nossa história? Convém lembrar que Carolina mereceu inclusive destaque especialíssimo Internacional no *Hommage à la Femme*

*Noire*. Tudo isso, porém, parece não ter afetado a consciência do movimento negro. (MEIHY, 2020[1998], p.229)

Esses pontos serão mais bem discutidos ao longo dos próximos capítulos. Inicialmente, é necessária uma explanação da conjuntura política, social e econômica brasileira dos anos 60, que influenciou sobremaneira a deslegitimação de Carolina de Jesus como escritora capaz, hábil e com potencial artístico-literário.

\*\*

### ***A conjuntura política, social e econômica brasileira dos anos 60***

O lançamento e a publicação de *Quarto de Despejo*, que ocorreram em 1960, têm como marca um cenário político de inauguração de Brasília e eleição de Jânio Quadros. Além disso, trata-se de um período entre a superação do Estado Novo (1937-45) e a instalação da Ditadura Militar. A escrita do diário de Carolina, por sua vez, começou em 1955 e foi até 1958, época marcada pelo governo de Juscelino Kubitschek (1950-54), onde a sociedade brasileira vivia intensas transformações nacionais e econômicas.

A modernidade, com o ingresso de empresas estrangeiras no Brasil e a presença das multinacionais; a incessante busca pelo progresso, crescimento e desenvolvimento; e a expansão do capital, passaram a afetar todo o país. Um exemplo é o surgimento do modelo de “urbanização modernizadora”, fundamentada pela ideia europeia de modernização com um modelo de urbanização que resultou em modos de vida urbana hegemônicos, com polarização entre os ricos e os pobres, e, em termos socioespaciais, entre a cidade e a periferia, com as criações das primeiras favelas (VELLOSO, 2020, p.164).

Em São Paulo, a favela do Canindé foi considerada a primeira grande favela da cidade e pano de fundo da narrativa de *Quarto de Despejo*, que fundou-se a partir da grande migração em busca de empregos gerados pela multinacionalização do país – como foi o caso de Carolina, que saiu de Sacramento, Minas Gerais, com o intuito de melhorar suas condições de vida. Sobre isso, Meihy 2020[1998] nos informa que:

Três fatores foram importantes para o favelamento do antigo campo do Canindé. Sua localização, naquela época fora da cidade, a grande migração do Nordeste motivada pela formidável seca de 1958 e a consequente criação de empregos gerados a partir do projeto de multinacionalização do país. É importante contextualizar melhor esse momento. As primeiras entradas do diário de Carolina começaram a ser escritas em 1955, adensando-se em 1958. Nesse ano também iniciava-se a construção de Brasília,

‘capital da esperança’, que representava o conjunto medidas ‘desenvolvimentistas’ de um presidente democrático, controverso e dinâmico como fora JK. Como ápice de um longo processo, continuado desde o segundo governo de Vargas (1950-54), aquelas manifestações tinham sentido de vivência democrática consequente. Todo o conjunto nacional estava nas transformações que por fim afetavam a todos. (MIEHY, 2020[1998], p.222)

Meihy (2020[1998], p.221) acrescenta que, no momento em que a sociedade brasileira passava a se reconhecer “moderna”, algumas manifestações, política e cultural, promoveram aberturas para emergir patologias urbanas e crises políticas e sociais. Ainda para o autor, diante de uma época em que se vivenciava uma fase da cultura da comunicação de massa, os jornalistas tiveram um papel extremamente importante para documentar e colocar a público tais transformações nacionais e suas implicações, como é o caso de Audálio Dantas, a partir de um jornalismo de denúncia. Lajolo (2020[1995]) também aponta para outros cenários que estavam ocorrendo nas décadas de escrita e lançamento de Q.D.:

Esta, agora, cifra-se na solidez concreta da arrojada arquitetura brasiliense de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer e também se transcreve na diagramação de revistas recém-surgidas como *Manequim* (1959) e *Cláudia* (1960), voltadas ambas para o público feminino mais liberado e sofisticado. Em 1968, a cara nova de *Veja* ocupa e areja o espaço de revistas noticiosas semanais; um ano depois, em 1969, o alternativo oficial *O Pasquim* sela o (raro) compromisso entre modernidade de linguagem e posições de esquerda, compromisso rompido pela imprensa politicamente alternativa que se multiplica a partir de 1972. A vitória de Fidel Castro em 1959 alentava corações e mentes, os mesmos talvez que tinham aplaudido em 1958 o Guarnieri de *Eles não usam black-tie* e que de forma mais comedida, mas ainda assim, decisiva, aplaudiriam em 1963 *Malagueta, perus e bacanaço*, de João Antonio, e *Barrela*, de Plínio Marcos. O Congresso de Crítica e História Literária (Assis, SP, 1961), por meio do compromisso participante que lá assume o movimento de poesia concreta, é também contraponto na guinada à esquerda da *intelligentzia* brasileira. Se com Guarnieri, João Antonio e Plínio Marcos, a classe operária chegava aos livros e aos palcos, a questão agrária e o campesinato vão ser o aplaudido tema de *Morte e vida Severina*, cuja montagem paulista, em 1966, recebe as palmas do público e as bombas da direita. A recepção favorável a obras de temática tão forte e explicitamente vinculada pela preocupação social encontrava linguagem interpretativa, nos estudos culturais, renovados pela *A formação da literatura brasileira*, de Antonio Candido, e *A formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado, ambos de 1959. (LAJOLO, 2020[1995], p.206)

A escrita de Carolina, e “o seu quarto de despejo”, nesse contexto, colocava a público as falhas do governo, no que diz respeito aos programas de desenvolvimento – econômicos e sociais – em prol da “modernização” do país. Sobre isso, Meihy (2020[1998], p.226) informa que “[...]até aquele momento – momento de euforia coletiva e de crença no desenvolvimento econômico nacional pouco ou nada existia que revelasse a intimidade dos marginalizados. Tudo o que existia era ficção, escrita sobre os desprovidos e nunca por eles.”

Nessa perspectiva, as denúncias e críticas realizadas por Carolina de Jesus em seu livro despertaram a curiosidade do público-leitor em geral, que não tinha conhecimento dessa outra faceta da metrópole. Todos queriam saber o que estava acontecendo nas recém-criadas e desconhecidas periferias que se formavam em torno da cidade, de modo que a curiosidade frente ao inusitado se tornaria um dos principais fatores do sucesso da autora e de sua obra. O inusitado pode ser explicado por duas vias. A primeira, pela citada novidade com relação à favela; a segunda, pelo fato de estar em evidência um livro escrito por uma mulher com os eixos identitários de Carolina.

A crítica social fortemente apresentada em *Quarto de despejo* despertava o interesse do público, mas era coibida na década de 1964, em um cenário de golpe militar e ditadura. A censura tomava vez e a obra de Carolina passava a ser uma ameaça ao poder dominante. Segundo informações do site *memoriasdaditadura.org*<sup>5</sup>, o regime militar brasileiro impôs a censura contra obras com conteúdos contrários à “moral” e aos “bons costumes” hegemônicos, tirando de circulação os livros considerados perigosos, subversivos ou imorais, a chamada “biblioteca proibida”. A proibição de determinados livros, então, foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.1077/70, com alguns artigos desse decreto assim redigidos:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação;

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares. [...]

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal.

(fonte: *memoriasdaditadura.org.br*)

Segundo Leitão (2011, p.167) e Reimão (2011, p.30), escritores como Jorge Amado e Érico Veríssimo tiveram seus nomes marcados por apresentarem reação contrária e oposição à censura para os livros. Diante disso, o governo criou uma nova instrução (n .1-70) para a Portaria 11-B, que liberava da censura prévia as obras que de caráter filosófico, técnico, científico, e didático, sem a presença de temáticas relacionadas àquelas proibidas pelo governo. A censura do Estado se estendia para filmes, peças teatrais, discos, e toda ou qualquer liberdade de expressão ou opinião, sendo exercida pelo Ministério da Justiça (MJ), através do Serviço de

<sup>5</sup> <https://memoriasdaditadura.org.br/livros-sob-censura/>

Censura de Diversões Públicas (SCDP). O silenciamento e a opressão em massa tirou de cena grandes nomes do cenário musical, artístico e literário do país. Com Carolina de Jesus não foi diferente.

Na literatura, no âmbito da crítica literária, também existiam critérios de seleção de obras, em que esta assumia algumas funções: elogiar, censurar, reprimir, divulgar, institucionalizar etc. Em outras palavras, era a crítica literária a responsável por dizer se um texto era ou não literário, se possuía qualidades dentro do âmbito literário, se devia ser lido ou não, entre outros. É o que moldava parte da instância de recepção de um texto ou de uma obra. Desse modo, as instâncias de legitimação – a própria crítica literária – passou a definir os critérios do que devia ou não ser considerado literatura, privilegiando aspectos como, por exemplo, o uso da linguagem formal, o português culto/padrão e o uso de determinados gêneros discursivos considerados de mais prestígio.

Nessa conjuntura literária, é importante destacar os movimentos que estavam ocorrendo em “oposição” às construções hegemônicas canônicas do campo literário, como é o caso da literatura periférica.

\*\*

### *A literatura periférica: confluências coma escrita de Carolina Maria de Jesus*

Nas palavras de Ferréz (2005, p. 12), a literatura marginal (ou periférica, como adotado neste trabalho) é a “[...]literatura feita por minorias, sejam elas raciais ou socioeconômicas. Literatura feita à margem dos núcleos centrais do saber e da grande cultura nacional, isto é, de grande poder aquisitivo.” O termo “marginal” é utilizado para identificar e representar aqueles que estão às margens da sociedade – devido a questões socioeconômicas, históricas, culturais etc., – mas pode assumir diversos significados variando de acordo com os escritores. Nesse sentido, marginal pode ser atribuído aos escritores da periferia ou aos textos das gerações dos escritores marginais, que denunciavam os problemas do campo literário e se recusavam utilizar a linguagem institucionalizada e os valores literários da época (NASCIMENTO, 2006).

A literatura periférica é a literatura onde o pobre, o morador da periferia, os pretos, as pretas, as mulheres, os LGBTQIA+, entre outros, conseguem conquistar um espaço e fazer ecoar as suas vozes.

No contexto de produção do livro *Quarto de Despejo*, na década de 1940, a formação das periferias urbanas brasileiras fez com que marcassem os padrões de segregação social. As

noções de “centro” e “periferia” tiveram impacto dentro do mundo acadêmico (NASCIMENTO, 2006, p.77). O centro foi considerado o espaço da classe média, onde as práticas culturais são consideradas “cultas” e legitimadas. Por outro lado, a periferia tornou-se sinônimo de carência, que reúne os grupos sociais e a população marginalizada – social e culturalmente – fazendo com que sobressaíssem produções culturais como o *rap* e a literatura marginal. Sobre essa separação entre o centro e a periferia, Férrez (2005) relata que:

Cansei de ouvir:

- Mas o que ces tão fazendo é separar a literatura, a do gueto e a do centro.

E nunca cansarei de responder:

O barato já tá separado há muito tempo, só que do lado de cá ninguém deu um gritão, ninguém chegou com a nossa parte foi feito todo um mundo de teses e de estudos do lado de lá, e do cá mal terminamos o ensino dito básico. (FERRÉZ, 2005, p. 13)

E diz mais:

Jogando contra a massificação que domina e aliena cada vez mais os assim chamados por eles de "excluídos sociais" e para nos certificar de que o povo da periferia/favela/gueto tenha sua colocação na história, e que não fique mais quinhentos anos jogado no limbo cultural de um país que tem nojo de sua própria cultura, a literatura marginal se faz presente para representar a cultura de um povo, composto de minorias, mas em seu todo uma maioria. (FERRÉZ, 2005, p. 11)

As palavras de Férrez nos fazem refletir a importância de a literatura periférica ocupar o seu espaço nos estudos críticos e no campo literário, como forma de resistência às hegemonias e às legitimações dos cânones na literatura. Desse modo, as diferentes classes sociais, bem como as diferentes vozes, principalmente aquelas que vivem ou vivenciaram condições de marginalidade, devem ocupar o espaço da produção – a incorporação de outras vozes no discurso literário hegemonicamente moderno-colonial.

Sobre a literatura periférica publicada em livros, Férrez (2005, p. 11-12) afirma que “Ela é honrada, ela é autêntica e nem por morarmos perto do lixo fazemos parte dele, merecemos o melhor, pois já sofremos demais.” “Quarto de despejo” então torna-se um exemplar explícito desta divisão entre o centro e a periferia.

Nos valeremos dos questionamentos de Miranda e Caetano (2012, p. 40), para avançarmos em nossa discussão: se a escrita de Carolina não se encaixava nos requisitos do cânone brasileiro, “[...] então como devemos classificá-la? Devemos classificá-la como literatura negra? Como uma escrita marginalizada? Como uma escrita deslocada literariamente?”. Para muitos estudiosos, como Miranda (2014)<sup>6</sup>; Ricardo (2019)<sup>7</sup>; Nascimento

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.uel.br/pos/letras/EL/vagao/EL12-Art21.pdf>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.anf.org.br/a-literatura-periferica-e-o-porque-precisamos-le-la-e-apoia-la/>

(2006)<sup>8</sup>, e o próprio Ferrez, Carolina foi a precursora, a pioneira da literatura periférica, abrindo caminhos para o que vinha a ser essa literatura.

Miranda (2012) explica que, na época do lançamento da obra de Carolina, a literatura marginal no Brasil era caracterizada pela poesia dos anos 60. Segundo ela:

A poesia marginal não foi um movimento literário de características fechadas, mas sim uma tentativa de libertação dos modos de produção e de concretização da expressão livre. Os textos eram impressos em livretos artesanais mimeografados, com a característica do detalhe, da coloquialidade e das tiragens reduzidas, em geral distribuídos em bares e levados para as ruas e praças como meios alternativos de divulgação, posto que a censura da época controlasse os conteúdos publicados em livro. (MIRANDA, 2012, p. 04).

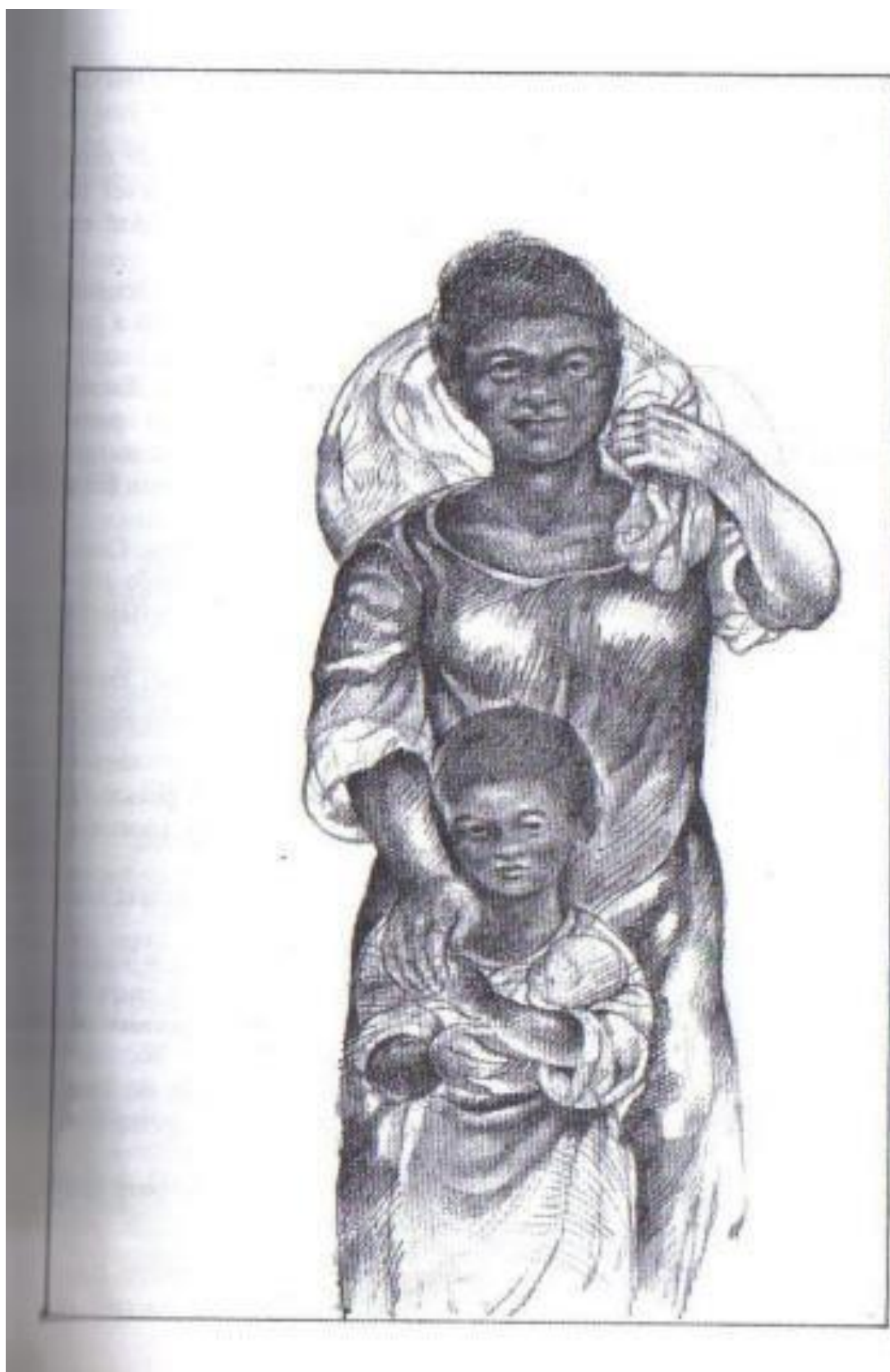
Carolina teve então papel fundamental na definição do que seria a literatura marginal, conforme chama atenção Silva (2019)

Carolina Maria de Jesus desempenhou, portanto, um papel fundamental para a definição da própria ideia de literatura marginal, pois, apesar de a princípio ter sido publicada por uma grande editora, ela ocupou uma posição complicada no campo literário, uma vez que não foi devidamente reconhecida enquanto escritora e desconhecia as regras do campo a ponto de poder se filiar ou negar autores ou escolas literárias, estando, portanto, numa posição fronteiriça. E nesse sentido, talvez resida aqui o aspecto principal do significado da literatura de Carolina Maria de Jesus, ela é tida como referência para a literatura marginal (SILVA, 2019, p. 28).

A escritora também é relacionada à literatura periférica, visto que a intersecção das categorias de raça, gênero e classe permeou a recepção da sua obra, situando-a fora do cânone literário. Sobre isso, faremos, mais à frente, uma exposição acerca de como a literatura feminina escrita por mulheres pretas foi recebida na época de lançamento de QD. Antes disso, será feita uma explanação das críticas que Carolina de Jesus recebeu com a publicação de *Quarto de despejo*, a partir de toda a apresentada nesta seção.

---

<sup>8</sup>Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-133929/publico/TESE\\_ERICA\\_PECANHA\\_NASCIMENTO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-03092007-133929/publico/TESE_ERICA_PECANHA_NASCIMENTO.pdf)



Fonte: JESUS, 2001. p. 99.

## CAPÍTULO 02

### A AUTORA E A OBRA: O IMPACTO DA ESCRITA DE CAROLINA DE JESUS NA INSTÂNCIA DE RECEPÇÃO

O livro *Quarto de Despejo* foi publicado com diferentes edições. A primeira e a chamada “edição popular” foram editadas e publicadas pela Livraria Francisco Alves, editora mais antiga no Brasil e considerada um nome influente, que ganhou reconhecimento no cenário da literatura brasileira, principalmente, nos séculos 19 e 20. As edições posteriores ficaram de responsabilidade da editora Ática, hoje, conhecida pelos livros didáticos escolares no Brasil, e que, ao longo do tempo, publicou inúmeras obras e coleções que marcaram épocas. A última edição de *Quarto de Despejo*, a 10ª, foi publicada em 2019. Recentemente, em 2021, a Ática lançou uma edição comemorativa da obra, no aniversário de 60 anos de lançamento do livro.

Neste estudo, analisamos a edição popular (1962) de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* que contempla os gêneros prefácio, diário e uma entrevista com Carolina Maria de Jesus. Por isso, um dos objetivos desta pesquisa é compreender os mecanismos que fizeram com que o jornalista Audálio escrevesse um novo paratexto para a obra.

\*\*

#### *A “Edição Popular” de Quarto de Despejo: diário de uma favelada*

A chamada edição popular de *Quarto de Despejo* foi publicada pela livraria Francisco Alves no ano de 1962: “Por todo o decorrer deste mês, a IFA lançará a ‘edição popular’ de ‘Quarto de Despejo’ (90 mil exemplares), correspondente à 9.a edição, com capa de Alberto Teixeira e novo estudo introdutório de Audálio Dantas.” (CORREIO PAULISTANO, p.08, edição 32683, 21/10/1962)

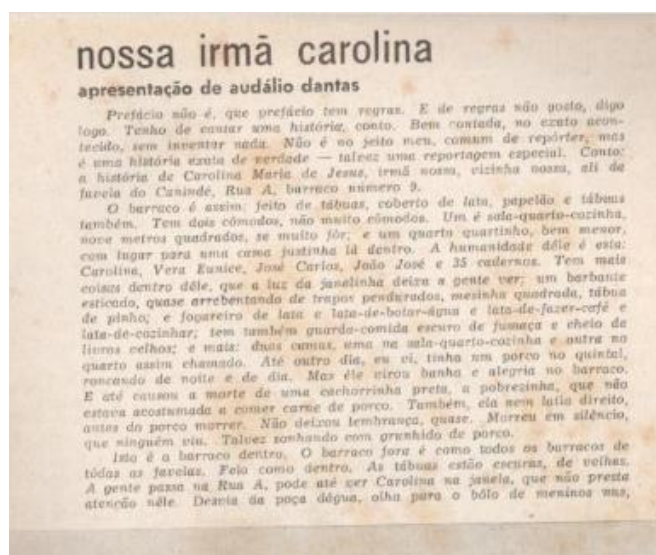
O livro em foco corresponde, então, à 9ª edição pela Francisco Alves, após o grande sucesso de publicação e circulação da obra. Na manchete, é mencionado o estudo introdutório de Audálio Dantas, isto é, o prefácio. Em nota presente no livro, a editora explica a escolha pelo nome “edição popular”:

Em face ao preço do livro brasileiro, motivado pela atual política cambial do Governo, que veio realmente estrangular um processo cultural em pleno desenvolvimento, além de seriamente ameaçar de paralisação a indústria e o comércio livreiro e editorial do país, a Livraria Francisco Aves, desejosa de continuar mantendo

sua linha de lançamentos populares (através de livros de boa qualidade e de interesse humano, social e literário), resolveu criar sua Edição Popular, em formato pequeno e confeccionada em papel de imprensa. / Assim, em vez da 9. edição normal de ‘Quarto de Despejo’ (80.000 exemplares vendidos), apresentamos agora dentro das características acima apontadas, a sua Edição Popular, por preço inteiramente ao alcance da bolsa do povo. / Com este novo tipo de edição, estamos certos de servir às letras e ao grande público leitor do Brasil, sem paralisação no entusiasmo e na vibração da nossa arrancada editorial sempre crescente e bem norteadas no sentido de maior popularização do livro brasileiro.(JESUS, 1962, n.p)

Em tom de crítica, a livraria justifica o termo “popular”, a fim de contemplar um público mais amplo, ou, nas palavras do editor, “o povo”, com o objetivo de popularizar o livro. A partir de uma crítica ao Governo, que estava ameaçando a paralisação da indústria e do comércio de livros, pode-se considerar que a editora se valeu de um *marketing* para as vendas, destacando a “arrancada editorial” da livraria. O livro poderia ser comprado não só pela população que vivia nas periferias, mas também aqueles com menor poder aquisitivo.

A Edição Popular de *Quarto de Despejo* conta com um prefácio produzido por Audálio, conforme já dito. Em buscas realizadas em sebos na internet, encontramos, na primeira edição, também um paratexto escrito por Dantas, intitulado “nossa irmã carolina / apresentação de audálio dantas”. Não foi possível encontrar o texto integral pois trata-se de uma edição de difícil acesso. Vejamos a seguir:



(Fonte: <https://www.levyleiloeiro.com.br/peca.asp?Id=188188>)

Transcrição nossa:

nossa irmã carolina  
apresentação de audálio dantas

Prefácio não é, que prefácio tem regras. E de regras não gosto, digo logo. Tenho de contar uma história, conto. Bem contada, no exato acontecido, sem inventar nada. Não é no jeito meu, comum de repórter, mas é uma história

exala de verdade – talvez uma reportagem especial. Conto: a história de Carolina Maria de Jesus, irmã nossa, vizinha nossa, ali dafavela do Canindé, Rua A, barraco número 9.

O barraco é assim: feito de tábuas, coberto de lata, papelão e tábuas também. Tem dois cômodos, não muito cômodos. Um é sala-quarto-cozinha, nove metros quadrados, se muito for; e um quarto quartinho, bem menor, com lugar para uma cama justinha lá dentro. A humanidade dele é esta: Carolina, Vera Eunice, José Carlos, João José e 35 cadernos. Tem mais coisas dentro dele, que a luz da janelinha deixa a gente ver; um barbante esticado, quase arrebrandando de trapos pendurados, mesinha quadrada, tábua de pinho; e fogareiro de lata e tata-de-botar-água e lata-de-fazer-café e late-de-cozinhar; tem também guarda-comida escuro de fumaça e cheio de livros velhos; e mais: duas camas, uma na sala-quarto-cozinha e outra no quarto assim chamado. Até outro dia, eu vi, tinha um porco no quintal, roncando de noite e de dia. Mas ele virou banha e alegria no barraco.

E até causou a morte de uma cachorrinha preta, a pobrezinha, que não estava acostumada a comer carne de porco. Também, ela nem latia direito, antes do porco morrer. Não deixou lembrança, quase. Morreu em silêncio, que ninguém viu. Talvez sonhando com granhido de porco.

Isto é a barraco dentro. O barraco fora é como todos os barracos de todas as farelas. Feio como dentro. As tábuas estão escuras, de velhas. A gente passa na Rua A. pode até ver Carolina na janela, que não presta atenção nele. Desvia da poça d'água, olha para o bôlo de meninos mas, [...] (DANTAS, 1962, n.p)

Esse texto introdutório de Audálio tem como objetivo descrever o “barraco” de Carolina de Jesus, e a rotina da escritora, sua realidade periférica e marginal. No entanto, após a publicação do livro, o texto da obra sofreu inúmeras críticas, o que, em hipótese primária, pode ter motivado às modificações no texto do prefácio. Veremos a seguir, então, algumas dessas críticas sobre *Quarto de Despejo* e à Carolina Maria de Jesus.

\*\*

### *As críticas após a publicação da primeira edição: os jornais da década de 60*

O livro *Quarto de Despejo*, após a sua primeira publicação, obteve enorme sucesso de público. Com a ampla circulação do livro e do nome da autora, as críticas também cresceram. Em matéria para *O Cruzeiro* (RJ), Rachel de Queiroz, famosa escritora brasileira, teceu inúmeros comentários a respeito da obra e de Carolina:

A leitura de ‘Quarto de Despejo’ me fêz pensar em alguns nomes - Samuel Pepys, Ann Frank, Helena Morley. Diários escritos sem intenção literária, completamente diversos desses jornais de bons autores, que são escritos para leitura e trabalhados como verdadeiras obras de arte, a despeito da fingida espontaneidade. Fragmentos do cotidiano de uma vida humana, sem disfarces nem enfeites, depoimento em cuja verdade se pode confiar porque não se destinava a olhos estranhos. Sim, o que choca e impressiona e nos vai direto ao coração num livro como o de Carolina é a sua autenticidade palpitante, e aquêlo gôsto cru de vida ao natural, aquela sensação de contato com matéria-prima, em vez de produto manufaturado. Por isso me lembrei de Pepys, da menina judia prisioneira de um sótão, da pequena Diamantina: todos três fizeram igualmente diários, que eram apenas desabafos, diálogos de pessoas solitárias travados consigo próprias. Pepys e Morley nos fazem sorrir porque eram criaturas alegres, vivendo uma vida feliz; enquanto a pobrezinha de Ann e a favelada Carolina nos contam uma história terrível que numa delas é medo, na outra é fome, e em ambas é a crueldade dos homens, supostamente irmãos.

Anotando dia a dia os fatos e os comentários que lhe são sugeridos por aquela vida que a gente só imagina, mas nenhum de nós conhece no seu brutal realismo, Carolina

consegue suscitar as reações mais diversas em cada leitor. O diário de Carolina é uma ponta de fogo que vai ao ponto fraco de cada consciência, ou à paixão de cada coração. É D. Hélder que se comove até às lágrimas, e vê naquelas páginas, explicadas e justificadas, as suas intuições de santo; é o burguês bilionário que se assusta ao descobrir em que alicerces de sofrimentos e ira mal contida se fundamenta a sua riqueza. É o político de esquerda que estremece ao verificar o desdém que os pobres de verdade, os pobres sem demagogia, sentem pela sua pregação; ou o político propriamente dito, descobrindo que as suas mentiras e promessas não iludem mais ninguém – nem sequer aqueles mais naturalmente iludíveis.

Fala-se que Carolina inicia agora uma carreira literária, com romances, poesias, máximas. Não sei se isso será possível, se para isso ela tem o instrumento adequado. Mas o que não se pode negar é que, aparecendo nesta hora, o seu livro está funcionando como aquelas palavras escritas na parede, durante o banquete do Rei Baltazar. (O CRUZEIRO, 03/12/1960, p.154)

Em sua crítica, Rachel de Queiroz assemelha *Quarto de Despejo* aos diários escritos “sem intenção literária”, “diversos desses de bons autores” que são considerados “verdadeiras obras de arte”. Para a escritora, o livro é marcado pela autenticidade, verdade e realismo. Ao final, Rachel de Queiroz afirma não saber se Carolina de Jesus possui “instrumento adequado” para iniciar uma carreira literária, mas não nega a força do livro. O texto de Rachel de Queiroz chama atenção para o fato de que o livro foi escrito sem um projeto literário, colocando-o, assim, em oposição às obras consagradas da literatura, ainda que evidenciando a importância da temática ali abordada. A dúvida sobre a legitimidade do projeto literário recai sobre a falta de “instrumentos adequados”: escolaridade, grau de instrução elevado, privilégios de raça, sexualidade e classe, entre outros.

Em carta enviada ao jornalista Mario de Moraes, Audálio Dantas ressalta alguns comentários de críticos a respeito do livro:

Quanto ao livro, é impacto enorme, ‘bomba’ que dá o que falar a espíritas, católicos, protestantes, ateus, comunistas, udenistas, nazistas, literatos, pseudoliteratos, cientistas. Há críticos que me criticam por conservar a ‘linguagem rústica’ de Carolina e há críticos que deparam com idéias ou palavras que, segundo eles não podiam ter sido escritas por uma favelada”. Um até encontrou três palavras (abluí-me, aleitei-me aleitei-as) que ‘deve correr por conta de Audálio Dantas’. Tudo porque é difícil para muita gente se despir de preconceitos (ou de culpas sociais) para admitir que até ‘uma negra favelada’ tem o direito de dizer quantas palavras difíceis quiser.. De resto, os originais estão bem guardados. (O CRUZEIRO, 1960, p.146)

O uso do item lexical “bomba” para representar a obra explicita o grande impacto que obteve no âmbito da recepção. Segundo Dantas, algumas expressões e palavras utilizadas no texto de *Q.D.* foram colocadas em dúvida quanto à autenticidade destas, pois os críticos consideravam que não “podiam ter sido escritas por uma favelada”. O jornalista justifica “ser difícil para muita gente se despir de preconceitos (ou de culpas sociais) para admitir que até ‘uma negra favelada’ tem o direito de dizer quantas palavras difíceis quiser”. Com isso,

evidenciam-se os primeiros indícios de pré-conceitos que Carolina de Jesus sofre com a publicação do livro.

Os mencionados termos no texto de Audálio (abluí-me, aleitei-me e aleitei-as) também são discutidos em outras matérias de jornais, como a escrita pelo Coelho Netto – nome influente da literatura brasileira, considerado um dos maiores escritores brasileiros – no *Correio Paulistano*. O foco recai sobre a estética do livro, principalmente nos usos da linguagem:

Mas quero ver como a critica receberá o livro de Carolina Maria de Jesus. ‘Quarto de Despejo’ um documento vivo da miseria. Mas é escrito por alguém que só teve o 2.0 ano do grupo escolar e que viveu a vida inteira ao lado de pessoas que nunca viram um livro de perto, No meu modo de entender é isso que dá, ao que ela escreve, mais verdadeira e comovente côr local. Somente não entendi (e acho que Audalio Dantas tem a culpa) aquele 'aleitei-as e ablui-me' da primeira pagina do texto.

Mas ninguem, hoje, aceitaria um crítico que apenas totalizasse a capacidade do escritor no manuseio mais ou menos correto e elegante da lingua, e apontasse como principais fatores do agrado ou desagrado da obra, as virtudes ou os defeitos da forma. Essa analise da gramatica e dos elementos materiais da criação literaria, caiu em desuso. Por primaria e superficial. A criticaliteraria evoluiu até o ponto de apreender e decompor o mesmo complexo de ideias, sentimentos e instintos que movimentam, apaixonam e torturam o homem. O crítico de hoje esmiuça, descarna e esquematiza conjunto de forças ideativas, sentimentais e subscientes que envolvem, aprisionam ou libertam a individualidade humana.

Contudo, critica literaria não é a simples decomposição, indiferente e fria, de um livro ou de um poema em suas forças essenciais. Não, A boa crítica torna-se imprescindível uma segunda fase: a fase de reconstrução do todo, que fragmentou de inicio. E é ai que entram a tolerancia e a sensibilidade. E' aí que o critico se transforma em passivo instrumento que as criações literarias fazem vibrar de leve ou rudemente. E' ai que está a grande e perigosa dificuldade: Cerceado por qualquer sistema filosofico ou estetico, conhecendo, ainda que superficialmente, outros sistemas, pode o crítico evidenciar finissima e arguta capacidade de analise e perquirição, mas, se lhe faltar tolerância para compreende-lo e amor para reconstrui-lo, o livro lhe ficará nas mãos como as bonecas que as crianças estripam para ‘ver o que têm dentro’...

Veremos como a critica penetrará nesse ‘Quarto de Despejo’.(CORREIO PAULISTANO, 21/08/1960, p.02)

Coelho Netto ressalta, em sua crítica, o grau de instrução da escritora “que só teve os 2.0 anos do grupo escolar e que viveu a vida inteira ao lado de pessoas que nunca viram um livro de perto”, e admite que isso poderá ser um problema para a recepção. Em seguida, ele afirma “não entender” o uso dos termos 'aleitei-as e ablui-me', como hipótese, decorrente do fato de Carolina ser semianalfabeta, e, por isso, não “poder” ou não ter condições de dispor de uma linguagem mais “rebuscada”. O escritor continua o seu texto, agora, tecendo uma narrativa voltada para a crítica. Pare ele, o crítico não deve se valer somente de julgamentos estéticos e formais a respeito da obra, em especial da linguagem utilizada. Netto afirma que a boa crítica carece de uma visão das criações literárias que despertam sentimentos e catarses, a partir de uma capacidade de compreensão do que o livro pode fornecer, além dos elementos estilísticos.

A linguagem e a estética presentes no livro permanecem chamando a atenção dos leitores da obra. O jornalista Mauricio Loureiro Gama escreveu um artigo para o Correio Paulistano trazendo algumas reações a respeito do texto de *Q.D.*:

ARTIGO DE FUNDO: O livro de Carolina Maria de Jesus está sendo um ‘estouro’ na praça livreira. Dez mil exemplares se derreteram num atimo. E mais dez mil logo mais estarão nas livrarias a fim de saciar a curiosidade dos leitores.

Um guardião do idioma, um guarda-civil da língua, um gramático seco, um estilista que não vê, não sente os temas mas apenas procura, nos livros, o estilo – esse já estrilou:

- Mas não é possível admitir-se a publicação de um livro assim! Nunca li tanta sandice, tanta bobagem! Nunca vi tanto erro de português, tanta vulgaridade! Nunca vi tamanha falta de senso artístico! Como é que uma editora idônea se permite editar um volume dessa ordem?

Eis aí a reação de um reacionário, de um porta-voz de ideias e princípios obsoletos, de um gramático caturra, que não se importa com a colocação correta dos problemas e, sim com a colocação elegante, certinha, dos pronomes. Eis aí a opinião álgida e ranheta, de um crítico de fígado arruinado que viu a aparência e não sentiu a substância da obra.

O livro de Carolina Maria de Jesus é um livro desagradável. Quem quiser ler livros agradáveis, macios como pelúcia ou veludo, que leia Madame Delly, que ainda hoje arranca suspiros líricos às mocinhas que adolecem nos internatos grã-finos O ‘Diário de uma Favelada’ é parecido com a própria favela. Tem um cheiro assim de peixe estragado em fim de feira, um odor ácido de frutas e legumes jogados ao chão, e sendo catados pelas mulheres e crianças que povoam as favelas e não querem morrer de fome. Tem um cheiro de pântano, tem um odor de lata de lixo.

No ‘Quarto de Despejo’ não há canarinhos melódicos cantando em gaiolas douradas. Há pulgas, percevejos e ratos. Não há cretones nem linhos. Há trapos, há farrapos, há papel de jornal

Grande livro. Talvez as elites, lendo-o, sintam-se envergonhadas e deixem de ser tão egoístas, tão impostoras, tão farisaicas, tão insinceras como os chás e a caridade ‘Society’...(CORREIO PAULISTANO, 31/08/1960, p. 03)

Maurício menciona que as críticas com relação à obra provêm de “guardiões do idioma”, “gramáticos secos” e “estilistas que não sentem os temas”. O jornalista destaca uma delas:

- Mas não é possível admitir-se a publicação de um livro assim! Nunca li tanta sandice, tanta bobagem! Nunca vi tanto erro de português, tanta vulgaridade! Nunca vi tamanha falta de senso artístico! Como é que uma editora idônea se permite editar um volume dessa ordem? (CORREIO PAULISTANO, 31/08/1960, p. 03)

O comentário acima evidencia a opinião de uma parcela da instância de recepção, como visto na maioria das matérias, em que o livro de Carolina é reduzido às características que são impulsionadas, principalmente, pelo grau de instrução da autora e pela sua classe social. Em outras reportagens, manchetes e matérias, pode-se comprovar a “perseguição” linguística: “A linguagem é simples. Sem rebuscamento, sem figuras coruscantes, sem pompa de estilo. Cheia de erros. A gramática é desrespeitada várias vezes.” (CORREIO PAULISTANO, 10/09/1960, p.02).

Arruda (2015) acrescenta que o colunista do jornal *A voz de São Paulo* teceu o seguinte comentário sobre a obra:

O livro é singelo. Sem amargura. Carolina não tem reivindicações. Ela é criatura como muitas outras e sabe que tudo acontece porque tem que acontecer. Deus fez o pobre e Deus fez o rico. Aí o seu sentido real. Não é Carolina uma intelectual, escrevendo sobre a miséria, para fazer populismo, para fazer literatura. É mesmo uma marginal da favela do Canindé. Escreve seu diário como se estivesse escrevendo uma carta para outra marginal, sua comadre da favela do Esqueleto. Sem qualquer intenção. Sem objetivo. Sem literatura. Com certeza pela primeira vez podemos saber como tais criaturas reagem em face da vida. O perigo é que Carolina Maria de Jesus queira se tornar uma escritora. Que aconteça com ela o que está acontecendo com esses negros que Marcel Camus recolheu nos morros e colocou 23 no Orfeu do Carnaval e que andam por aí agora com banca de artistas (Texto presente nos arquivos microfilmados da Coleção Audálio Dantas). (ARRUDA, 2015, p.22)

Acerca disso, a autora comenta:

A opinião do jornalista surpreende pela banalização da obra e das intenções da autora, conclui enfaticamente que Carolina não se pretende escritora e, mesmo que ela quisesse, seria um ‘perigo’. A crueldade racista das expressões ‘criatura’ e ‘esses negros’ é opinião recorrente ainda hoje; não ficou, infelizmente, no século passado. Não poderia Carolina, na opinião do autor, ter objetivos e reivindicações de uma obra literária; para ele, ela deveria resignar-se a ser apenas mais uma ‘negra do morro’, orgulhando-se, diria a letra de um funk carioca largamente cantado em todo o país, de que ‘o pobre tem seu lugar’ e este não é na literatura (ARRUDA, 2015, p.23).

É importante destacar, aqui, também, que alguns textos apresentados até o momento, de nomes influentes da época no cenário da literatura ou do meio jornalístico, buscaram, de certa forma, defender Carolina de Jesus e o valor da obra, no entanto, sempre pautados pela temática principal: a “força” do livro, o impacto da realidade da favela.

As inúmeras reações e avaliações obtidas a partir da publicação do livro, ainda que muitas fossem de cunho preconceituoso e desfavorável à escritora, fez com que a obra fosse lida e circulasse ainda mais, muito em função da curiosidade despertada no público-leitor.

Assim, com tamanho êxito de vendas, a vida de Carolina de Jesus foi transformada e atravessada pelas relações de poder do mercado editorial.

Um tempo após a publicação de *Quarto de Despejo*, Carolina passa a desfrutar dos benefícios apresentados pelo livro. Em 1961, com a obra sendo adaptada para teatros e mantendo a sua colocação entre as mais lidas, a escritora recebe o título de “Cidadã Paulistana”. Neste ano, o *Correio Paulistano* relata que Carolina Maria de Jesus já havia ganhado cerca de 02 milhões de cruzeiros em direitos autorais, fazendo com que ela mudasse de casa – e de vida. No ano de 1962, também o *Correio Paulistano* informou que o enorme sucesso editorial na

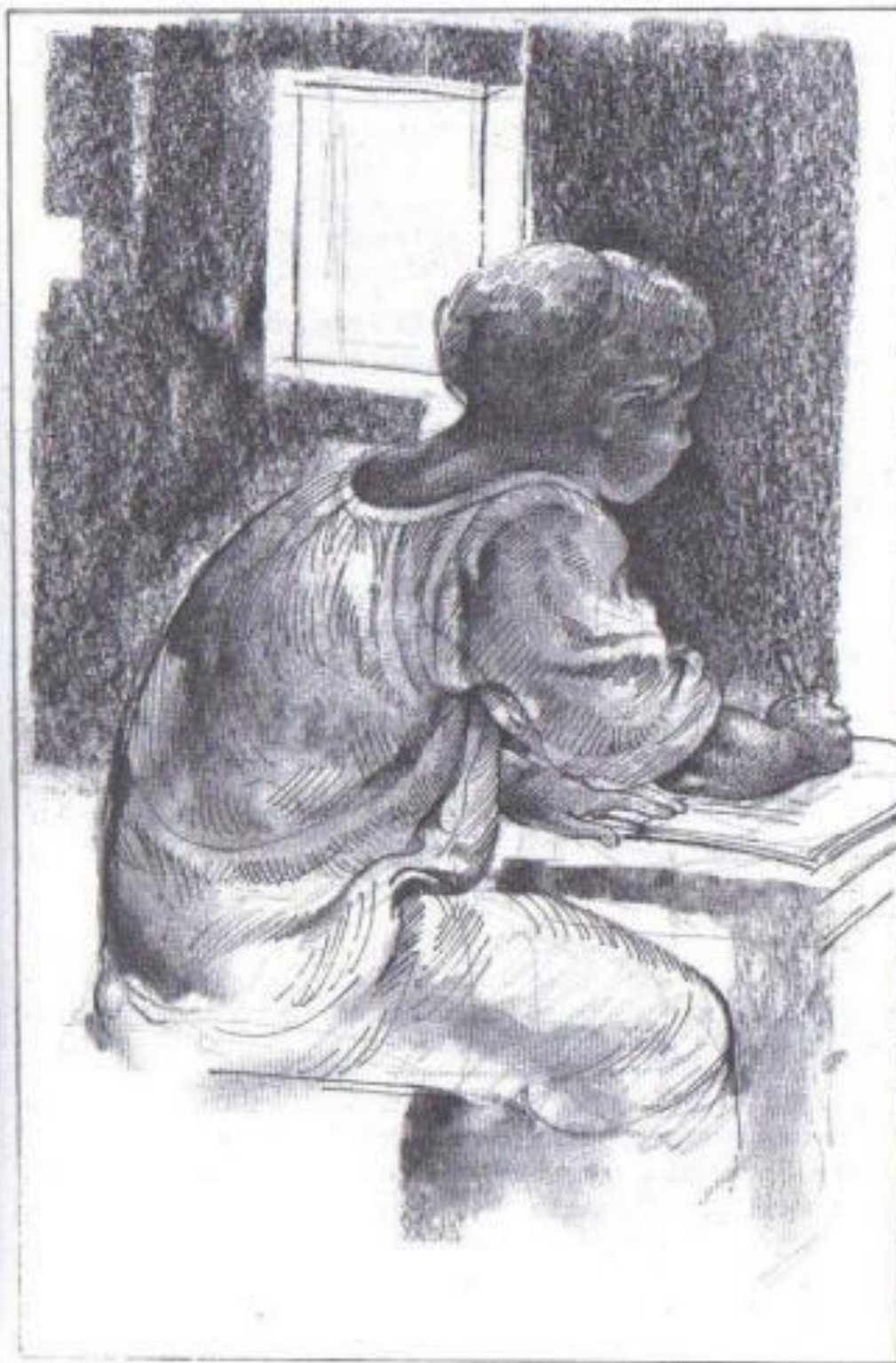
vida de Carolina fez com que alguns problemas com relação aos direitos autorais ocorressem, envolvendo Audálio Dantas e a escritora:

Está praticamente encerrado incidente ocorrido entre o Jornalista Audalio Dantas, descobridor de Carolina Maria de Jesus, e a escritora. Esclareceu Audalio, perante as câmaras de uma emissora de televisão desta capital que Carolina recebeu um milhão e cem mil cruzeiros pelas várias edições europeias de seu livro 'Quarto de Despejo' e de acordo com os contratos assinados se o livro despertar interesse na Europa, receberá mais dois milhões de cruzeiros. Disse Audalio que 12 editoras do velho mundo mostraram interesse pelo texto e que de tudo Carolina está a par, não havendo, portanto, motivo para reclamações. Por outro lado a Livraria Francisco Alves, que editou 'Quarto de Despejo', pagou a Carolina dois milhões e duzentos mil cruzeiros, correspondentes aos direitos autorais de 80 mil livros vendidos em oito edições consecutivas de dez mil exemplares cada. (CORREIO PAULISTANO, p.05, 30/03/1962)

O sucesso de Carolina de Jesus e de *Q.D.*, nessa perspectiva, foi de âmbito mercadológico, motivado pelo interesse e curiosidade do público diante de uma obra tão inusitada, para os leitores em geral. As críticas com relação à qualidade da escrita e ao potencial literário fizeram com que a escritora não se firmasse no campo da literatura, ainda que tenha publicado outras obras como *Casa de Alvenaria*.

Recentemente, em 2021, o nome da escritora voltou a receber destaque, como discutido no capítulo seguinte. Com isso, os direitos autorais da escritora vêm à tona, diante de uma tormenta judicial entre os seus familiares. Segundo informações do site *almapreta.com*, por lei, a família tem direito aos Direitos Autorais em até 70 anos após a morte da autora. No caso de Carolina, a família e a filha possuem 50% dos direitos, enquanto as netas dividem os restantes 50%. Entretanto, estas acusam não receber a herança, que está sob domínio de Maria Eunice, filha de Carolina de Jesus, após a morte dos outros filhos. As netas realizam inúmeras manifestações principalmente, nas redes sociais, com a criação de uma conta no Instagram (@netascarolinadejesus). Ao todo, somam-se quatro netas, que se queixam de dificuldades financeiras, afirmando sobreviver em condições semelhantes às da avó: catando lixos, realizando trabalhos de empregada doméstica, garçonne etc. – do mesmo modo que faleceu os outros filhos da escritora.

Na próxima seção, faremos uma exposição da conjuntura atual de circulação da obra, a fim de destacar os méritos da escritora, após esse cenário de críticas, julgamentos e preconceitos, no intuito de valorizarmos a vida e obra da autora, uma das contribuições desta pesquisa.



## CAPÍTULO 03

### CAROLINA DE JESUS: A VOZ QUE RESISTE – O *QUARTO DE DESPEJO* NA ATUALIDADE

Passadas seis décadas de publicação, *Quarto de despejo* volta a ganhar destaque e fazer circular o nome da autora. O Instituto Moreira Salles realizou uma grande exposição sobre a vida e obra de Carolina; a Companhia das Letras lançou uma reedição da última obra publicada da escritora; foi lançada a edição comemorativa de *Quarto de Despejo* pela Ática; a autora também foi destaque no quadro “Mulheres Fantásticas”, no programa de televisão Fantástico, da Rede Globo, além de ser reconhecida academicamente, ganhando o título de Doutora Honoris Causa pela UFRJ.

Em 2018, o livro foi “resgatado” em vestibulares da UFRGS e da Unicamp, e, em nota, a Editora Ática informou que essa inclusão elevou 20% a tiragem da obra. Também em 2018, o Colégio de Aplicação CAP-COLUNI/UFV/MG, considerada a melhor escola pública de Ensino Médio do Brasil, incluiu questões sobre *Quarto de despejo* nas provas do Exame de Seleção. Para o ano de 2022, o ENEM também trouxe questões acerca da obra. Além dos acima destacados, inúmeros outros vestibulares de universidades federais, estaduais e Institutos Federais brasileiros trazem o nome de Carolina Maria de Jesus para o ambiente acadêmico, em suas provas de seleção para ingresso.

Incorporar Carolina de Jesus como uma escritora a ser lida e estudada, e fazer refletir sobre as temáticas presentes em *Quarto de Despejo*, vão ao encontro de políticas sociais que promovem a inclusão dos grupos colocados à margem da sociedade em lugares que, antes, estes não poderiam ocupar. Dentre elas, pode-se destacar as desenvolvidas pelos governos Lula e Dilma, que, ao prestarem auxílios em diversas áreas – como educação (Prouni, Fies, política de cotas); habitação e saúde (Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, Farmácia Popular, Mais Médicos, Água para Todos); entre outras – possibilitaram o auxílio no combate ao preconceito e à discriminação por etnia, raça, condição social, sexo ou questões ligadas ao gênero, por exemplo, além da luta pela diminuição da desigualdade na educação, onde famílias com baixa renda familiar possuem o acesso ao ensino superior restrito.

Nessa perspectiva, Miranda (2020) defende que:

A atualidade do seu texto a torna uma autora contemporânea, pois Carolina Maria de Jesus conversa muito com o Brasil atual, com nossos desafios de hoje e com a condição aguerrida, inconformada e muito concentrada com que mulheres negras

assumem a realização de seus projetos intelectuais e autorais. Dessa forma, se por um lado o texto segue mostrando aquilo que está visível nos altos índices de desigualdade social, nas dinâmicas do poder e da subalternidade, por outro, ele também mostra o pensamento crítico articulado e encruzilhado de mulheres negras. [...] temos aqui um dos mais impactantes livros da literatura mundial. A prova incontestável disso é que a obra segue sendo cultivada pelos leitores e, neste exato momento, pode haver alguém que lerá Carolina pela primeira vez e que será marcado definitivamente por ela, ainda que agora o conteúdo narrado não figure mais novidade como em 1960. *Quarto de despejo* é uma obra clássica, e como é próprio dos clássicos, renova-se notempo e não cansa de nos ensinar. (MIRANDA, 2020, p.252)

Sessenta anos após a publicação, os relatos de Carolina se fazem atemporais e atuais. Prova disso é a ampla circulação, em época das recentes eleições de 2022, do enunciado extraído de *Q.D.*: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome”. O trecho foi destaque em matérias de jornais *online*, como *El Pais*, *GI*, *Uol*, entre outros nomes de grande visibilidade na mídia online, além de ser foco da supracitada questão do ENEM 2022:

(ENEM 2022) QUESTÃO 42

10 de maio Fui na delegacia e falei com o tenente. Que homem amavel! Se eu soubesse que ele era tão amavel, eu teria ido na delegacia na primeira intimação. [...] O tenente interessou-se pela educação dos meus filhos. Disse-me que a favela é um ambiente propenso, que as pessoas tem mais possibilidade de delinquir do que tornar-se util a patria e ao país. Pensei: se ele sabe disto, porque não faz um relatorio e envia para os politicos? O senhor Janio Quadros, o Kubstchek e o Dr. Adhemar de Barros? Agora falar para mim, que sou uma pobre lixeira. Não posso resolver nem as minhas dificuldades.

... O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome tambem é professora.

Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças.

JESUS, C. M. Quarto de despejo: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014.

A partir da intimação recebida pelo filho de 9 anos, a autora faz uma reflexão em que transparece a

A lição de vida comunicada pelo tenente.

B predisposição materna para se emocionar.

C atividade política marcante da comunidade.

D resposta irônica ante o discurso da autoridade.

E necessidade de revelar seus anseios mais íntimos.

A ênfase no texto se deu devido ao cenário atual do Brasil de extrema insegurança alimentar, em que 33 milhões de pessoas passam fome todos os dias, fazendo com que o país voltasse ao mapa da fome. Dessa forma, cenas como as descritas em *Quarto de Despejo* se reproduziram no cotidiano de inúmeros brasileiros, escancarando as desigualdades existentes em nossa sociedade e as falhas do governo dos anos 40 e 50.

O “retorno” de Carolina, nesse contexto, expressa a força de uma inscrição autoral feminina e preta, que resistiu às exigências dos críticos literários, sendo legitimada enquanto

uma escritora da literatura brasileira a partir de outras instâncias (como a escola, as universidades, os meios de comunicação etc.). Carolina Maria de Jesus tornou-se um símbolo de resistência, de empoderamento e de inspiração para outras mulheres pretas que vivem os seus quartos de despejo. A voz da autora é coletiva e representativa, visto que a favela do Canindé se estendeu por inúmeras outras. Nessa perspectiva, torna-se importante a explanação acerca do papel da mulher preta na literatura e na sociedade brasileira, como apresentado no capítulo a seguir.



Fonte: JESUS, 2001. p. 168.

## CAPITULO 04

### O QUARTO DE DESPEJO DAS MULHERES PRETAS – AQUI A PERIFERIA TEM VOZ: O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO E A INTERSECCIONALIDADE

Para falar sobre as mulheres pretas na literatura, é necessária uma discussão sobre o racismo e, principalmente, sobre o lugar que as mulheres pretas ocupam, estão ocupando e ocuparam na sociedade. Nessa seção, e nas que sucedem, optamos por utilizar vozes de mulheres intelectuais pretas que foram de fundamental importância principalmente nos estudos sobre o pensamento feminismo negro. Estamos falando de Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Djamilia Ribeiro e Conceição Evaristo no contexto brasileiro e bell hooks, Patrícia Hill Collins, na América do Norte.

Segundo Gonzalez (2020, p. 47), o racismo é uma “construção ideológica cujas práticas se concretizam nos diferentes processos de discriminação racial. Enquanto discurso de exclusão que é, ele tem sido perpetuado e reinterpretado [...]”. Assim, a autora considera o racismo enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas. hooks (2014[1981]) defende que existe uma inconsistência na definição do racismo, principalmente perpetuada pelas escolas. Para ela, é comum o racismo ser visto como “um sinônimo de discriminação ou preconceito contra as pessoas negras pelas pessoas brancas” limitando a compreensão do racismo enquanto “ferramenta política do colonialismo e imperialismo” (hooks, 2014[1981], p. 87). A autora argumenta que os livros de história utilizados nas escolas não informam sobre o imperialismo racial e as instituições de educação ainda contribuem para a compreensão do racismo enquanto ideologia política. Nas palavras dela:

Ninguém falou sobre a África como o berço da civilização, sobre os africanos e os asiáticos que chegaram à América antes de Colombo. Ninguém mencionou os assassinatos em massa dos nativos americanos como genocídio, ou a violação das nativas americanas e das mulheres africanas como terrorismo. Ninguém discutiu a escravatura como a fundação para o crescimento do capitalismo. Ninguém descreveu a educação forçada das esposas brancas para aumentar a opressão sexista da população branca. (hooks, 2014[1981], p. 87)

hooks defende que o racismo deve ser estudado, pensado e compreendido de acordo com a sua articulação com o sexismo, e, por isso, a importância do movimento feminista negro. Corroborando isso, no contexto brasileiro, Gonzalez (1984, p. 224) afirma que o racismo “se

constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” e que isso gera efeitos violentos, em particular, sobre a mulher preta.

Para Gonzalez (1984, p. 231), a mulher preta periférica é a que mais sofre, visto que sobrevive não só prestando serviços, mas também cuidando da família, de forma praticamente sozinha. Isso porque seus companheiros, filhos ou irmãos são objeto de perseguição da ação policial sistemática nas favelas e comunidades. Em fala provocativa, Gonzales assume que as mulheres pretas estão “na lata de lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação” e que “[...] neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa. (GONZALEZ, 1984, p. 225). Mais uma vez a estreita relação com *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Carolina é o lixo que falou.

hooks (1995) e Davis (2016) argumentam que a lógica racista limita as mulheres pretas a ocuparem cargos relacionados à prestação de serviços ou domésticos, visto que são consideradas incapazes para realizar atividades intelectuais. Collins (2019, p.82), nesse contexto, defende a importância do pensamento feminista negro e da inclusão de estudos de mulheres negras que não são vistas como intelectuais, visto que o trabalho dessas mulheres “[...] ilustra uma tradição que combina produção acadêmica e ativismo.”

Caldwell (2020) aponta para a ausência da incorporação do estudo da raça aos estudos sobre o feminismo nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Canadá e no Brasil, fazendo com que ocorresse um privilégio das vozes brancas e um silenciamento das não brancas. Além disso, a autora também nos chama a atenção para o fato de que as mulheres pretas ainda são minorias nas universidades brasileiras, o que é um impasse para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas sobre racismo e mulheres pretas. Uma das formas de tentar reverter esse cenário é o estudo e circulação dos estudos e pesquisas sobre o pensamento feminista negro.

Segundo hooks (2018, 2019) e Caldwell (2000), as mulheres pretas foram excluídas do processo de constituição dos movimentos feministas, e as mulheres brancas privilegiadas agiam como se o feminismo pertencesse a elas. Sobre isso, Gonzalez (2020, p. 128) questiona: “como podemos explicar esse ‘esquecimento’ por parte do feminismo?” E a resposta é clara: racismo, a partir de uma visão de mundo eurocêntrica e neocolonialista. Corroborando isso, hooks (2019) afirma que:

O racismo permite que as mulheres brancas construam a teoria e a prática feminista de uma forma muito longe de parecer uma luta radical. A sociabilização racista ensina as mulheres brancas burguesas a pensar que, inevitavelmente, são mais capazes de liderar as massas de mulheres do que outros grupos de mulheres. Várias vezes, mostraram que não querem fazer parte do movimento feminista – querem liderá-lo. Apesar de, provavelmente, as mulheres brancas burguesas liberais saberem menos

sobre a organização dos populares do que muitas mulheres pobres e das classes trabalhadoras, tinham a certeza de que conseguiam liderar, e estavam, também, confiantes de que o seu papel deveria ser um papel dominante na formação da teoria e da prática. O racismo ensina um sentido excessivo de importância e de valor, especialmente quando aliado ao privilégio de classe. A maioria das mulheres pobres e da classe trabalhadora ou mesmo das mulheres burguesas não brancas individualmente não assumiria que conseguia iniciar um movimento feminista sem primeiro contar com o apoio e a participação de mulheres de vários grupos. (hooks, 2019, p. 42)

A perspectiva adotada por hooks (2018, 2019) e Gonzalez (2020) é a de que não basta apenas uma revolução feminista “isolada”, com o foco apenas no gênero, mas é preciso atrelar esta luta ao racismo, ao elitismo e ao imperialismo. Desse modo, surge a necessidade de um ponto de vista feminista baseado numa compreensão da raça, do gênero e da classe – o que não era problematizado no feminismo branco, constituído por mulheres cis, brancas, de classe privilegiada.

Para hooks (2014[1981]) é preciso eliminar as forças que “dividem as mulheres”, sendo o racismo, uma delas. No que diz respeito ao Brasil, Gonzalez (2020) aponta que:

Para finalizar, gostaríamos de chamar a atenção para a maneira como a mulher negra é praticamente excluída dos textos e do discurso do movimento feminino em nosso país. A maioria dos textos, apesar de tratarem das relações de dominação sexual, social e econômica a que a mulher está submetida, assim como da situação das mulheres das camadas mais pobres etc. etc., não atentam para o fato da opressão racial. As categorias utilizadas são exatamente aquelas que neutralizam o problema da discriminação racial e, conseqüentemente, o do confinamento a que a comunidade negra está reduzida. A nosso ver, as representações sociais manipuladas pelo racismo cultural também são internalizadas por um setor que, também discriminado, não se apercebe de que, no seu próprio discurso, estão presentes os mecanismos da ideologia branqueamento e do mito da democracia racial. (GONZALEZ, 2020, p. 52)

hooks (2019) defende a resistência ao domínio hegemônico que permeia o pensamento feminista, insiste no fato de que feminismo uma teoria em construção, por isso é importante criticá-la, questioná-la, reexaminá-la de forma a explorar as novas possibilidades de falar sobre as vivências e as experiências de todo tipo de mulheres.

Vergès (2020), diante do cenário colonialista europeu, propõe um feminismo de política “decolonial”:

Os feminismos de política decolonial [...] se apoiam na longa história das lutas de suas antepassadas, mulheres autóctones durante a colonização, mulheres reduzidas à escravidão, mulheres negras, mulheres nas lutas de libertação nacional e de internacionalismo subalterno feminista nos anos 1950–1970, mulheres racializadas que lutam cotidianamente nos dias de hoje. (VERGÈS, 2020, p. 28-29)

Assim, tendo como base as lutas antirracistas, anticapitalistas e anticoloniais, os feminismos de política decolonial visam contribuir para as teorias de libertação e emancipação em nível global.

Frente a toda exclusão e opressão e visando se opor às desigualdades e injustiças sociais e econômicas, as estadunidenses pretas produziram um pensamento social e feminista próprio: o pensamento feminista negro. Um dos principais fundamentos do pensamento feminista negro é recuperar as tradições intelectuais feministas negras, ou seja, recuperar as ideias das mulheres pretas (COLLINS, 2019, p. 49). Para isso, Collins (2019, p. 51) defende que é necessário localizar obras não reconhecidas e não divulgadas; descobrir, investigar e analisar as ideias de mulheres pretas silenciadas; e inserir no movimento mulheres pretas que não são comumente vistas como intelectuais – aquelas que não são acadêmicas ou de classe média. Sobre isso, segundo a autora:

Nem todas as intelectuais negras foram escolarizadas. Nem todas as intelectuais negras estão no meio acadêmico. [...] Defendo que, na realidade, fazer um trabalho intelectual do tipo pensado pelo feminismo negro requer um processo de luta autoconsciente em favor das mulheres negras, independentemente do lugar social concreto em que esse trabalho ocorra (COLLINS, 2019, p. 52).

Para Collins (2019, p. 55) o pensamento feminista negro inclui não só os saberes acadêmicos, mas também os orgânicos, aqueles produzidos por mulheres pretas da classe trabalhadora. Segundo ela, o pensamento feminista negro é uma teoria social crítica porque

visa empoderar as afro-americanas em um contexto de injustiça social sustentado por opressões interseccionais. Na medida em que as mulheres negras não podem ser plenamente empoderadas a menos que as opressões interseccionais sejam eliminadas, o pensamento feminista negro apoia princípios amplos de justiça social que transcendem as necessidades específicas das mulheres negras estadunidenses. (COLLINS, 2019, p. 63)

A matriz de dominação se estrutura em torno de eixos de raça, gênero, classe, sexualidade e nação. Por matriz de dominação entende-se as organizações ou instituições sociais em que as opressões interseccionais estão inseridas e se desenvolvem. Essas instituições operam em domínios de poderes hegemônicos, de forma a gerar modelos e padrões de opressão com os quais as mulheres pretas se deparam (COLLINS, 2019, p. 454).

No Brasil, as mulheres pretas por diversas vezes tiveram as suas vozes silenciadas e os seus corpos subalternizados, fazendo com que elas permanecessem na invisibilidade. Nesse

sentido, Carneiro (2003, p. 118) defende que essas formas de opressão “vêm exigindo a reelaboração do discurso e práticas políticas do feminismo”.

Assim, a trajetória das mulheres pretas no movimento feminista brasileiro foi marcada pela expressão “enegrecendo o feminismo”. No contexto brasileiro, a perspectiva feminista negra busca se atentar às condições de ser mulher, negra e, principalmente, pobre, enquanto forma de luta antirracista, “politizando as desigualdades de gênero”, nas palavras de Carneiro (2003, p. 119). A contribuição do feminismo negro para a luta antirracista no Brasil, nas palavras de Sueli Carneiro:

Pensar a contribuição do feminismo negro na luta anti-racista é trazer à tona as implicações do racismo e do sexismo que condenaram as mulheres negras a uma situação perversa e cruel de exclusão e marginalização sociais. Tal situação, por seu turno, engendrou formas de resistência e superação tão ou mais contundentes. O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão. (CARNEIRO, 2003, p. 129)

Diante disso, faz-se necessário destacar que o pensamento feminista negro, de Patrícia Hill Collins, apresenta uma discussão extensa, sobre vários aspectos em torno dessa teoria social crítica. No entanto, selecionamos o que julgamos mais relevante para dialogar com *Quarto de Despejo* e Carolina Maria de Jesus. Nessa perspectiva, visamos analisar a obra de uma escritora preta, que não pertenceu ao meio acadêmico tampouco à classe média. Uma escritora que teve sua intelectualidade colocada à prova e foi silenciada e invisibilizada pelas instituições e pelos poderes hegemônicos de uma sociedade cisheteropatriarcal, branca e elitista.

Oluo<sup>9</sup> (2020, p. 30) pontua que “Embora quase tudo possa ter a ver com raça, quase nada tem a ver totalmente com raça”. Segundo ela, em situações de opressão, por exemplo, inúmeros fatores estão presentes, e isolar a raça ou concentrar a atenção somente nela não resolverá o problema de maneira geral. Oluo (2020) afirma que

Cada um de nós tem uma miríade de identidades — nosso gênero, classe, raça, sexualidade e muito mais — que informam nossas experiências na vida e interações com o mundo. Como vimos quando verificamos nosso privilégio, as diferentes hierarquias, privilégios e opressões atribuídos a essas identidades afetam nossa vida

---

<sup>9</sup> Escritora e palestrante, seu trabalho sobre raça tem sido destaque em veículos como *Guardian*, *Washington Post*, *New York Magazine*, *Stranger*, entre outros. Foi nomeada como uma das 100 pessoas afro-americanas mais influentes pela *The Root* em 2017 e recebeu o HumanistFeministAward de 2017 pela American Humanist Association. (Disponível em: <https://record.com.br/atores/ijeoma-oluo/>)

de várias maneiras. Contudo, esses privilégios e opressões não existem no vácuo e podem se combinar, se misturar, se suavizar e se contradizer. (OLUO, 2020, p. 72)

Oluo defende que indivíduos com diferentes gêneros, classe, raça e a sexualidade, por exemplo, – considerados de forma simultânea, e não separadamente – sofrem divergentes opressões e privilégios, afetando a realidade particular de cada um. Ou seja: cada sujeito, com suas interseções diversas sobrepostas e entrecruzadas, vivem e experienciam situações, acontecimentos, completamente diferentes.

A genealogia da interseccionalidade deve-se ao resultado não só do movimento intelectual de mulheres pretas, mas de experiências e vivências delas no ativismo negro, ou seja, na práxis em prol da justiça social. Embora Crenshaw tenha cunhado o termo “interseccionalidade”, a ideia e o movimento filosófico já existiam anterior a ela (BUENO, 2019), por meio do ativismo, da práxis, nas igrejas, nos lares, nos encontros políticos. Rodrigues (2006) argumenta que inúmeras mulheres negras já desenvolviam pesquisas, no espaço da academia, a partir de uma proposta interseccional, desde a década de 1980. Nas palavras dele:

Reverendo a bibliografia sobre gênero e raça no Brasil, com especial atenção aos movimentos sociais, vemos se repetirem em dezenas de artigos publicados nas décadas de 1980 e 1990 os nomes de Luiza Bairros, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Edna Roland, Nilza Iraci e Matilde Ribeiro. Essas e outras tantas mulheres negras estiveram presentes e foram participantes fundamentais na formatação dos movimentos Negro e Feminista, contribuindo para o aprofundamento dos debates internos sobre a importância de se pensar gênero articulado ao pertencimento racial, apontando que racismo e sexismo devem ser trabalhados juntos [...]. (RIBEIRO, 1995, p. 02).

Collins (2017) reivindica a importância não só do ativismo dos movimentos sociais, mas também importantes estudos que já interseccionavam raça, classe e gênero:

As principais obras de mulheres negras afro-americanas, que estabeleceram as bases para o que veio a ser conhecido como interseccionalidade, incluem *Civil Wars*, de June Jordan (Jordan, 1981); o clássico *Sister Outsider* (Lorde, 1984) de Audre Lorde; e o inovador *Mulheres, Raça e Classe* de Angela Davis (Davis, 1981). Em trabalhos como esses, pode-se ver como a produção intelectual de mulheres negras contém uma análise explícita das interconexões de raça, classe, gênero e sexualidade como sistemas de poder explicitamente ligados a diversos projetos de justiça social catalisados por seu envolvimento com os movimentos sociais (Collins, 2000). Mais uma vez, esse conjunto de estudos de raça/ classe/ gênero não estava limitado a mulheres afro-americanas. (COLLINS, 2017, p. 09)

Collins (2017) e Bueno (2019) chamam a atenção, inclusive, para o esvaziamento da origem do termo, afirmando que as discussões acerca da interseccionalidade são realizadas de

formas reduzida e limitadora, no intuito de propor políticas emancipatórias contemporâneas, para fins neoliberais – retirando a potência política do movimento, ou seja, a práxis.

Embora amplamente criticada, Crenshaw é a responsável academicamente pela terminologia interseccionalidade (COLLINS, 2017). Ela considera que raça, classe e gênero são sistemas de opressão que oprimem, discriminam e criam desigualdades básicas. Nas palavras dela, a interseccionalidade:

[...]busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177)

A perspectiva interseccional não considera o somatório dos sistemas, mas um entrecruzamento, como se fossem vias se entrecruzando e colidindo-se em avenidas identitárias. Akotirene (2019), a partir da perspectiva cultural, nos explica que:

Mulher + negra + nordestina + trabalhadora + travesti + gorda, segundo a metodologia de Patricia Hill Collins, trata-se de visão interseccional inválida ao projeto feminista negro. A interseccionalidade impede aforismos matemáticos hierarquizantes ou comparativos. Em vez de somar identidades, analisa-se quais condições estruturais atravessam corpos, quais posicionalidades reorientam significados subjetivos desses corpos, por serem experiências modeladas por e durante a interação das estruturas, repetidas vezes colonialistas, estabilizadas pela matriz de opressão, sob a forma de identidade. Por sua vez, a identidade não pode se abster de nenhuma das suas marcações, mesmo que nem todas, contextualmente, estejam explicitadas. (AKOTIRENE, 2019, p. 30)

Gomes e Carvalho (2020) nos chamam a atenção para o fato de que algumas identidades “[...] conferem privilégios [...] e que nenhuma pessoa é formada apenas de um eixo, mas sim da combinação destes, o que leva a aceitar a ideia de que a coexistência de eixos leva a graus maiores ou menores de discriminação interseccional.”. Nesse contexto, Kyrillos (2020) reforça a ideia de que considerar raça, gênero e classe de modo articulado, e não de forma separada, levou à emergência de se teorizar as formas de opressão, que ocorrem de forma divergente dependendo do entrecruzamento dos eixos identitários.

A teoria interseccional nos permite refutar as categorias universais identitárias, entendendo que os corpos/sujeitos são coalizados, com vivências e experiências distintas, que levam a determinadas relações de poder seja de opressão, seja de privilégios; seja de ambas. Por exemplo, uma mulher branca cis hetero com capital intelectual e poder aquisitivo pode ser considerada dentro do grupo de mulheres um corpo privilegiado, mas em relação ao grupo de

homens, ela sofre a opressão de gênero, e dependendo da prática social, pode sofrer ainda discriminação, como no ambiente acadêmico, empresarial.

É nesse sentido, então, que se pode encontrar diálogo com a ADC e Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), que problematiza a vida social a partir de um olhar dialético-transformacional, dando ênfase às desigualdades sociais, a partir das relações de poder hegemônicas. Vejamos de forma mais detalhada como isso ocorre, no capítulo a seguir, em que são apresentados os princípios, fundamentos e categorias da Análise de Discurso Textualmente Orientada, de Norman Fairclough.

## CAPÍTULO 05

### TEÓRICO-METODOLÓGICO

#### *Estudos Discursivos Críticos e Norman Fairclough: princípios, fundamentos e categorias*

A Análise de Discurso Crítica (ADC) surge como uma vertente dos estudos sobre o discurso, cuja característica principal é a transdisciplinaridade que integra vários campos do conhecimento, operacionalizando conceitos e categorias destes campos de forma a propor uma ontologia discursiva da vida social. Um dos principais expoentes é Norman Fairclough, que publicou obras consideradas essenciais aos estudos discursivos críticos.

A obra *Discurso e Mudança Social*<sup>10</sup>, publicada em 1992, consolidou o quadro teórico-metodológico da Análise de Discurso Crítica, a partir de uma proposta de uma teoria social do discurso. Em 1999, Chouliaraki e Fairclough publicam *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*, com uma proposta metodológica baseada em uma ontologia discursiva, atualizando e revendo os conceitos da obra de 1992. Por fim, em 2003, Fairclough publica *Analysing discourse: textual analysis for social research*, apresentando as categorias analíticas para análise de práticas sociais. Nesse sentido, as obras citadas de Fairclough nos fornecem conceitos, categorias e ferramentas que são extremamente importantes para o desenvolvimento deste trabalho e para a análise da prática social proposta nesta pesquisa.

O discurso, para Fairclough (2001[1992]), é o uso social da linguagem, como uma forma de prática social. Neste modelo de análise, as relações de poder são de dominação e relacionam-se ao conceito de hegemonia, operacionalizado pelas ideologias que sustentam, mantêm e reproduzem tais relações de dominação. Desse modo, pode-se considerar duas dimensões na abordagem de Fairclough: a da prática discursiva e a da prática social, a partir de uma proposta dialético-relacional entre discurso e estrutura social (CARVALHO; GOMES, 2022). No entanto, esse conceito de discurso é modificado por Fairclough, em 1999, que será discutido a seguir.

A década de 1990 foi marcada por intensas transformações socioculturais: o crescimento do mercado e das transações, a emergência do neoliberalismo, entre outros marcos do mundo moderno, gerando um impacto nas relações sociais. Isso porque as instituições passaram a não se constituir da mesma maneira, as identidades e culturas foram diversificadas, abrindo espaço

---

<sup>10</sup>Utilizaremos, a fim de facilitar o entendimento quanto à data de publicação da obra, a denotação (2001[1992]) quando citarmos a obra de Fairclough publicada em 1992 e traduzida em 2001.

para o multiculturalismo e para os movimentos identitários, por exemplo. É nesse contexto, então, que Fairclough e Chouliaraki passam a questionar de que forma as mudanças da vida em sociedade podem afetar o discurso, ou, em outras palavras, como as transformações sociais e culturais influenciam a nossa produção discursiva, fazendo com que a mudança discursiva e a mudança social estejam em uma relação dialética.

Sobre essa conjuntura, Resende e Ramalho (2004) relatam que:

No enquadre de ADC de Chouliaraki e Fairclough (1999), o objetivo é refletir sobre a mudança social contemporânea, sobre as mudanças globais de larga escala e sobre a possibilidade de práticas emancipatórias em estruturas cristalizadas na vida social. Para alcançar esse objetivo, a ADC assentada como reflexão sobre o discurso é localizada no contexto da Modernidade Tardia. O seu enquadramento dá-se: (i) numa visão científica de crítica social; (ii) no campo da pesquisa social crítica sobre a modernidade tardia; e (iii) na teoria e na análise lingüística e semiótica. (RESENDE; RAMALHO, 2004, p.190)

Diante disso, levando em consideração o fato de que as transformações sociais, culturais e políticas podem interferir no modo de agir e interagir com o outro, e também no modo de significar o mundo, nas relações sociais e no modo de produzir e gerar conhecimentos, Chouliaraki e Fairclough (1999) defendem que as relações entre as diferentes formas de discurso e como elas são articuladas nas práticas sociais também se modificam. Assim, os autores expõem que a vida é mediada por textos, é constituída por práticas sociais e que os discursos são ali constituídos. O discurso então tem um papel significativo na produção, reprodução e superação das desigualdades sociais, e, por isso, torna-se necessária a discussão acerca do lugar do discurso neste paradigma, ou a forma como ele irá se constituir, se articular, se sobrepor a outros discursos.

Para isso, iremos pensar, primeiramente, por uma perspectiva ontológica, visto que são inúmeras as maneiras de percepção da realidade social, e, se o foco se mantém na mudança social, é essencial compreender a relação entre estrutura, ação, sociedade. Serão apresentadas a seguir as bases epistemológicas e metodológicas que influenciaram Chouliaraki e Fairclough a construírem a analítica de 1999.

\*\*

### ***As influências do Realismo Crítico de Roy Bhaskar***

As teorias críticas propõem um olhar para a realidade de uma maneira crítica, trazendo questões como ideologia, poder, emancipação e resistência, por exemplo. Sayer (2000, p.20) defende que “[...] o realismo crítico oferece um denominador para a ciência social crítica, isto

é, uma ciência social que é crítica em relação às práticas sociais que estuda, assim como outras teorias”.

Um dos pontos importantes sobre o Realismo Crítico de Bhaskar é o modelo transformacional da atividade social, correspondendo a uma das principais teses da abordagem de Chouliaraki e Fairclough (1999): a ideia de transformar a sociedade. Sobre isso, é necessário um olhar para o mundo social compreendendo que a realidade não é posta e fixa, mas sim construída e, por isso, ela pode ser transformada – e para que essa transformação ocorra há uma relação entre estrutura e ação. Essa relação diz respeito ao fato de que a ação individual é constrangida pelas estruturas e que ambas se articulam de forma potencial.

Para Bhaskar (1998) tem-se uma relação dialética entre estrutura e ação, sendo que as estruturas agem possibilitando recursos e constrangimentos em relação à ação. A ação, por sua vez, pode reproduzir tais constrangimentos, valores e crenças, como também pode transformar, ou seja, os agentes possuem o poder de transformação ou de reprodução – no entanto, o foco de Bhaskar está na transformação. Essa transformação, no RC, ocorre no sistema posição- práticas sociais, compreendendo que estamos em todas as situações inseridos em determinada prática, que possui suas relações de assimetria, por exemplo. O sistema de posição-práticas sociais permite que os sujeitos posicionados obtenham a potencialidade necessária para transformar ou iterar as estruturas, estas que não são fixas nem estáveis (SAYER, 2020; RAMALHO, 2010; MATEUS & RESENDE, 2015).

Nessa perspectiva, Bhaskar propõe uma ontologia estratificada do mundo social, e considera a realidade de maneira crítica, sendo dividida em três domínios: o do potencial, o do realizado e o do empírico. O primeiro diz respeito às estruturas internas, os mecanismos e os poderes causais. O domínio do realizado relaciona-se ao exercício do poder, bem como os seus efeitos. Já o domínio do empírico está no âmbito daquilo que pode ser observado, das experiências, dos efeitos das potencialidades. Nesse sentido, pode-se dizer que os sujeitos possuem poderes potenciais, que são ativados em certas circunstâncias, porém as contingências podem impedir a realização de tal poder (MATEUS; RESENDE, 2015).

Segundo Ramalho (2010), em primeiro lugar, pode-se afirmar que olhar para a realidade de forma crítica deve ocorrer independente do que somente vemos e experienciamos, mas que por trás dela existe uma dimensão subjacente, abstrata, operando e executando mecanismos que nos levam à transformação de tal realidade, como também podem nos bloquear. Em outras palavras, a realidade não é só construída do que conseguimos observar e experienciar, existem mecanismos operando para que as coisas sejam de determinada maneira e não de outra.

A vida social é um sistema aberto, constituído por várias dimensões (física, química, biológica, psicológica, econômica, social, semiótica etc.), estas que, por sua vez, possuem suas próprias estruturas e seus próprios mecanismos e poderes gerativos. No entanto, na vida social aberta tudo se articula, nada se reduz ou se exclui, e deve-se, então, olhar para ela a partir de todas as dimensões (RAMALHO, 2010).

Posto isso, é necessário entender como Chouliaraki e Fairclough incorporam todos esses conceitos e fundamentos do Realismo Crítico e propõem a sua forma de compreender a natureza do discurso no modelo da Análise Discursiva Textualmente Orientada.

\*\*

### ***Ontologia discursiva de Fairclough (1999) segundo as influências de Bhaskar***

Tomando como base as discussões de Bhaskar, Fairclough (2003) propõe a sua ontologia do discurso a partir de uma perspectiva realista, visto que não considera somente os aspectos discursivos, mas também os aspectos da vida social, considerando o conceito de vida enquanto um sistema aberto.

Chouliaraki e Fairclough (1999) também articulam o potencial e o real levando em conta a ideia de que as potencialidades são sujeitas aos constrangimentos. Os autores, retomam a discussão de que os eventos sociais são gerados por mecanismos, estruturas, agentes causais com seus poderes, entre outros, e, dessa forma, para que possamos entendê-los não basta apoiar nosso conhecimento somente no que se observa ou se experiencia, pois se estende às estruturas subjacentes. Em outras palavras, o concreto, o que é observável, é um conjunto de fatores que não é visto, e, por isso, é necessário entender o que gera os eventos e porque eles foram produzidos daquela maneira. Ao colocar esses ideais em textos, o que é textualmente concretizado, para Fairclough (2003), são aparências produzidas para alcançar determinados efeitos e metas; e somente buscando as estruturas subjacentes a esses textos é que se pode compreendê-los.

Ainda é possível, a partir de Fairclough (2003), pontuar de forma mais clara as relações entre os fundamentos do RC e os da Análise de Discurso Textualmente Orientada. Em primeiro lugar, Fairclough (2003) considera que as estruturas sociais não são fixas, e acrescenta o sistema linguístico como ponto de partida para a análise. Além disso, o sistema posição-prática social de Bhaskar é relacionado com as ordens do discurso, para entender o que permite e como ocorre a transformação ou reprodução. Por fim, Fairclough considera os textos como materialização

dos eventos, aquilo que é mais concreto, relacionando-os aos eventos sociais, por isso os textos não são analisados por um viés somente linguístico, tendo em vista que o texto é produto de uma rede de práticas que estão entrelaçadas. Dessa forma, Fairclough (2003) defende que os textos possuem efeitos causais, que não são mecânicos, pois são passíveis de promover mudanças.

Posto isso, como discutido nas seções anteriores, um dos principais objetivos de Fairclough é explicar/ compreender como ocorre a mudança discursiva na dialética com as questões sociais (o social e o discurso). Nesse contexto, se o ponto de partida é conceber que a vida social e a relação estrutural ocorrem não de maneira dual (estrutura e ação), mas de uma maneira tripartida – estrutura, sistema posição-prática e ação – e que é nessa potencialidade do sistema posição-prática, e no interior das práticas sociais, que a atividade transformacional, ou reprodutiva, irá ocorrer, Chouliaraki e Fairclough (1999) destacam a necessidade de definir o que são essas práticas sociais. Assim, na posição de analistas do discurso (e não cientistas sociais), os autores propõem uma ontologia do discurso, cujo objetivo é analisar discursos de maneira socialmente crítica, entendendo que se o discurso é o uso social da linguagem e que se as práticas sociais são os lugares em que realizam-se as reproduções e as transformações, então o discurso seria um dos elementos que constitui as práticas sociais. Desse modo, para pensar o conceito de prática social, Chouliaraki e Fairclough se baseiam no materialismo histórico-geográfico de David Harvey (1996).

\*\*

### *A influência do Materialismo Histórico-Geográfico de David Harvey*

Chouliaraki e Fairclough (1999) apropriam-se do conceito de práticas sociais proveniente do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996), reconhecendo que a vida social é constituída em torno de práticas. Segundo Ramalho (2005, p.288), “[...] práticas são maneiras habituais, em tempos e espaços particulares, por meio das quais pessoas aplicam recursos materiais ou simbólicos para interagirem”. Assim, toda prática social articula determinados elementos que não necessariamente são discursivos. Sobre isso, Chouliaraki e Fairclough (1999) resgatam dos estudos de Harvey a necessidade de relacionar o poder e o discurso com outros aspectos não discursivos da vida social. Isso implica dizer que as atividades de reprodução ou transformação realizada pelos sujeitos ocorrem pela linguagem (linguagem em uso), mas não somente por meio da linguagem em uso.

Segundo Harvey, as práticas sociais se constituem de seis momentos (discursivos e não-discursivos), em uma relação de internalização e articulação. São esses: discurso, poder, relações sociais, crenças/desejos e valores, instituições e rituais e práticas materiais. (FAIRCLOUGH; MELO, 2012).

Chouliaraki e Fairclough (1999) incorporaram esses seis elementos na metodologia da ADTO, com as seguintes alterações: discurso, atividade mental, fenômeno mental e relações sociais. Fairclough (1999) realiza um deslocamento junto a Chouliarakis sustentando que o método discursivo de 1999 não terá como ponto de partida o discurso (como em 1992), mas sim o conceito de prática social. Ou seja, a centralidade não estará no discurso, visto que esse será considerado como um dos elementos das práticas sociais. Sobre isso, Ribeiro e Gomes (2020, p.1788) nos informam que:

O discurso, nesta proposta discursivo-crítica, é o elemento semiótico da prática social; um dos momentos da prática social, a qual é constituída simultaneamente por práticas discursivas e por elementos não discursivos que não se reduzem entre si. (RIBEIRO; GOMES, 2020, p. 1788)

Nesse contexto, Chouliaraki e Fairclough (1999), incorporando os elementos da Análise do Discurso, do Realismo Crítico e do Materialismo Histórico-geográfico, propõem que o ponto de entrada de análise é a prática social, tendo em vista que ela, dentro desse sistema posição-prática, possibilita a percepção de que a transformação está ocorrendo ou não. Assim, o discurso se configura como um dos momentos dessa prática social que podem gerar transformações ou reproduções, junto aos outros momentos. Sob esse viés, o discurso, por si só, não possui a responsabilidade de transformar ou reproduzir, visto que a atividade material pode bloquear modificações ou manter estruturas, por exemplo, o que implica dizer que todos esses momentos estão articulados e internalizados.

\*\*

### ***A influência de Laclau e Mouffe e o conceito de hegemonia***

Os conceitos de hegemonia e articulação, de Laclau e Mouffe (1987[1985]), são amplamente utilizados na ontologia discursiva de Chouliaraki e Fairclough (1999). Os autores de apropriam do conceito de hegemonia, visto que partem de uma perspectiva dialético-relacional de que existe um modelo transformacional da atividade social, em que as

transformações e reproduções ocorrem dentro de um sistema posição-prática social. Essa prática social, como já discutido, define-se a partir de quatro elementos sociais que se constituem em momentos dinâmicos que se internalizam e se articulam. Sendo assim, partindo do pressuposto que existem ontologias diversas sobre o mundo social, pode-se dizer também que não há um conceito único de hegemonia, mas sim práticas hegemônicas.

Sobre isso, Laclau e Mouffe (1987[1985]) defendem que os elementos ideológicos são contingentes, o que os autores denominam de “significados flutuantes”. Segundo eles, os significantes não são fixos, são contingências, que se transformam em momentos de um discurso, este que, por sua vez, também não é fixo, é um dos momentos dentro de uma prática.

Nesse conceito de hegemônicas – e não somente uma hegemonia – é defendida a ideia de que não existe um sistema de ideias sobre determinadas coisas, mas práticas hegemônicas que se debatem e se articulam. Dessa forma, um significante “x” se transforma em um momento discursivo, dentro de uma prática hegemônica “x” e uma prática hegemônica “y”, e tal significante irá se constituir enquanto potencial de significados que serão transformados ou reproduzidos dentro dos momentos discursivos e das práticas hegemônicas.

Laclau e Mouffe (1987[1985]) afirmam que o significado dos signos não provem de uma estrutura fechada, mas produzido por práticas articulatórias. Nessa perspectiva, os significantes que flutuam vão assumindo significados dentro de práticas articulatórias, estas que são sociais e políticas, pressupondo a contingência dos potenciais significados. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), o discurso se configura como práticas articulatórias, sendo um dos momentos dentro das lutas hegemônicas.

Laclau e Mouffe (1987[1985]) defendem que a hegemonia não deve ser vista a partir de um determinismo econômico, tendo em vista que, com a entrada dos estudos culturais e das teorias críticas, e com a emergência dos movimentos sociais e identitários, muitas contingências e ideologias políticas surgiram e se contestam, se articulam e se desarticulam. Sendo assim, as lutas hegemônicas devem ser entendidas a partir dessa relativa permanência de articulações dos elementos, que permitem articulações e desarticulações hegemônicas, ou, em outras palavras, um fechamento mais discursivo (relações sociais de exclusão, opressão, etc.) e uma abertura mais discursiva (emancipatória, menos excludente).

\*\*

*A influência de Halliday (1978): a Linguística Sistêmico-funcional (LSF)*

Divergente das concepções e fundamentos do estruturalismo, uma das principais características da abordagem linguística sistêmico-funcional de M.A.K Halliday é a relação do social com o linguístico, em que a teorização da linguagem ocorre de maneira mais próxima da ciência social crítica (RAMALHO, 2005). Nessa perspectiva, o contexto ganha destaque para a análise dos textos, sendo este considerado em situação (de produção, recepção etc.). Para Halliday (1978), o texto é unidade semântica, já que os sujeitos realizam um processo de seleção e escolhas no sistema de uso da língua. Essas escolhas relacionam-se às necessidades dos falantes, em contextos específicos, para atingir determinado objetivo. Trata-se, portanto, de uma proposta paradigmática. Na perspectiva de Halliday (1978), a língua é um fenômeno sociosemiótico que potencializa significações e a instância, ou seja, o texto é instanciado, está inserido em uma situação particular (BARBARA; MACÊDO, 2010).

\*\*

### *Procedimentos metodológicos*

Nossa investigação é de caráter qualitativo, interpretativo-explanatório, transdisciplinar e emancipatório. Como já discutido, este estudo vincula-se ao método relacional-dialético e transformacional dos estudos discursivos críticos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2001 [1992]; FAIRCLOUGH, 2003). Segundo Resende e Ramalho (2004, p.185), a ADTO “[...] constitui modelo teórico-metodológico aberto ao tratamento de diversas práticas na vida social”. Trata-se, portanto, de um estudo aberto em função de que, de acordo com o problema social com faceta semiótica que será analisado, poderão ser utilizadas teorias culturais, sociais, políticas, entre outros, de outros objetos, com outras análises.

Resende e Ramalho (2004, p.202) argumentam que “[...] o movimento discurso/práticas sociais é central, posto que envolve uma abertura teórico-metodológica que prevê o enfoque das conjunturas como parte do trabalho analítico. Para Chouliaraki e Fairclough (1999) o problema social não pode ser analisado como resultado de um contexto imediato, mas enquanto parte de uma conjuntura sócio-histórica de produção, por isso a importância em realizar a análise de conjuntura social. É a partir disso, então, que Chouliaraki e Fairclough (1999) propõem as três bases do modelo de 1999: a prática social particular, a conjuntura e a crítica explanatória. Tratando-se do presente estudo, a prática analisada é a edição da obra *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, que conta com uma conjuntura político-social das décadas de 1940, 1950 e 1960, após publicação (capítulos 01 e 02). A crítica

explanatória é realizada nos capítulos 06 e 07, com a análise dos gêneros em particular e, em seguida, dos gêneros em articulação.

No método dialético-relacional e transformacional de 1999, o ponto de partida “[...] é a concepção da vida social como constituída de práticas, e da prática social como ação habitual da sociedade institucionalizada, traduzida em ações materiais, em modos habituais de ação historicamente situados.” (RESENDE; RAMALHO, 2004, p.192). A vida se constitui de práticas sociais, que são compostas de: discurso; atividade material; relações sociais e fenômeno mental – sendo que esses momentos se entrecruzam, pela internalização e articulação, sem que um se reduza ao outro (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). O Discurso então internaliza e se articula aos acontecimentos dos outros momentos das práticas sociais, bem como os outros elementos podem internalizar e se articular no Discurso.

São três as maneiras de atuação da semiose. Primeiramente, atua como parte da atividade social inserida em uma prática. É parte do trabalho de um vendedor de loja, por exemplo, usar a língua de uma forma particular, e o mesmo acontece quando se governa um país. Em segundo lugar, a semiose atua nas representações. Os atores sociais, no curso de suas atividades, produzem não só representações das práticas em que estão inseridos (representações reflexivas) como de outras, recontextualizando-as (BERNSTEIN, 1990; CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999) e incorporando-as às suas próprias. Além disso, os atores sociais irão produzir representações de modo distinto, dependendo da posição que eles ocupam dentro de suas práticas. A representação é um processo de construção social das práticas – incluindo a autoconstrução reflexiva, as representações adentram e modelam os processos e práticas sociais. Em terceiro lugar, a semiose atua no desempenho de posições particulares (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p.309).

Pessoas que operam em certas posições-práticas são apenas parcialmente determinadas pela prática em si. As pessoas de diferentes classes sociais, sexos, nacionalidades, etnias ou culturas, com experiências de vida diversas, produzem desempenhos distintos (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p.310).

A semiose no desempenho das posições constitui os estilos. Os médicos, professores ou ministros de governo, por exemplo, não têm simplesmente estilos semióticos em razão de sua posição nas práticas. Cada posição é desempenhada com estilos diferentes, dependendo de aspectos de identidade que excedem a construção das diversas posições. Os estilos são maneiras de ser, identidades, em seu aspecto semiótico (CHOULIARAKI & FAIRCLOUGH, 1999, p.310).

Para Fairclough (2003) o discurso, como faceta semiótica, figura, participa como uma parte da prática social, e, por isso, são formas de agir, representar e ser. Nesse sentido, o texto é uma forma de ação, representação e identificação, e o Discurso será produzido a partir de três significados, se constituindo de ordens do discurso, se instituindo também em três categorias de análise.

O significado acional (foco desta pesquisa, e, por isso, será melhor explicado mais a frente) está relacionado ao potencial acional e interacional das práticas sociais em termos semióticos, cujo objeto será o gênero do discurso. Já o significado representacional configura-se como o responsável pela identificação e análise das condições de produção da experiência – como ela está sendo produzida dentro daquele momento que se articula aos outros momentos e que constituem a prática social que está sendo analisada dentro de uma conjuntura sócio-histórica, a partir de um problema parcialmente discursivo cujo objeto é o discurso. Por fim, o significado identificacional diz respeito ao processo de identificação; a forma como identifica a si e os outros (ocorre por meio do discurso, cujo momento de ordem do discurso é o estilo) (FAIRCLOUGH, 2003). Essas três semiotizações discursivas constituem o Discurso, elemento potencial que se articula e se internaliza aos outros elementos não-discursivos da prática social. Nesse sentido, os elementos não essencialmente sociais destes momentos do Discurso (significado acional, representacional e identificacional) também se articulam dialeticamente com os outros elementos sociais da prática social.

Esta pesquisa possui como foco o significado acional, tendo em vista que o estudo dos gêneros são a base para a análise da produção da edição em estudo. Sendo assim, valemo-nos de uma apresentação mais detalhada acerca da categoria analítica proposta por Fairclough (2003).

\*\*

### ***O Significado Acional***

O significado acional é parte dos três significados dialéticos que constituem o Discurso enquanto elemento semiótico da prática social. O gênero é, para Fairclough, modos de agir e interagir discursivamente, e este potencial interacional e acional diz muito da maneira como as relações de poder são constituídas nas práticas sociais. Para melhor discutir o significado acional, é necessário a apresentação do conceito de gêneros discursivos segundo Fairclough (2003).

### *Os gêneros discursivos*

Para Ramalho e Silva (2008, p.21), nas abordagens contemporâneas de gêneros, existem três escolas de estudos consideradas principais: a australiana, a de Genebra e a norte-americana. Dentre os nomes mais expoentes desses estudos destacam-se Halliday e Hasan, Eggins, Martin, Bronckart, Miller, Bazerman, Swales e Bhatia. As abordagens utilizadas para a conceituação dos gêneros são distintas. A escola australiana baseia-se na perspectiva sistêmico-funcional da linguagem, a de Genebra apoia-se no interacionismo sociodiscursivo e já a norte-americana fundamenta-se na visão sócio-retórica (RAMALHO; SILVA, 2008, p.21-22).

O foco da presente pesquisa é a definição de gênero segundo a ADTO, de Fairclough. No entanto, os estudos acerca dos gêneros discursivos já existentes são de fundamental importância de serem apresentados, tendo em vista que a Análise de Discurso Crítica consiste numa abordagem transdisciplinar, em uma relação dialética com a ciência social crítica. No caso da definição de gêneros para Fairclough são claras as influências de Swales, Habermas, Bakhtin e Giddens. Em seu capítulo “Gênero e Ação”, no livro *Analysing Discourse* (2003), Fairclough destaca de forma explícita a sua vinculação com Bakhtin (1986), Bazerman (1988), Chouliaraki e Fairclough (1999), Eggins e Martin (1997), Martin (1992) e Swales (1990); estudos que buscam compreender o gênero como ação social, artefato cultural e também como formas de interagir relativamente estáveis na sociedade, como forma de solucionar os problemas sociocomunicativos cotidianos. Diante disso, veremos a seguir como esses conceitos foram operacionalizados no desenvolvimento da categoria analítica do significado acional.

Fairclough (2003) compreende gêneros como formas de agir e interagir discursivamente no decorrer de eventos sociais. Segundo o autor, no interior das práticas sociais, os indivíduos se comunicam por meio de gêneros, podendo reproduzir e legitimar discursos ideológicos e manter as hegemonias, impedindo as transformações sociais, por exemplo. Para Chouliaraki e Fairclough (1999, p.144), os gêneros discursivos são considerados enquanto uma faceta regulatória do discurso, e, por isso, não se apresentam enquanto tipos fixos de discurso. Pode-se destacar aqui a referência aos estudos de Bakhtin, que considera os gêneros enquanto tipos relativamente estáveis de enunciados. É nessa perspectiva, então, que Fairclough atribui maior importância em como os gêneros estão sendo utilizados socialmente, e não na estruturação linguístico-textual.

Sobre isso, para Gomes (2005), a linguagem enquanto produto da interação irá se modificar, gerando mudanças também nos gêneros discursivos, configurando uma “[...]”

dependência do contexto e da linguagem em uso, como determinantes do caráter flexível e relativamente estável dos gêneros discursivos”. (GOMES, 2005, p. 160). Isso implica considerar o sistema social da linguagem, e não só o semiótico, a partir do que Chouliaraki e Fairclough (1999, p.151) denominam de ordens do discurso:

A linguagem como um sistema aberto tem capacidade ilimitada de construir sentido por meio da geração de conexões sintagmáticas e paradigmáticas, mas é o dinamismo da ordem do discurso, capaz de gerar novas articulações de discursos e gêneros que mantém o sistema de linguagem aberto [...]. Inversamente, é a fixidez da ordem do discurso que limita o poder generativo da linguagem ao impedir certas conexões. (tradução nossa) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p.151)<sup>11</sup>

Os gêneros discursivos são constituídos pelos falantes da língua, pela forma como esses participantes se relacionam. Desse modo, em um gênero encontram-se construções discursivas nas quais apresentam representações e identificações particulares de crenças, conhecimentos e ideologias, de acordo com as conexões sintagmáticas e paradigmáticas, fruto das escolhas dos sujeitos. É nessa perspectiva que Fairclough (2003) defende que os gêneros estão imersos em um sistema de atividade que pode se desenvolver em uma cadeia de gêneros. Tais cadeias de gêneros irão contribuir para ações e relações espacial e temporalmente desencaixadas, possibilitando e facilitando o exercício do poder, pois capacita ações a distância (FAIRCLOUGH, 2003, p.31).

Ainda sobre o sistema de redes de ordens do discurso, Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam para a mistura entre gênero discursivo, vozes e discursos, em uma mesma ordem do discurso. Nessa perspectiva, Fairclough (2003, p.68) adota uma abordagem que considera o caráter interdiscursivo de um texto que articula diferentes gêneros, discursos e estilos, que irão contribuir para a construção dos significados. Assim, Fairclough (2003) propõe uma análise de acordo com aspectos semânticos, formais e de combinação de gêneros e vozes.

É necessário destacar que Fairclough realiza seus debates no eixo das transformações do novo capitalismo. Tais transformações, para Fairclough (2003, p.66) geraram mudanças na rede de práticas sociais, nas formas de ação e interação e, conseqüentemente, mudanças dos gêneros. Os gêneros, dentro desse contexto, podem servir como forma de controle de discursos

---

<sup>11</sup>Language as an open system has unlimited capacity to make meaning through generating syntagmatic and paradigmatic connections, but it is the dynamism of the order of discourse in generating new articulations of discourses and genres which keeps the language system open [...]. Conversely, it is the fixity of the order of discourse that limits the generative power of language by precluding certain connections.

e das práticas sociais em um todo, como é o caso da mídia, em principal as notícias, como menciona Fairclough (2003).

Dessa forma, o gênero discursivo é entendido como uma ação social que está diretamente ligada às mudanças sócio-históricas, bem como podem se responsáveis por tais mudanças. Sobre isso, Gomes (2005) defende que:

“[...] as mudanças no sistema de gêneros discursivos podem gerar efeitos e conseqüências nas configurações dos outros elementos. É por esse motivo que Fairclough (1992) considera gênero discursivo como o foco potencial de mudança e criatividade dentro da sociedade contemporânea. Primeiramente, porque é um constituinte da ordem do discurso; em segundo lugar, porque, além de se inscrever na história, faz com que a história se inscreva nele. Gênero discursivo é um elemento integrador de outros elementos sociodiscursivos, constituindo identidades sociais, relações sociais, crenças e valores. Em outras palavras, quando interagimos com o outro, nós o fazemos através da produção de gêneros discursivos inscritos na história política da sociedade. (GOMES, 2005, p.158)

Fairclough (2003) também explica, como já mencionado, que a análise de gêneros proposta por ele é transdisciplinar, conectando-se com diversos temas em pesquisa sociais. Como justificativa, pode-se mencionar que Fairclough não é um teórico do campo dos estudos de gênero, e, por isso, baseia-se em nomes importantes neste campo. Diante disso, torna-se necessário discutir como as categorias do significado acional foram construídas levando em conta as influências oriundas de tal interdisciplinaridade.

### ***Categorias do Significado Acional***

Fairclough (2003, p.69) afirma que uma das maiores dificuldades encontradas na conceituação de gênero é o fato de que estes podem ser definidos em diferentes níveis de abstração. Sendo assim, as categorias discutidas dentro do significado acional vão desde um grau maior de abstração até um nível em que são consideradas mais concretas. Dentre essas categorias, encontram-se os pré-gêneros, os gêneros situados, os gêneros desencaixados e os gêneros de governança, que serão explicados a seguir.

- a) Pré-gênero: o “pré-gênero” é um termo advindo de Swales (1990), para definir os gêneros que possuem alto nível de abstração. Fairclough (2003, p.70), apropriando-se do termo, considera que os gêneros se constituem de pré-gêneros, dando a base de sustentação para produção dos gêneros em geral. Todo gênero, então, possui a predominância de um pré-gênero, sendo eles: a narração, a argumentação e a

conversação. Esse conceito é semelhante ao do intelectual brasileiro Antônio Marcuschi, referência nos estudos textuais e de gêneros textuais, ao definir os tipos textuais.

- b) Gêneros situados: segundo Fairclough (2003), os gêneros situados são os gêneros produzidos dentro de determinada prática social. Nesse contexto, os gêneros nunca são iguais pois são o resultado das interações sociais, culturais, históricas e políticas. É nítida, aqui, a relação com os estudos de Bakhtin, mencionada na seção anterior, acerca do conceito de gênero enquanto não fixos, classificatórios e estáveis, mas sim como resultado de um processo de enunciação, portanto flexíveis.
- c) Gêneros desencaixados: com a influência dos estudos sociológicos de Giddens (1991), Fairclough (2003, p.69) apresenta que alguns gêneros podem se desencaixar da sua produção original, se alocando em outra prática social. Dessa forma, o gênero irá assumir as características daquela prática, bem como outras potencialidades e relações de poder. Fairclough (2003, p.69-70) afirma que essa desincorporação do gênero é parte da reestruturação do capitalismo e chama a atenção para o gênero publicitário, que pode ser utilizado em diferentes práticas sociais, com diversos fins.
- d) Gêneros de governança: são gêneros utilizados, estrategicamente, para fins de controle, mudanças de comportamentos, ditar regras, entre outros. Segundo Fairclough (2003, p.32), os gêneros sustentam as estruturas institucionais na sociedade contemporânea, e, tendo em vista que as instituições são formas de governar a sociedade, os gêneros utilizados por elas podem ser considerados enquanto gêneros de governança. O conceito de governança, dos estudos organizacionais e da administração pública, então, para Fairclough (2003, p.32) refere-se às atividades realizadas dentro de uma instituição que é direcionada para regular ou administrar outras redes de práticas sociais. O autor menciona os gêneros promocionais, a administração pública e organizações (do tipo empresas), por exemplo, que visam controlar comportamento e influenciar.

Fairclough (2003, p.70) também destaca que dentro de um gênero do discurso, podemos constituir vários tipos de textos, vozes e discursos que são relacionados hierarquicamente. Nesse caso, ocorrerá um hibridismo de gêneros.

Além das categorias supracitadas, Fairclough (2003) propõe que os gêneros, materializados em textos particulares, podem ser analisados em termos de atividade, relações sociais e tecnologias de comunicação. Vejamos a seguir:

- 1) Atividade: a atividade, para Fairclough (2003, p.70), está relacionada ao questionamento de o que as pessoas estão fazendo discursivamente. Nesse momento, Fairclough (2003, p.71) chama atenção para o fato de que, em sua abordagem, as atividades que ocorrem nos eventos sociais devem ser consideradas e investigadas de acordo com o seu aspecto discursivo e não somente o não-discursivo, como comumente ocorre. Ademais, corroborando com Swales (1990) ao defender que o gênero possui um conjunto de propósitos comunicativos, Fairclough (2003, p.71-72) informa que um gênero específico pode ter vários propósitos, sendo esses implícitos ou explícitos. No entanto, Fairclough argumenta que não se deve manter o foco neste propósito, mas sim considerar em termos de estratégias, em que um gênero pode ser mais estratégico que outro (FAIRCLOUGH, 2003, p.73).
  
- 2) Relações sociais: para Fairclough (2003, p.75), os gêneros, enquanto formas de (inter)ação, constituem tipos particulares de relações sociais. As relações sociais dizem respeito à forma como as pessoas ou agentes sociais produzem os discursos dentro das práticas. Esses agentes podem ser organizações, grupos ou indivíduos, de forma que a comunicação entre eles gera uma hierarquia e distância social. As organizações, por exemplo, tendem a exercer poder sobre os indivíduos, e operam em escalas nacionais, regionais e globais, ao passo que os indivíduos operam em condições locais (FAIRCLOUGH, 2003, p.76). Fairclough (2003) defende que esse poder das organizações sobre os indivíduos foi possibilitado e impulsionado pelo novo capitalismo, e os gêneros atuam na forma como as organizações se comunicam com os outros – há aqui uma relação com os gêneros de governança.
  
- 3) Tecnologias de comunicação: as tecnologias de comunicação estão ligadas às tecnologias de que a atividade depende. Segundo Fairclough (2003, p.77), as transformações do novo capitalismo reestruturaram as relações em redes de práticas sociais na sociedade contemporânea, fazendo com que surgissem novas tecnologias de comunicação, possibilitando também o desenvolvimento de novos gêneros. A análise de gêneros, nessa perspectiva, contribui para as pesquisas entre mudanças tecnológicas e sociais, visto que a integração de novas tecnologias, em ambientes econômicos, políticos, culturais e sociais é realizada e mediada através dos mais diversos gêneros.

Nessa perspectiva, ao trabalhar com o gênero, Fairclough (2003) dispõe-se de uma análise que vai além do linguístico-textual e estrutural. É necessário, portanto, outras analíticas, como, por exemplo: uma análise da estrutura genérica que contemple questões de articulação entre os gêneros, de funções que o gênero em questão assume na prática social, e o porquê de estar nessa prática, se o texto do gênero se comunica por fins estratégicos; uma análise da prática discursiva, observando as questões de produção do texto – quais as estratégias, se a produção é individual ou coletiva –; uma análise da estrutura textual, identificando as vozes incluídas (e excluídas) no texto, como se dão os relatos etc.; e uma análise das relações entre as sentenças e orações, que priorize aspectos semânticos e não só a gramática em si.

\*\*

### ***Método dialético-relacional e transformacional da ADTO***

O método da ADTO é transdisciplinar devido à operacionalização de conceitos de outras disciplinas, em que estas são ligadas a partir de uma relação de funcionamento, sem que uma se reduza a outra. Assim, não se trata somente de aplicar outras teorias, mas de romper as fronteiras epistemológicas e operacionalizar os diversos campos.

Os estágios metodológicos da Análise de Discurso Crítica têm como base a crítica explanatória de Bhaskar (1989). Operacionalizando os conceitos de Bhaskar, então, o ponto de partida é a identificação de um problema relacionado ao discurso localizado na vida social (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). A partir disso, deve-se seguir alguns estágios, a fim de analisar tal problema, são esses: o identificar o problema; identificar os obstáculos ao seu rastreio; identificar a função do problema na prática; levantar possíveis maneiras de ultrapassar os obstáculos; e realizar uma reflexão sobre a análise, os quais serão apresentados a seguir.

O primeiro estágio relaciona-se a dar ênfase a um problema – que é social e parcialmente discursivo – refletindo acerca do porquê da permanência deste. Após isso, deve-se realizar uma observação dos obstáculos para a resolução deste problema, ou seja, quais foram as motivações que impediram a sua transformação (FAIRCLOUGH; MELO, 2012). Nesse caso, pode-se destacar, para a presente pesquisa, práticas hegemônicas sexistas, racistas, machistas e classistas, construindo relações assimétricas de poder que atravessam o corpo e os discursos potencialmente ideológicos sobre a escritora Carolina Maria de Jesus. Nesse estágio, para a identificação de tais obstáculos, são realizadas algumas análises que merecem um destaque

maior em sua explanação, e, por isso, iremos dispor de uma divisão mais explícita para melhor discuti-las.

a) Análise da conjuntura

A análise da conjuntura consiste na “localização” do discurso em foco. Para isso, é necessário pensar no problema em que está sendo analisado a partir de cenários, de atores, das relações de forças, das articulações, dos acontecimentos em determinado momento, do contexto sócio-histórico político e cultural, entre outros (SOUZA, 1984). Isso implica em considerar o quadro mais geral da prática social em que localiza-se o discurso, a fim de perceber como as relações de poder estão se transformando (ou se mantendo). Além disso, para Souza (1985, p. 17), “Uma questão chave na análise de conjuntura é a percepção da complexidade e da dificuldade em determinar relações de causalidade de tipo unilinear, simples”. Sendo assim, entender o problema dentro de uma análise de conjuntura auxilia a percepção de que as relações de causas não são mecânicas, pois há uma construção gerativa de poder, em que os mecanismos de poder não são lineares e simples. Ademais, localizar o problema dentro de sua conjuntura possibilita uma nova compreensão deste, visto que deve-se levar em conta os processos de produção, circulação etc., o que gera um diferente foco na interpretação do discurso na análise.

b) Análise da prática da qual o discurso é um momento

Na análise da prática particular, como já discutido nas seções anteriores, quatro momentos são identificados. O primeiro é a atividade material, aquela que não é semiótica; o segundo momento são as relações e processos sociais, incluindo as relações sociais, relações de poder, instituições, entre outros; o terceiro diz respeito ao fenômeno mental, onde estão presentes as crenças, os valores e os desejos; por fim, tem-se o discurso, como um dos momentos dessa prática. Para Chouliaraki e Fairclough (1999), o objetivo principal consiste em perceber como o discurso trabalha em relação aos outros momentos, incluindo as relações de internalização e articulação entre eles, e o papel que cada um deles desempenha na prática. Além disso, também é foco a análise dos momentos em que o discurso não é incluído, internalizado ou articulando aos outros momentos, como, por exemplo, nos casos em que se evidencia de forma mais ampla a atividade material.

c) Análise de discurso textualmente orientada

Na análise de discurso, considerado como a semiose em si, alguns pontos merecem uma atenção maior, são esses: a estrutura analítica, a análise interacional, a análise interdiscursiva e a análise linguística e semiótica. Aqui, então, observaremos como se dá a escolha dos gêneros, o interdiscurso, qual a relação do discurso com as redes de ordens de discurso, como ocorre o processo das escolhas lexicais, linguísticas etc. (FAIRCLOUGH & MELO, 2012).

O próximo estágio de análise é a função do problema na prática, este consiste em avaliar para além da descrição do problema em foco, mas sim qual a função deste no interior da prática. Essa fase facilitará a realização do último estágio, que diz respeito às possíveis maneiras de ultrapassar os obstáculos. Segundo Ramalho (2006, p.102), “[...] a intenção aqui é investigar causas e efeitos desse problema na prática social e identificar mecanismos que o sustentam, a fim de desestabilizá-los”. Nesse sentido, realiza-se uma observação da abertura dos sistemas e as possibilidades de transformação. Corroborando isso, Resende e Ramalho (2004, p.203) defendem que “o objetivo aqui é explorar as possibilidades de mudança e superação dos problemas identificados, através da incompletude e das contradições das conjunturas”. Por fim, o último estágio, reflexão sobre a análise, relaciona-se ao fato de que, segundo Chouliaraki e Fairclough (1999), toda pesquisa social crítica deve ser reflexiva, ou seja, é necessário desenvolver uma certa consciência da posição em que a análise irá se desenvolver, as perspectivas e pontos de vista adotados para o tratamento do problema em foco (RESENDE; RAMALHO, 2004).

\*\*

***O corpus em análise: a edição de Quarto de Despejo: diário de uma favelada***

O objeto a ser analisado é a edição popular do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*, do ano de 1962, que contempla três gêneros: um prefácio, um diário e uma entrevista. O prefácio foi publicado, inicialmente, no ano de 1962, pela Livraria Francisco Alves; já o diário, reproduz o texto da edição publicada também pela Francisco Alves, em 1960; e a entrevista, foi organizada pela Editora Ática, da série Sinal Aberto. Essa escolha se deu, pois

consideramos relevante a análise de como esses três gêneros estão operando dentro da prática, a partir de seus potenciais significativos, visto que estes podem produzir ou reproduzir relações de poder. Sendo assim, busca-se entender o porquê desses gêneros serem utilizados nessa edição. Para isso, utilizou-se da categoria analítica do significado acional, proposta por Fairclough (2003), a fim de alcançar nossos objetivos de pesquisa. Assim, a seguir, tem-se uma breve discussão acerca dos gêneros em articulação nesta edição.

\*\*\*

### *Gênero situado prefácio*

Conforme compreende Bhatia (2004), a espacialidade do texto escrito, principalmente os livros literários, permite a associação de elemento paratextuais. São gêneros discursivos que, genericamente, identificam-se com o propósito comunicativo de introduzir/apresentar uma obra, podendo incluir as introduções, os prólogos, as apresentações e os prefácios – que o linguista Bathia deu o nome de “gêneros introdutórios”.

Bezerra (2006), em suas pesquisas sobre gêneros introdutórios, ressalta que, no contexto brasileiro, há uma ausência de estudos sobre esses textos, mesmo que se trate de gêneros de grande circulação em inúmeras áreas disciplinares, e, principalmente, nas áreas de editoração, publicação e distribuição de obras. Nesse sentido, para o autor, torna-se necessária uma maior teorização acerca desses gêneros, tendo em vista que os estudos existentes limitam apontar aspectos relacionados aos gêneros introdutórios, divergentes do já estabelecidos. Um exemplo disso são as variações dos propósitos comunicativos na utilização desses gêneros – o que vai além de somente introduzir ou apresentar um texto (BEZERRA, 2006). Nas palavras do autor:

O uso do termo gêneros introdutórios poderia levantar, a priori, as seguintes questões: por que gêneros introdutórios? O que de fato esses gêneros introduzem ou apresentam? De modo bastante simples, os gêneros introdutórios introduzem ou apresentam outros gêneros. Fatores diversos, tais como a ausência do autor, em decorrência do texto escrito, impresso, ou mesmo a pouca familiaridade ou autoridade do autor diante de uma determinada comunidade discursiva, podem tornar extremamente necessária a associação de gêneros introdutórios a uma determinada obra que se pretende veicular e que, neste caso, equivaleria ao gênero que está sendo apresentado ou introduzido. (BEZERRA, 2006, p.79)

Nesse âmbito, o referido propósito comunicativo generalizado dos paratextos não pode ser verificado da mesma forma em todos os contextos, ou seja, eles não possuem

necessariamente a finalidade de introduzir/apresentar uma obra, por exemplo. Isso leva a identificação de que os propósitos são múltiplos, e não homogêneos. Daí a necessidade de uma maior investigação acerca do uso desses gêneros.

A utilização dos gêneros introdutórios, como supracitado, ainda é escassa nos estudos linguísticos. Portanto, não há a pretensão de estender essa discussão no escopo da presente investigação, mas sim apresentar algumas estratégias comunicativas criadas ao longo da história, com relação ao gênero prefácio, foco do estudo. Segundo Oliveira (2009):

O prefácio enquanto elemento paratextual surge na Antigüidade, numa época em que os prefácios tinham a função de iniciar a obra, razão por que eles eram breves e simples [...]. A partir do século XVI, com o advento do texto impresso, surgem os prefácios mais extensos e separados do texto por mecanismos tipográficos, o que lhes garante visibilidade e um estatuto textual relativamente autônomo: é o início da consolidação das características do prefácio como gênero textual-discursivo. [...] Quanto à funcionalidade, a existência do prefácio na cultura ocidental remonta à arte retórica da Antigüidade. Na oratória grega, esse tipo de texto constituía parte fundamental dos discursos que eram, de maneira canônica, dispostos em princípio e fim. Trata-se de uma disposição cujo objetivo era ordenar o discurso em relação ao efeito que deveria provocar nos ouvintes. (OLIVEIRA, 2009, pp. 82-83)

Os estudos atuais, principalmente os de Bhatia (2004), apresentam que o propósito comunicativo dos prefácios é informacional, mas também promocionais. Bezerra (2006) acrescenta que o prefácio possui movimentos retóricos, sendo que, inicialmente, este serve para justificar a obra, depois para resumir/apresentar o conteúdo e, por fim, a conclusão do prefácio realiza uma avaliação acerca da obra prefaciada.

Sendo assim, ainda Oliveira (2009) nos informa que:

No tocante ao núcleo informacional, não é objetivo do prefácio resumir, tampouco, desenvolver os conteúdos presentes na obra por ele antecedida. Ele é prétexto que apresenta, podendo mencionar o assunto, os objetivos, o seu contexto de produção, a metodologia empregada pelo autor, algumas estratégias de leitura bem como comentários que não integrariam de modo coerente o texto principal. É por isso que, no prefácio, é legítimo haver, por exemplo, transgressões às normas de objetividade/impessoalidade próprias da redação científica, razão por que não é rara a existência desses textos tidos como discursos de valor literário, didático e/ou polêmico. (p.84)

Assim, o prefácio passa a ser utilizado não mais como um discurso introdutório apenas, mas um espaço em que se utiliza de estratégias para seus diversos fins comunicativos. O autor também chama atenção para o público a que se destinam os livros e obras, tendo em vista que tais estratégias são usadas em função disso, como, por exemplo o uso da linguagem empregada,

o local que serve de suporte para o texto, onde a língua opera “como uma prática social que resulta de vários mecanismos interagentes.” (OLIVEIRA, 2009, p. 33).

Para além das escolhas linguísticas, é necessária uma explanação acerca da autoria dos prefácios, outro ponto também discutido por Bezerra (2006) e Oliveira (2009). Segundo os autores, os prefácios são, em sua maioria, textos assinados, onde o autor pode ser o mesmo do texto principal ou uma terceira pessoa. Essa escolha da autoria não é arbitrária implica diferenças em algumas relações de poder na forma como o prefácio será lido, pois poderá ser alguém legitimado pelos pares ou pela sociedade. Oliveira (2009, p.89) então chama a atenção para a seguinte questão: “[...] qual seria a razão de o autor necessitar de um ‘discursoparalelo’?”.

É nesse sentido, então, que visamos, com este estudo, compreender os motivos pelos quais *Quarto de Despejo* conta com um prefácio em sua edição, a escolha da autoria para tal e o(s) seu(s) propósito(s) comunicativo(s). Para isso, apresentaremos melhor como esse gênero se configura na obra de Carolina de Jesus.

O texto do prefácio de *Quarto de Despejo* é escrito pelo repórter Audálio Dantas, o mesmo que descobriu os escritos de Carolina e resolveu publicá-los em forma de livro. Perpétua (2002, p.35), faz uma crítica interessante sobre o prefácio: “[...] oferece outras nuances que interessam ao estudo de *Quarto de Despejo*, quais sejam, um direcionamento da leitura que aponta para um modelo prefigurado de Carolina de Jesus”. A pesquisadora defende que o prefácio direciona no processo de recepção do livro, já que oferece ao público uma representação da escritora produzida ou filtrada pelo repórter. Assim, segundo ela:

É essa imagem de Carolina que correu mundo nas traduções que se seguiram quase imediatamente ao sucesso de *Quarto de Despejo* no Brasil. Ao chamar a atenção para o caráter testemunhal do livro, o paratexto das traduções dos anos 60 mostram que a introdução do livro em cada cultura se fez pelo pioneirismo de conter o discurso de um sujeito representativo de minorias que se apresentava por meio da escrita. Aos fatores contextuais e culturais, junta-se a representatividade de Carolina como mulher, negra, favelada, oriunda de um país subdesenvolvido, ou seja, como parte de um segmento social que não tinha, então, voz própria e, raras vezes, acesso à escrita (PERPÉTUA, 2002, p. 37).

Perpétua (2002) afirma ainda que o sucesso e acolhimento de *Quarto de Despejo* ocorreu devido à mudança de perspectiva e de objetivo de leitura, a partir das palavras de Audálio Dantas que, para a pesquisadora, visavam convencer o público a ler aquela obra. Sendo assim, é necessário compreender um pouco mais como ocorrem as relações de poder em torno da obra de Carolina de Jesus, e o porquê da presença desses gêneros na composição do livro com o intuito de promover a obra e convencer o leitor da sua qualidade literária.

### *Gênero situado entrevista*

De antemão, ressaltamos que as pesquisas e estudos acerca do gênero entrevista, em obras literárias, são escassos. No entanto, alguns estudos vão ao encontro do objetivo proposto para a análise deste gênero, como os de Neto e Santos (2017) e Ottoni (2009), que serão apresentados a seguir.

Para Neto e Santos (2017), o gênero entrevista é realizado em contexto oral, em que existem as figuras de um entrevistador e um entrevistado. Nos casos em que há a transposição da modalidade oral para a escrita (como ocorre em nosso objeto de estudo) a interação discursiva sofrerá modificações, visto que passa por um processo de inserção da editoria e do leitor. Assim, para eles, isso irá influenciar na produção da entrevista, pois a editoria irá considerar “[...] a audiência [...] no processo de produção da entrevista, a fim de apresentar um produto final de acordo com as expectativas desse segmento” (NETO; SANTOS, 2017, p. 264).

Além disso, Neto e Santos (2017) afirmam que as entrevistas se apresentam de forma diversificada na sociedade, e, por isso, as suas configurações irão se modificar de acordo com o campo em que o gênero estiver sendo utilizado. Corroborando isso, Ottoni (2009) nos informa que o gênero entrevista está presente em várias práticas sociais, mas que se trata de um gênero com uma estrutura relativamente padronizada:

[...] há expectativas normativas específicas acerca dos papéis dos interlocutores: entrevistador e entrevistado. Aquele é o responsável por abrir e fechar a entrevista, fazer as perguntas, orientar a interação, escolher o tópico discursivo, introduzir novos assuntos, incitar a transmissão de informações etc. Deste, espera-se que ele responda e forneça as informações solicitadas (OTTONI, 2009, p. 04-05).

Nesse sentido, o entrevistador possui expectativas quanto ao direcionamento da entrevista e dos resultados desta. As escolhas das perguntas, por exemplo, é um fato essencial para que ocorra um direcionamento que contemple os objetivos e finalidades da entrevista, pois, como defende Ottoni (2009), o gênero em questão não visa somente informar, mas também “[...] apresentar a opinião do entrevistado e formar opinião de leitores/ouvintes/telespectadores” (OTTONI, 2009, p. 05).

A entrevista presente na edição de *Quarto de Despejo* não possui informações acerca da identidade do entrevistador e do local em que a entrevista foi publicada. Diante disso, o intuito deste estudo é realizar uma investigação do texto da entrevista, analisando as ocorrências linguísticas (textuais e discursivas), o propósito comunicativo – levando em conta o objetivo de

não somente informar, mas criar opinião – entre outros fatores que nos permitam compreender como o gênero está operando em relação aos outros gêneros, no livro como um todo.

***Gênero situado diário: a busca pelo prestígio das mulheres racializadas no espaço literário***

Lejeune (2008) aponta como principais características do diário a marcação da data – visto que sem ela seria apenas um bloco de notas –, a fragmentação e a repetição. Além disso, pode conter narração, descrição, argumentação, entre outros, pois o diário conta com uma forma livre. Yamasaki (2018) informa que o diário é um texto sobre os fatos do cotidiano e as impressões de quem escreve sobre eles. Nesse sentido, o diário funciona como um modo de registrar certo período da vida e de modo subjetivo, ou confidente. Os diários são escritos na primeira pessoa do singular e no que diz respeito à linguagem podem ser escritos de forma coloquial ou informal (LEJEUNE, 2008).

Em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, o próprio nome já indica o gênero que compõe a obra. Carolina de Jesus compôs o diário a partir de papéis encontrados nas ruas e nos lixos, enquanto catadora de papel, na cidade de São Paulo. Nele, a escritora de Carolina Jesus relata passagens dos anos de 1955 – do dia 15 de julho ao dia 28 de julho –, de 1958 – do dia 02 de maio ao dia 31 de dezembro –, e o ano de 1959 – do dia 01 de janeiro ao dia 31 de dezembro. No entanto, nem todos os dias foram mencionados no diário de Carolina. As diversas folhas com os escritos da autora, foram apresentados ao repórter Audálio Dantas, que os publicou em forma de diário. Aqui, é necessário destacar que o diário publicado passou por uma seleção dos manuscritos, fazendo com que os anos fossem fragmentados.

Sobre a estética da fragmentação do diário, Perpétua (2014), grande estudiosa de Carolina de Jesus, afirma que os recortes realizados criam um retrato de Carolina, ou uma representação dela. Além disso, tais seleções de fragmentos também fazem com que certos temas sejam colocados em evidência, e, uma forma de identificá-los é a partir de recorrências linguísticas presentes no texto do diário, como propõe realizar o presente estudo. Essas seleções e trituras podem também colocar em dúvida a ficcionalidade do gênero diário. Isso porque ocorre uma organização de lembranças e seleção momentos, a fim de reconstruir os acontecimentos vividos, em forma de narrativa. Desse modo, a narrativa não será equivalente à realidade e ao acontecido, mas sim uma reconfiguração e uma nova elaboração da história real, de acordo com as escolhas e a intencionalidade do sujeito que conta – ou, no caso de *Quarto de Despejo*, a intencionalidade de quem organizou o livro.

Lejeune (2008) nos informa que publicar uma narrativa da própria vida era considerado um privilégio das classes mais altas. Corroborando isso, Teixeira (2016) afirma que os diários que conquistavam um espaço no mercado editorial eram de figuras conhecidas e que possuíam destaque no meio social. Foi a partir do século XX que as narrativas sobre si passaram a se fortalecer e a conquistar um maior espaço nos estudos literários. No entanto, o estigma do cânone literário com relação à escrita autobiográfica de mulheres de classe baixa permaneceu, como ocorreu com Carolina de Jesus.

Sobre essa rejeição de Carolina Maria de Jesus e sua escrita, Neto (2018) informa que, em uma homenagem à escritora, na Academia Carioca de Letras, em 2017, Ivan Cavalcanti Proença afirmou que *Quarto de despejo* não deveria receber o status de literatura. Nas palavras de Proença (2017 apud NETO, 2018):

O gênero diário contempla esse livro sim. Mas há algumas observações que podem ser feitas. O diário, ele é ou confessional ou intimista ou coloquial. Não são excludentes esses três componentes. E quanto ao narrador, ele pode ser um diário ficcional, é onde entra a literatura. Os diários ficcionais, eles têm toda uma literariedade. Esse componente ficcional favorece o diário com literariedade. Ele pode ser real, totalmente real, como é este aqui reproduzindo o real, e pode ser um misto de ficcional com real. Então este livro é diário do real, da categoria real, sem cronologia fixa, porque não precisa ter cronologia fixa. Agora, não é literatura. No sentido de literariedade não é. E nem precisa ser... Esse livro é de uma importância extraordinária, e acho bizantina a discussão que envolveu os intelectuais paulistas quando este livro fez sucesso. O Audálio escreve e conta pra nós que houve intelectuais revoltados com a publicação desse livro. Mas de qualquer forma, esses literatos, escritores, esses intelectuais que se colocam num patamar parnasiano, ... Um deles declarou e aqui tá transcrito: "Ora, se essa mulher escreveu um livro, assim qualquer um vai poder escrever um livro". E daí que ele está aqui, registrado num parecer, que qualquer um pode escrever um livro... Não há neologismos, o que há são vocábulos rigorosamente estranhos por ela não conhecer a carga semântica que ela queria expor... A hipérbole, o exagero está no próprio contexto da narrativa em existir gente humana que viva dessa maneira. Então, não é literatura, não tem que ser, e ótimo que seja um relato de uma pessoa naturalmente, um relato natural e espontâneo. (PROENÇA, 2017 apud NETO, 2018, p.46).

Ainda sobre as críticas que eram atribuídas à Carolina Maria de Jesus, Dantas (2012) expõe que muitos críticos questionavam a veracidade do diário, pois não acreditavam que Carolina poderia ter escrito todas aquelas páginas, com tantas denúncias, críticas e opiniões. Nas palavras dele:

Muitos leitores telefonavam dizendo a emoção que sentiram, outros levantando dúvidas sobre a autenticidade do texto da favelada. "Isso é invenção de repórter, pra vender jornal", diziam alguns. Outros expunham sem rodeios o preconceito: — Onde já se viu, uma negra semianalfabeta, e ainda por cima favelada, escrevendo desse jeito! [...] Muitos insistiam em duvidar da autenticidade do livro; alguns resvalavam, em linhas tortas, para as insinuações de que eu estava ganhando dinheiro à custa da pobre

favelada. [...] O sucesso da reportagem crescia, para o bem e para o mal. Até alguns colegas diziam, meio de brincadeira:  
 — Rapaz, você teve um trabalhão para inventar o livro da negra!  
 (DANTAS, 2012, p. 10-11)

Desse modo, pode-se considerar que *Quarto de despejo* foi duramente criticado pelas questões acerca do gênero discursivo escolhido, mas também por ser fruto da produção de um corpo atravessado pela intersecção de gênero, classe, raça e etnia. Nesse sentido, pode-se levantar algumas hipóteses com relação à organização da edição escolhida no presente estudo, como, por exemplo: o gênero prefácio serve como justificativa para Audálio Dantas, legitimando que a obra foi realmente escrita por Carolina, como se fosse um argumento de autoridade? Audálio, ao escrever o prefácio, objetivou legitimar a obra e seu status original e literário? O gênero entrevista foi usado no intuito de Carolina trazer a sua voz e provar a veracidade dos seus escritos? É nessa perspectiva que a pesquisa se propõe a analisar como esses gêneros estão se (des)articulando, como são construídas ali as relações de poder, hierarquia e assimetrias. Isso será melhor explicado a seguir, na exposição dos percursos metodológicos.

\*\*

### ***Etapas da pesquisa***

Após a análise de conjuntura, realizou-se uma análise de cada gênero em etapas distintas considerando-os como três momentos discursivos, nessa rede de práticas sociais, para depois analisar como os três gêneros se articulam dentro da edição.

A sistematização e coleta de dados foi feita a partir da conversão do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada* para o formato TXT. O texto da edição foi dividido em três documentos: prefácio, diário e entrevista. Após isso, realizamos a aplicação dos textos no *softwareAntConc*. O software é utilizado para análise textual e linguística de corpus, e realiza técnicas como colocações, concordâncias, n-gramms, comparação de corpora e frequência de palavras. Utilizamos, então, a ferramenta de contagem de *frequência de palavras*, a chamada “Word List”, para os textos de cada gênero analisado, como ilustrado na figura a seguir:

Rank	Freq	Word	Lemma Word Form(s)
1	1988	o	
2	1859	que	
3	1735	e	
4	1695	a	
5	1345	eu	
6	1254	de	
7	918	não	
8	901	para	
9	702	os	
10	584	com	
11	582	é	
12	558	na	
13	513	as	
14	513	me	
15	508	um	
16	480	no	
17	466	ele	
18	439	do	
19	428	se	

(Lista de frequência de palavras do texto do gênero diário, do corpus em análise)

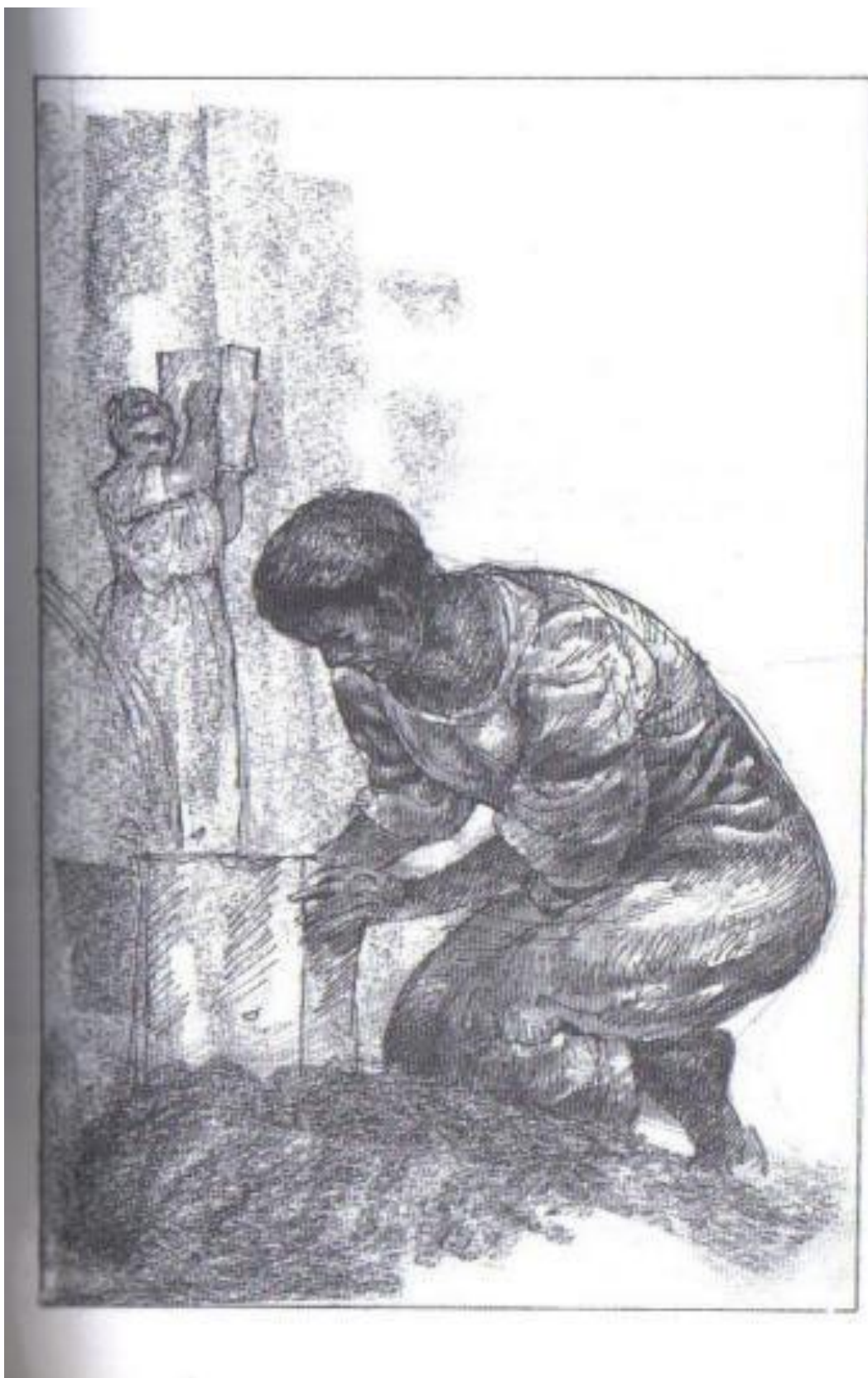
Como próximo passo, realizou-se uma análise descritiva, observando: as recorrências lexicais, a que campos semânticos estão direcionando – e o que esses campos semânticos estão construindo em termos de saberes e conhecimentos; o que está em relação sintagmática com os itens lexicais; e a frequência dos geradores, com foco nos operadores argumentativos. Essa análise nos leva a validar as hipóteses iniciais com relação ao que se espera encontrar nos três gêneros em termos de recorrências lexicais, campos semânticos e temáticas, bem como pode apontar para outros caminhos na análise de como os gêneros estão operando nesta prática.

Para a análise do prefácio e das críticas à autora e à obra, em especial, foi realizada uma busca de matérias e reportagens na Hemeroteca digital, a fim de identificar como a instância de recepção recebeu a obra *Quarto de Despejo* e quais comentários foram realizados do livro, na época do lançamento e após.

Por fim, a partir das considerações realizadas na análise descritiva do funcionamento de cada gênero, foi feita a análise de como os gêneros se articulam potencialmente, na edição em estudo, seguindo as seguintes questões norteadoras:

- 1) Quais os agentes sociais desta prática? Quais vozes enunciam? Por que a escolha dessas vozes? Quais as relações sociais entre os agentes sociais?
- 2) Qual a cadeia/ o encadeamento dos gêneros nessa edição? Por que a escolha dessa ordem? Como essa ordem orienta a interpretação dos outros gêneros – ex: a função social do primeiro interfere no segundo?
- 3) Há sobredeterminação entre os gêneros, em termos de hierarquia?

4) O que é/não é reiterado entre o encadeamento dos gêneros?  
No próximo capítulo, apresentaremos a análise discursivo-crítica.



Fonte: JESUS, 2001. p. 125.

## CAPÍTULO 06

### ANÁLISE DESCRITIVA E DO FUNCIONAMENTO SOCIODISCURSIVO DOS GÊNEROS: PREFÁCIO, ENTREVISTA E DIÁRIO

#### *Análise do prefácio – “A atualidade do mundo de Carolina”, por Audálio Dantas*

O texto prefacial, escrito pelo jornalista Audálio Dantas, foi publicado na edição de 1962, dois anos após a primeira, sendo reutilizada na edição de 2001, onde contempla os três gêneros e analisada neste estudo. O autor é o mesmo que realizou o processo de edição da obra *Quarto de Despejo*, observou-se que as temáticas mais recorrentes foram: as questões acerca da autenticidade do texto de Carolina; o sucesso de *Quarto de Despejo*; a favela do Canindé; e as críticas que Carolina de Jesus e a obra receberam de jornalistas, de escritores, de críticos literários e do público leitor em geral. Com o auxílio do software *AntConc*, identificamos uma maior frequência das seguintes palavras: Carolina, livro, *Quarto de Despejo* e favela.

Realizamos assim a análise descritiva do prefácio que contemplou uma observação e explanação crítico-discursiva de como o prefaciador, a partir de suas escolhas lexicais e textuais, representa, identifica e avalia a obra *Quarto de Despejo*; a vida de Carolina de Jesus na favela; Carolina como escritora; a fome e favela. Para tanto, aplicamos as seguintes categorias analíticas: representação dos atores sociais e dos eventos e a avaliação. Para Ramalho Resende (2011, p.119) *avaliação* se relaciona às apreciações ou argumentos avaliativos do locutor, podendo ser explícitas ou não, enquanto forma de se posicionar diante de aspectos do mundo. Apresentaremos, então, a seguir a análise do texto do prefácio discutindo e problematizando os temas ali desenvolvidos, as recorrências linguístico-textuais e como essas categorias estão articuladas com o funcionamento deste gênero de discurso, principalmente com o(s) seu(s) propósito(s) comunicativo(s).

#### *O “Quarto de Despejo” pelos olhos de Audálio Dantas: das críticas ao sucesso mercadológico*

Os itens lexicais “livro” e “Quarto de Despejo” fazem menção ao mesmo objeto, que também é referenciado pelo pronome “ele”. No entanto, observamos que esses itens lexicais só produzem significados analíticos com potencial discursivo quando articulados à narrativa e às

ações de Audálio. A obra prefaciada é mencionada cerca de 15 vezes com tais nomenclaturas. Logo no início do texto, tem-se os seguintes trechos sobre a edição do livro:

1) Entrei na história deste livro <sup>12</sup>como jornalista, verde ainda, com a emoção e a certeza de quem acreditava poder mudar o mundo. (DANTAS, 1962, p.03)

2) Da reportagem - reprodução de trechos do diário - publicada na *Folha da Noite*, em 1958, e mais tarde (1959) na revista *O Cruzeiro*, chegou-se ao livro, em 1960. Fui o responsável pelo que se chama edição de texto. (DANTAS, 1962, p.03)

Audálio inicia o prefácio se justificando, ou até mesmo se defendendo de possíveis críticas, ao se identificar como um jornalista “verde ainda” (imaturo, talvez) que se deixou levar pela “emoção” e pela crença de que “poderia mudar o mundo”. O prefaciador menciona o livro para se apresentar, explicando que era um jornalista, indicando qual foi o seu papel e a sua função no livro: “responsável pelo que se chama edição de texto”. Ao afirmar que foi o responsável por aquilo “que se chama de edição” também se defende de críticas, distanciando-se da ação a partir do pressuposto: “não foi feita uma edição”.

Em seu livro intitulado *Tempos de reportagem*, o próprio Audálio Dantas conta como se deu o seu encontro com Carolina de Jesus e os escritos dela. Segundo Dantas, enquanto repórter das *Folhas*<sup>13</sup>, ficou destinada a ele uma matéria sobre a favela no bairro do Canindé, localizada às margens do Tietê, em São Paulo (SP). A busca deveria durar uma semana, acompanhando o dia a dia da favela, tendo em vista que a favela do Canindé era uma das primeiras periferias da cidade de SP (DANTAS, 2012, p.08).

Lajolo (2020[1995]) nos informa que, ao chegar na favela, Dantas ouviu uma mulher gritando com alguns homens embriagados e foi ver do que se tratava. Assim, Carolina levou o repórter ao seu barraco mostrando seus cadernos, coletados dos lixos, que apresentava o cotidiano da periferia. Dantas (2012) nos conta que não foram necessários sete dias de busca, visto que, com apenas três dias, ele voltou com a reportagem pronta. Nas palavras dele:

Eu não havia escrito uma linha sequer, mas a reportagem estava, de fato, naqueles cadernos, especialmente em um que continha um diário iniciado três anos antes, em 15 de julho de 1955, pela favelada Carolina Maria de Jesus, moradora do Canindé. (DANTAS, 1962, p.09)

---

<sup>12</sup> Grifos de minha autoria.

<sup>13</sup>As *Folhas* eram três jornais diários editados pela Empresa Folha da Manhã (que hoje edita a *Folha de S. Paulo*).

A matéria foi, então, publicada na *Folha da Noite*, no dia 09 de maio de 1958, com o título: “O drama da favela escrito por uma favelada”, <sup>14</sup>e obteve grande repercussão (DANTAS, 2012, p.09). Já nessa reportagem, os leitores passaram a levantar dúvidas acerca da autenticidade do texto, dizendo que seria uma invenção do repórter para fins lucrativos. Após isso, Dantas conta que durante um ano realizou a compilação dos textos do diário, a fim de publicar um livro, pois percebeu que somente uma matéria não seria suficiente diante da riqueza dos escritos. Assim, o romancista Paulo Dantas propôs a edição do livro para a Editora Francisco Alves, na qual *Quarto de Despejo* foi publicado pela primeira vez, em 1960.

Nesse contexto de publicação, as críticas em torno do seu processo de edição permaneceram. Isso, em especial, pelo fato de que Dantas realizou modificações com relação aos manuscritos de Carolina, a partir de acréscimos, supressões e substituições, tais quais: revisão no que diz respeito à pontuação, ortografia, léxico etc., e organização textual selecionando datas e momentos.

Essa participação autoral de Audálio Dantas no livro também não passou despercebida aos olhares de pesquisadores e estudiosos da obra de Carolina de Jesus. Perpétua (2008) realizou inúmeros estudos acerca da revisão e edição de *Quarto de Despejo*, na transposição dos manuscritos para o livro. Segundo ela, as interferências dos prefaciadores na edição do texto, como é o caso de *Quarto de Despejo*, fazem com que o texto fonte ocupe um espaço polifônico. Os revisores se apropriando texto e realizam uma espécie de tradução, segundo Perpétua, ocorrendo uma redistribuição nas relações de poder entre o texto original e o texto traduzido, assim que ao realizar modificações, o revisor cria e origina um novo texto:

Esses prefaciadores fazem exatamente o contrário do que apregoam, porque acreditam que meras correções ortográficas são grandes favores que prestam à compreensão das obras. Provavelmente se esquecem de que o texto é um tecido – emaranhado de muitos outros textos que dialogam entre si – e que, sobretudo quando o texto é autobiográfico, nele se acha diluído um sujeito que tenta se mostrar ilusoriamente por inteiro. Interferindo em sua grafia, ao invés de contribuir para dar maior nitidez ao eu escrevente, eles embaçam ainda mais a imagem que tentam mostrar aos leitores. (PERPÉTUA, 2008, p.80)

Dantas (2012, p.12) justificou essas alterações afirmando que ocorria uma grande repetição nos escritos de Carolina de Jesus quanto à rotina da favela. Sobre isso, segundo ele, muitos exigiram que fosse mantida a integridade dos manuscritos, ainda que fossem necessários vários volumes para a publicação das inúmeras páginas. Em outros trechos do prefácio, Dantas evidencia isso e reforça a tese de que o texto foi minimamente modificado:

---

<sup>14</sup>A reportagem não foi encontrada.

3) A repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos.

[...]

Mexi, também, na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura. E foi só, até a última linha. (DANTAS, 1962, p.03)

Dantas se ampara na “repetição da rotina favelada” para explicar os cortes, visto que tal repetição seria “exaustiva”. Sobre isso, Perpétua (2003), defende que:

Uma das razões apontadas por Audálio Dantas para o grande número de supressões apóia-se no fato de que, na ânsia de escrever tudo, Carolina tudo repete. Sabe-se que a narrativa da rotina de uma chefe de família catadora de papel que não consegue armazenar seu alimento por mais de dois dias consecutivos não pode ter muita variação. Há que se ressaltar, ainda, que raramente o cotidiano humano foge ao ritual diário da sobrevivência. E que a repetição é um dos aspectos peculiares da escrita do diário [...] O texto de Carolina sofrerá cortes não só em relação à repetição dos atos cotidianos, mas sobretudo no que concerne às reflexões sobre a vida. É aí que reside a maior transformação do texto processada na editoração, uma vez que o enunciado que acompanha o dia-a-dia sempre igual contém uma riqueza discursiva de observações lúcidas, carregadas de violência, humor, amargura, revolta ou resignação, que foi em grande parte suprimida. (PERPÉTUA, 2003, p.65)

A repetição, que se configura como pano de fundo da obra de Carolina, seja pela temática (a fome) ou pelos atos do cotidiano (buscar água, procurar alimento, catar papel etc.), não pode ser identificada e atribuída como “exaustiva”. As repetições descrevem a vida de Carolina de Jesus. A fome era constante/diária, ilustrando o sofrimento, a angústia e a aflição das famílias que vivem sob essas condições. Por esse motivo, o trabalho nas ruas e a busca pelos alimentos foram largamente mencionados, visto que não existiam mantimentos armazenados em casa para se alimentar diariamente. Além disso, a ida ao rio para buscar água todos os dias retrata a realidade das famílias que não possuem o básico para a sobrevivência, como ter em casa água potável e saneamento básico de qualidade. A repetição, nesse sentido, não é exaustiva, é a construção da realidade.

Em “A repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos”, o uso de “trechos mais significativos” é uma consideração subjetiva do editor, tendo em vista que ser ou não significativo depende de um juízo de valor de quem escreve e seleciona. Nessa perspectiva, reiteramos o argumento de que as escolhas de Audálio moldam e originam um texto novo, com marcas explícitas de autoria do editor.

A outra justificativa apontada para as alterações realizadas nos manuscritos foi a respeito da “grafia” de Carolina que “poderia levar à incompreensão da leitura”. O prefaciador

finaliza defendendo que “foi só, até a última linha.” Os operadores argumentativos “só” e “até” amenizam as alterações textuais produzidas por ele.

É por esse e outros fatores que inúmeros questionamentos e críticas acerca da originalidade do texto de Carolina foram (e ainda são) colocados em pauta. Tais hesitações com relação à coautoria é mencionada pelo próprio autor do prefácio, como nos fragmentos a seguir:

4) [...] pairava a força do livro, sua importância como depoimento, sua autenticidade e sua paradoxal beleza. (DANTAS, 1962, p.05)

5) Sobre ele escreveram alguns dos melhores escritores brasileiros: Rachel de Queiroz, Sérgio Milliet, Helena Silveira, Manuel Bandeira, entre outros. O que não impediu que alguns torcessem o nariz para o livro e até lançassem dúvidas sobre a autenticidade do texto de Carolina. (DANTAS, 2001, p.05)

6) Um livro assim, forte e original, só podia gerar muita polêmica [ ]. (DANTAS, 1962, p.04)

Ao fazer isso, o jornalista reafirma que as edições realizadas por ele na obra não modificaram a originalidade desta, ou não tiveram tanto impacto e diferença com relação aos manuscritos. Observamos que Audálios o texto do prefácio para responder às críticas de que a obra teria sido uma invenção do jornalista, como se observa no excerto 05: “*alguns torcessem o nariz*”. Ainda nesse fragmento (05), Dantas menciona que foram “lançadas dúvidas” acerca da autenticidade da obra, também fazendo menção à recepção. Fato que “torcer o nariz” e “duvidar da autenticidade da obra” são reações críticas, mas também condenatórias já que colocam em xeque a ética e a honestidade do jornalista, mas também a competência de Carolina.

Dantas (2012, p.10) expõe alguns comentários que recebeu na época da publicação da reportagem: “— Onde já se viu, uma negra semianalfabeta, e ainda por cima favelada, escrevendo desse jeito!”. As construções de julgamento dizem (ou prescrevem) sobre a forma correta de se comportar na sociedade. A identificação de Carolina como negra, semianalfabeta, periférica em uma construção textual de dúvida (onde já se viu; escrever desse jeito) produz posicionamento ideológico racista sobre esse corpo.

O incômodo evidenciado, de forma irônica e sarcástica, em “alguns torcessem o nariz”, diz respeito à intersecção e às opressões de raça, gênero e classe presente na recepção da obra *Quarto de Despejo*. Isso está relacionado à conjuntura da época, as décadas de 50 e 60. Gonzalez (2020, p.49) informa que o Censo de 1950 apontava que o nível de educação da mulher preta era muito baixo, predominando o analfabetismo. Com relação às atividades econômicas, 90% dessas mulheres pertenciam à área de prestação de serviços. Ainda que o

mercado de trabalho estivesse em fase de desenvolvimento nos anos de 1950, a população negra era excluída desse processo, e o desemprego implicava em baixas condições de vida – no que tange à habitação, educação, saúde, entre outros. Com relação à mulher preta em específico, Gonzalez expõe:

Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão. [...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes média e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da “inferioridade” que lhe seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água na bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos filhos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). Após “adiantar” os serviços caseiros, dirige-se à casa da patroa, onde permanece durante todo o dia. (GONZALEZ, 2020, p.50)

Gonzalez (2020) deixa evidente que a mulher preta na sociedade brasileira busca a todo momento sobreviver e resistir em meio ao racismo estrutural. Quando não trabalham como domésticas, é comum encontrar as mulheres pretas prestando serviços em supermercados, escolas e hospitais, sob a denominação de “serventes” ou como cozinheiras. hooks (1995, p.469) chama a atenção para o fato de mulheres pretas estarem limitadas aos trabalhos domésticos ou às mais variadas formas de prestação de serviço, o que se dá em função de que “as negras têm sido consideradas só corpo sem mente”, e quando se pensa em “grandes mentes” as imagens invocadas sempre são masculinas. Davis (2016) também defende que a lógica racista considera a população negra como inferior no que diz respeito à capacidade para realizar atividades intelectuais:

De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epítome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. (DAVIS, 2016, p.110)

hooks (1995) argumenta que o sistema de opressão que suprime as ideias das intelectuais pretas visa proteger principalmente os interesses da elite masculina branca. Para ela, um dos fatores que mais evidenciou esse sistema de controle social foi a negação às afro-americanas a se alfabetizarem, impedindo-as de ocuparem posições de escritoras, poetisas, professoras entre outros. É nesse sentido, então, que as críticas com relação à autenticidade do texto de Carolina Maria de Jesus possuem relação estreita com o racismo estrutural e a sua articulação com o

sexismo e classe, visto que: como seria possível uma preta, semianalfabeta e favelada escrever um livro? Assim, a “polêmica”, mencionada no trecho 05 (“Um livro assim, forte e original, só podia gerar muita polêmica”) é fruto dessa recepção de *Quarto de Despejo*, que despertou vozes controversas questionando a autoria da obra.

Há, assim, um entrecruzamento de vozes no texto do prefácio. Audálio articula a sua voz aos comentários da crítica, mas também coloca a sua voz, para representar e identificar o livro, a partir do uso dos termos “forte e original”, no trecho 05.

Fairclough (1999) argumenta que essas várias vozes que se articulam na prática social produzem e reproduzem o espaço de luta hegemônica que a linguagem pode viabilizar. Nesse sentido, o sujeito, em seu texto polifônico, seleciona determinados discursos, criando uma relação de dialogicidade entre a voz do autor e das outras vozes, articulando-as de diversas maneiras, estabelecendo relações de poder.

Nesse entrecruzamento de vozes no texto do prefácio, observou-se que Dantas busca realizar um diálogo com a crítica e com a recepção, que evidencia todas as questões discutidas acerca do preconceito que Carolina de Jesus sofreu com a publicação e circulação de *Quarto de Despejo* por estar ocupando um lugar na literatura que era inusitado para uma mulher com seus traços identitários.

Ainda no trecho 04, em “[...] pairava a força do livro, sua importância como depoimento, sua autenticidade e sua paradoxal beleza” (p. 05), o epíteto “força” articula-se à afirmação avaliativa “paradoxal beleza”. O atributo “forte” pode ter relação com o fato de a narrativa do livro apresentar temas considerados comoventes, “chocantes” e “pesados”, a exemplo da fome e a violência no cotidiano do espaço da favela. Isso pode ser reforçado com o trecho que sucede “força” no excerto 04: “sua importância como depoimento”.

A voz do autor continua presente ao identificar e representar o livro em outros trechos:

07) [...] registros do dia-a-dia angustiante da miséria favelada - foram impressos em letra de forma, num livro que correu mundo, lido, discutido e admirado em treze idiomas. (DANTAS, 1962, p.04)

08) Os jornais, as revistas, o rádio e a televisão, primeiro aqui e depois no mundo inteiro, abriram espaço para o livro e para a história de sua autora. (DANTAS, 1962, p.04)

O livro é representado, inicialmente, como uma narrativa que possui “registros do dia-a-dia angustiante da miséria favelada”. “Angustiante” e “miséria favelada” se articulam num campo semântico de sofrimento, carência e insegurança, uma caracterização atribuída pelo

prefaciador, que possui relação com a “força” da narrativa supracitada no trecho 04. Ou seja, mais um momento em que o autor do prefácio define o livro pelos seus aspectos temáticos.

A identificação continua a partir do discurso do “sucesso”. No excerto 07, a informação “correu o mundo” articulada com “lido, discutido” e sucedido por “treze idiomas” reforça que se trata de um projeto literário de êxito, e, por isso, foi considerado um sucesso. Já no excerto 08, há um encadeamento semântico gradativo que constrói a narrativa de sucesso: “primeiro aqui”, “mundo inteiro” e “abriram espaço” – uma metáfora espacial positiva da repercussão do livro. Esses excertos apontam para um movimento retórico e argumentativo interessante, pois o prefácio tem alguns propósitos comunicativos: elogiar o autor, introduzir a obra prefaciada, apresentar o texto, estimular a leitura, entre outros. No entanto, aqui, percebemos uma necessidade de articular a emergência de uma escritora preta periférica semianalfabeta à validade literária pelos pares, ao discurso de sucesso e à repercussão mundial como argumentos avaliativos que irão enfraquecer as posições dominantes dos cânones.

O prefaciador considera o livro um “sucesso”, ou seja, em razão de seu êxito comercial e não pelo seu reconhecimento dentro da academia e do mundo das Letras. Sobre isso, Silva (2020) defende que:

Fica a pergunta sobre os motivos do fascínio dessa recepção. As respostas, muito mais do que uma suposta empatia, devem passar pelo exotismo que o mercado literário mundial aplicou à imagem de Carolina, tratando de despertar extrema curiosidade pelos meandros do sofrimento, da precariedade, da miséria e da superação. Não podemos esquecer que, quando uma pessoa subalternizada vence a opressão, produz-se certo regozijo no coração da média dos opressores que gostam de se distinguir dos algozes mais terríveis. Nessa jornada heroica, a comiserção é recurso de "humanização" do opressor. (SILVA, 2020, p.10)

O êxito se estende ao fato de Carolina conquistar espaço nos “jornais, revistas, rádios e televisão” (como mencionado no excerto 08), articulado ao uso do termo “admirado” (no excerto 07). A admiração, aqui, é justificada pela ampla circulação e vendas de um livro produzido por uma escritora fora dos padrões convencionais de escrita da época. Sobre isso, Lajolo (2020[1995]) argumenta que:

É preciso reconhecer que não foi fácil a aventura de Dantas para convencer a livraria Francisco Alves a editar aquela obra. Por controversa, havia mesmo dentro da empresa pessoas de peso que eram contra a publicação do *Quarto de despejo*. Foi depois de muito esforço que Dantas convenceu da validade de se fazer uma tentativa. A campanha feita por ele mostrou-se eficiente a ponto de superar o plano inicial que visava lançar 3 mil exemplares - para que saísse de imediato uma edição de 30 mil. É preciso dizer que por essa época a intelectualidade brasileira não estava tão interessada em denúncias e olhava com toda desconfiança aquele fenômeno. A mídia, contudo, principalmente a televisão, que estava instalada no Brasil desde 1950, mostrou-se

aberta a dar vazão a denúncias sociais. Daí o sucesso de Carolina, que teve um caminho rápido na medida em que a televisão encurtou as distâncias entre ela e o grande público. (LAJOLO [1995]2020, p.224-225)

No trecho supracitado, Lajolo (2020[1995]) chama a atenção para as denúncias presentes em *Quarto de Despejo* enquanto grande impulsionador para a circulação e ampla discussão do livro. Ao passo que a camada intelectual brasileira aparentava não se interessar pelas queixas do texto de Carolina, ou até mesmo desconfiava da veracidade destas, a televisão abria caminhos para expor as mazelas sociais da favela do Canindé. Com isso, a veiculação da obra aumentava, atingindo um público mais amplo e heterogêneo.

O sucesso de *Quarto de Despejo* pode estar atrelado à forma como o livro entrou para o mercado editorial e comercial. A livraria e editora Francisco Alves era de extrema influência na época da publicação da obra, e, por isso, a importância de ela publicar a obra e o mérito de Audálio Dantas na história e na ascensão de Carolina Maria de Jesus.

No intuito de reafirmar o sucesso do livro, o prefaciador revela que escritores brasileiros famosos escreveram sobre a obra *Quarto de Despejo*. Um desses textos pôde ser encontrado, o de Manuel Bandeira, em uma reportagem no jornal *O Globo*:

Muita gente tem me perguntado se acredito na autenticidade do livro. Querem atribuí-lo a trabalho de Audálio Dantas sobre notas, apontamentos de Carolina. Houve de fato algum trabalho de composição da parte de Audálio. Este declarou no prefácio que selecionou trechos dos cadernos de Carolina, suprimiu frases. Não enxertou nada. Acredito. Há nestas páginas certos erros, certas impropriedades de expressão, certos pedantismos de meia instrução primária, que são de flagrante autenticidade, impossíveis de inventar (BANDEIRA apud CASTRO, 2007, p. 36).

No trecho acima, faz-se necessário mencionar que o poeta afirma “acreditar” na autenticidade do livro. A palavra “acreditar” está articulada ao fato dele julgar a obra original devido a: “certos erros”, “certas impropriedades de expressão”, “certos pedantismos de meia instrução primária”, seguidos da justificativa de que Carolina só tinha “meia instrução primária” e, por isso, os “pedantismos” seriam “impossíveis de inventar”. É importante destacar também o termo “pedantismo”. Segundo definições do Dicionário Online de Português,<sup>15</sup> pedantismo é o “comportamento ou ação da pessoa pedante, de quem faz alarde de conhecimentos que não possui.” A escolha desse termo para fazer menção aos deslizes gramaticais do texto de *Quarto de Despejo* é indicativo do estigma que a autora sofre enquanto alguém “sem conhecimento”, ou, como mencionado nesta análise, sem intelectualidade.

<sup>15</sup> Fonte: <https://www.dicio.com.br/pedantismo/>

É possível inferir que a autenticidade do texto de Carolina de Jesus seja atribuída aos desvios ortográficos, frutos do grau de instrução da autora. A escritora não foi oprimida apenas pelo racismo e sexismo, no contexto da recepção, como também pela sua classe social; trata-se de uma opressão interseccional. Com isso, as outras nuances presentes na obra, como o próprio conteúdo e as narrativas abordadas no texto, não são fatores de importância para “acreditar” na originalidade do livro, segundo o escritor.

O comentário de Manuel Bandeira é exposto por Audálio no próprio texto prefácio:

9) O poeta Manuel Bandeira, em lúcido artigo, colocou as coisas no devido lugar: ninguém poderia inventar aquela linguagem, aquele dizer as coisas com extraordinária força criativa, mas típico de quem ficou a meio caminho da instrução primária. (DANTAS, 1962, p.05)

Ao usar a voz especializada e legitimada de Bandeira, em seu prefácio, o repórter responde a certos críticos a partir de uma autoridade literária naquele momento: escritor branco, elite, capital intelectual e simbólico em situação privilegiada nas relações de poder. A presença dessa voz específica no texto do prefácio rearticula o discurso de originalidade e autenticidade da obra, mas, mais do que isso, legitima a “extraordinária força criativa” da escrita de Carolina. O prefaciador usa, então, nomes de grandes referências na literatura brasileira (homens e brancos) para defender a sua posição quanto à originalidade da obra.

Ainda no excerto (9), o autor do prefácio se refere à linguagem de Carolina de Jesus enquanto um produto “típico de quem ficou a meio caminho da instrução primária”. O termo “típico” pode estar atrelado às construções naturalizadas existentes em torno das pessoas que não possuem um alto nível de escolaridade. Em outras palavras, é “típico” de quem não conseguiu concluir os estudos não escrever seguindo a gramática tradicional, reforçando o discurso hegemônico de “não intelectual” e não capaz/competente de escrever um livro, no que tange aos indivíduos que não são completamente alfabetizados. Por fim, Dantas demonstra concordar com a opinião do escritor Manuel Bandeira, acerca das considerações mencionadas acerca do trecho (09), ao utilizar o adjetivo “lúcido” para se referir ao artigo do poeta.

### ***A “negra Carolina”: representação e identificação da autora***

A autora do livro, Carolina Maria de Jesus, foi mencionada em torno de 19 vezes, com as seguintes representações: Carolina; autora; ela; negra; negra semianalfabeta; patética Cinderela; Carolina Maria de Jesus; bicho estranho, excitante curiosidade. Carolina foi inserida

e representada de várias formas: por sua atividade, por sua identidade, por atribuições e julgamentos.

Os primeiros excertos analisados nesta subseção fazem relação à forma como Carolina de Jesus era representada e identificada enquanto escritora.

10) Lá, no rebuliço favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. (DANTAS, 1962, p.03)

11) Carolina, querendo ou não, transformou-se em artigo de consumo e, em certo sentido, num bicho estranho que se exibia ‘como uma excitante curiosidade’, conforme registrou o escritor Luís Martins. (DANTAS, 1962, p.05)

12) Mas, acima da excitação dos consumidores fascinados pela novidade, pelo inusitado feito daquela negra semi-analfabeta que alcançara o estrelato [...] (DANTAS, 1962, p.05)

No excerto 10, Carolina é referenciada como “negra Carolina”. O epíteto “negra” na posição anterior ao nome é um argumento avaliativo do prefaciador, que evidencia o destaque que a questão racial exerce nos contextos literário e periférico. Destaco que para outras autoras, como Clarice Lispector, não é comum encontrar referências semelhantes, a exemplo: a branca Clarice. O destaque avaliativo reforça a ausência de circulação e legitimação de produções de mulheres pretas no meio literário nacional, na conjuntura de publicação de *Quarto de Despejo*.

O prefaciador também menciona que a escritora “transformou-se em artigo de consumo” e “alcançara o estrelato”. O uso dos processos materiais “transformar” e “alcançar” indicam o movimento que ocorreu na vida de Carolina. Artigo de consumo e estrelato denunciam modo e o porquê dessa transformação acontecer – pela fama e pelo dinheiro – como também expõe a visão que o prefaciador tinha da autora: ela não se “transformou” em uma escritora famosa, mas sim em um “artigo de consumo”. O campo semântico do capitalismo faz com que a escritora se torne uma mercadoria aos olhos do repórter que “produziu” para depois “distribuir”, reproduzindo as formas como o corpo negro era utilizado em meio às relações de poder no campo social.

No excerto 10 e também no fragmento 11, o prefaciador representa Carolina de Jesus a partir de comparações, principalmente com uso do item “como”. O trecho “como alguém que tinha o que dizer” em referência à autora é um exemplo disso e produz posicionamentos ideológicos opressores com relação à escritora dada às suas condições e eixos identitários, algo que as pessoas considerariam um impedimento à sua capacidade intelectual para se expressar e mesmo para escrever um livro. No trecho 11, a comparação em “como uma excitante

curiosidade”, está em relação sintática com “artigo de consumo” e “bicho estranho”, utilizados para representar e identificar avaliativamente Carolina. Análogo a isso, no excerto 12, os termos “novidade” e “inusitado” também se referem à escritora, em um mesmo campo semântico. “bicho estranho”, “excitante curiosidade” e “novidade” fazem alusão ao lugar que ela ocupava enquanto escritora, fruto do cenário literário das décadas de 50 e 60, relacionado ao acesso ao discurso literário, legitimado, principalmente, pelo público leitor.

Na prática literária brasileira, cuja conjuntura conservava e privilegiava o cânone eurocêntrico, limitava-se aos homens predominantemente brancos, o leitor se deparava com um texto de uma escritora “rara”, “nova”, “inusitada” – apropriando-nos dos termos do prefácio. Tratava-se de um sistema-mundo-moderno-colonial produzido pelas práticas literárias. Isso pode ser evidenciado, de forma mais explícita, a partir do momento em que Audálio não menciona em seu texto alguma crítica realizada por mulheres e escritoras, reproduzindo o privilégio aos homens (e brancos).

Corroborando a discussão de Davis (2016), hooks (1995) e Gonzalez (2020), Abreu (2006) afirma que, durante muito tempo, as produções femininas, principalmente de mulheres pretas, não eram facilmente aceitas pela sociedade, pois estas eram consideradas como intelectualmente inferiores. Segundo a autora:

Faça um teste: procure livros de história da literatura e veja quantas autoras são citadas até o final do século XIX. E quantos negros? Você, com certeza, conseguirá contar mulheres e negros consagrados nos dedos de uma só mão. Nos mesmos livros, procure referências a obras escritas por gente pobre. Talvez você nem precise da outra mão... Passe agora para o século XX e veja em quantas delas são analisados autores de bestsellers. Feche a mão - você não vai mais precisar dela. (ABREU, 2006, p.39-40)

Perpétua (2014, p.255) também nos chama a atenção para o fato de que na literatura brasileira “[...] não se nega aos volumes [...] de Graciliano Ramos, o pertencimento à [...] alta literatura, enquanto o mesmo não se aplica [...] à] *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, ou a *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus”. Acerca disso, segundo Lajolo (1996, p.41), “[...] no círculo oficial de nossa literatura, cabem só uns poucos, geralmente brancos, muito frequentemente homens e (...) navegantes calejados das órbitas scriptocêntricas da literatura”.

A discussão sobre as mulheres pretas na literatura se estende para um contexto mais amplo de silenciamento e opressão. No Brasil, as mulheres pretas por diversas vezes tiveram as suas vozes silenciadas e os seus corpos estigmatizados, sendo expostas aos mais diversos tipos de violência (COLLINS, 2019; CARNEIRO, 2003). Diante disso, essas mulheres, atreladas à discussão realizada anteriormente, ocupavam posições sociais em cargos que se divergiam

integralmente daqueles que demandavam alguma atividade considerada intelectual, como o de uma escritora reconhecida (GONZALEZ, 2020; hooks, 1995; DAVIS, 2016). Não à toa a estranheza, então, em se deparar com Carolina de Jesus ocupando espaço no cenário literário.

Ainda no excerto 12, o prefaciador identifica a autora como “daquela negra semi-analfabeta”. “Daquela” demonstra um certo desprezo com relação à escritora, que é justificado com os termos que sucedem “negra semi-analfabeta”, tendo em vista que a intersecção de gênero, classe e raça foram, como discutido, fundamentais para causar a “estranheza” do público leitor. Essa estranheza é reforçada com o trecho “a excitação dos consumidores fascinados [...] pelo inusitado feito”, alusão à instância da recepção e, ao mesmo tempo, demonstrando que o livro é um “inusitado feito” diante dos olhos desta recepção.

Essas representações sobre Carolina de Jesus são o resultado da hibridização de vozes. É a partir dessa polifonia que Dantas, de forma sarcástica e irônica, apropria-se de termos utilizados pela crítica para referir-se à Carolina, algo que deixa notório as relações de poder da branquitude presentes no campo literário, como já discutido nesta análise, qual seja, a literatura enquanto espaço ocupado, majoritariamente, por homens e brancos.

Isso se torna mais evidente no momento em que, no trecho 09, o próprio Audálio indica a fonte da qualificação. Trata-se de Luís Martins, escritor, jornalista, crítico, memorialista e poeta brasileiro. Não foi possível encontrar dados concretos da crítica realizada, mas Luís Martins era crítico no jornal *Diário de São Paulo*, na época da publicação da reportagem sobre *Quarto de Despejo*. Dantas, nesse fragmento, apropria-se do discurso do escritor para se referir à Carolina como um “bicho estranho” e uma “excitante curiosidade”, demonstrando a imagem que esta possuía para a crítica: uma escritora diferente dos moldes em que os “consumidores” de literatura e os críticos estavam habituados.

Mais uma construção polifônica evidente no texto de Audálio ocorre com a denominação de “patética Cinderela” para referir-se à autora, dessa vez para falar do “sucesso” de Carolina de Jesus, como no seguinte excerto:

13) [...]foi também o sucesso pessoal de sua autora, transformada de um dia para outro numa patética Cinderela, saída do borralho do lixo para brilhar intensamente sob as luzes da cidade. (DANTAS, 1962, p.04)

“Cinderela” é uma representação metafórica usada por alguns estudiosos de Carolina para se referir à autora, também em função de uma crítica no que tange à sua história pessoal – “transformada de um dia para o outro”. Um exemplo disso são os autores José Carlos Meihy e

Robert Levine que escreveram um livro, publicado em 1994, sobre a vida da autora intitulado *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*.

Assim, pode-se mencionar a intertextualidade com a personagem do conto de fadas, Cinderela, visto que, após a publicação do livro *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* a vida de Carolina mudou radicalmente – com viagens, entrevistas, salões de beleza, eventos etc. Nesse sentido, a autora “passa” da condição de “preta favelada” e torna-se a “Cinderela negra”. Isso vai ao encontro do trecho em questão, no momento em que o prefaciador menciona: “saída do borrinho do lixo para brilhar intensamente sob as luzes da cidade.” O borrinho do lixo, nesse caso, refere-se à favela e às luzes da cidade de São Paulo, após o sucesso.

Relacionando as histórias de Carolina e Cinderela, o prefaciador legitima uma visão sexista e racista, de que o lugar da mulher é no borrinho, na cozinha, realizando tarefas domésticas – em especial as mulheres pretas. As histórias se entrecruzam ainda mais no momento em que, assim como no conto de fadas que foi necessário um príncipe tirar a Cinderela daquela condição, Carolina de Jesus precisou de um homem, branco e de classe média para tirá-la da favela e publicar o seu livro. Isso também faz relação com o uso termo “transformada”, nesse processo de transformação da vida da autora, em que o agente desse processo foi o Audálio Dantas, pois, sozinha, Carolina de Jesus não conseguiria mudar a sua história.

O que não é verdade, pois antes de Audálio chegar à favela de Canindé, Carolina já havia enviado seu material para Seleções ReadersDigest, que não aprovou a edição do material. Carolina é protagonista dessa história; conta sua filha, em documentário, que, quando Carolina viu Audálio na favela, e já sabia que ele era um jornalista, fez com que ele a olhasse. Estrategicamente, Carolina chamou atenção de uns garotos, em voz alta, falando que eles seriam personagens de seus livros. Audálio achou aquilo curioso e foi ao encontro de Carolina de Jesus que lhe mostrou os cadernos. Carolina é irônica e debochada e isso fica explícito no texto da entrevista, também objeto de estudo dessa dissertação.

A avaliação “patética”, por sua vez, como mencionado, pode estar relacionado à forma como a crítica percebia, identificava e representava a escritora. Não se trata de uma opinião do prefaciador, mas sim de uma escolha lexical que fundará um discurso sarcástico para, novamente, fazer menção à instância de recepção. A escolha por “patética” pode estar articulada com o corpo interseccionado de Carolina de Jesus; corpo oprimido pelas relações de poder da branquitude, mas que faz à inquietação da instância receptora por uma mulher, como Carolina, escrever um livro com tanta força criativa e ética; para Collins essas opressões se tornam mais evidentes em função da articulação destas com os sistemas de poder institucional literário e das relações interacionais de poder entre a instância da crítica e a autoria. A ascensão de Carolina

e o incômodo deste corpo subalternizado em uma instituição atravessada pelo eixo dos privilégios cisheteropatriarcal e branco permanecem no discurso do prefaciador:

14) Exatamente o caso de Carolina, que só pôde chegar até o segundo ano de uma escola primária[...]. (DANTAS, 1962, p.05)

15) [...] E Carolina era alçada à condição de cidadã, com título oficial conferido pela Câmara Municipal de São Paulo. (DANTAS, 1962, p.05)

No excerto 14, Dantas informa que Carolina conquistou a condição de cidadã, pela Câmara de São Paulo. O uso de “que só pode chegar até” e “era alçada à condição” constroem o discurso acerca da invisibilidade da mulher preta e pobre na sociedade brasileira. Sobre isso, segundo Gonzalez (2020):

Do fundo do poço do seu anonimato — nas favelas, na periferia, nas prisões, nos manicômios, na prostituição, na “cozinha da madame”, nas frentes de trabalho nordestinas —, talvez nunca tenham ouvido falar de direito de cidadania, mas têm consciência do que significa ser mulher, negra e pobre, ou seja, viver acuada, à espreita do próximo golpe a ser recebido, vigiando-se e “saindo de cena” para não ser mais ferida do que já é quando se trata de diferentes agentes da exploração, da opressão e também da repressão. Significa se jogar inteira no desenvolvimento das chamadas “estratégias de sobrevivência”, dia após dia, hora após hora, sem deixar, no entanto, de apostar na vida. As conhecidas histórias de Carolina Maria de Jesus, Marli Pereira Soares e Francisca Souza da Silva aí estão, enquanto testemunhas comoventes do que significa ser mulher, negra e pobre. (GONZALEZ, 2020, p.100)

“Novidade”; “inusitado” e “sucesso” lexicalizam significados que colocam em disputas sentidos e facetas de processos sociais, culturais e políticos mais amplos; afinal, um livro escrito por uma mulher, racializada, com apenas o segundo ano da escola primária e que foi alçada à cidadã após 46 anos de vida é, no mínimo, “curioso” para os leitores. Discursivamente Carolina não era cidadã, não era capaz, para além de sua condição ontológica, era um ser inferior e abjeto/objeto.

Isso também tem relação com o corpo subalternizado e marginalizado principalmente dos moradores da favela. Comelli (2012) expõe que há uma dificuldade em tratar da identidade do habitante das periferias, principalmente pelas visões hegemônicas acerca das cidades, pois são fortemente associados à sua posição social. Nessa perspectiva, tais moradores são vistos como oprimidos e/ou subalternos, o que reproduz a segregação das “dinâmicas socioespaciais” (COMELLI, 2012, p. 692). Assim, no espaço urbano e periférico, ocorre um conflito de classes, fazendo com que os moradores da periferia não fossem considerados habitantes cidade, ou, em outras palavras, não são cidadãos.

Essas afirmações se relacionam com o próprio título da obra em análise: *Quarto de despejo*, em que a autora afirma, ao longo de sua narrativa, que a favela é onde se despejam os lixos, os restos – os favelados, que não possuem “lugar” na cidade. Torna-se claro, aqui, a oposição entre cidade e favela, que será mais bem discutida nos próximos tópicos.

Ainda no que tange à representação de Carolina no prefácio em articulação com a escrita do seu livro, têm-se os seguintes fragmentos:

16) A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. (DANTAS, 1962, p.03)

17) Li todos aqueles vinte cadernos que continham o dia-a-dia de Carolina e de seus companheiros de triste viagem. (DANTAS, 1962, p.03)

18) Tão grande e tão marcante que adquire cor na narrativa tragicamente poética de Carolina. Carolina viu a cor da fome - a Amarela. (DANTAS, 1962, p.03)

Nesses excertos, o prefaciador, ao mesmo tempo em que representa e qualifica *Quarto de Despejo*, representa a história de Carolina de Jesus. Os atributos “grande” e “marcante” fazem referência à obra, sobre a qual o prefaciador produz posicionamentos avaliativos. Acompanhados do uso do advérbio de intensidade “tão”, reforça a atribuição dessas características como as mais marcantes do livro *Quarto de Despejo*. Audálio também menciona que a obra é fruto de “vinte cadernos” escritos por Carolina de Jesus, o que, somado ao atributo “grande”, pode ser considerado enquanto uma possível tentativa do prefaciador em demonstrar a importância da obra em termos de dimensão, ou até mesmo pode estar relacionado à justificativa com relação às supressões e edições no livro.

Já com relação à história de Carolina, o autor do prefácio utiliza os termos “cadernos encardidos”, “triste viagem” e “narrativa tragicamente poética”, para representá-la. Observou-se, então, um campo semântico de drama, tragédia e tristeza. Audálio, nessa perspectiva, já alerta ao leitor sobre o que se pode esperar da narrativa do livro. Em seguida, reforçando essa ideia, é mencionada a fome – um importante impulsionador para provocar o campo semântico da melancolia. O termo “amarela” exponencializa o item lexical “fome”, o que também ocorre no seguinte excerto:

19) Em sua rotineira busca da sobrevivência no lixo da cidade, ela descobriu que as coisas todas do mundo [...] ficavam amarelas quando a fome atingia o limite do suportável. (DANTAS, 1962, p.03)

No entanto, essa caracterização não é realizada pelo autor do prefácio. Trata-se de uma metáfora utilizada pela própria Carolina de Jesus ao longo da escrita do seu diário, como na

seguinte passagem: “Eu que antes de comer via o céu, as arvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos.” (JESUS, 2001, p.40). Mais uma vez, Dantas utiliza de outras vozes para compor o seu discurso.

Acerca da utilização dessa metáfora, pode-se apontar que “amarela”, uma cor monocromática, é, geralmente, associada a doenças, como o impaludismo, que se trata da constituição pálida de um indivíduo relacionada à fome, por exemplo. Além disso, amarela é a cor da bile. Segundo dados da Biblioteca Virtual em Saúde – disponibilizada pelo Ministério da Saúde<sup>3</sup> – a bile é uma secreção produzida pelo fígado, composta por diversas substâncias, entre elas o colesterol. Em casos de jejum ou obstrução intestinal, a bile pode ser liberada através do vômito de coloração amarela (BRASIL, 2018). Isso se aplica aos casos em que Carolina de Jesus e seus filhos passavam fome, realizando jejuns forçados, provocando náuseas e mal-estar.

O uso do “amarelo” também pode ser analisado sob outra perspectiva, levando em consideração que o amarelo é visto como uma cor que representa a alegria, o otimismo, a positividade e a força emocional – isso pode ser exemplificado a partir das campanhas do “Setembro Amarelo”, de prevenção ao suicídio. Esses atributos (alegria, otimismo etc.) se assemelham às características de Carolina de Jesus, de forma explícita, nos momentos da narrativa em que a escritora se mostrava confiante, forte e otimista, na sua luta em busca da sobrevivência; e de forma implícita, tendo em vista que, apesar da fome, da pobreza, entre outras condições às quais estava submetida, ela nunca desistiu, seja no âmbito dos seus sonhos ou das buscas pelos alimentos.

Ademais, os excertos acima ilustram e exemplificam as únicas vezes em que o prefaciador ressalta em seu texto a temática do livro prefaciado. É importante destacar, aqui, que a fome é um tema extremamente marcante, presente do início ao fim da narrativa, e um dos principais assuntos abordados, estudados e publicados em pesquisas relacionadas à obra *Quarto de Despejo*. Outros temas também extremamente notáveis como, por exemplo, a pobreza, as questões políticas, a desigualdade social e o preconceito não são sequer mencionados no texto do prefácio. Os léxicos “lixo” e “rotina”, outras temáticas recorrentes, aparecem duas vezes, como coadjuvantes. Corroborando isso, o próprio Dantas (2012) realiza algumas considerações:

Ninguém fez críticas ao texto que escrevi como “introdução” ao diário de Carolina. Relendo-o hoje [...] faço autocrítica. Nele encontro impropriedades, excesso de adjetivos, alguma pieguice e imperdoáveis falhas de informação. Registro, por exemplo, a existência dos filhos de Carolina, pobres crianças que passam fome, mas

os deixo sem nomes, os quais só aparecem no diário escrito por ela, repórter mais atenta. (DANTAS, 2012, p.10)

Em contrapartida à ausência de temáticas relevantes do livro *Quarto de Despejo*, no texto do prefácio, a favela, espaço onde a narrativa se passou, configura-se como um tema extremamente presente na obra prefaciada, e foi mencionada por Audálio Dantas em seu texto.

### ***O “rebuliço favelado”: representação e identificação da favela***

O termo “favela” foi mencionado 08 vezes, com as seguintes denominações: favela do Canindé; favela, rebuliço favelado e *Quarto de Despejo*.

Vejamos os seguintes trechos:

20) Lá, no rebuliço favelado, encontrei a negra Carolina [...]. (DANTAS, 1962, p.03)

21) O cenário em que foi escrito o diário já não é o mesmo. Parte dele deu lugar ao asfalto de uma nova avenida, por coincidência chamada Marginal. A Marginal do Tietê, que passa por ali onde até meados dos anos 60 se erguia o caos semi-urbano e subumano da favela do Canindé, em São Paulo. O resto foi ocupado por construções sólidas, ordenadas, limpas, aprumadas no lugar dos barracos cujos ocupantes foram para outros cantos da cidade, para outros quartos de despejo. (DANTAS, 1962, p.05)

No trecho 20, o prefaciador refere-se à favela como “rebuliço favelado”, remetendo a um campo semântico de desordem, confusão, agitação, configurando, assim, o espaço fora dos padrões hegemônicos dos espaços privilegiados. O prefaciador insere a sua voz e a sua opinião, então, a fim de caracterizar, identificar e representar a favela, a partir de avaliações que provocam a percepção da favela como um local negativo e não desejável. No excerto 21, a favela é relacionada com os termos “caos semi-urbano e subumano” colocados em oposição a “construções sólidas, ordenadas, limpas, aprumadas”. Aqui, o prefaciador também realiza uma avaliação depreciativa no que diz respeito à favela, visto que as construções que são “limpas”, “ordenadas” e “aprumadas” estão em relação antagônica com o “caos semi-urbano e subumano” – a favela.

Ainda no fragmento 21, a favela é denominada como “quartos de despejo”, fazendo alusão ao título do livro. Como já mencionado neste estudo, quarto de despejo é uma criação da própria autora, Carolina Maria de Jesus, para fazer alusão à favela, visto que, nas palavras dela: “[...] a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2001, p.28).

Além disso, o prefaciador utiliza de advérbios espaciais para territorializar o espaço da favela e da cidade. Para a favela, Dantas faz uso do “lá” em contraste com o “aqui”. Esses usos

demonstram e explicitam a divisão que ocorreu/ocorre entre periferia e centro, o que Curiel (2020) mencionou enquanto “relação binária” que possui origens no colonialismo: o colonizador e o colonizado, o centro e a periferia:

Esse conceito pode ser explicado a partir do entendimento de que com o fim do colonialismo como constituição geopolítica e geo-histórica da modernidade ocidental europeia, a divisão internacional do trabalho entre centros e periferias, assim como a hierarquização étnico-racial das populações e a formação dos estados-nação na periferia, não se transformou significativamente. O que acontece, ao contrário, é uma transição do colonialismo moderno à colonialidade global. (CURIEL, 2020, 147)

Velloso (2020, p.156) defende que essa lógica da divisão entre periferia e centro define os sujeitos da diferença, que são tratados com objetos, coisas ou mercadorias, desde os princípios da colonização e dos negros escravizados – a metáfora do quarto de despejo. Agora, mantém-se as crenças e preconceitos e reforçam os padrões do poder colonialista, nas cidades da “modernidade”, com uma formação socioespacial, em que a elite rica e branca habita o centro/a cidade, enquanto o pobre é abrigado nas periferias. Em outras palavras, trata-se de um sistema de dominação.

A crítica com relação a esse modelo de urbanização se estende à sociedade brasileira atual, diante de um cenário de desigualdade, segregação e desumanização. A periferia, nesse contexto,

[...] representa um processo historicamente enraizado na história e no espaço de aglomeração metropolitana, funcionando como fronteira de expansão do capital – estabelecida por meio de mecanismos, processos, instituições e práticas sociais específicas. (VELLOSO, 2020, p.164)

Desse modo, os processos de urbanização, baseados no ideal europeu de modernização, resultaram na polarização entre cidade e periferia, ou, em outras palavras, entre pobres e ricos. Os pobres, nesse caso, são vistos como os marginais, seja pela associação à violência e ao crime, seja pelo fato de serem colocados à margem da sociedade. O termo “marginal” é utilizado para identificar e representar aqueles que são excluídos por questões socioeconômicas, históricas, culturais, raciais etc. Este termo foi mencionado no trecho 21 (“[...] ao asfalto de uma nova avenida, por coincidência chamada Marginal. A Marginal do Tietê.”), a partir de uma colocação sarcástica e irônica do prefaciador, ao informar que a antiga favela do Canindé, que antes era o “lugar dos marginalizados” ou “marginais”, para muitos, transformou-se na atual Marginal do Tietê, em São Paulo.

Essa divisão reforça e naturaliza as relações de poder presentes na sociedade brasileira, principalmente no espaço urbano, que privilegiam as classes dominantes, fruto de uma tradição de opressão e de modos de vida urbana hegemônicos, e, por isso, possui relação direta com o ideal colonial.

Concomitante a isso Gonzalez (2020) defende que essa separação quanto ao espaço físico trata-se de um longo processo de exclusão socioespacial, em que os lugares serão ocupados pelo que ela vai chamar de “dominadores e dominados.” Nas palavras dela:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas etc. até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado até os belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” [...] dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço [...]. No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. (GONZALEZ, 2020, p.75)

Além disso, ao longo do texto do prefácio, o autor também menciona a favela nos informando acerca da realidade brasileira após a publicação de *Quarto de Despejo*:

22) O impacto causado por Quarto de despejo foi além das discussões sobre o texto. O problema da favela, na época de dimensões ainda reduzidas em São Paulo, foi discutido por técnicos e políticos. Um grupo de estudantes fundou o Movimento Universitário de Desfavelamento, cuja sigla - MUD - revelava, no mínimo, uma intenção generosa. (DANTAS, 1962, p.05)

No fragmento 22, o autor explicita que os problemas evidenciados na obra fizeram com que emergissem questões de cunho político e social na cidade de São Paulo. Ilustrado pela menção do Movimento Universitário (MUD) e pelo trecho “discutido por técnicos e políticos”, o excerto pode indicar que Audálio visava ressaltar e justificar a importância do livro. No entanto, tal importância não está relacionada ao meio acadêmico e literário, no que tange, principalmente, à sua qualidade literária. O prefaciador utiliza de argumentos de cunho social para atribuir mérito à autora e à obra. Ou seja, o discurso de Carolina Maria de Jesus presente no livro prefaciado não é o enfoque do autor do prefácio.

Ainda no trecho 22, o artigo definido “o” que antecede “problema da favela” pode indicar que a favela em si – o seu surgimento, o seu processo de construção – se configurava como um problema. Como já discutido neste estudo, a favela do Canindé foi uma das primeiras favelas paulistanas. Nela, os moradores se abrigavam em barracões, necessitavam buscar água

no rio Tietê todos os dias, dentre outros fatores que contribuíam para um cenário de extrema pobreza e insalubridade, com péssimas condições de infraestrutura, saneamento básico e eletricidade, configurando-se, de fato, um problema que demanda políticas públicas do Estado.

### ***O gênero “Prefácio” e seu funcionamento na edição em análise***

Analisar a relação entre gêneros discursivos requer que saibamos o que as pessoas estão fazendo discursivamente e com quais propósitos (FAIRCLOUGH, 2003, p. 70), já que isso se materializará na configuração e funcionamentos dos textos. Segundo Vieira e Resende (2016, p. 61), gêneros são “maneiras de ação e relação que podem servir para legitimar discursos ideológicos, conduzir maneiras particulares de representar práticas, influenciar modos de identificação”. Os discursos são “formas de representar os aspectos do mundo” (FAIRCLOUGH 2003, p. 124) e “não são somente sobre o que fazemos, mas sempre sobre o motivo pelo qual estamos fazendo isso” (VAN LEEUWEN, 2005, p. 104), tais como são constituídos nos textos dos gêneros.

Para Fairclough (2003) os gêneros são modos de agir e interagir que envolvem atividade específicas, relacionadas a práticas particulares com propósitos também específicos. Tratando-se do gênero prefácio, os propósitos comunicativos são variados, indo além de somente introduzir ou apresentar um texto (BEZERRA, 2006; BHATIA, 2004; OLIVEIRA, 2009).

O autor Audálio Dantas prefacia o livro a partir de uma crítica à recepção da obra *Quarto de Despejo*. A partir de um texto irônico e sarcástico, o prefaciador negocia e entrecruza vozes, fundindo-as à sua própria voz de forma a contra-argumentar e replicar a maneira como os críticos receberam e avaliaram o texto de Carolina. A crítica à qual o prefaciador se refere não diz respeito somente à especializada em literatura, mas também a crítica produzida por jornalistas, escritores e os próprios leitores da obra, todos homens. A crítica não é unânime, o prefácio é construído a partir de várias articulações discursivas com um explícito comprometimento do seu autor/prefaciador.

Devido à ausência de uma discussão e apresentação mais extensa acerca das temáticas presentes no livro *Quarto de Despejo*, como a fome, a pobreza, a rotina com os filhos, o racismo e o preconceito de classe em forma de preconceito, entre outros, o foco do prefaciador não foi evidenciar ou apresentar o conteúdo da obra, mas sim o impacto que gerou no âmbito da recepção. Dentre essas questões, as mais discutidas na maioria do texto foram: justificar as problemáticas em torno da autenticidade da obra, *sua validade literária, sua autoria, e*

evidenciar o sucesso e/ou êxito de *Quarto de Despejo* e a visibilidade alcançada por Carolina de Jesus, no que diz respeito à circulação do livro.

A argumentação de Dantas recai antes sobre o campo discursivo do êxito comercial do que propriamente literário. O sucesso de Carolina é, mais uma vez, relativizado e reduzido, pelo fato de ela ser uma escritora impensável em meio ao mercado literário, devido aos eixos de opressão que interseccionam seu corpo: raça, gênero e classe.

Essa maneira de perceber a obra de Carolina de Jesus vai ao encontro da forma como a crítica recebeu o livro enquanto documento sociológico apenas. Contudo, não se pode eliminar o potencial denunciativo do prefácio em função de uma academia colonial, excludente, racista e classista que configurava parte do cenário literário à época da publicação de *Quarto de Despejo*, o que é construído por meio de ironias, sarcasmos, avaliações, presunções valorativas e metáforas.

Como supracitado, o gênero prefácio possui variações quanto aos seus propósitos comunicativos. A partir de Bezerra (2006), observamos que o prefácio pode justificar, resumir/apresentar ou avaliar a obra prefaciada. A fim de atingir tal(is) propósito(s) comunicativo(s), o autor do prefácio utiliza de estratégias que são escolhidas em função do público a que se destina o livro a ser comentado. Nessa perspectiva, a autoria do prefácio é de extrema importância, visto que interfere na forma como o texto será lido (OLIVEIRA, 2009/ BEZERRA, 2006). Tratando-se da edição estudada de *Quarto de Despejo*, é válido investigar o porquê da escolha do Audálio para prefaciá-la e qual(is) o(s) propósito(s) do texto.

Consideramos que as hipóteses iniciais acerca do propósito comunicativo do prefácio não foram plenamente correspondidas. Acreditava-se que no texto do prefácio os parágrafos teriam como tópicos frasais as principais temáticas abordadas em *Quarto de Despejo* (a rotina na favela, a fome, a violência, o lixo, o preconceito racial, entre outros). Nesse sentido, o propósito comunicativo seria o de apresentar a obra, demonstrar a sua importância devido às denúncias e críticas realizadas por Carolina de Jesus em seu discurso, algo que não se revelou no texto prefacial. No entanto, o texto revelou-se mais como ferramenta de defesa de Dantas – no que tange às discussões acerca da autenticidade e originalidade da obra e às críticas direcionadas ao papel social de Carolina, que constituem os 4 primeiros parágrafos – do que uma apresentação sobre o texto da obra prefaciada (hipótese primária).

Ademais, com relação à escolha de Audálio Dantas para prefaciá-la, pode-se levar em conta o questionamento feito por Oliveira (2009, p.89) acerca da autoria dos prefácios: “[...] qual seria a razão de o autor necessitar de um ‘discurso paralelo’?”. No caso de *Quarto de Despejo*, deve-se considerar que – levando em conta os propósitos do texto do prefácio enquanto

resposta à recepção e justificativa à originalidade da obra – Dantas como editor e organizador do livro, encontra uma oportunidade de responder aos críticos ao mesmo tempo que pode cessar alguns comentários acerca da autenticidade para as próximas leituras da obra, já advertindo os novos leitores sobre o posicionamento de uma parte da recepção.

Outro motivo para a escolha de um “discurso paralelo” em *Quarto de Despejo* consiste na relação da conjuntura social, política e econômica da época com os eixos identitários de Carolina de Jesus. Ela não tinha voz própria e não conseguiria ser ouvida. É nesse sentido, então, que se configuram as relações de poder em torno do texto: Audálio, enquanto repórter, classe média, homem e branco, estaria legitimado pela sociedade para dizer o que tinha que dizer. Assim, um livro que contasse apenas com o diário de Carolina poderia não ter credibilidade para leitura, afinal, por que ler um livro sobre a rotina de uma preta e moradora da favela, e por que ler um texto de uma mulher semianalfabeta? Diante disso, o autor do prefácio precisa utilizar de artimanhas para que aquela obra seja lida e validada: discutir sobre o sucesso da obra; demonstrar os comentários feitos pela recepção, a fim de atingir uma certa curiosidade no leitor e evidenciar que a obra foi amplamente discutida.

Para Fairclough (2003, p.75), as relações entre os agentes que produzem os discursos dentro das práticas geram uma hierarquia e desigualdade social, visto que uns podem exercer poder sobre os outros. O texto prefacial, dessa maneira, pode contribuir para manter e/ou evidenciar algumas relações de poder, principalmente no meio intelectual, acadêmico e literário, tendo em vista que as mulheres, em especial a mulheres pretas, não são ouvidas e legitimadas por conta própria. A figura do homem no livro *Quarto de Despejo* – não excluindo a importância do repórter na vida de Carolina de Jesus – demonstra a invisibilidade dessas mulheres na sociedade, fazendo com que a obra não seja de fato uma obra de Carolina de Jesus, trata-se de uma intervenção e produção em “conjunto”. Nessa perspectiva, Audálio, visivelmente, torna-se, por diversas vezes, o agente da “narrativa”, exercendo seu poder sobre ela, em função dos seus privilégios.

\*\*

### ***Análise da entrevista: “A literatura e a fome” – considerações iniciais***

A entrevista que compõe a edição estudada do livro *Quarto de Despejo* foi estruturada pela Sinal Aberto, da Editora Ática. Trata-se de uma coleção, ou série, que reúne livros de diversos autores brasileiros publicados pela Ática. Segundo informações do próprio texto, “A

entrevista que segue foi organizada a partir de depoimentos e textos da autora.” (JESUS, 2001, p.169). O nome da autoria não é revelado e a temporalidade não é exata, pois, como mencionado, são trechos reorganizados em forma do gênero.

O gênero entrevista, nesta edição, tem a seguinte estrutura: um texto introdutório; perguntas e respostas. Diante disso, propomo-nos analisar, de forma separada, a introdução e as perguntas e respostas.

A partir do software *AntConc*, identificamos, no texto introdutório a maior frequência das palavras: “Carolina”, “voz” e “favela”; já no texto das perguntas e respostas, observou-se a maior frequência de: “senhora”, “como”, “vida”, “favela”, “livro”, “depois”, “escrever”, “literatura”, “quarto de despejo”.

Diante disso, verificamos que as principais temáticas da introdução foram a história de Carolina de Jesus, da publicação da obra, e a relação da autora com a escrita e a literatura; e Carolina representada e identificada enquanto “porta-voz” da favela. Ademais, constatamos que o texto introdutório também não possui identificação de autoria.

As perguntas e respostas, por sua vez, apresentaram os seguintes eixos temáticos: a relação de Carolina com a escrita e com a literatura; a produção e publicação de *Quarto de Despejo*; os impactos da obra na vida da escritora (campo semântico do “sucesso”).

Apresentaremos, então, a seguir a análise dos textos da entrevista, levantando questões acerca das recorrências linguístico-textuais, em relações sintagmáticas; a que campo semântico estas se direcionam; e como essas categorias estão articuladas com o funcionamento deste gênero, de acordo com o(s) seu(s) propósito(s) comunicativo(s).

### ***Análise da introdução***

Como supracitado, identificamos na introdução a presença de determinados temas que conduzem o desenvolvimento do texto. Analisaremos cada um deles a seguir.

#### ***Carolina de Jesus: a história***

O texto que compõe a introdução da entrevista inicia-se com a história de Carolina de Jesus brevemente resumida:

1) Carolina Maria de Jesus nasceu em Minas Gerais, por volta de 1915. Foi empregada doméstica em São Paulo, onde, mais tarde, passou a catar papel e outros tipos de lixo reaproveitáveis, **para sobreviver**. (JESUS, 2001, p.169)

2) Em reportagem sobre a favela do Canindé, onde vivia Carolina, o repórter Audálio Dantas a conheceu e descobriu que a favelada escrevia um diário. (JESUS, 2001, p.169)

No primeiro trecho, os principais tópicos escolhidos pelo autor do texto, acerca da vida da autora foram: a sua ida para São Paulo, onde tornou-se empregada doméstica e catadora de papel. Aqui, é evidente que a escritora é representada pelas suas funções como uma boa preta periférica, a partir da força produtiva do trabalho. Sobre isso, Davis (2016, p. 24) discorre que “o enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório”. Outrossim, a finalidade de tal força produtiva de Carolina é voltada para a sobrevivência, a partir do elemento de coesão “para”, que indica finalidade. A relação entre “catar papel e outros tipos de lixos” e “sobreviver” se torna extremamente significativa no contexto da vida da escritora, visto que era o meio que ela encontrava de se manter viva, de continuar a viver e de existir.

No segundo fragmento, a história é voltada para a “descoberta” de Audálio Dantas. A utilização de “a favelada” para identificar Carolina, apesar de comum, denuncia o posicionamento do autor da entrevista, no sentido de que já demonstra como os eixos identitários, principalmente o lugar social, é constantemente empregado nas representações da autora.

O texto prossegue dando continuidade à narrativa da vida de Carolina:

3) Uma vez publicado, o livro trouxe fama e algum dinheiro para Carolina. O suficiente para deixar a favela, mas não o bastante para escapar à pobreza. (JESUS, 2001, p.169)

4) Quase esquecida pelo público e a imprensa, a escritora morreu num pequeno sítio na periferia de São Paulo, em 14 de agosto de 1977. (JESUS, 2001, p.170)

No trecho 03, é informado que, após a descoberta de Audálio e a publicação do livro *Quarto de Despejo*, Carolina ganhou “fama” e “algum dinheiro”, o que foi “o suficiente para deixar a favela”. Inicialmente, acredita-se que o texto irá discorrer sobre o sucesso da obra, no entanto o uso do operador “mas” indica uma quebra na construção argumentativa do discurso, visto que a publicação de *Quarto de Despejo* não foi “o bastante para escapar à pobreza”. Esse contraste argumentativo entre “suficiente” e “bastante” torna-se problemático na medida em que o dinheiro poderia tirar Carolina da favela, porém a sua classe social ainda seria a mesma, o seu corpo seria o mesmo frente aos privilegiados socialmente. A escritora não sairia da

pobreza, afinal, a sua ascensão tinha prazo de validade, em uma sociedade que lhe deu a fama por motivos de “curiosidade”. Essas relações de “causa” e “consequência” são marcadas pelo operador “para”: trouxe dinheiro “para” Carolina, “para” deixar a favela e “para” escapar à pobreza.

O excerto 04 reforça essa opinião com o trecho “quase esquecida pelo público e a imprensa” seguido de “a escritora morreu num pequeno sítio na periferia” remetendo a um campo semântico de tragédia e comoção, enfatizado pelo uso do epíteto “pequeno” para caracterizar o sítio. Ademais, a marcação espacial “na periferia” demonstra que a autora retornou à sua condição anterior à fama: morreu na periferia.

Com relação ao uso do termo “esquecida”, como supracitado nesta pesquisa, o esquecimento e a derrocada de Carolina se devem ao racismo, que se manifesta por três vias. A primeira, do ponto de vista literário, em que o discurso literário etnocêntrico invisibiliza a produção literária de mulheres pretas; a segunda, por um racismo estrutural na sociedade que impede uma mulher como Carolina de Jesus permanecer em ascensão e se tornar uma grande escritora nacional; e a terceira via devido à conjuntura político-social da época, marcada pela ditadura militar, por exemplo.

Tratando-se do trecho em questão, o autor enfatiza que o esquecimento ocorreu por parte do “público” e da “imprensa”, os mesmos que foram responsáveis pela ascensão da escritora. Isso pode ter sido motivado, visto que, como já discutido neste estudo, os interesses dos leitores e da imprensa, na obra, eram restritos a uma “curiosidade”, seja pelo conteúdo do livro, ainda quase desconhecido pela população (a vida na periferia) ou por toda a discussão acerca de Carolina de Jesus escrever um livro.

Dando continuação à história de Carolina, o texto da introdução se volta para a escrita do livro *Quarto de Despejo*:

5) A partir da narração de seu dia-a-dia, **acabou por traçar** um painel variado da vida dos favelados e de sua luta pela sobrevivência. [...] com sua **linguagem simples e objetiva**, a que os **erros gramaticais apenas conferem maior realismo**, atingiu momentos de grande lirismo e força expressiva, inscrevendo-se, sem sombra de dúvida, na literatura brasileira. (JESUS, 2001, p.169)

6) Surpreso com a força do texto, o jornalista apresentou-o a um editor. (JESUS, 2001, p.169)

O fragmento 05 informa que a autora narrou, em *Quarto de Despejo*, o seu dia a dia e “acabou por traçar um painel variado da vida dos favelados e de sua luta pela sobrevivência”. A escolha do processo “acabou” provoca efeitos de algo que foi feito “sem querer”, sem a

intenção, podendo ser considerado um posicionamento avaliativo por parte de quem escreve o texto, afinal, indica que Carolina não possuía um “projeto de texto”, nem força criativa; ela, sem querer, escreveu um livro com um “painel variado” – uma desvalorização do diário como objeto literário. Ademais, “vida dos favelados” e “sua luta pela sobrevivência” são colocados enquanto principal temática da narrativa da obra. “Vida”, “luta”, “favelado” e “sobrevivência” são articulados em um campo semântico de batalha, um posicionamento do autor do texto para naturalizar os discursos de sofrimento e violência com relação às periferias.

Ainda no fragmento 05, a linguagem de Carolina de Jesus é caracterizada como “simples e objetiva”. A escrita dela, nesse sentido, é limitada a um campo semântico de não complexidade e não subjetividade. Em seguida, são destacadas as inadequações gramaticais presentes no texto, que são justificados pelo “realismo”. Ou seja, faz referência direta à realidade, ou às condições sociais da escritora e a seus eixos identitários.

No trecho que sucede, ocorre outra caracterização da linguagem. Se antes era “simples e objetiva”, o autor do texto menciona que esta “atingiu momentos de grande lirismo e força expressiva”. O verbo “atingiu”, de certo modo, deixa claro que nem sempre a linguagem é “lirica” e “expressiva” e reforça a ideia de que Carolina de Jesus possui uma escrita “simples”. Sobre isso, Pereira (2018) defende que:

Os livros escritos por mulheres são, para Virginia Woolf, o resultado de muitos anos de pensar em conjunto, de modo que a experiência de todas que vieram antes e ousaram escrever está por trás da voz isolada de cada nova escritora. Assim também acontece com escritoras negras, mas estas puderam contar menos ainda com a tradição de uma escrita feminina negra. Tanto mulheres brancas quanto negras têm história e uma tradição de pensamento, um imaginário e um vocabulário que lhes conferiram realidade e presença no e para o mundo, mas, mesmo assim, como escritoras, as negras tiveram ainda que enfrentar a recusa do gosto pautado numa estética literária branca e eurocêntrica, dedicada ao culto dos valores androcênicos e burgueses de seus respectivos países. (PEREIRA, 2018, p.18)

Tais considerações supracitadas acerca da escrita de Carolina trazem posicionamentos ideológicos no que diz respeito às escolhas realizadas por quem produziu o discurso. Diante de uma obra extensa, como *Quarto de Despejo*, as únicas considerações feitas acerca do texto foram os desvios gramaticais, a linguagem simples e objetiva e alguns “momentos de lirismo”, apesar de o texto da obra trazer as metáforas, as ironias e outras artimanhas, como, por exemplo, as estratégias utilizadas pela narradora, no ato de falar de si. No texto, a escrita de si visa, sobretudo, convencer o leitor da veracidade dos seus relatos, tendo em vista que a narradora se constitui para além do plano da enunciação, adentrando o mundo da realidade – o espaço de miséria e penúria vivenciado por Carolina de Jesus.

Essas características, ainda no fragmento 05, foram as justificativas usadas para que Carolina de Jesus “se inscrevesse”, “sem sombra de dúvidas, na literatura brasileira”. O trecho “sem sombra de dúvidas”, como parte da voz do autor do texto, demonstra uma avaliação positiva quanto ao fato dela ser uma escritora da literatura brasileira, embora não tenha organizado um projeto de texto, pela sua criatividade, ou por uma “literariedade” do seu texto.

No excerto 06, campo semântico da força representa e identifica a realidade da obra como um conteúdo impactante e marcante. A recorrência a adjetivos e construções que remetem a esse campo semântico para avaliar *Quarto de Despejo* indicia uma crítica que se volta somente para as denúncias e questões sociais presentes no discurso de Carolina de Jesus. Nesse sentido, apesar de ser um argumento válido mencionar a força da escrita, trata-se de uma perspectiva do não-dito, ou seja, não se mencionam qualidades de outros campos semânticos.

### ***Carolina de Jesus: a “porta-voz” da favela***

Nos fragmentos a seguir, Carolina é identificada e representada como a “voz” dos favelados e da favela:

7) Ao escrever um diário — um gênero de texto, em princípio pessoal e intransferível —, Carolina Maria de Jesus **ultrapassou os limites individuais e deu voz** à coletividade **miserável e anônima** que habita os barracos e os vãos das pontes nas grandes cidades brasileiras. (JESUS, 2001, p.169)

8) Não seria injusto que se falasse em **“porta-voz” da favela**, se se quisesse explicar em poucas palavras quem é a autora de *Quarto de despejo*. (JESUS, 2001, p.169)

No excerto 07, o autor do texto introdutório da entrevista argumenta que Carolina de Jesus “ultrapassou os limites individuais e deu voz à coletividade miserável e anônima”. A escolha das construções linguísticas “dar voz” é um posicionamento avaliativo que provoca a suposição de que Carolina falou em nome de um grupo invisibilizado e silenciado, representado e identificado como “coletividade miserável e anônima”. Nessa perspectiva, infere-se que os habitantes da favela, além de não terem voz, não possuem nem sequer nome (anônimo) e valor (miserável). Ou seja, trata-se de um discurso contra hegemônico que denuncia as relações de poder presentes em um sistema opressor que desumaniza as pessoas que vivem nas favelas. É necessário destacar aqui, para além do sentido de “sem valor”, o campo semântico da palavra miserável para referir-se à indivíduos sujeitos à extrema pobreza, e, por isso, “habita[m] os barracos e os vãos das pontes nas grandes cidades brasileiras.”

Em 08, a escritora é representada e identificada como “porta-voz da favela”. Sobre isso Pereira (2018) chama atenção para o compromisso das escritoras negras com a sua práxis:

Para escritoras negras, escrever significou, antes de mais nada, dissolver os grilhões forjados pela tripla inscrição na inferioridade - de gênero, classe e raça - de modo que, de alguma maneira, essas mulheres tiveram condições de usar historicamente e racionalmente a liberdade intelectual de escritoras para chegar a uma compreensão reflexiva do mundo na literatura, por meio de suas vivências e experiências, individuais e coletivas, e sob regime de autorização da fala. Quem pode falar numa sociedade patriarcal e racista? Se toda interdição tem, simultaneamente, um sim e um não, é pertinente responder a essa pergunta da seguinte maneira: o espaço na literatura foi uma conquista do grupo social negro. Há, portanto, para essa categoria de escritoras, uma responsabilidade intelectual, moral e ética com as questões ligadas a seu ofício e, é claro, a seu grupo social. Assim, elas escrevem a partir de um ponto de vista marcado ética e politicamente pelo compromisso com seu grupo social. Elucidam na escrita um ponto de vista de pessoas negras. (PEREIRA, 2018, p.19)

Ao representá-la como “porta-voz”, demonstra o agenciamento discursivo e político através de sua escrita, visto que a escritora tem capacidade descritiva, crítica e analítica de expressar a vivência e as experiências das pessoas que vivem nas favelas. Carolina de Jesus poderia ser considerada enquanto a voz da denúncia das condições dos marginalizados, pois o “sucesso” da escritora preencheu o espaço entre aqueles que podiam ou não falar, na conjuntura da época.

Nessa esteira de pensamento, Castro (2021, p.04) argumenta que:

Foi graças ao clima político favorável, marcado pelo ‘populismo’ político e pela aparente vontade das ‘elites’ nacionais em apoiar a que uma representante da favela, a ‘voz do povo’, fosse, finalmente, e pela primeira vez, escutada e recepcionada com a devida consideração e respeito, que as anotações de Carolina foram tão bem aceitas. Se as circunstâncias nacionais fossem diferentes, muito provavelmente ela jamais teria tido essa chance de ouro. Jamais, dado o passado racista e colonial dos donos do poder no Brasil, no qual, normalmente, as mulheres afrodescendentes, são triplamente estigmatizadas, por seu sexo, por sua raça, e por sua classe, uma mulher negra, favelada, se transformaria em ‘voz da favela’. (CASTRO, 2021, p.04)

Castro (2021, p.04) defende que “[...] não bastariam os elementos extrínsecos favoráveis, como a situação política do país, se o material publicado não fosse de fato muito bom e de grande qualidade.”

Ainda para Castro (2021, p.04): “Audálio não ‘criou’ a escritora Carolina, porque ela já existia antes”. A questão se volta para o fato de que Dantas acreditava que *Quarto de Despejo* só poderia ter uma ampla circulação e atingir o “sucesso” pelas experiências da vida na favela relatadas por Carolina. Ou, por outro lado, Dantas não “acreditaria” que, devido aos eixos identitários da autora, ela poderia ser uma escritora renomada.

### *Análise das perguntas e respostas*

A entrevista analisada é composta por 12 perguntas, com suas respectivas respostas. Optamos por analisá-las considerando os temas mais frequentes em cada pergunta/resposta.

#### *A escrita e a literatura para Carolina: entre inquietações, resistência e liberdade*

Na primeira pergunta da entrevista, o entrevistador já questiona o(s) motivo(s) pelo(s) qual(is) Carolina de Jesus “começou” a escrever:

##### **1) Por que a senhora começou a escrever?**

R: Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário.

Essa pergunta pode representar um questionamento comum em torno da história de Carolina enquanto escritora, reproduzindo a visão acerca do seu corpo, afinal: por que uma mulher, com baixo nível de instrução, moradora da favela e catadora de lixo se interessaria pela escrita? Precisaria, de fato, uma motivação.

Em outras palavras, a escrita e a literatura eram consideradas restritas à camada privilegiada dos brancos, classe média/alta e com, pelo menos, um nível médio de instrução.; isso porque, além de existir uma visão limitada das mulheres pretas, restrita a cargos de domésticas, faxineiras etc., estas também foram impedidas de se alfabetizar. Sobre isso, hooks (1995) expõe que:

Esse sistema mais amplo de opressão suprime as ideias das intelectuais negras e protege os interesses e as visões de mundo da elite masculina branca. Negar às afro-americanas a possibilidade de se alfabetizar de fato impediu a maior parte delas de chegar à posição de acadêmicas, professoras, escritoras, poetisas e críticas [...] A exclusão das mulheres negras de posições de poder nas principais instituições levou à valorização das ideias e dos interesses da elite masculina branca e à correspondente supressão de ideias e interesses das mulheres negras no mundo acadêmico tradicional. (hooks, 1995, p.35-36)

A escritora, por sua vez, responde que escrevia para fugir do “nervoso” causado pela fome. A escrita, nesse sentido, funciona como um lugar de resistência e de fuga. Resistência no sentido de resistir à própria vida, na árdua rotina de sobrevivência, e também, como defende Pereira (2018, p.14), como forma de ação política, visto que, a partir da escrita, as mulheres

negras “agem política e ideologicamente para descolonizar a história e as mentes de leitores, movimentando o espaço literário e seu discurso hegemônico”. Carolina de Jesus, nesse sentido, utilizava da escrita para falar da sua realidade, ao mesmo tempo que fugia desta.

Carolina, ao longo de suas respostas, vai apresentando justificativas para o seu processo e sua experiência de escrever. Na pergunta em análise, a autora, em uma relação de posse (evidenciada pelo pronome “eu”), afirma que não tinha nada e nega também o processo do dizer (“xingar”). Com isso, ela se coloca como agente da sua escrita: “eu escrevia o meu diário”. O processo de agenciamento, no caso do diário da autora, pode ser entendido a partir das questões em torno dos registros das vivências das mulheres pretas. Trata-se de um agenciamento político e epistêmico, na medida em que Carolina de Jesus, ao reafirmar o seu hábito da escrita, se autodefine, e encontra uma maneira de lutar contra a opressão, construindo formas de conhecimentos. Segundo Collins (2019), as experiências vividas é um modo de produção de conhecimento a partir de um ponto de vista singular e específico, o que configura uma epistemologia própria. Diante disso, hooks (2019) argumenta que, nesse processo, o sujeito reconhece seu eu e recupera a sua história, a partir da linguagem, enquanto principal elemento de libertação e luta contra os sistemas de desumanização e opressão.

Na mesma esteira das dúvidas quanto às motivações que fizeram com que Carolina começasse a escrever, a pergunta 04 deixa explícita a “surpresa” por ela escrever um livro:

**4) Como é que uma pessoa que não teve educação escolar consegue compreender e expressar tão bem a realidade dos pobres e dos miseráveis?**

R: Não é preciso ser letrado para compreender que o custo de vida está nos oprimindo.

O uso do operador “como” aparece em três perguntas ao longo da entrevista, em relação de “modo”:

**Como** surgiu seu interesse pela literatura?

**Como** é que uma pessoa que não teve educação escolar consegue compreender e expressar tão bem a realidade dos pobres e dos miseráveis?

**Como** é que a senhora fazia e como foi que conseguiu a publicação afinal?

Na pergunta supracitada, número 04, o elemento “como” cria uma oposição: entre pessoas que têm educação escolar versus pessoas que conseguem expressar tão bem a realidade. Nessa estrutura de oposição está inserido um posicionamento ideológico que coloca a condição de Carolina de Jesus enquanto semianalfabeta como um impedimento para o pensar e o expressar, uma relação significativa na medida em que expõe as condições de Carolina e as questões acerca do preconceito no que tange à capacidade intelectual das mulheres pretas,

pobres e periféricas. A pergunta, no entanto, torna-se um pouco controversa, afinal, Carolina conseguiu compreender e se expressar, pois ela viveu a realidade. A escritora estava operando como a “voz dos favelados” e também falando de “si”, da sua realidade.

O relato de si, no caso de Carolina de Jesus, pode ser analisado na perspectiva da escritora enquanto uma intelectual orgânica, segundo o conceito desenvolvido por Gramsci (1891-1937). Na teoria do autor, o intelectual pode atuar como um porta-voz de um determinado grupo, de acordo com a posição social e contexto social em que este está submetido. Sendo assim, a escritora de *Quarto de despejo*, a partir da sua narrativa de vida, expressava a sua realidade, mas também representava as vozes de outras mulheres pretas que pertenciam ao seu grupo social. Para Bueno (2021)<sup>16</sup>:

Mulheres negras são muitas coisas ao mesmo tempo e precisam ser muitas coisas ao mesmo tempo para poder sobreviver. Elas se responsabilizam por si, pela comunidade, por outras mulheres negras. Elas precisam lutar para nomear suas próprias vivências e experiências e reivindicar que suas vozes sejam consideradas para descrever suas próprias vidas. (BUENO, 2021)

Em consonância a esse ponto de vista, Carolina rebate afirmando que “não é preciso ser letrado para compreender que o custo de vida está nos oprimindo”. Ao colocar o discurso na primeira pessoa, a escritora se inclui na realidade que ela pôde “compreender”. O posicionamento de Carolina é extremamente importante para se opor ao silenciamento das mulheres pretas, que são vistas sem cabeça, sem capacidade intelectual (hooks, 2018). O elemento “para” estabelecendo relação de finalidade entre “não precisa ser letrado” e “compreender” evidencia como Carolina está operando ideologicamente em seu discurso seguindo uma lógica de unificação (THOMPSON, 2011) entre o seu grupo social, enquanto semianalfabeta e pobre, e aqueles que são diferentes deste – os alfabetizados, ou letrados. Ou seja, mesmo que ela não tenha sido alfabetizada em todos os níveis exigidos pelas instâncias educacionais, isso não impede que ela compreenda o mundo e a realidade, retirando o privilégio atribuído dessa capacidade aos que são “letrados”. Escrever sobre a opressão econômica, racial e de gênero a partir de suas vivências e experiências não é tão difícil, responde em tom de “deboche”. Carolina vivenciava o sistema opressivo capitalista e encontrou na literatura o instrumento necessário para sair desta condição.

Já com relação ao outro uso do operador “como”, tem-se a seguinte pergunta:

## 2) Como surgiu seu interesse pela literatura?

<sup>16</sup> Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/colunistas/winnie-bueno/palavras-de-luta/>

R:Seria uma deslealdade de minha parte não revelar que o meu amor pela literatura foi-me inculcado por minha professora, dona Lanita Salvina, que aconselhava-me para eu ler e escrever tudo que surgisse na minha mente. E consultasse o dicionário quando ignorasse a origem de uma palavra. Que as pessoas instruídas vivem com mais facilidade.

O operador “como”, na pergunta acima, pode, ainda, ser analisado através da relação de oposição, visto que há um encadeamento, entre as perguntas, de um raciocínio no campo da “inquietação” do entrevistador em descobrir os meios que Carolina utilizou para ter acesso ao meio literário. Sendo assim, “como” uma mulher, com os eixos identitários da autora, se interessa pela literatura? Como ela compreende e expressa a realidade? Novamente, a mulher pobre e semianalfabeta versus os indivíduos letrados, que leem livros e produzem textos literários.

Em “que as pessoas instruídas vivem com mais facilidade”, ao afirmar isso, Carolina atribui à literatura, à escrita, à leitura e à instrução (no sentido da educação) o papel de agentes para libertá-la das condições difíceis às quais era submetida, diante de um cenário de fome e extrema pobreza. A crença na educação como prática da liberdade é discutida por Freire (1987) a partir da “pedagogia do oprimido”, voltada para a classe oprimida. Para ele, a sociedade é governada por interesses de grupos dominantes e estruturas dominadoras, existindo uma pedagogia que tem sido utilizada como prática de dominação. Nesse sentido, o oprimido deve buscar formas de exercer e efetivar a sua liberdade, e, assim, este se descobrirá como sujeito de sua própria história, visto que aqueles que se encontram em condições de marginalização possuem enormes barreiras de possibilidades educacionais (FIORI, 1987, p.06). A alfabetização, então, “coloca o alfabetizando em condições de poder re-existenciar criticamente as palavras de seu mundo, para, na oportunidade devida, saber e poder dizer a sua palavra” (FIORI, 1987, p.08). Com isso, o oprimido conseguiria a sua emancipação a partir de um pensamento crítico em torno da sua própria realidade e das suas condições sociais:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. (FREIRE, 1987, p.20)

Concomitante a isso, embasada na obra de Freire, hooks (2019) discorre sobre uma perspectiva da práxis libertadora, em que a educação, em especial a das salas de aulas, é uma prática libertadora, na qual o sujeito toma conhecimento sobre aspectos do mundo e cria uma consciência crítica, que resultará em produções de conhecimentos emancipatórios. Para ela,

deve-se realizar uma prática pedagógica em sala de aula que é fruto da “interação entre as pedagogias anticolonialista, crítica e feminista” (hooks, 2019, p.20). Isso porque os espaços educacionais são, em sua maioria, excludentes, não valorizando experiências dos corpos negros, em especial as mulheres.

hooks (2019, p.223), nesse sentido, defende que a língua é um instrumento de poder e de opressão, principalmente no que diz respeito aos alunos que habitam as periferias, uma vez que estes, muitas vezes, não possuem acesso à língua considerada padrão (norma padrão/ gramática). Segundo ela:

Para curar a cisão entre mente e corpo, nós, povos marginalizados e oprimidos, tentamos resgatar a nós mesmos e às nossas experiências através da língua. Procuramos criar um espaço para a intimidade. Incapazes de encontrar espaço no inglês padrão, criamos uma fala vernácula, fragmentária, despedaçada, sem regras. [...] Tomamos a linguagem do opressor e voltamo-la contra si mesma. Fazemos das nossas palavras uma fala contra-hegemônica, libertando-nos por meio da língua. (hooks, 2019, p.223)

É nesse sentido que Carolina de Jesus é um exemplo de transgressão pela língua. Foi por meio dela que a autora se “libertou” da sua vida na favela, em torno de um pensamento crítico da sua própria realidade; e entendendo que sua escrita a libertaria da opressão, principalmente, econômica. Isso também se concretiza na terceira pergunta:

### **3) O que significou a literatura para sua vida?**

R: A transição de minha vida foi impulsionada pelos livros. Tive uma infância atribulada. É por intermédio dos livros que adquirimos boas maneiras e formamos nosso caráter. Se não fosse por intermédio dos livros que de-me boa formação, eu teria me transviado, por que passei 23 anos mesclada com os marginais.

Aqui, a escritora afirma que “por intermédio dos livros que adquirimos boas maneiras e formamos nosso caráter” e “boa formação”. Trata-se de um processo material onde os livros tornam-se agentes que proporcionam benefícios a quem recebe: a boa formação e o caráter. Lorde (2019) descreve esse processo como revolucionário, em que a linguagem pode implementar a liberdade. No caso de Carolina, a liberdade é entendida como forma de sair das condições em que os moradores da periferia se encontram, algo evidenciado pela relação de causa e consequência entre os trechos “se não fosse por intermédio dos livros” e “eu teria me transviado”. O processo “transviar”, nesse caso, pode estar relacionado aos habitantes da favela que recorrem ao uso de substâncias ilícitas e lícitas, e propagam a violência – como as inúmeras cenas descritas pela escritora ao longo da narrativa. Sendo assim, Carolina encontrou nos livros a instrução necessária para a sua libertação dessas condições.

### *Produção e publicação de “Quarto de despejo”*

O outro eixo temático identificado no texto da entrevista foi relacionado à publicação da obra *Quarto de Despejo*:

**5) A senhora pensava em publicar o que escrevia? Como é que a senhora fazia e como foi que conseguiu a publicação afinal?**

Cansei de suplicar às editoras do país e pedi à editora Seleções [do Reader'sDigest] nos Estados Unidos se queria publicar meus livros em troca de casa e comida e enviei uns manuscritos para eles ler. Devolveram-me... Depois que conheci o repórter Audálio Dantas tudo transformou-se. E eu enalteço o repórter por gratidão.

Na quinta pergunta, o uso do operador “como” evidencia a inquietação do entrevistador em saber os meios que Carolina utilizou para conseguir ser uma escritora conhecida e ter o seu livro publicado. Tais questionamentos revelam uma curiosidade que atinge a recepção da obra de modo geral, principalmente os leitores. Como discutido na seção da análise do prefácio, Carolina de Jesus era uma escritora “inusitada”, que fugia dos moldes literários da época. As perguntas, então, poderiam parecer simples, mas produzem posicionamentos avaliativos que evidenciam que a escritora estava ocupando um lugar que antes não fora ocupado por nenhuma preta e moradora da favela. Essas afirmações podem ser demonstradas com a questão: “como é que a senhora fazia”, que, em outras palavras, poderia ser resumida em: como você, mulher, mãe solteira, pobre, sem instrução, moradora da favela etc., “fazia” para escrever um livro?

A resposta de Carolina também deixa explícita a dificuldade de obter reconhecimento e, até mesmo, a falta de oportunidades para quem não preenche os requisitos do cenário literário nacional nas décadas de 50 e 60. “Cansada” de procurar as editoras do Brasil, a autora recorreu ao exterior. Seguindo a lógica de que, no Brasil, ela não conseguia nem ao menos condições mínimas de sobrevivência (evidenciada em “queria publicar meus livros em troca de casa e comida”), seria impossível ser ouvida pelas editoras do país, que poderiam seguir a lógica eurocêntrica e racista de muitas editoras da época.

A busca por editoras antecedeu a entrada de Audálio na carreira de Carolina. Tal informação é suprimida no texto do prefácio, escrito pelo próprio repórter. Essa omissão pode ser uma forma de Dantas buscar ser o agente do sucesso e da ascensão, enquanto “descobridor” de Carolina de Jesus, aquele que “encontrou” a autora no ambiente da favela e “resgatou” os seus escritos. No entanto, a escritora já ambicionava, antes, ser agente da sua própria história e fazer o seu nome e a sua narrativa circular. Diante disso, a escritora finaliza a resposta com: “Depois que conheci o repórter Audálio Dantas tudo transformou-se. E eu enalteço o repórter

por gratidão.” O trecho marca a importância do repórter na vida de Carolina, afinal, este, de fato, possui um valor indiscutível na publicação de *Quarto de Despejo*. Todavia, o esforço da escritora também precisa ser validado e colocado em pauta neste processo, pois atribuir esse papel somente ao jornalista retira o agenciamento da autora e o seu empenho com sua própria produção intelectual e de conhecimento.

Após a quinta pergunta, o entrevistador permanece questionando Carolina sobre as questões de publicação e confecção da obra:

**6) O que a senhora sentiu quando viu o livro Quarto de despejo pronto, encadernado, com seu texto em letras de imprensa?**

Fiquei alegre olhando o livro e disse: "o que eu sempre invejei nos livros foi o nome do autor". E li o meu nome na capa do livro. "Carolina Maria de Jesus. Diário de uma favelada. Quarto de despejo". Fiquei emocionada. É preciso gostar de livros para sentir o que eu senti.

**7) De onde veio a idéia para o título de seu livro?**

E que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos.

Na sexta pergunta da entrevista, são questionados os sentimentos de Carolina ao “ver” o livro publicado. A publicação foi definida pelos termos encadeados: “pronto, encadernado, com seu texto em letras de imprensa”. Tal questionamento e detalhamento na pergunta podem estar relacionados ao fato de que Carolina de Jesus haver escrito *Quarto de Despejo* com papéis e cadernos encontrados nos lixos e nas ruas. Nesse sentido, o seu “diário” encadernado e em letras de imprensa era uma realidade distante daquela vivida pela escritora.

A resposta teve ênfase na alegria provocada ao ver o seu nome no livro. A autora afirma que o que ela “sempre invejou nos livros foi o nome do autor”. A questão acerca do nome, como discutido nesse estudo, se articula com outros fatores como o anonimato das mulheres pretas habitantes das periferias, que são privadas, ou até mesmo não reconhecem, do direito à cidadania (GONZALEZ, 2020). Motivado pelo processo de divisão entre “cidade” e “favela”, a identidade dos moradores da favela se torna uma discussão complexa, visto que estes não possuem direitos e nem acesso às condições básicas de sobrevivência que são presentes no ambiente da cidade. Sendo assim, os habitantes das periferias são colocados às margens em posição de subalternidade, invisibilidade e desumanização. Carolina, nesse sentido, passaria a “existir” para a sociedade e sentir-se pertencente deste lugar, a partir da sua narrativa, rompendo tais barreiras de anonimato, opressão e exclusão devido à sua posição social.

Os livros sempre circundaram a vida de Carolina de Jesus; ela era leitora de livros; era dali que ela provavelmente, tirava suas inspirações estilísticas. Carolina é semianalfabeta, o que

não faz dela uma pessoa iletrada, ao contrário. Quando a crítica contesta a autenticidade da obra, os termos usados, o texto narrativo, ainda que com muitas repetições e questões gráficas “inadequadas”, eles invisibilizam e apagam as ações e práticas de letramento sociais de Carolina, uma vez que fixam-se apenas no letramento escolar. O discurso de Carolina reproduz ideologicamente a relação entre educação institucionalizada, ascensão social e reconhecimento de cidadania, tal como se operava na sociedade naquela conjuntura. É preciso dizer que esta relação – tão naturalizada – já está superada.

Por fim, na sétima pergunta, a autora explica as motivações da escolha do título do livro – já amplamente discutido neste estudo. A escritora, então, apresenta, de forma breve, como se deu o processo da constituição das periferias, em 1948. Com o uso de “despejados” e “trastes velhos” Carolina explica a metáfora de *Quarto de Despejo*: os pobres, assim como trastes velhos, foram despejados para fora da cidade, fazendo com que a favela se tornasse o *Quarto de despejo*. O discurso da escritora reitera a discussão anterior de subalternização da população da favela. Os itens lexicais “trastes velhos” para identificar os moradores da periferia produzem posicionamentos ideológicos avaliativos de forma negativa, que reificam e sustentam as relações de dominação e preconceito contra tais moradores. Ou seja, o discurso de Carolina opera em função de manter as representações e identificações desfavoráveis aos habitantes da favela e ao grupo social dos pobres, enquanto sem valor, passíveis a serem “despejados” da cidade.

### *A ascensão de Carolina: o discurso do “sucesso”*

Como vimos nas seções anteriores, após a publicação de *Quarto de Despejo*, a vida de Carolina transformou-se radicalmente. Por isso, as perguntas que sucedem são voltadas para esse percurso de ascensão na vida da escritora.

#### **8) Ao que a senhora atribui o sucesso de público do seu Quarto de despejo?**

Eu não sei o que eles acham no meu diário. Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Fico pensando o que será Quarto de despejo?, umas coisas que eu escrevia há tanto tempo para desafogar as misérias que enlaçavam-me igual o cipó quando enlaça as árvores, unindo todas.

A pergunta número 07 direciona para o campo semântico do “sucesso” da obra *Quarto de Despejo*. Inicialmente, o trecho “ao que a senhora atribui o sucesso de público” chama atenção pelo fato de que Carolina deveria mencionar os fatores que levaram ao sucesso do livro, uma vez que era uma obra “incomum”. Além disso, o uso de “que”, exclui, talvez, a

possibilidade de o sucesso vir pela escritora, diferente de uma obra escrita por Clarice Lispector, por exemplo, em que essa pergunta poderia não ser feita.

Ademais, o uso do pronome “seu” que sucede “Quarto de despejo” em “do seu Quarto de despejo” pode fazer relação ao livro em si, como também à realidade de Carolina, o lugar e espaço que ela ocupava na sociedade. O *Quarto de despejo*, nessa perspectiva, era o livro e era a realidade da escritora.

Carolina representa e identifica o que ela escreve: “a miséria e a vida infausta dos favelados”. A própria autora delimita a temática da sua escrita voltada para a fome e para um campo semântico da falta, seja de felicidade, de fortuna, de prosperidade, ou de bens materiais. É uma construção simbólica que retrata o mundo em que a escritora vive, produzindo posicionamentos negativos desse meio, reiterando as situações de opressão, dominação, exclusão e desumanização às quais esse grupo social está submetido.

A dúvida na resposta de Carolina reproduz o desconhecimento da sua qualidade literária e força expressiva, motivada, principalmente, pela ausência de críticas que ressaltam as qualidades no texto da autora, tudo se voltava para as denúncias sociais. A própria autora não tinha consciência de que estava escrevendo um livro da literatura brasileira (“o que será Quarto de Despejo”), pois esse lugar era utópico para uma mulher com as suas condições. E na realidade Carolina, em seu evento de letramento, almejava, à princípio, apenas, ter onde dormir e o que comer; seu diário era sua moeda de troca para uma vida mais digna.

Chama atenção o uso da linguagem metafórica por Carolina em sua resposta, salientando a sua força criativa tão menosprezada pela recepção: “desafogar misérias que enlaçavam-me igual o cipó quando enlaça as árvores, unindo todas”. O ato de escrever, aqui, foi representado por “desafogar as misérias”, o que, novamente, remete ao campo semântico da escrita como forma de resistência e existência. Sobre isso, Lorde (2019) discorre sobre o uso da literatura enquanto uma forma das mulheres pretas sonhar, sentir, falar, criar, se expressar e se conectar com o mundo. Segundo ela:

À medida que os conhecemos e os aceitamos, nossos sentimentos, e o ato de explorá-los com honestidade, se tornam santuários e campos férteis para as ideias mais radicais e ousadas. Eles se tornam um abrigo para aquela divergência tão necessária à mudança e à formulação de qualquer ação significativa. [...] Podemos nos condicionar a respeitar nossos sentimentos e transpô-los em linguagem para que sejam compartilhados. E o que ajuda a criar essa linguagem onde ela ainda não existe é a nossa poesia. A poesia não é apenas sonho e imaginação; ela é o esqueleto que estrutura nossa vida. Ela estabelece os alicerces para um futuro de mudanças, uma ponte que atravessa o medo que sentimos daquilo que nunca existiu.

[...]

Por vivermos dentro de estruturas definidas pelo lucro, por relações de poder unilaterais, pela desumanização institucional, nossos sentimentos não estariam destinados a sobreviver. Mantidos por perto como apêndices inevitáveis ou agradáveis passatempos, esperava-se que os sentimentos se submetessem ao pensamento assim como era esperado das mulheres que se submetessem aos homens. Mas as mulheres sobreviveram. Como poetas. E não existem novas dores. Já as sentimos antes. E escondemos esse fato no mesmo lugar onde temos escondido nosso poder. As dores emergem dos nossos sonhos, e são os nossos sonhos que apontam o caminho para a liberdade. Aqueles sonhos que se tornam realizáveis por meio dos nossos poemas, que nos dão a força e a coragem para ver, sentir, falar e ousar. (LORDE, 2019)

A literatura para a mulher preta, nessa perspectiva, é uma prática emancipatória e de resistência, mas também um meio de sonhar, de criar uma nova realidade. O discurso do campo semântico do sonho é extremamente presente na narrativa de Carolina de Jesus, e pode ser evidenciado na seguinte pergunta:

**12) Em seu livro, a senhora, além de mostrar a realidade dos favelados, fala mal dos políticos, dos poderosos. A senhora, sendo pobre e desprotegida, não tinha medo de fazer essas denúncias e acusações?**

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque **o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre**. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque **ninguém está habituado a esse tipo de literatura**. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.

O trecho “meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre” a conjunção “e” estabelece relação argumentativa de oposição entre “pobre” e “nobre”. O pobre, nesse caso, é representado pela figura da Carolina, que também é identificada assim na pergunta: “sendo pobre e desprotegida”. Lorde (2019) destaca as estruturas definidas por relações de poder, que fazem com que a produção de conhecimento das mulheres pretas seja limitada a um “sonho”, em que estas lutam para que sejam realizados. No contexto da autora Carolina de Jesus, trata-se de uma mulher preta, pobre, moradora da favela e mãe, o que torna ainda mais difícil a realização do seu ideal. Ela justifica esse fato argumentando que “ninguém está habituado a esse tipo de literatura”. “Esse tipo de literatura” faz referência à supracitada literatura de mulheres pretas que não possuía os privilégios daquela feita pela mulher branca, e, em especial, pelo homem branco de classe média/alta. Sobre isso, nas palavras de Lorde (2019):

Enquanto as mulheres brancas ignoram seu privilégio natural de brancura e definem a mulher apenas em termos de sua própria experiência, as mulheres de cor se tornam “outras”, as forasteiras cuja experiência e tradição são “exóticas” demais para se entender. Um exemplo disso é a ausência marcante da experiência de mulheres de cor como material em estudos sobre mulheres. A literatura de mulheres de cor raramente é incluída em cursos de literatura de mulheres e quase nunca em outros cursos de literatura, nem em estudos sobre as mulheres em geral. Com muita frequência, a desculpa dada é que as literaturas de mulheres de cor só podem ser ensinadas por mulheres de cor, ou que são muito difíceis de entender, ou que os alunos não conseguem “se interessar” por elas porque vêm de experiências “diferentes demais”.

Eu ouvi esse argumento apresentado por mulheres brancas de inteligência brilhante, mulheres que não parecem ter problema nenhum em ensinar e rever obras nascidas de experiências tão variadas quanto as de Shakespeare, Molière, Dostoiévski e Aristófanes. Seguramente, deve existir outra explicação. (LORDE, 2019, p.249)

Diante desse lugar “inusitado” ocupado por Carolina através da literatura, o entrevistador questiona se esta não possui “medo” de realizar as “denúncias” e “acusações”, alegando que a autora é “pobre” e “desprotegida”. O adjetivo “desprotegida” possui avaliações relativas ao grupo social de classe baixa e morador de periferia que não possui assistência, principalmente do Estado. Ademais, o “medo” explica-se em função de que o discurso denunciante no livro *Quarto de Despejo* não iria trazer proteção para os “desamparados”, visto que, como defendia Ribeiro (2017, p.13): “quem possui o privilégio social, possui o privilégio epistêmico”. Ou seja, era de exclusividade do branco, homem de classe média o “conhecimento válido” sendo este o dominante e as outras experiências invisibilizadas e desprezadas. Trata-se de quais vozes são legitimadas para falar e quais não são. No caso das mazelas da favela, por mais que Carolina representasse o corpo ideal para denunciá-las e proclamar mudanças, ainda assim não seria ouvida, muito menos por meio da sua literatura.

Nessa pergunta, a autora reitera o seu agenciamento no processo da escrita do diário. O uso do “eu”, novamente, marca as relações do discurso, e, aqui, as autorrepresentações: “eu era revoltada”, “eu sabia que iria angariar os inimigos” e “eu escrevi a realidade”. Considerar-se “revoltada” e enfrentar os inimigos denuncia, no discurso de Carolina, o seu processo como agente da escrita de um livro; para escrever, a partir de um corpo atravessado pelos eixos identitários e vítima de preconceitos raciais, sociais etc., é necessário ser revolucionária, “revoltada”, pois os seus “inimigos” iriam continuar com as relações de poder de opressão. Nessa perspectiva, o processo de agenciamento da autora parte de um fenômeno mental, de ser e saber, para o fazer material, é a partir da atividade material da escrita que Carolina de Jesus passa a ser agente e concretiza os seus ideais.

O discurso do “sucesso” permanece na próxima pergunta:

**9) Depois da publicação, a senhora ficou famosa. Passou a frequentar ambientes diferentes do da favela. Conheceu intelectuais, políticos, gente rica. Foi difícil seu contato com esse outro tipo de gente?**

Não. Conversamos e eu fui perdendo o acanhamento e tinha a impressão de estar no céu. A minha cor preta não foi obstáculo para mim. E nem os meus trajés humildes. Chegavam repórteres, entrevistavam-me, fotografavam-me, ficavam lendo trechos do meu diário.

Na pergunta acima, o entrevistador afirma que, após a publicação de *Quarto de Despejo*, Carolina fica famosa e “passa a frequentar ambientes diferentes do da favela” o que a possibilitou ter contato com “outro tipo de gente”. Os itens “diferentes” e “outro” demarcam o

discurso de disparidade. Em oposição à escritora de *Quarto de Despejo*, o autor da pergunta coloca, em especial, os “intelectuais”. Ou seja, Carolina de Jesus não era considerada intelectual – uma avaliação carregada de preconceito. O entrevistador também questiona se foi “difícil” esse contato, partindo do pressuposto que ela não estaria preparada para estar imersa no ambiente “diferente” do da favela, com “gente rica”.

A resposta de Carolina é, de certo modo, surpreendente. A autora expõe que não existiu dificuldades, representando e identificando esse “outro” lugar como o “céu”. Além disso, ela afirma que a sua “cor preta não foi obstáculo” e nem os “trajes humildes”. Em seu discurso, a escritora opera ideologicamente em função de diminuir as barreiras de opressão em torno do seu corpo, negando (evidenciado pelos itens “não” e “nem”) a dificuldade para pertencer a um meio, mesmo com seus eixos identitários de raça e classe. Essa reação da autora pode ser considerada revolucionária. Ribeiro (2019, p.23) expõe que, desde cedo, as pessoas negras são colocadas em relação com a sua condição racial. Segundo ela: “[...] por volta dos seis anos entendi que ser negra era um problema para a sociedade”, onde não ser branca seria um defeito. As roupas, o cabelo, o físico, entre outros traços identitários do corpo negro, principalmente nos ambientes escolares, são constantemente ridicularizados pelo corpo branco – sendo comum ocorrer problemas de autoestima, por exemplo (RIBEIRO, 2019, p.23). Com isso, segundo Ribeiro (2019, p. 27-28): “Não é realista esperar que um grupo racial domine toda a produção do saber e seja a única referência estética. Por causa disso, a população negra criou estratégias ao longo de sua história para superar essa marginalização.”

A autora informa que a produção literária negra e a valorização da cultura afro-brasileira por meio da educação e da arte fizeram com que ocorresse um protagonismo do povo negro e da sua personalidade, ampliando a visibilidade negra nas artes (RIBEIRO, 2019, p.29). Ainda para ela, “é importante ter em mente que para pensar soluções para uma realidade, devemos tirá-la da invisibilidade” (RIBEIRO, 2019, p.30). Essa, então, foi uma estratégia utilizada por Carolina de Jesus. Através da sua arte, da sua educação e da sua literatura, como forma de libertação (FREIRE, 1987), a escritora ganhou visibilidade, criou uma nova realidade, lutando contra os sistemas de dominação que utilizam a cor como justificativa para segregar e oprimir. Para ela, sua cor de pele e seus trajes não foram um problema, pois ela venceu o maior dos seus obstáculos: publicar o seu livro e sair do ambiente da periferia.

No entanto, em uma nova pergunta, a réplica traz um ponto de vista diferente:

**11) Mas foi bom mudar de vida, escapar da miséria e conhecer um mundo diferente daquele da favela?**  
Decepção. Pensei que houvesse mais idealismo, menos inveja. Mas aqui há não só muita ambição, mas também o desejo de vencer a qualquer preço. Mesmo que os meios empregados sejam podres. Quando matei um porco, lá na

favela do Canindé, alguns vizinhos exigiram um pedaço de carne. Rondavam meu barraco feito bicho que fareja presa. Lá na favela era o porco, aqui é o dinheiro. No fundo é a mesma coisa. Lembrei do meu provérbio: "Não há coisa pior na vida do que a própria vida."

Na pergunta acima, ainda em um campo semântico de oposição (“mudar de vida”/ “mundo diferente daquele da favela”), Carolina relata que se decepcionou com essa “outra vida”. A partir de um discurso estruturado em uma comparação entre o “porco” e o “dinheiro” – típico da escrita de Carolina de Jesus – a escritora argumenta que o “dinheiro”, a “ambição” e o “desejo de vencer a qualquer custo” são as principais características da cidade.

A partir do “sucesso” do livro, a autora sai da favela e passa a morar na cidade. “escapar da miséria” era uma das principais marcas dessa transição entre periferia e centro. Os marcadores espaciais “lá”, “aqui” e “daquele” demarcam ainda mais a mudança socioespacial na vida de Carolina. As implicações disso, porém, não atenderam às expectativas da escritora, e a decepção é fruto de uma visão idealizada dos habitantes das periferias de que na cidade a vida se tornaria “melhor”. No entanto, o provérbio citado por Carolina desfaz essa barreira ilusória de que a cidade é o “céu”: “No fundo é a mesma coisa [...]: Não há coisa pior na vida do que a própria vida”.

Essa quebra de expectativa com relação à vida na cidade pode estar relacionada com o racismo que configurava (e ainda configura) o espaço urbano. Nas palavras de Velloso (2020)

Na produção capitalista do espaço urbano, o racismo [...] fez no Brasil uma de suas maiores aparições. Nossas cidades e territórios foram concebidos, projetados, desenhados e construídos segundo moldes dos poderes coloniais [...] Foi necessário urbanizar a colônia; em outros termos, territorializar a relação colonial. A urbanização brasileira se constituiu reconciliada com uma tradição de opressão, em nome, sim, de uma lógica de raça, além de mediante operações discursivas, teóricas e práticas. Essa lógica tem sustentado o enorme edifício de nossas cidades denominado *periferias* desde o seu momento originário. Definidos os sujeitos da diferença, tratados como objetos, coisas ou mercadorias, assim foram submetidos no princípio da colonização os indígenas, a seguir os negros escravizados, e, desde que vivemos o ciclo da modernidade das cidades republicanas, os pobres urbanos. Desse modo é que se fizeram as cidades em nosso país, mantendo as crenças e preconceitos que serviram a uns em detrimento de outros. (VELLOSO, 2020, p.156)

Nessa perspectiva, mesmo que Carolina saísse da favela, a favela continuaria nela. O olhar preconceituoso, a lógica de dominação e a “tradição de opressão” presentes no espaço urbano não acolheriam o corpo da escritora enquanto um ser pertencente àquele lugar. A própria derrocada de Carolina de Jesus, tornando-a “esquecida” e fazendo com que ela retornasse à periferia é o reflexo desses argumentos. Ela não encontrou obstáculos, inicialmente (questão 09), enquanto seu corpo atendia aos interesses comerciais e políticos dos repórteres e das figuras de poder de São Paulo, enquanto era vista como artigo de consumo.

### *O gênero “Entrevista” e seu funcionamento na edição em análise*

O gênero entrevista apresenta diversos propósitos comunicativos além de informar, podendo apresentar a opinião do entrevistador e formar a opinião dos leitores/ouvintes (OTTONI, 2009; NETO & SANTOS, 2017.)

Nos textos que compõem a entrevista dessa edição de *Quarto de Despejo*, em diversos momentos, é possível identificar a opinião e a voz do entrevistador, a partir de representações, identificações e avaliações que produzem determinados posicionamentos ideológicos. Com isso, o entrevistador, de certo modo, poderia exercer o papel de formador de opinião, conduzindo a entrevista com um discurso que reproduz e naturaliza práticas de opressão.

Essas manifestações de opinião e ponto de vista se estendem à escolha das perguntas, principalmente, a partir dos eixos temáticos identificados. A intersecção das opressões de raça, gênero e classe diante de uma mulher, preta, moradora da periferia, semianalfabeta, pobre e catadora de papéis e lixos, causava incômodo na recepção da obra. As perguntas, nesse sentido, seguem uma lógica de curiosidade fruto de um corpo que ocupou um lugar inusitado no cenário literário da década de 60.

Desse modo, pode-se considerar que são perguntas constantemente feitas por essa instância de recepção (seja pelos leitores, pelos jornalistas ou pelos críticos): como Carolina começou a escrever?; por que começou?; como ela “conseguiu” escrever? como ficou a sua vida depois da fama? Foram essas inquietações que fizeram com que *Quarto de Despejo* tivesse um amplo público-leitor.

Nesse sentido, após a análise do prefácio, em especial, em que ficou explícita como a recepção enxergava a obra e Carolina de Jesus, as expectativas iniciais com relação às perguntas foram atendidas. Isso porque, como supracitado, são questões já colocadas em pauta nas críticas relativas a *Quarto de Despejo*.

A escolha desse gênero discursivo na edição estudada, então, poderia ter sido estrategicamente ponto de vista que seriam questões das quais o leitor gostaria de ler e tomar conhecimento. Seria um atrativo para aquele leitor que estava inquieto e curioso com o inusitado, o novo. No entanto, é válido ressaltar que o discurso em determinadas respostas de Carolina de Jesus opera de modo a contestar e colocar em xeque os preconceitos supracitados presentes nas perguntas. Em diversos momentos, a autora afirma não precisar ser alfabetizada para escrever e ler livros, e compreender a realidade, desmistificando a ideia de que, pelos seus eixos identitários, ela não poderia ter capacidade intelectual. Outrossim, a escritora argumenta

que ser preta e pobre não são atributos de impedimento para alcançar a fama e conviver no ambiente da cidade, de forma a enfraquecer as posições dominantes em torno do corpo negro e periférico.

\*\*

### *Análise do gênero “Diário”*

#### *O diário de Carolina Maria de Jesus*

*Quarto de despejo* é o produto de um trabalho de edição e seleção realizados pelo repórter Audálio Dantas a partir dos 35 cadernos e mais de 4.500 páginas manuscritas por Carolina Maria de Jesus nos quais a autora escrevia sobre o seu cotidiano na favela do Canindé.

Estruturado em forma de diário, é escrito na primeira pessoa do singular, em que a narradora apresenta acontecimentos passados. A linguagem utilizada é considerada coloquial, e o discurso citado, com reproduções de inúmeros diálogos, está presente em todo o texto. Outra característica que faz com que a narrativa de Carolina seja enquadrada no gênero “diário” é a datação ao descrever o cotidiano. O texto compreende cinco anos da vida de Carolina na periferia, iniciando-se no dia 15 de julho de 1955 e estende-se até o dia 28 de julho do mesmo ano. Após isso, os dias passam a ser registrados do dia 02 de maio de 1958 até 01 de janeiro de 1960. O diário não possui uma continuidade cronológica, ou seja, nem todos os dias são apresentados no livro, sendo este fragmentado. Sobre isso, Vogt (2020[1983]) defende que:

A essa descontinuidade cronológica do registro não corresponde, entretanto, uma quebra na estrutura narrativa do diário. Os dias vazios de anotações são preenchidos pela extensão metonímica dos dias plenos, através de um recurso de estilo bastante simples, mas eficiente: o da repetição. Os dias se repetem iguais na monotonia implacável de um dia de todos os dias: levantar cedo, ir buscar água na única torneira que serve a mais de 150 barracos iguais ao de Carolina, atender aos filhos, sair para a cidade em busca de papel, de lata, de ferro, sobrecarregar-se com o peso de seu transporte, vender a sucata recolhida nas ruas, comprar os alimentos que serão consumidos no mesmo dia e na proporção exata do pouco dinheiro obtido o trabalho de todo o dia. As significações podem variar, porque os incidentes registrados também se modificam. Mas essas variações convergem todas para uma estrutura narrativa, cujo ponto de sustentação principal é a presença obsidente da fome e da pobreza nas formas mais concretas de suas manifestações. (VOGT, 2020, p.194)

A repetição dos dias, mencionada por Vogt, é discutida pela recepção da obra. A vida de Carolina, segundo Sousa (2004, p.94), estava “encerrada no espaço-temporalidade” de buscar água, catar lixo, vender o lixo, conseguir dinheiro, comprar comida, fazer a comida, dar

a comida aos filhos, lavar roupa etc. Os registros dos fatos ocorridos diariamente pareciam ser sempre os mesmos, com alguns incidentes acrescentados. Perpétua (2003) defende que tais recorrências não podem ser vistas como uma imperfeição da obra, visto que é o principal reflexo da realidade vivida pela escritora e de muitos moradores das periferias. A repetição configura-se o retrato do cenário da fome e da luta pela sobrevivência, uma luta diária, sem descansos ou pausas.

Para além da rotina incessante de Carolina de Jesus na favela em busca de conseguir condições dignas para ela e seus filhos, outro ato se repete ao longo da narrativa: o de escrever. A autora deixava em evidência, em inúmeras passagens da obra, o seu amor e a sua devoção pela escrita.

Diante disso, a fome e a pobreza, a favela, os habitantes da periferia e o ato de escrever são considerados os temas mais recorrentes no texto de *Quarto de despejo*. Tal recorrência pode ser reiterada em termos de recorrências linguísticas, com o auxílio do *software AntConc*, e, por isso, estes eixos temáticos serão o foco da análise, a fim de identificar, ao final, os propósitos comunicativos do gênero diário que compõe a edição em estudo na presente pesquisa.

### ***O falar de si: (r)existência e fuga – a metalinguagem na escrita de Carolina de Jesus***

Segundo Perpétua (2003, p.09), *Quarto de despejo* “constitui um exercício de metalinguagem”, visto que, segundo ela:

Desde os primeiros registros, nota-se uma ostensiva necessidade que Carolina tem de definir-se em alguma categoria relacionada à escrita, ante o mundo que se abre com a possibilidade de publicação prometida por Audálio. Na escrita do diário, ela vai traçar, de forma recorrente, sua autoimagem de poeta, ou de poetisa, segundo imagina as qualidades do poeta: engajado politicamente, nacionalista, possuidor de uma missão social, que luta assumidamente ao lado dos fracos e oprimidos. Essa imagem teria sido construída segundo o modelo romântico estabelecido em suas leituras. (PERPÉTUA, 2003, p.09)

Nesse caso, trata-se de uma escrita que fala sobre o próprio ato de escrever. De acordo com Perpétua, a tentativa de “definir-se em alguma categoria relacionada à escrita” faz com que a escritora crie uma autoimagem de “poetisa”. Nessa perspectiva, Carolina não só descrevia seu ato de escrever como também representava a si mesma enquanto escritora.

Sobre isso, vejamos as seguintes passagens:

- 01) Aqui, todas imprecam<sup>17</sup> comigo. Dizem que **falo muito bem. Que sei atrair os homens.** (...) Quando fico nervosa **não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias** eu escrevo. Sento no quintal e escrevo. (JESUS, 1962, p.19)
- 02) 1 DE AGOSTO [...] Quando cheguei na favela fui visitá-lo. Ela estava gemendo e tinha duas senhoras portuguesas que lhe visitava. Perguntei-lhe se estava melhor. Disse-me que não. A portuguesa perguntou-me: — O que é que a senhora faz? — Eu cato papel, ferro, e **nas horas vagas escrevo.** (JESUS, 1962, p.88)
- 03) ...Eu gosto de ficar dentro de casa, com as portas fechadas. **Não gosto de ficar nas esquinas conversando. Gosto de ficar sozinha e lendo. Ou escrevendo** (JESUS, 1962, p.22)
- 04) ...Hoje eu não lavo as roupas porque não tenho dinheiro para comprar sabão. **Vou ler e escrever** (JESUS, 1962, p.80)

No primeiro trecho, a autora afirma que as mulheres da favela (identificado pelo contexto e pelo uso do pronome *todas*) dizem que ela “fala muito bem” e “sabe atrair os homens”. A seguir, ela relata que “não gosta de discutir”, “prefere escrever”, uma atitude incomum entre as moradoras da periferia, segundo ela. Isso é reforçado no trecho (03), em que a escritora afirma que não gosta de “ficar nas esquinas conversando”, prefere estar sozinha. A escolha por mencionar isso em seu diário, bem como a necessidade de se mostrar enquanto uma mulher com hábito de escrita e leitura, pode estar relacionada a uma vontade de Carolina em se colocar em uma posição diferente da imposta a ela pela sociedade, enquanto subalterna.

Segundo Gonzalez (1984, p.226), no processo de formação cultural do Brasil, pode-se apontar diferentes modos de rejeição/integração do papel/lugar da mulher preta. As qualidades atribuídas à população negra são as de irresponsabilidade, incapacidade intelectual, e entre outras que fazem com que as mulheres pretas sejam, naturalmente, associadas aos papéis de cozinheiras, faxineiras, serventes, prostitutas, entre outros. Ainda para Gonzalez (1984, p.231), “é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca”. Isso em função de que estas estão em um nível mais alto de opressão, fazendo com que reforce a “internalização da diferença, da subordinação e da ‘inferioridade’ (GONZALEZ, 2020, p.50).

As moradoras das periferias são expostas a uma árdua jornada, como bem narra Carolina de Jesus, de trabalhos (na maioria, que exigem força física), acompanhada de inúmeras outras funções: buscar água, comprar alimentos diariamente ou até mesmo buscar nas ruas e lixos, preparar alimentações (com o mínimo) para muitos filhos, distribuir tarefas entre os filhos (os mais velhos cuidam dos mais novos etc.), entre outras estratégias que elas utilizam para sobreviver e resistir numa sociedade racista e capitalista. Ademais, as mulheres das periferias

---

<sup>17</sup>A transcrição reproduz fielmente a escrita do diário.

encontram-se em situações de marginalizadas na sociedade brasileira, que, segundo Gonzalez (2020, p.281) “discrimina, esmaga e empurra ao desemprego, subemprego, à marginalidade, negando-nos o direito à educação, à saúde e a moradia decente”. Nessa perspectiva, a alfabetização, a educação e o tão mencionado hábito de ler e escrever um livro “não fazem parte” das estratégias de sobrevivência dessas mulheres. Trata-se de novas formas de dominação e exploração.

Carolina, diferente das outras moradoras, conseguiu romper as barreiras do analfabetismo através de poucos anos de estudos e de livros que lia diariamente. Para Souza e Welter (2020):

É importante destacar que, mesmo estando na mesma posição social que seus pares na favela do Canindé, Carolina não compartilha com eles os mesmos *habitus*. [...] um dos gostos e práticas de Carolina [...] não é comum aos outros moradores da favela: o gosto pela leitura. Esse gosto demonstra como Carolina possui *habitus* diferentes das outras pessoas pertencentes a sua classe [...] a leitura e a escrita é o que diferem Carolina dos demais moradores da favela. [...] Percebemos, então, que Carolina possui *habitus* controversos, que não condizem com o lugar onde se posiciona socialmente. O gosto pela literatura e, mais que isso, a prática da leitura e da escrita são *habitus* típicos de classes mais privilegiadas, cujo capital cultural advindo de uma educação de qualidade, por exemplo, permite essa prática. (SOUZA & WELTER, 2020, p.09)

Com isso, a autora permanecia se mostrando diferente das moradoras da favela, ao longo de inúmeras passagens do livro:

- 05) O dia de hoje me foi benéfico. **As rascoas da favela estão vendo eu escrever e sabe que é contra elas.** Resolveram me deixar em paz. Nas favelas, os homens são mais tolerantes, mais delicados. **As bagunceiras são as mulheres.[...]Mas eu sou forte! Não deixo nada imprecisar-me profundamente. Não me abato.** (JESUS, 1962, p.18)
- 06) — Os meus filhos estão defendendo-me. **Vocês são incultas, não pode compreender.** (JESUS, 1962, p.17)
- 07) [...] O que aborrece-me é **elas** vir na minha porta para perturbar a minha escassa tranquilidade interior (...) **Mesmo elas aborrecendo-me, eu escrevo. Sei dominar meus impulsos. Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter.** (JESUS, 1962, p.13)

No fragmento 05, Carolina deixa explícito que escreve “contra” as moradoras da favela, referenciando-as como “rascoas”. Segundo o dicionário online *Dicio.com*<sup>18</sup>, o substantivo “rascoa” é definido como “cozinheiras” e “meretrizes (prostitutas)”. Em seguida, as mulheres da periferia são consideradas como “bagunceiras”; no trecho 06, como incultas; e, no trecho 07,

<sup>18</sup> <https://www.dicio.com.br/rascoa/>

como sem caráter. O mecanismo utilizado pela autora para diferenciar-se das demais é a escrita, um “reflexo” da sua capacidade intelectual. Como amplamente discutido neste estudo, as mulheres pretas, principalmente as habitantes das favelas, são analfabetas. Nessa perspectiva, é válido discutir sobre o preconceito racial que é atravessado pelo social e pelo linguístico.

Bagno (1999) aponta que devido à má distribuição de renda no país, há uma enorme diferença de *status* social e o que ele chama de “abismo” linguístico entre os falantes das variedades não-padrão do português brasileiro e os falantes da variedade culta, a língua ensinada nas escolas. Segundo ele:

Como a educação ainda é privilégio de muito pouca gente em nosso país, uma quantidade gigantesca de brasileiros permanece à margem do domínio de uma norma culta. Assim, da mesma forma como existem milhões de brasileiros sem terra, sem escola, sem teto, sem trabalho, sem saúde, também existem milhões de brasileiros sem língua. Afinal, se formos acreditar no mito da língua única, existem milhões de pessoas neste país que não têm acesso a essa língua, que é a norma literária, culta, empregada pelos escritores e jornalistas, pelas instituições oficiais, pelos órgãos do poder — são os sem-língua. É claro que eles também falam português, uma variedade de português não-padrão, com sua gramática particular, que no entanto não é reconhecida como válida, que é desprestigiada, ridicularizada, alvo de chacota e de escárnio por parte dos falantes do português-padrão ou mesmo daqueles que, não falando o português-padrão, o tomam como referência ideal — por isso podemos chamá-los de sem-língua. (BAGNO, 1999, p.16-17)

Dessa forma, as pessoas que não utilizam a norma padrão da língua são associadas a uma classe social marginalizada, desprestigiada, visto que não tiveram acesso à educação formal aos privilégios da elite, e, por isso, sofrem preconceito. Ainda para Bagno, o preconceito linguístico está associado, na verdade, a um preconceito social, onde “o problema não está naquilo que se fala, mas em quem fala o quê” (BAGNO, 1999, p.40). A língua, nessa perspectiva, serve como um instrumento de ascensão social, na qual quem possui domínio da variante padrão possui privilégios dentro da sociedade.

Na esteira de Bagno, Macedo (2022) afirma que:

A hierarquização se dá pelo conceito de língua padrão e pela forma ‘correta’ (português), muitas vezes chamada de norma culta, em relação à língua ‘falada’, aquela que é considerada sem algum tipo de refinamento. Podemos chamar essa divisão/hierarquia de preconceito linguístico, barrando o acesso de muitos grupos a determinados espaços por ‘falta’ de conhecimento linguístico. Esses grupos também são alvos de diversas formas de inferiorização, desde chacotas até a criação de estereótipos. (MACEDO, 2022, p.07)

Ainda Macedo (2022), citando Fanon (2008), defende o papel da linguagem nas práticas racistas, onde “a linguagem, na colonialidade, é um instrumento de poder. Uma vez que o

sujeito colonizado passa a usar a língua do colonizador, é possível a mobilidade social e o afastamento de sua inferioridade” (MACEDO, 2022, p.07). Assim, Nascimento (2019 apud MIRANDA, 2022, p.07) aponta que o preconceito racial possui relação estreita com o social e o linguístico, o que ele chama de “racismo linguístico”. Um dos principais influentes de tal racismo linguístico é a precarização do acesso à educação dos indivíduos negros, sem apresentações de políticas inclusivas.

A influência do lugar social ocupado por quem utiliza a língua é discutida por Baptista (2019), a partir do *lócus*. Segundo a autora, o conhecimento é produzido em um determinado *lócus* enunciativo, ou lugar de enunciação, que para ela:

[...] não diz respeito simplesmente ao nível descritivo em torno de quem diz, mas sim alude ao plano hermenêutico-crítico do porquê (causas), para que (finalidades) e desde onde (posicionamento) se diz, ou seja, desde de uma estrutura de significação se desenvolve a existência, se organizam categorias, se enunciam juízos e se legitimam narrativas para entendimento dos mundos, sujeitos e suas relações. (BAPTISTA, 2019, p.126)

Nesse sentido, Baptista (2019, p.143) defende que as relações assimétricas de poder se concretizam nas práticas de linguagem, manifestadas, principalmente, pelas relações de opressão vivenciadas pelos grupos de sujeitos subalternizados em função de uma perspectiva colonial do conhecimento. Nas palavras dela:

Contemporaneamente, a perspectiva colonial de conhecimento, caracterizada por uma relação hierarquizada de saberes e de produção de conhecimento, que passou a assinalar, de forma binária, saberes de ordem superior e inferior, respectivamente, dominantes e subordinados ou subalternizados, se vê confrontada como perspectiva única e legítima de conhecimento, sobretudo por meio de uma crítica do processo histórico de silenciamento e de violência epistêmica erigido na modernidade/colonialidade e consolidado a partir do colonialismo (BAPTISTA, 2019, p.125)

Diante do exposto, vale salientar que Carolina de Jesus se mostrava ou buscava ser (mesmo tratando-se de uma prática consciente ou não) superior às moradoras da favela a partir do uso da linguagem<sup>19</sup>. O analfabetismo das outras habitantes fazia com que estas se limitassem aos trabalhos que não exigissem produção de conhecimento intelectual, no que tange às leituras e escritas. Já Carolina sabia que poderia utilizar da linguagem como forma de resistência e

---

<sup>19</sup>Não podemos deixar de mencionar que a autora sofreu duras críticas por fugir, diversas vezes, da norma culta, no decorrer do texto. Não iremos nos estender sobre isso, devido aos inúmeros trabalhos já publicados, o que dificulta, até mesmo, uma seleção para mencioná-los aqui.

ascensão. E o fez. A escritora deixava claro que o propósito do seu diário era alinhado ao desejo de afirmar-se como escritora reconhecida e deixar a favela.

É necessário mencionar, aqui, que para além de alfabetizada, a autora fazia o uso crítico da linguagem, o chamado letramento. Sobre isso, Pereira e Lacerda (2019) defendem que enquanto o alfabetismo está relacionado à aquisição da leitura e da escrita, como competência individual, o letramento diz respeito ao uso social de tais habilidades de ler e escrever, em diversos contextos sociais. Alves (2018) informa a existência da nomenclatura “letramento crítico” para definir o letramento enquanto instrumento de combate às desigualdades e de transformação social, um exemplo é o letramento racial, que tem como principal objetivo proporcionar ao indivíduo uma perspectiva antirracista (SILVA, 2019).<sup>20</sup> Além disso, ainda Silva (2019) discorre sobre a relação entre discurso e práticas sociais, no que diz respeito ao fato de que a partir do discurso pode ocorrer a produção e reprodução de poder. Sendo assim, uma educação antirracista poderia diminuir a naturalização e manutenção de discursos racistas.

Assim, segundo Bijotti (2021), a metalinguagem servia para ponderar sobre os objetivos de Carolina de Jesus, visto que a escrita seria justamente o meio pelo qual ela poderia conseguir recursos financeiros e sair do ambiente da favela, como é mencionado pela escritora no seguinte fragmento:

08) **É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela. [...]** (JESUS, 1962, p.24)

No excerto 08, o trecho “É que estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela”. Em discussão anterior, mencionamos a atividade material do livro, enquanto instrumento de libertação – no âmbito da favela, das mulheres habitantes da periferia e dos marginais. É possível acrescentar, aqui, a materialidade do livro e da escrita produzindo alterações na forma como Carolina busca existir e resistir à sua realidade, evidenciando que na escrita é onde encontra-se a “salvação”. Observa-se, aqui, a articulação entre o fenômeno material (escrita e livros) e o mental, visto que a crença da escritora, com o objetivo de sair da favela, é voltada para a literatura, seguindo a perspectiva de Lorde (2019) que argumenta que a poesia é um meio de tornar os sonhos realidade. Sobre isso, relembro hooks (2003) com “ensinar é transgredir”, Rodrigues (2021) defende que:

<sup>20</sup> Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/publicacoes/boletim/edicao/2081/educacao-e-letramento-racial>

[...] as escritoras negras nos ensinam que escrever é transgressão e resistência, essa ferramenta é sua maior prática de liberdade. Porém, ainda que seja difícil romper com as práticas discriminatórias de silenciamento, percebemos que as mulheres-escritoras-negras que vieram antes nos mostram o quanto essa verdade é pulsante, as que estão hoje reforçam o quanto essa luta precisa ser fortalecida. (RODRIGUES, 2021, p.08)

Nesse sentido, a materialidade do livro na vida da escritora revela também as relações assimétricas de poder em torno do corpo de Carolina, a partir dos seus eixos identitários. Usar da escrita e da literatura como meio de libertação e de resistência é uma prática transgressora na medida em que as mulheres pretas e pobres não conseguiam (e ainda lutam para conseguir) acesso e espaços de produção de fala. Ribeiro (2017) defende que as experiências de determinados grupos localizados devem ser contadas a partir de um *lugar de fala*, o que, no caso de Carolina de Jesus, faz com que ocorra uma quebra do silenciamento estrutural. Vieira e Johanson (2020) mencionam o termo “escrevivência”, criado por Conceição Evaristo, para definir a escrita de Carolina, enquanto parte de um processo criativo que está ligado às vivências de um sujeito divergente dos padrões de discurso hegemônicos encontrados no campo acadêmico e literário da época. Nesse caso, a escritora possui lugar de fala para registrar, com validade e legitimidade, a experiência dos indivíduos que são colocados à margem e subalternizados, dando visibilidade a partir do momento da publicação da obra. Assim, a escrita configurou-se como uma forma que escapar e ultrapassar as barreiras da exclusão, daquela que estava na base da hierarquia social. Nas palavras de Vieira e Johanson (2020):

A partir da *escrevivência* de Carolina Maria de Jesus, retira-se a máscara, o silenciamento e a inexistência desaparecem quando o *lugar de fala* é estabelecido. A literatura é uma das vias pelas quais é possível restituir esse lugar e essa voz. E, com esses, iniciar também algum diálogo, como aquele ao qual Grada Kilombola se refere quando declara que o ato de falar envolve uma negociação com aquele que escuta: alguém somente pode falar quando se é ouvido. O reconhecimento de um indivíduo se faz a partir do momento em que ele é escutado. (VIEIRA; JOHANSON, 2020, p.21)

As autoras ainda destacam a importância do modo como a interseccionalidade se expressa na escrita de Carolina, visto que leva a refletir sobre maneiras de quebrar o silenciamento e resgatar as vivências das mulheres pretas. Ademais, o ato de escrever de uma mulher, preta, moradora da favela e pobre pode ser considerado um ato político, pois possibilita pensar em formas de resistência aos sistemas de opressão que regulam a sociedade brasileira (VIEIRA; JOHANSON, 2020, p.21).

Ainda sobre o *lugar de fala*, Ferreira (2019) chama a atenção para a compreensão não somente das experiências e vivências, mas também do lugar social que se ocupa:

Com seu livro, ela conquista um lugar de fala, com o qual denuncia as condições subumanas em que vivem os favelados, torna-se sujeito de sua história narrando seu dia a dia, o cotidiano de sua comunidade e as dificuldades pelas quais é obrigada a passar uma mulher marginalizada devido a sua condição social. Esse é o seu ponto de partida para a conquista de sua cidadania. Ao fazer tal afirmação, pauto-me na visão de Patricia Hill Collins (2016) de que as experiências vivenciadas são o ponto de partida, mas são as condições sociais que permitem ou não acessar os lugares de cidadania. A questão está em não apenas se marcar as experiências individuais, mas compreender que o lugar social que se ocupa é que restringe as oportunidades (FERREIRA, 2019, p.45).

Nessa perspectiva, devido à localização social, a escritora apresenta experiências diferentes das mulheres brancas, essas que se fundem nas categorias de raça, gênero, classe e sexualidade, enquanto elementos que, segundo Ribeiro (2017) impossibilitam que as mulheres pretas, por exemplo, tenham acesso a determinados espaços – universidades, política, meios de comunicação etc. Nas palavras dela:

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas poder existir. Pensamos lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequente da hierarquia social. Quando falamos de direitos à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre racismo, por exemplo (RIBEIRO, 2017, p. 64).

Dessa maneira, Carolina conseguiu, através da atividade material, no “ato de emitir palavras”, criar um discurso de (r)existência, pois conseguiu fazer sua voz ecoar em outros espaços social divergentes do seu, que, antes, era impossível alcançar devido ao seu *locus social*.

A metalinguagem presente no texto do diário, evidenciando o desejo de sair da favela, permanece em outros trechos. Vejamos a seguir:

09) [...] **Vou escrever um livro referente a favela.** Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. **Eu quero escrever o livro**, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos. (JESUS, 1962, p.17)

O excerto acima nos leva a perceber o tom de denúncia no discurso da autora, em que a sua literatura, os seus escritos, serviriam de provas para que o seu diário fosse legitimado. Isso é evidenciado a partir das relações semânticas entre “vou escrever um livro” e “vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos”. Ou seja, as atitudes dos habitantes da favela seriam os argumentos utilizados para que Carolina validasse o que está escrevendo em seu livro.

Perpétua (2003) considera que a função do diário enquanto instrumento de defesa e de arma contra os conflitos da periferia é inusitada para o gênero diário. Para ela:

[...]antes de converter-se em instrumento coletivo de denúncia contra as injustiças, o diário será considerado um meio de denúncia pessoal contra os favelados, a arma de Carolina contra seus antagonistas na favela, como registra imediatamente após a publicação da reportagem, a 11 de maio de 1958: “Os que brigavam comigo, estão com recêio de estar, no meu Diário”. (PERPÉTUA, 2003, p.13)

Os moradores da favela, então, passaram a ficar com medo da inclusão dos acontecimentos no livro que a autora estava escrevendo, o que possibilitava à Carolina se defender das situações de violência, e entre outras, as quais estava sujeita.

Após a publicação do livro, as denúncias presentes no diário fizeram com que a prefeitura e o governo de São Paulo buscassem alternativas para mudanças. Nessa perspectiva, o gênero serviu como instrumento de cunho sociológico e político, e não só como registro cotidiano.

No decorrer do livro, Carolina ressaltava essas outras intencionalidades com o seu diário:

10) ...Fui na sapataria retirar os papéis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é **comunista**. Respondi que é **realista**. Ele disse-me que **não é aconselhável escrever a realidade**. (JESUS, 1962, p.91)

11) — Eu escrevo **porque preciso mostrar aos políticos as péssimas qualidades de vocês**. E eu vou contar ao repórter. (JESUS, 1962, p.148)

No trecho 10, a autora afirma que seu livro é “realista”, ou seja, ela disserta sobre os fatos reais da favela. O sapateiro mencionado, por sua vez, define os escritos como “comunista” e aconselha à Carolina não escrever a “realidade”. Isso em função de que as denúncias realizadas pela escritora mostrariam uma outra versão e um outro ângulo da história do processo de modernização de São Paulo, frente ao progresso proposto por JK alicerçado aos ideais capitalistas com a entrada das multinacionais no país. A literatura da autora reproduzia sem filtro a história da criação das periferias.

O excerto 11 traz, a partir da conjunção “porque”, uma relação de causalidade entre “escrever” e “preciso mostrar aos políticos as péssimas qualidades de vocês.” A motivação da escrita, aqui, reitera o campo semântico supracitado da denúncia, no discurso de Carolina. O diário irá relatar às autoridades as “péssimas” qualidade dos moradores da periferia, ou seja, o

lado negativo. É válido destacar que, nesse momento da narrativa, o repórter Audálio Dantas já havia visitado Carolina na favela e prometido a ela uma reportagem sobre o seu diário.

Para além do caráter denunciante do diário de Carolina de Jesus, a sua escrita também assumia função de “fuga” dessa realidade amplamente mencionada:

- 12) 12 DE JUNHO Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (JESUS, 1962, p.50)

É importante mencionar, a partir do trecho acima, que Carolina Maria de Jesus não escrevia a realidade a partir de uma perspectiva sociológica, embasada por teorizações, com um projeto intencional de “contar ao mundo” sobre a vida na favela. A visão da obra, em si, é que proporciona um escopo histórico, sociológico etc., a partir de temáticas abordadas. Como já discutido, a autora falava a partir de um *locusenunciação social* próprio: ela explanava as enfermidades ao mesmo passo que vivia, experienciava e se afetava por elas. Ademais, a escritora dizia de si, mas também retratava uma realidade que era coletiva, e, por isso, o diário tornou-se um documento político-social, em que Carolina era porta-voz de uma coletividade esquecida, marginalizada e oprimida. As acusações eram material verbal para compor um livro que poderia fazer com que ela saísse daquela condição, no entanto, a escrita era também um momento de criação, imaginação e forma de “esquecer” o ambiente, o espaço e o contexto no qual estava inserida – essas discussões acerca da favela são realizadas posteriormente nesta análise.

Ainda no que tange às denúncias presentes do discurso do texto de *Q.D.*, Carolina de Jesus nos coloca à frente de um cenário de marginalização da escrita feminina, em especial das mulheres pretas:

- 13) Mandei o João José abrir e mandar entrar. Era o Seu João. Perguntou-me onde encontrar folhas de batatas para sua filha buchechar um dente. Eu disse que na Portuguesinha era possível encontrar. Quiz saber o que eu escrevia. Eu disse ser o meu diário.

— **Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você.** (JESUS, 1962, p.22)

- 14) ...Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: — **É pena você ser preta.** Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. E indisciplinado. Se é que existe reincarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 1962, p.55)

Sabe-se que a literatura durante muito tempo foi um espaço de negação, exclusão e silenciamento das mulheres pretas. Os lugares que estas ocupavam (e ainda ocupam) na sociedade, a partir de uma visão racista e sexista, são restritos às atividades domésticas, braçais etc., que perpetuam uma representação da mulher preta de que estas são só um corpo sem cabeça/mente, como defende hooks. Era incomum, portanto, encontrar escritoras como Carolina de Jesus, principalmente devido ao entrelaçamento dos seus eixos identitários. Em discussão realizada anteriormente, vimos que as moradoras da favela – seja por falta de assistência, políticas públicas, acessibilidade, tempo e motivação ou por serem, em sua maioria, analfabetas – não tinham o hábito de ler e escrever. Nesse caso, seria “comum” estranhar “uma preta gostar tanto de livros”. Sobre isso, segundo Evaristo (2005):

Colocada a questão da identidade e diferença no interior da linguagem, isto é como atos de criação lingüística, a literatura surge como um espaço privilegiado de produção e reprodução simbólica de sentidos. Partindo dessas primícias, pode ser observado que a literatura brasileira, desde a sua formação até a contemporaneidade, apresenta um discurso que insiste em proclamar, em instituir uma diferença negativa para a mulher negra. A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor. Interessante observar que determinados estereótipos de negros/as, veiculados no discurso literário brasileiro, são encontrados desde o período da literatura colonial (EVARISTO, 2005, p.52)

Nessa perspectiva, as oportunidades e os espaços para produções intelectuais de mulheres pretas eram praticamente inexistentes, como evidencia o trecho 14, em que os textos de Carolina não eram aceitos com a justificativa de ela ser “preta”. O item “pena” em “É pena você ser preta” denuncia a visão racista sobre o corpo preto: ser preta, nesse caso, é um problema, se fosse branca conseguiria.

No entanto, a escritora rebate a afirmação ressaltando a sua raça, etnia, seus traços físicos como algo que ela gosta. Essa autorrepresentação é extremamente importante no movimento de transgressão da autora, em que, diante de uma sociedade extremamente racista com relação à representação do corpo da mulher preta, Carolina mostra se orgulhar de quem é, em meio a tantas mulheres que são submetidas à opressão que configura a construção do corpo negro no Brasil. A estética hegemônica e os modelos de representação social de beleza criados pelos brancos fazem com que ocorra uma influência de um “embranquecimento”, atravessando a construção da identidade negra, e delimitando um padrão ideal corporal. No trecho 14, a escritora menciona o cabelo, sendo esta uma discussão que vai além do estético: é identitária, e

marca a tensão entre a estética do corpo negro e do padrão ideal da branquitude. Sobre isso, para Gomes (2022):

O cabelo do negro na sociedade brasileira expressa o conflito racial vivido por negros e brancos em nosso país. É um conflito coletivo do qual todos participamos. Considerando a construção histórica do racismo brasileiro, no caso dos negros o que difere é que a esse segmento étnico/racial foi relegado estar no pólo daquele que sofre o processo de dominação política, econômica e cultural e ao branco estar no pólo dominante. Essa separação rígida não é aceita passivamente pelos negros. Por isso, práticas políticas são construídas, práticas culturais são reinventadas. O cabelo do negro, visto como 'ruim', é expressão do racismo e da desigualdade racial que recai sobre esse sujeito. Ver o cabelo do negro como 'ruim' e do branco como 'bom' expressa um conflito. Por isso, mudar o cabelo pode significar a tentativa do negro de sair do lugar da inferioridade ou a introdução deste. Pode ainda representar um sentimento de autonomia, expresso nas formas ousadas e criativas de usar o cabelo. (GOMES, 2022, p.03)

Sendo assim, o discurso de Carolina acerca da sua identidade, bem como a sua tentativa de criar uma autoimagem enquanto uma mulher com hábitos de leitura e escrita e diferente das outras moradoras da favela, faz com que a autora crie o seu próprio espaço enquanto sujeito dentro da literatura, tornando o lugar da escrita um lugar de sobreviver, resistir e, até mesmo, reivindicar. Assim, Evaristo (2005) discorre que:

Se há uma literatura que nos invisibiliza ou nos ficcionaliza a partir de estereótipos vários, há um outro discurso literário que pretende rasurar modos consagrados de representação da mulher negra na literatura. Assenhoreando-se “da pena”, objeto representativo do poder falo-cêntrico branco, as escritoras negras buscam inscrever no corpus literário brasileiro imagens de uma auto-representação. Criam, então, uma literatura em que o corpo-mulher-negra deixa de ser o corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira. Pode-se dizer que o fazer literário das mulheres negras, para além de um sentido estético, busca semantizar um outro movimento, ou melhor, se inscreve no movimento a que abriga todas as nossas lutas. Toma-se o lugar da escrita, como direito, assim como se toma o lugar da vida (EVARISTO, 2005, p.53).

Essa discussão se estende, então, a um contexto mais amplo de revolução dentro do campo literário, pois, ainda para Evaristo (2005):

Não se pode esquecer, jamais, o movimento executado pelas mãos catadoras de papel, as de Carolina Maria de Jesus que, audaciosamente reciclando a miséria de seu cotidiano, inventaram para si um desconcertante papel de escritora. Carolina escrevendo obras como: *O quarto de Despejo*, *O Diário de Bitita*, *Pedaços de Fome*, apresentou uma escrita que para muitos veio macular uma pretensa e desejosa assepsia da literatura brasileira. Essas escritoras buscam produzir um discurso literário próprio, uma contra-voz à uma fala literária construída nas instâncias culturais do poder. [...] Pode-se concluir que na escre(vivência) das mulheres negras, encontramos o desenhode novos perfis na literatura brasileira, tanto do ponto de vista do conteúdo, como noda autoria. Uma inovação literária se dá profundamente marcada pelo lugar sócio-

cultural em que essas escritoras se colocam para produzir suas escritas. (EVARISTO, 2005, p.53-54)

Para além de “falar de si” e dos seus hábitos, Carolina também discursava, de forma acentuada, sobre a fome e a pobreza, que atravessava o seu cotidiano, o seu corpo e as suas vivências no mundo.

***A atualidade do discurso de Carolina: a insegurança alimentar e a desumanização da população periférica***

A partir da análise das recorrências no software *AntConc*, identificamos que as temáticas da fome, da pobreza e da falta de recursos, por exemplo, são extremamente recorrentes no discurso do texto do diário. Esse eixo temático já era esperado a partir da leitura da obra, tendo em vista que se trata de uma narrativa de vida em que descreve a luta pela sobrevivência e representa a precarização do espaço da periferia e a classe social dos pobres e subalternos. Um dos marcos do cotidiano de Carolina é a busca pela alimentação e os extensos dias catando papel, a fim de conseguir dinheiro para comprar alimentos. Durante as passagens do livro, a escritora menciona a dificuldade em comer fomentada pelo preço dos mantimentos:

- 15) 7 DE JANEIRO ...Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que **os preços nos impossibilita de adquirir**. (JESUS, 1962, p.130)
- 16) Há varias coisas belas no mundo que não é possível descrever-se. Só uma coisa nos entristece: **os preços, quando vamos fazer compras**. Ofusca todas asbelezas que existe. (JESUS, 1962, p.37)
- 17) **...Os preços aumentam igual as ondas do mar**. Cada qual mais forte. Quem luta com as ondas? Só os tubarões. (JESUS, 1962, p.51)

Os fragmentos acima evidenciam os altos preços dos alimentos que fazem com que Carolina de Jesus, e o restante do grupo social a qual pertencia, não pudessem comprar as comidas que necessitavam. Isso é reforçado pelas relações significativas entre os itens “impossibilitar” / “ofuscar” e “preços”. São os preços o agente que impossibilita a compra e a aquisição e não a falta de comida, como evidenciado em: “vão pensar que no Brasil não há de comer. Nós temos”. Segundo Gonzalez (2020, p.85), o desenvolvimento econômico brasileiro desigual resultou num processo de urbanização excludente, acarretando em uma concentração de renda: “os pobres ficaram mais pobres e os ricos mais ricos”. Para Cardoso (2007):

A pobreza e desigualdade, características estruturais que acompanham o desenvolvimento brasileiro, estiveram associadas, nos 25 últimos anos, com um processo de crescente precarização e informalização das relações de trabalho. Com isso, parcela significativa da população apresenta insuficiência ou insegurança de renda, o que limita enormemente as suas possibilidades de endividamento, limitando, portanto, as possibilidades de acesso ao mercado formal de moradia. (CARDOSO, 2007, p.222)

De acordo com Néri (2009), os habitantes das periferias são os que mais sofrem com as equações de renda:

É importante precisar se apenas atributos pessoais como gênero, raça, idade, escolaridade, etc. explicam a totalidade dos diferenciais de renda, ou se existe discriminação contra o favelado, no sentido de que pessoas com atributos observáveis similares têm acesso a oportunidades de trabalho e de renda diferentes. Uma forma de fazer isso é comparar a renda familiar per capita de todas as fontes de moradores das favelas com os moradores de outras regiões com os mesmos atributos observáveis (sexo, raça, e polinômios de idade e escolaridade) (NÉRI, 2009, p.13).

Os pobres e moradores da favela, então, não conseguiam acesso ao trabalho formal e ocupavam-se de outras formas de trabalho (os informais), como era o caso de Carolina de Jesus, que catava papéis nos lixos e nas ruas para converter em dinheiro, a fim de conseguir uma fonte de renda. Sobre isso, Gonzalez (2020) argumenta acerca da relação do racismo com a divisão racial do trabalho:

É nesse sentido que o racismo, enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em termos de capitalismo industrial monopolista, e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico do monopólio). (GONZALEZ, 2020, p.86)

Na esteira de pensamento de Gonzalez, Carolina denunciava em seu discurso os mecanismos em torno das práticas socioeconômicas e capitalistas, que mantinham o privilégio aos brancos de classe média/alta:

18) 23 DE JUNHO ...Passei no açougue para comprar meio quilo de carne para bife. Os preços era 24 e 28. Fiquei nervosa com a diferença dos preços. O açougueiro explicou-me que o filé é mais caro. Pensei na desventura da vaca, a escrava do homem. Que passa a existência no mato, se alimenta com vegetais, gosta de sal mas o homem não dá porque custa caro. Depois de morta é dividida. Tabelada e

selecionada. E morre quando o homem quer. Em vida dá dinheiro ao homem. E morta enriquece o homem. Enfim, **o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada com estas desorganizações.** (JESUS, 1962, p.60)

A partir de um discurso irônico, a escritora afirma que “o mundo é como o branco quer”, evidenciando a superioridade dos brancos. A esse respeito, Almeida (2019, p.124) discorre sobre a história do racismo moderno e a crise estrutural do capitalismo, afirmando que “[...]a necessidade de alteração dos parâmetros de intervenção estatal a fim de retomar a estabilidade econômica e política sempre resultou em formas renovadas de violência e estratégias de subjugação da população negra.” É nesse sentido que se pode defender a ideia de que a escravidão não acabou, mas se modificou. Ainda para Almeida (2019, p.20) a escravidão é irremovível da sociedade contemporânea. Nas palavras dele:

Outra corrente, apesar de não negar os impactos terríveis da escravidão na formação econômica e social brasileira, dirá que as formas contemporâneas do racismo são produtos do capitalismo avançado e da racionalidade moderna, e não resquícios de um passado não superado. O racismo não é um resto da escravidão, até mesmo porqueno há oposição entre modernidade/capitalismo e escravidão. A escravidão e o racismo são elementos constitutivos tanto da modernidade, quanto do capitalismo, de tal modo que não há como desassociar um do outro. (ALMEIDA, 2019, p.114)

Almeida (2019, p.114) defende, então, que o crescimento econômico e o aumento da produção e dos lucros não implicaram em aumentos de salários, principalmente para a classe de trabalhadores pertencentes a grupos minoritários – estes compostos pela população negra, visto que são mais suscetíveis ao desemprego e, por isso, mais baratos. Assim, o racismo configura-se como uma “excelente tecnologia de controle social” (ALMEIDA, 2019, p.114). É nesse sentido que Carolina afirma que o “mundo é como o branco quer”.

A dificuldade enfrentada para comprar os alimentos, então, levava a um discurso extremamente presente no livro *Quarto de despejo: o discurso da fome*. Em análise no *software AntConc*, de acordo com as relações semânticas estabelecidas entre os itens lexicais, identificou-se dois campos semânticos de acordo com a presença ou não da fome: o de alegria e felicidade, com um discurso positivo quando tinham o que comer; e o de tristeza, nervosismo e morte, a partir de um discurso negativo quando não tinham o que comer. Vejamos primeiro o campo semântico do discurso positivo de contentamento:

- 19) 18 DE SETEMBRO **Hoje eu estou alegre.** Eu estou procurando aprender viver com o espírito calmo. Acho que é **porque** estes dias **eu tenho tido o que comer.** (JESUS, 1962, p.103)

- 20) 5 DE MAIO Escrevi até as 2 horas. Depois fui carregar agua. Enchi a barrica e as latas. Fiz uma trempe de tropeiro e puis agua a ferver para pelar o porco. Comecei pensar no que ia preparar: chouriço, lombo assado e couro de porco no feijão. **Fiquei contente. Eu ia comer carne**, na realidade. Comecei **cantar, cantei**. (JESUS, 1962, p.140)
- 21) 8 DE JUNHO ...Hoje eu fiz almoço. **Quando** tem *carne*... **eu fico mais animada** [...] (JESUS, 1962, p.47)
- 22) Hoje eu estou contente. Ganhei dinheiro. Contei até 300! Hoje eu vou comprar carne. Atualmente **quando** o pobre come *carne* fica **rindo atoa**. (JESUS, 1962, p.132)
- 23) Para o jantar fiz feijão, arroz e *carne*. A Vera está tão **contente porquetemos carne!** (JESUS, 1962, p.142)
- 24) **Quando** a Vera come carne fica **alegre** e **canta**. (JESUS, 1962, p.156)

Nos excertos acima, as relações significativas são marcadas pelas conexões entre a conjunção explicativa de causalidade “porque” e o item “quando”, indicando circunstância de tempo, em relação com os itens: “contente”/ “animada” / “alegre” / “rindo” e o vocábulo “carne”. Em outras palavras, o discurso da autora delimita as motivações da sua satisfação: no momento em que possui carne, ela se coloca em um estado corporal positivo. A carne, enquanto um alimento de preço mais elevado, é considerado um “artigo de luxo” para quem não tem poder aquisitivo de compra.

Com a falta da carne, Carolina e os habitantes da periferia iam em busca de ossos:

- 25) Passei no Frigorifico para pegar os **ossos**. No inicio eles nos dava linguça. Agora nos dá osso. Eu fico horrorisada vendo a paciência da mulher pobre que contenta com qualquer coisa. (JESUS, 1962, p.98)
- 26) Quando eu passava perto do Frigorífico o caminhão de ossos estava estacionado. Pedi uns **ossos** para o motorista. Ele deu-me um que eu escolhi. Tinha muita gordura. (JESUS, 1962, p.101)
- 27) 26 DE MAIO Amanheceu chovendo. E eu tenho só 4 cruzeiros, e um pouco de comida que sobrou de ontem e **uns ossos**. Fui buscar agua para por os ossos ferver. Ainda tem um pouco de macarrão, eu faço uma sopa para os meninos. (JESUS, 1962, p.37)

Já no que tange aos trechos acerca do campo semântico de um discurso negativo e descontente com relação à realidade, muitos são os exemplos, com base em uma narrativa em que a fome é extremamente presente:

- 28) 3 DE MAIO ...Fui na feira da Rua Carlos de Campos, catar qualquer coisa. Ganhei bastante verdura. Mas ficou sem efeito, porque eu **não tenho** gordura. Os meninos estão **nervosos** por não ter o que comer (JESUS, 1962, p.25)

- 29) 16 DE MAIO Eu amanheci **nervosa**. Porque eu queria ficar em casa, mas eu **não tinha nada** para comer. (JESUS, 1962, p.28)
- 30) 3 DE MAIO Hoje é domingo. Eu vou passar o dia em casa. **Não tenho nada** para comer. Hoje eu estou **nervosa, desorientada e triste**. (JESUS, 1962, p.193)
- 31) 22 DE JUNHO ...Saí **triste** porque **não tinha nada** em casa para comer. Olhei o céu. Graças a Deus não vai chover. Hoje é segunda-feira. Tem muitos papéis nas ruas. (JESUS, 1962, p.151)

Os vocábulos “nervosa”, “triste” e “desorientada” marcam, nos excertos acima, as consequências da fome na vida da autora e dos filhos. O advérbio de negação “não” acompanhado do verbo “ter”, em todos os trechos, e do substantivo “nada” explicitam um discurso de ausência. O item lexical “não”, a partir da análise no *AntConc*, é o sétimo item entre os vocábulos que mais se repetem no decorrer da narrativa, sendo mencionado cerca de 915 vezes. Trata-se de um campo semântico da “falta”, no qual deixa claro a luta pela sobrevivência de Carolina. Segundo Gonzalez (2020, p.85), a formação de bairros periféricos e favelas fez foi marcada por deficiências: falta de infraestrutura urbana e transportes, falta de saneamento básico, falta de atendimento médico-hospitalar, falta de oportunidades de empregos e escolarização etc. Não à toa ser tão presente o discurso do “não ter” na narrativa do diário.

Sawaya (2006) explica que, no plano da fisiologia, o cortisol, hormônio do estresse, é ativado quando o indivíduo não recebe uma alimentação quantitativa/qualitativamente adequada no que tange aos nutrientes, às vitaminas e aos minerais necessários. Assim, a desnutrição, bem como a fome, pode provoca irritação, raiva, entre outros comportamentos. Santos, Martins e Sawaya (2008, p.672) afirmam que a desnutrição em uma população é motivada por fatores como: “situação política e econômica, nível de educação [...], prevalência de doenças infecciosas, existência e efetividade de programas nutricionais e disponibilidade e qualidade dos serviços de saúde”. Para elas a pobreza é a principal causa ligada à desnutrição.

Saglio-Yatzimirsk (2006), em estudos nas favelas brasileiras, define a alimentação de pessoas de baixa renda:

As grandes tendências da alimentação das pessoas de baixa renda são bem conhecidas: proporção maior de gasto com alimentos no orçamento familiar, maior suscetibilidade às variações de preço, resistência à informação alimentar, consumo no domicílio, dieta monótona e pobre, com pouca diversidade. [...] Nas duas favelas aqui estudadas, os alimentos mais preparados são: fubá, arroz, feijão, pão, leite de caixinha. A fruta não faz parte da dieta, ingerem-se pouca verdura e pouca carne, muito açúcar e gordura. Não existe uma refeição ‘completa’, ou seja, com arroz, feijão, carne e salada juntos (SAGLIO-YATZIMIRSKY, 2006, p.124)

No Brasil, como discutido nesta seção, a má distribuição de renda, entre outras razões, fez como que ocorre o empobrecimento de parcela da população, onde famílias não tinham condições de arcar com as despesas de habitações e buscaram alternativas precárias para permanecer na cidade. Uma dessas alternativas é a favela, num contexto em que o trabalho informal prevalece, dificultando a estabilidade financeira e os serviços de saúde e saneamento básico são insuficientes, gerando casos de desnutrição.

Desse modo, o cenário de quem passa fome é configurado pela *insegurança alimentar*, gerando inúmeras respostas do organismo, como o estresse, a ansiedade, a tristeza etc. – explicando, assim, os sentimentos expressados por Carolina em seu discurso. Nesse viés, as principais proteínas em que as famílias com quadros de insegurança alimentar grave consomem, quando conseguem, são pelancas e ossos. Com isso, em um discurso de “falta” e “escassez”, a autora de *Quarto de Despejo*, por diversas vezes, mencionou a morte e o suicídio associados à fome:

- 32) 24 DE JULHO Como é horrível levantar de manhã e não ter nada para comer. Pensei até em **suicidar**. Eu suicidando-me é por deficiência de alimentação no estômago. E por infelicidade eu amanheci com fome (JESUS, 1962, p.84)
- 33) Quando eu encontro algo no lixo que eu posso comer, eu como. Eu não tenho coragem de **suicidar-me**. E não posso morrer de fome. (JESUS, 1962, p.137-138)
- 34) 16 DE JUNHO ...Hoje não temos nada para comer. Queria convidar os filhos para **suicidar-nos**. Desisti. Olhei meus filhos e fiquei com dó. Eles estão cheios de vida. Quem vive, precisa comer. (JESUS, 1962, p.151)
- 35) — Nós já estamos predestinados a **morrer** de fome! (JESUS, 1962, p.122)
- 36) 2 DE MAIO ...Ontem eu comprei açúcar e bananas. Os meus filhos comeram banana com açúcar, porque não tinha gordura para fazer comida. Pensei no senhor Tomás que suicidou-se. Mas, se os pobres do Brasil resolverem **suicidar-se** porque estão passando fome, não ficaria nenhum vivo. (JESUS, 1962, p.139)
- 37) ...Hoje eu fui me olhar no espelho. Fiquei horrorizada. O meu rosto é quase igual ao de minha saudosa mãe. E estou sem dente. Magra. Pudera! O medo de **morrer** de fome! (JESUS, 1962, p.151)

O suicídio é comumente associado a causas pessoais, psicológicas, como a depressão, por exemplo. No entanto, trata-se de uma ação que pode ser motivada também por causas sociais. No caso da narrativa de Carolina, o ato é motivado pela fome, pela escassez de alimentos. A escritora, como no excerto 36, em inúmeros momentos, afirma que o pobre é quem sofre com a fome. No entanto, acrescentamos outros eixos identitários para os principais atingidos pela insegurança alimentar e pela fome.

O portal “Notícia Preta” apontou que a “Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” (Penssan) revelou que 70%, dos 33 milhões de brasileiros que passam fome, são negros. A revista *Marie Claire* publicou um artigo mencionando que o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar registrou que a fome no Brasil “tem rosto de mulher, negra e de baixa escolaridade”. Silva et al. (2022) argumentam que a insegurança alimentar domiciliar é fruto de características tanto contextuais – diferenças demográficas e socioeconômicas – quanto individuais, como a intersecção de classe social, raça e gênero, por exemplo. Para eles:

O uso da interseccionalidade na discussão das desigualdades exige análises contextuais, e, nesse sentido, para melhor compreensão quanto ao acesso à alimentação, é necessário avançar no entendimento de como eixos de opressão, de forma articulada, estruturam as posições dos grupos que vivem em contexto de maior suscetibilidade à insegurança alimentar. Ao investigar os níveis de insegurança alimentar em diferentes grupos, cruzando as características raciais e de gênero, pode-se compreender os possíveis obstáculos à garantia do acesso à alimentação adequada e suficiente. (SILVA, et al., 2022, p.08)

Segundo os autores, a população negra é a maioria que vivencia condições precárias, em termos de escolaridade, renda familiar, saneamento etc., em comparação à população branca. As mulheres pretas são as que mais apresentam vulnerabilidades para a insegurança alimentar. Ainda nas palavras de Silva et al. (2022):

Cada um desses grupos é percebido nas relações sociais de forma específica, o que contribui para a posição na hierarquia social. Mulheres negras apresentam duas características decisivas nas dinâmicas sociais que contribuem para vulnerabilidades específicas, ser mulher e negra. Isso pode ser observado quando, neste estudo, analisamos os dados estratificados por escolaridade e renda. (SILVA et al., 2022, p.08-09)

Como vimos neste estudo, a vida da mulher preta, periférica é marcada pela discriminação, exclusão e rejeição no mercado de trabalho, fazendo com que estas fiquem limitadas aos empregos domésticos, por exemplo. Tendo em vista que se trata de um trabalho extremamente desvalorizado no país, os salários não são suficientes para que essas mulheres consigam uma estabilidade financeira e uma segurança alimentícia. Nessa perspectiva, o racismo e o sexismo permitem a reprodução e manutenção da insegurança alimentar domiciliar, e, conseqüentemente, da fome, explicando, assim, o medo da morte, ou o desejo dela, por parte de Carolina de Jesus enquanto mulher, preta, pobre e moradora da favela.

É nesse sentido que a autora defende que a fome é “a pior coisa do mundo”:

- 38) ...Quando cheguei em casa estava com tanta fome. Surgiu um gato miando. Olhei e pensei: eu nunca comi gato, mas se este estivesse numa panela ensopado com cebola, tomate, juro que comia. **Porque a fome é a pior coisa do mundo.** (JESUS, 1962, p.161)
- 39) 26 DE AGOSTO **A pior coisa do mundo é a fome!** (JESUS, 1962, p.165)
- 40) E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a **escravatura atual** — a fome! (JESUS, 1962, p.27)

No fragmento 40, a escritora compara a fome à “escravatura”, como um estado ou condição de prisão. A fome aprisiona e, por mais que Carolina tente “fugir”, na sua luta diária para conseguir dinheiro e comida, ainda permanece submetida a ela. Ao fazer tal analogia, a autora produz posicionamentos extremamente negativos com relação à fome, visto que a escravidão é um dos piores marcos do cenário mundial.

Ademais, a falta do dinheiro não impedia somente as compras de suprimentos alimentícios, mas também as compras de roupas. Em inúmeras passagens do livro, a autora mencionava que não podia comprar um par de calçados para sua filha:

- 41) 15 DE JULHO DE 1955 Aniversário de minha filha Vera Eunice. **Eu pretendia comprar um par de sapatos para ela.** Mas o custo dos generos alimentícios nos impede a realização dos nossos desejos. Atualmente somos escravos do custo de vida. **Eu achei um par de sapatos no lixo, lavei e remendei para ela calçar.** (JESUS, 1962, p.10)
- 42) Cheguei em casa, aliás no meu barracão, nervosa e exausta. Pensei na vida atribulada que eu levo. Cato papel, lavo roupa para dois jovens, permaneço na rua o dia todo. E estou sempre em falta. **A Vera não tem sapatos. E ela não gosta de andar descalça.** (JESUS, 1962, p.10)
- 43) ...Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver [...] **Muitos catam sapatos no lixo para calçar.** Mas os sapatos já estão fracos e aturam só 6 dias. (JESUS, 1962, p.30)
- 44) ...Não tinha papéis nas ruas. **E eu queria comprar um par de sapatos para a Vera.** (...) Segui catando papel. Ganhei 41 cruzeiros. Fiquei pensando na Vera, que ia bradar e chorar, porque ela **quando não tem o que calçar fica lamentando que não gosta de ser pobre.** (JESUS, 1962, p.56)
- 45) 28 DE MAIO Amanheceu chovendo. Tenho só três cruzeiros porque emprestei 5 para Leila ir buscar a filha no hospital. Estou desorientada, sem saber o que iniciar. Quero escrever, quero trabalhar, quero lavar roupa. **Estou com frio. E não tenho sapato para calçar. Os sapatos dos meninos estão furados.** (JESUS, 1962, p.38)

Vieira e Johanson (2020, p.256) defendem que a questão da vestimenta, em especial os calçados, fortemente presentes no discurso de Q.D., é uma “remodelação das estruturas de

poder”. Segundo as autoras, em estudos sobre a sociedade colonial, os escravos eram vestidos com roupas menos elaboradas e sem calçados, onde os sapatos evidenciavam a distinção entre os escravizados e os libertos. Assim, mesmo que Carolina trabalhasse o dia inteiro catando papéis e realizando outros tipos de trabalhos manuais precários, ela não conseguiria comprar vestimentas e demarcava a sua diferença com a classe privilegiada.

discorrendo sobre as diferenças entre a sua realidade e as das supracitadas “classes privilegiadas”, a escritora, em seu discurso, traça um cenário acerca do ambiente da periferia em que vivia.

*A favela na visão de Carolina: o “quarto de despejo” da cidade – um dispositivo de racialidade no Brasil*

Carolina desenvolve uma narrativa que desenha uma crítica forte sobre a favela e o contexto periférico da época. Como amplamente discutido nesta pesquisa, a favela do Canindé, onde morou a escritora, originou-se em 1948, enquanto um espaço no qual a Prefeitura Municipal de São Paulo alocou famílias desalojadas. Carolina de Jesus vivia em um terreno na rua de SP, após perder o emprego e engravidar. Sabe-se, a partir das seções anteriores, que esse deslocamento das ruas para as periferias ocorreu devido ao processo de urbanização nas metrópoles do Brasil. Ademais, a desigualdade urbana no país não é uma questão somente espacial, mas configura-se uma luta de classes entre os grupos sociais que são mais privilegiados economicamente e os menos favorecidos.

De acordo com os relatos presentes em Q.D., a favela do Canindé era destituída de infraestrutura. Não havia água potável, as roupas eram lavadas no rio Tietê, onde localizava-se a periferia – marcado pelas inúmeras vezes em que a autora descreve ir para a fila buscar água –, e o esgoto, muitas vezes, transbordava pelo bairro. As casas eram feitas com tábuas e outros materiais encontrados em restos de construções.

Outras questões expostas por Carolina relacionavam-se aos habitantes da favela. Fofocas, violência, mortes, eram pontos que fomentavam as críticas no que diz respeito à periferia, fazendo com que esta fosse identificada e representada pela escritora como o “quarto de despejo” da cidade de São Paulo. A metáfora presente no título do livro é explicada e debatida ao longo da narrativa:

- 1) ...Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. **E a favela é o quintal onde jogam os lixos.** (JESUS, 1962, p.27)

- 2) Vendi os ferros no Zinho e voltei para o **quintal de São Paulo**, a favela. (JESUS, 2001, p.34)
- 3) Abri a janela e vi as mulheres que passam rapidas com seus agasalhos descorados e gastos pelo tempo. Daqui a uns tempos estes palitol que elas ganharam de outras e que de há muito devia estar num museu, vão ser substituídos por outros. E os politicos que há de nos dar. Devo incluir-me, porque eu também **sou favelada.Sou rebotalho. Estou no quarto de despejo, e o que está no quarto de despejo ou queima-se ou joga-se no lixo.** (JESUS, 1962, p.32)
- 4) ...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. **Quando estou nascidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais**, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E **quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.** (JESUS, 1962, p.31)
- 5) Ele comprova o que eu digo: que as favelas não formam carater. **A favela é o quarto de despejo.** E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo. (JESUS, 1962, p.90)
- 6) ...O senhor Dario ficou horrorizado com a primitividade em que eu vivo. Ele olhava tudo com assombro. Mas ele deve aprender que **a favela é o quarto de despejo de São Paulo. E que eu sou uma despejada.** (JESUS, 1962, p.126)

Na tentativa de representar a favela, Carolina realiza comparações entre a periferia e a cidade, colocando as duas realidades lado a lado. No trecho 01, a cidade é o “jardim” e a favela é o “quintal onde jogam os lixos”. Aqui, a metáfora construída pela escritora representa a cidade de SP como uma casa, subdividida em espaços – Palácio dos Bandeirantes como a sala de visita e a Prefeitura como a sala de jantar. O quintal, nesse caso, é o lugar da casa menos privilegiado, “os fundos da casa”. No 03, a cidade é a “sala de visita”, com toda a sua nobreza e luxo (“lustres de cristais”, “tapetes de villudo”, almofadas de sitim”), e a favela é o “quarto de despejo”, assim como nos outros trechos. O fragmento 04 traz, ainda, uma denúncia com relação ao descaso do Estado com relação à favela “as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo”.

A metáfora de “quarto de despejo” pode ser explicada a partir do significado do léxico “despejo”. Segundo o *Dicionário Online*<sup>21</sup>, “despejo” possui alguns significados: “saída obrigatória de um local”; “ação judicial que obriga alguém a sair de um local (ordem de despejo)”; “local onde se joga o lixo ou destinado à acumulação de coisas inúteis”; “ação de remover, despejar, retirar o que incomoda, empecilhos”. Carolina utiliza a metáfora então em dois sentidos: um literal e um figurado. O sentido literal relaciona-se ao fato de que as favelas se instituíram a partir de uma ordem de despejo dos moradores de rua, pela Prefeitura, onde estes se alocaram em espaços que foram configurados como “periferias”. Já o sentido figurado

<sup>21</sup> <https://www.dicio.com.br/despejo/>

diz respeito à comparação entre os favelados e os lixos; entre a favela e o local onde esses “lixos” foram “despejados” – partindo da perspectiva de que os moradores da favela vivem em condições desumanas e a favela é esquecida pelo poder público.

Tal representação da favela explicita não só uma divisão espacial, como também já mencionado na presente pesquisa, mas sim racial, econômica, social etc. As periferias fazem parte de um processo contínuo de realocar o corpo negro, a partir de uma divisão racial do espaço, tendo em vista que a maioria da população habitante das favelas é negra. Para Gonzalez (1982):

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’ (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 1982, p. 15).

A propriedade do corpo e do território, nessa perspectiva, seguem a lógica colonial, que se expressa, agora, sob outras formas de dominação, num cenário de globalização que promove a segregação entre os habitantes da periferia e da cidade, como defendem Vieira e Johanson (2020):

O crescimento das periferias e habitações irregulares como majoritariamente lugares de vivência da população negra no Brasil revela uma das partes mais sombrias do processo de pós-abolição, responsável, em grande parte, pela marginalização da população negra na sociedade, no processo de espacialização dos centros urbanos. (VIEIRA; JOHANSON, 2020, p.225)

Sob esse prisma, Carneiro (2005) argumenta que as organizações arquitetônicas se configuram como um dispositivo de racialidade no Brasil, que se expressa em diferentes formas na sociedade:

Não escapam à análise do poder empreendida por Foucault, por intermédio da noção de dispositivo, elementos não só de discursos, mas também materiais, como as organizações arquitetônicas que ele engendra. Nesse sentido, nada poderia ser mais paradigmático da construção inegável de um dispositivo de racialidade no Brasil, do que a imagem consagrada no imaginário social de Casa Grande & Senzala. Para além de nomear uma obra célebre e clássica, constituiu um binômio arquitetônico, que historicamente vem se recriando em arranha-céus & favelas, mansões & cortiços, palafitas, quilombos, malocas etc... Um binômio que também já se autonomizou de sua estrutura empírica para designar, no plano do simbólico, as assimetrias raciais. É o que se expressa por exemplo, na diferenciação do elevador de ‘serviço’ do elevador

‘social’; no ter o ‘pé na senzala’ ou ‘na cozinha’, conotando por vezes pertencimento de classe, outras de raça e na maioria delas se referindo a ambas. (CARNEIRO, 2005, p.69)

A autora acrescenta que o caráter estrutural do racismo na sociedade brasileira impede a democracia e efetiva hegemonias, a partir de um Estado cujo objetivo é a manutenção dessa ordem racial, assegurando os privilégios aos brancos e mantendo a subordinação da população negra, enquanto “indesejáveis” e “descartáveis”.

Diante disso, a favela, enquanto lugar de extrema precariedade, é identificada e representada por Carolina a partir de inúmeras avaliações com léxicos negativos, para além de um “quarto de despejo”. Nas passagens a seguir, a autora considera a periferia como um “inferno”:

- 7) — Se eu pudesse mudar desta favela! Tenho a impressão que estou no **inferno**. (JESUS, 1962, p.23)
- 8) 7 DE MAIO ...Lavei todas as roupas. Jurei nunca mais matar porco na favela. Eu estou tão nervosa que recordei o meu provérbio: não há coisa pior na vida do que a própria vida. **Favela, sucursal do Inferno, ou o proprio Inferno**. (JESUS, 1962, p.142)

O *Dicionário Online de Português*<sup>22</sup> define “Inferno”, em seu sentido figurado, como um lugar onde há muito sofrimento, ou de desordem e confusão. Essas características são evidenciadas pela escritora em inúmeras passagens da obra, como no seguinte trecho:

- 9) 23 DE MAIO Levantei de manhã triste porque estava chovendo. (...) **O barraco está numa desordem horrível. É que eu não tenho sabão para lavar as louças. Digo louça por hábito. Mas é as latas. Se tivesse sabão eu ia lavar as roupas. Eu não sou desmazelada. Se ando suja é devido a reviravolta da vida de um favelado.** Cheguei a conclusão que quem não tem de ir pro céu, não adianta olhar para cima. **É igual a nós que não gostamos da favela, mas somos obrigados a residir na favela.** (JESUS, 1962, p.36)

Nesse fragmento, Carolina ilustra que por falta de sabão o seu “barraco” está em desordem, pois não pode limpar os utensílios e as roupas. Ela explica que não é “desmazelada” e que a sujeira ocorre porque a vida do favelado está sujeita a essas “reviravoltas”. Em outras palavras, as baixas condições de sobrevivência, a falta de dinheiro, de assistência, de saneamento – fruto do descaso do Governo, tornando o lugar desamparado e abandonado – fazem com que o ambiente da favela seja o “inferno” que Carolina tanto menciona. Como

<sup>22</sup> <https://www.dicio.com.br/inferno/>

“manter a ordem” sem o mínimo para criar um ambiente agradável, como a presença de água em casa, por exemplo?

Em outro trecho, a escritora também discorre sobre tal “desordem”:

- 10) ...Cheguei na favela: eu não acho geito de dizer cheguei em casa. **Casa é casa. Barracão é barracão.** O barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me. [...] (JESUS, 1962, p.41)

No excerto, Carolina de Jesus desassocia a figura do “barracão” a de uma “casa”. Os barracões são considerados habitações “provisórias”, feitas com materiais para garantir o mínimo de proteção, como lonas, madeiras etc. Já as casas mencionadas, são aquelas feitas de alvenaria, com garantia de segurança, divisões de quartos, piso, água encanada, energia elétrica, entre outros. A sujeira, no caso dos barracões, é inevitável, visto que não há condições suficientes para se manter a limpeza e a higiene.

Para além das características negativas do ambiente físico e material que compõem o cenário da periferia, ser morador da favela é sofrer em inúmeras outras vias, como argumenta Gonzalez (2020):

Enquanto isso, o negro, o nosso povo, continua marginalizado nas favelas, alagados, conjuntos “habitacionais”, invasões etc. Continua sendo discriminado na admissão aos empregos, racialmente perseguido no trabalho e sofrendo a sistemática repressão da polícia, que o prende como vadio (desemprego, no caso do negro, é sinônimo de vadiagem, sabia?) e o tortura para confessar crimes que não praticou (por falar em anistia...). Enquanto isso, as crianças negras que vão à escola sofrem o estigma do pecado de serem negras, pois o discurso pedagógico as submete a diferentes maneiras de se envergonharem de si mesmas. Você sabia que a maioria das crianças consideradas desajustadas, com problemas psicológicos e/ou psiquiátricos na rede escolar oficial são negras? Etc. etc. (GONZALEZ, 2020, p.165-166).

A fala de Gonzalez é válida para a época da escrita do livro Q.D., mas também retrata a atemporalidade da obra de Carolina e do seu discurso. A precariedade das periferias brasileiras ainda se mantém e a população negra ainda continua marginalizada, ainda “se acha natural que o lugar do negro seja nas favelas, cortiços e alagados.” (GONZALEZ, 2020, p.80). É por esse e outros motivos que a escritora afirma não gostar de morar na favela:

- 11) ...Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar **hei de mudar daqui.** Espero que os políticos **estingue as favelas.** [...] (JESUS, 1962, p.17)
- 12) O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível. [...] **O desgosto que tenho é residir em favela.** (JESUS, 1962, p.18)

As avaliações de modo negativo prevalecem no discurso da autora, que identifica e representa a favela como um “cortiço” e como as “úlceras” de São Paulo:

- 13) Virei na rua Frei Antonio Galvão. Quase não tinha papel. A D. Nair Barros estava na janela. (...) Eu falei que residia em favela. Que favela é o **pior cortiço** que existe. (JESUS, 1962, p.22)
- 14) Quando eu vou na **cidade tenho a impressão que estou no paraíso**. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. **Tão diferentes da favela**. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul **está enferma. Com as suas úlceras. As favelas**. (JESUS, 1962, p.71-72)

No excerto 13, a metáfora do cortiço pode possuir relação com o uso da palavra “cortiço” para caracterizar habitações coletivas. Os cortiços eram habitações anteriores à formação das periferias, onde iniciativas municipais para eliminar os cortiços acabaram dando origem às ocupações nos morros. Segundo Barone (2007):

[...] é evidente a relação entre as remoções condicionadas às obras de melhorias urbanas do período e a formação das primeiras favelas em São Paulo. Suas origens remontam a um processo de valorização imobiliária fomentado pelo próprio poder público quando da opção pelos projetos de melhoramentos, os quais estavam ligados à ideia do despejo, no caso, por exemplo, dos cortiços que porventura viessem a ser desapropriados: proprietários eram indenizados; moradores estavam na rua... (BARONE, 2007, p.57)

No caso do posicionamento avaliativo de Carolina, a periferia é o “**pior cortiço que existe**”, revelando, novamente, a sua insatisfação com o ambiente onde (sobre)vivia, devido a todos os fatores amplamente discutidos nesta seção a respeito da precariedade de viver nas favelas.

Com relação ao trecho 14, percebe-se, novamente, a oposição entre o espaço da cidade e o da favela. A cidade é identificada e representada a partir de avaliações positivas, com os léxicos “paraíso”, “sublime”, “encantar”, “bem vestidas”. Já a favela é representada e identificada como “úlceras” que deixam a cidade doente. A metáfora da “úlceras” torna a periferia um espaço semelhante a uma doença, que incomoda, uma enfermidade. As doenças, numa linguagem comum, são vistas enquanto algo indesejado e repulsivo pelos indivíduos, retratando a realidade que a autora vivia: ninguém desejaria estar submetido àquelas condições de moradia, alimentação, higiene etc.

Outrossim, além de representar e identificar a favela, a escritora também realizava esse ato com os habitantes da periferia.

*Os habitantes da periferia: segregação, opressão e exclusão – a favela quer vencer*

Como já discutido a respeito das moradoras da favela, Carolina atribuíra inúmeras representações aos habitantes da favela, em geral, seus vizinhos. Vejamos os seguintes trechos:

- 15) Passou um senhor e perguntou-me: —O que escreve? —Todas as lambanças que pratica os favelados, estes **projetos de gente humana**. (JESUS, 1962, p.20)
- 16) [...] Vocês que eram os amigos **dos marginais, dos favelados, dos indigentes**. Vejam só. Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos **infelizes** que estão no quarto de despejo. (JESUS, 1962, p.37)
- 17) ..Nós somos **pobres**, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do **lixo** e dos **marginais**. Gente da favela é considerado **marginais**. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens **desempregados** substituíram os corvos. (JESUS, 1962, p.46)
- 18) 14 DE JUNHO ...Está chovendo. Eu não posso ir catar papel. O dia que chove eu sou mendiga. Já ando mesmo trapuda e suja. Já uso o uniforme dos indigentes. E hoje é sábado. Os favelados são considerados **mendigos**. Vou aproveitar a deixa. (JESUS, 1962, p.51-52)

A autora, então, utiliza léxicos carregados de avaliações negativas a respeito dos moradores da favela: “projetos de gente humana”; “marginais”; “indigentes”; “infelizes”; “pobres”; “lixo”; “marginais”; “desempregados”; e “mendigos”.

No primeiro excerto, Carolina identifica e representa os “favelados” como “projetos de gente humana”. Esse modo de ver quem habita as periferias, enquanto subumanos, não considerados “gente”, faz parte das representações atribuídas a esse grupo social na realidade brasileira. Segundo Fernandes e Souza (2016):

As representações de todos os grupos sociais circulam no meio social produzindo sentidos e consequências. No entanto, algumas representações ganham maior visibilidade e passam a ser consideradas como expressão da realidade social. Na sociedade brasileira, assim como em outras, as representações que prevalecem são construídas por narrativas hegemônicas, capazes de representar um grupo social em detrimento de outros. Essas representações foram construídas mediante a óptica eurocêntrica, que institui sentidos de ‘normalidade’ e ‘anormalidade’, estabelecendo como norma padrão o homem, branco, heterossexual, cristão. Os indivíduos que não correspondem a esse padrão são vistos como desviantes, abjetos, e excluídos socialmente. (FERNANDES; SOUZA, 2016, p.02)

Nessa perspectiva, a lógica racista atravessa os espaços, os corpos e as identidades e, como defende Franco (2014, p.61): “[...] há predominância, na sociedade, de uma visão

conservadora sobre o significado da favela. Chegou-se mesmo a conceituar esse território como um “aglomerado subnormal”, como fez o IBGE, nos censos de 1990 a 2000”. A questão da “não-humanização” da população da favela possui estreita relação, então, com o lugar em que estes habitam. As periferias são consideradas territórios onde, como discutido aqui, são alocados os pobres, os sem-teto, os que não são considerados cidadãos por não possuírem condições dignas de sobrevivência, tudo isso somado às circunstâncias precárias às quais os moradores estão submetidos nestes ambientes, que, de fato, são condições subumanas.

Com isso, a desumanização e o assujeitamento da população negra e habitante da periferia, enquanto forma de representá-la, se expressa como uma violência simbólica e racial institucionalizada no Brasil, que reflete o processo de dominação e opressão o qual esses indivíduos estão submetidos desde a escravidão.

Os trechos 16 e 17 apresentam as seguintes identificações: “marginais”; “pobres”; “lixos” e “desempregados”. A representação da população negra enquanto “marginais” é largamente vista na sociedade atual. Segundo Franco (2014):

O preconceito e a discriminação, que crescem com a atual ênfase na criminalização da pobreza, ganham predominância na subjetividade coletiva. Tal situação se sobrepõe, inclusive, à própria objetividade das relações sociais. Por exemplo, há uma visão impregnada na sociedade de que os moradores de favelas são, em sua maioria, participantes do varejo das drogas imposto pelo tráfico na comunidade. (FRANCO, 2014, p.63)

Sob esse prisma, a representação do negro como marginal pode ser evidenciada na conjuntura brasileira onde o corpo negro é considerado como “ladrão”, fazendo com que este seja alvo de perseguição e violência. Essa atribuição, que vem sendo cada vez mais naturalizada entre os discursos nas práticas sociais, tem sido colocada em evidência em diversos campos do conhecimento. No cenário musical, cantores nacionais denunciam essa representação, em especial, no meio do *rap* nacional. O cantor Djonga, em 2019, lançou um álbum intitulado “Ladrão”, em que as músicas abordam o tema da marginalização do corpo negro. Djonga é conhecido por utilizar o rap enquanto instrumento de resistência e luta contra o racismo, a partir de um discurso de protesto e denúncia. A conhecida frase “fogo nos racistas” é um exemplo, presente na música “Olho de Tigre”, que ganhou enorme repercussão social.

Ainda no meio musical e artístico, está se naturalizando o discurso “A Favela Venceu” e “Pretos(as) no topo”. Esse movimento busca reverter um cenário onde a população negra é impedida de ocupar espaços e lugares na sociedade, em especial os moradores da favela. No entanto, apesar das cotas facilitarem a inclusão desse grupo social nas universidades, por

exemplo, ainda é escassa a presença do corpo negro em determinados cargos, sem contar na sistemática perseguição policial que mata diariamente a população da periferia, com a justificativa do “combate às drogas”. Gonzalez (2020, p.40) relata que na visão de muitos policiais brasileiros “todo negro é um marginal até prova em contrário”. O discurso e as práticas racistas persistem e dificultam a “favela vencer”, diariamente. Sobre isso, Gonzalez argumenta:

A primeira coisa que a gente percebe nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, cianice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha, pois filho de peixe, peixinho é. (GONZALEZ, 2020, p.69)

É nesse sentido que, no trecho 17, Carolina representa os moradores da favela como “desempregados”. Ainda segundo Gonzalez (2020):

Na medida em que mais da metade da população brasileira é construída por menores de 21 anos, e que a maioria da população brasileira é, na realidade, afro-brasileira, constata-se o grave problema em que se encontra a juventude negra: o desemprego (aberto ou não). Existem atualmente no Brasil cerca de 16 milhões de adolescentes e jovens totalmente entregues à própria sorte, sem a menor perspectiva de vida; ou melhor, sua única perspectiva são o banditismo e a morte. Desnecessário dizer que são negros em sua maioria. Conhecidos popularmente como “pivetes”, “trombadinhas” etc., sua idade varia de onze a dezessete anos. Caberia aqui a seguinte pergunta: por que em um país que, na classificação mundial, situa-se em oitavo lugar — do ponto de vista do desenvolvimento econômico — ocorre esse tipo de fenômeno social? (GONZALEZ, 2020, p.40)

Os moradores da favela sempre estiveram aquém das oportunidades no mercado de trabalho. A falta de escolaridade, a raça/cor/etnia, o lugar social, entre outros, configuram o cenário de opressão de raça, classe e gênero, que fazem com que os moradores da periferia busquem meios distintos para sobreviver. É nessa perspectiva que vale o questionamento: “a favela já venceu”? Isso devido a um contexto onde mais da metade da população brasileira é negra e muitos espaços ainda não são preenchidos por essa população e, neste caso, muitas profissões ainda carecem do corpo negro, como evidenciado a partir das identidades de médicos, de advogados, de políticos e de professores universitários, por exemplo.

Diante do alto índice de desemprego, os habitantes das periferias também são representados e identificados, como menciona Carolina de Jesus no trecho 18, enquanto “mendigos”. Isso se justifica pelas situações de pobreza e desamparo nas quais essa população se encontrava, na narrativa da escritora: sem renda para comprar roupas, sem água para tomar banho, andando pelas ruas a fim de encontrar comida e dinheiro. Ademais, ser identificados

como “mendigos” traz posicionamentos avaliativos que ilustram como o corpo negro periférico é considerado enquanto um corpo “despejado”, “alocado”, “sem-teto”, e “jogado” no quarto de despejo da cidade: a favela. Por isso, no excerto 17, Carolina representa os “favelados” como “lixos”, fazendo alusão à sua metáfora do livro.

Nesse contexto, as representações da população negra periférica, evidenciada por Carolina e presente na sociedade atual, contribuem para a manutenção da exclusão e opressão desse grupo, legitimando e fomentando o preconceito racial, mantendo-os e segregando-os às margens, nos morros e periferias.

### *O gênero “Diário” e seu funcionamento na edição em análise*

Retomando brevemente aos propósitos comunicativos discutidos neste estudo para o gênero diário, vimos que o diário funciona como uma forma de registrar, de modo subjetivo, determinado período da vida de um sujeito, com fatos e acontecimentos cotidianos. Os propósitos comunicativos deste gênero, então, não são fixos ou unânimes, no entanto os mais apontados são: guardar lembranças; registrar memórias; desabafos pessoais; e expressar sentimentos, ideias e opiniões acerca da realidade do escritor (LEJEUNE, 2008; YAMASAKI, 2018).

A análise do diário de Carolina apontou para 04 eixos temáticos principais no livro: a representação e identificação de si mesma, da favela e dos favelados; e a representação da fome. No que diz respeito ao primeiro, podemos chegar à consideração de que a autora, por meio da escrita, buscava se diferenciar das moradas da favela; resistir e existir em meio a uma sociedade hegemônica, racista, sexista e excludente; ascender socialmente; fugir da própria realidade; e denunciar as mazelas sociais do espaço periférico. Já sobre o segundo eixo, o da representação da favela, consideramos que a escritora, a partir de metáforas, apresentou um campo semântico negativo para a favela e positivo para a cidade. Vimos que isso ocorre devido à divisão racial, social e econômica do espaço, visto que as favelas foram projetos de um Estado que assegura os privilégios à população branca e mantém a subordinação da população negra. Com isso, as periferias se configuram enquanto espaço onde não há condições mínimas de sobrevivência. Sobre o terceiro eixo, o da representação dos moradores da favela, a autora utiliza léxicos com avaliações negativas. Consideramos que esse discurso é presente na sociedade brasileira, a partir de uma lógica racista que atravessa os corpos negros e suas identidades. Trata-se de uma desumanização e marginalização da população negra e periférica, que reflete os processos de dominação e opressão desses sujeitos, contribuindo para a manutenção do preconceito, da

exclusão e da marginalização desse grupo. É importante destacar, aqui, que não nos referimos à Carolina de Jesus como impulsionadora dessas opressões, afinal, trata-se de um corpo negro e periférico. Por fim, no que tange à temática da fome, observamos que é o eixo em que o discurso de Carolina se faz mais atemporal, visto que a concentração de renda, a insegurança alimentar, o desemprego etc., ainda fazem parte do cenário brasileiro, a partir de práticas socioeconômicas e mecanismos do Estado que fazem com que a população pobre, preta e periférica se torne vulnerável, sem assistência, e com condições insuficientes para sobreviver.

Nessa perspectiva, identificamos que a partir do diário e de um discurso irônico, carregado de metáforas, a escritora buscava sobreviver, resistir e reivindicar. Nessa perspectiva, consideramos que o gênero diário, na edição em estudo, não possui o propósito comunicativo de apenas registrar o cotidiano. O diário, aqui, serve de instrumento e documento de cunho político e social, tendo em vista as inúmeras denúncias presentes no discurso da autora que evidenciava uma coletividade marginalizada, oprimida, excluída e esquecida: a população preta e periférica. Ademais, o diário funcionava, para a autora, como um modo de ascensão, pois este era considerado enquanto uma mercadoria para obter dinheiro e sair da favela, uma função mercadológica, neste caso. Também, consideramos que o gênero em questão tinha como propósito a (r)existência. Em meio a um cenário de extrema pobreza, a escritora buscava escrever para fugir da realidade e resistir em meio à fome, o preconceito e à opressão. Por fim, observamos que o diário também funciona como um meio de denunciar a realidade dos habitantes da periferia, evidenciando o preconceito racial, as relações de poder e os mecanismos que giram em torno do ambiente da favela – não à toa que, na época de publicação da obra, os políticos foram afetados pelo discurso do livro, e algumas mudanças foram realizadas na cidade de São Paulo.



Fonte: JESUS, 2001. p. 53.

## CAPÍTULO 7

### ARTICULAÇÃO ENTRE OS GÊNEROS: ARRUMANDO OS “QUARTOS” DE CAROLINA – AS RELAÇÕES DE PODER NA EDIÇÃO POPULAR DE *QUARTO DE DESPEJO*

#### *Relembrando o significado acional*

Fairclough (2003) define os gêneros enquanto forma de agir e interagir discursivamente em eventos sociais. Os gêneros como forma de ação podem ser compreendidos a partir da sua função social, como discutido no capítulo anterior. Já enquanto forma de interação, estes constituem tipos particulares de relações sociais, entre os agentes sociais da prática (FAIRCLOUGH, 2003, p.75). Ainda para Fairclough (2003, p.66-67), a análise de gêneros compreende três importantes etapas:

- a) Análise de “cadeias de gênero”
- b) Análise de “misturas de gênero” em um texto particular
- c) Análise de gêneros individuais em um determinado texto

O conceito de cadeia de gêneros, baseado na ideia da interdiscursividade, compreende os diferentes gêneros que estão ligados/ relacionados entre si, envolvendo transformações de gênero para gênero (FAIRCLOUGH, 2003, p.31). A cadeia de gênero, então, pode funcionar “[...]como um dispositivo regulador para selecionar e privilegiar alguns discursos e excluir outros (FAIRCLOUGH, 2003, p.34).<sup>23</sup>

Com base nesses postulados, neste capítulo, iremos analisar os gêneros discursivos da edição da obra *Quarto de Despejo* em estudo enquanto forma de interação. Em outras palavras, analisaremos o potencial relacional dos gêneros prefácio, diário e entrevista– como eles potencialmente se articulam dentro da prática. Para isso, relembrando os procedimentos metodológicos, propomo-nos a tomar como base as seguintes questões norteadoras:

- 1) Quais os agentes sociais desta prática? Quais vozes enunciam? Por que a escolha dessas vozes? Quais as relações sociais entre os agentes sociais?

---

<sup>23</sup> [...] the genre chain works as a regulative device for selecting and privileging some discourses and excluding others.

- 2) Qual a cadeia/ o encadeamento dos gêneros nessa edição? Por que a escolha dessa ordem? Como essa ordem orienta a interpretação dos outros gêneros – ex: a função social do primeiro interfere no segundo?
- 3) Há sobredeterminação entre os gêneros, em termos de hierarquia?
- 4) O que é/não é reiterado entre o encadeamento dos gêneros?

\*\*

### *Gêneros em articulação: as relações assimétricas de poder*

Para Chouliaraki e Fairclough (1999), as vozes que se articulam dentro de uma rede de prática podem produzir e/ou reproduzir relações de poder e espaços de lutas hegemônicas. Fairclough (2003, p.70) defende que analisar a relação entre os gêneros discursivos requer a identificação do que as pessoas estão fazendo discursivamente e com qual(is) propósito(s).

O repórter e jornalista Audálio Dantas aparece como agente e autor dos gêneros prefácio e diário. No paratexto de *Q.D.*, Dantas atua como autor do texto, que foi escrito, como visto neste estudo, em 2001, na “edição popular”, a 9ª edição pela Francisco Alves. Esse prefácio não foi o mesmo da primeira publicação, em 1960, como também já discutido em seções anteriores. Dessa forma, observamos que a escolha por essa voz para prefaciá-lo pode ter sido motivada por um fator, em especial: uma réplica à crítica do livro. A obra foi criticada por vários motivos, dentre eles pode-se citar a autoria/autenticidade/originalidade do texto de Carolina, pois escritores, jornalistas, críticos especializados e o público em geral, a partir de posicionamentos ideológicos racistas e machistas, duvidavam da capacidade intelectual da autora para escrever um texto.

Outras vozes foram articuladas no paratexto, a partir de um discurso sarcástico e irônico de Audálio. O jornalista entrecruzou a voz dele com a voz dos críticos, a fim de contra-argumentar e responder à forma como estes avaliaram a obra e a figura de Carolina. O autor, então, se apropriou de termos utilizados pela instância de recepção em opiniões negativas acerca do livro publicado em 1960, e também recorreu à elogios de nomes especializados no campo da literatura, como o escritor Manuel Bandeira, a fim de legitimar o seu discurso voltado para a função social de “resposta” ou “justificativa”.

Enquanto agente do diário, Audálio Dantas atuou como editor do texto, selecionando, organizando e excluindo partes dos manuscritos. Na cadeia de gêneros que compõe a edição estudada, o prefácio é o primeiro e o diário o segundo gênero. De modo geral, é comum, em obras, o prefácio nesta posição, devido às suas funções sociais **principais** de introduzir ou apresentar um texto (BEZERRA, 2006; BHATIA, 2004; OLIVEIRA, 2009). No entanto, como

vimos, as funções sociais do prefácio nesta prática assumem outras diferente das supracitadas: justificar as questões acerca da autoria da obra; evidenciar o sucesso da obra em termos de êxito comercial; e responder aos críticos do livro. Diante disso, essa ordem não se configura apenas como “usual” dentro do campo literário, mas pode ser uma forma de orientar a interpretação do gênero diário, ou seja, atua na produção de sentido do gênero que vem a seguir. Isso em função de que o prefaciador guiaria o leitor para uma leitura diferente sobre a obra, sem que os mesmos julgamentos possam continuar ocorrendo a respeito desta. Para justificar essa afirmação, identificamos que Audálio não possui como foco do seu discurso orientar o leitor para a leitura da obra em si, de acordo com os seus principais eixos temáticos (a fome, a favela, a pobreza etc.).

A voz do repórter introduzindo a edição, como primeiro gênero a ser lido, torna a obra uma mercadoria, não um produto artístico, retirando o seu potencial literário, e não destaca o fato de Carolina ter contatado outras editoras sem sucesso. As metáforas, as ironias, o lirismo, e toda a força criativa da escritora de *Quarto de Despejo* foi apagada, contribuindo para manter as relações de poder dentro da academia, a partir de uma visão eurocêntrica do cânone literário. A literatura, neste estudo, foi compreendida como privilégio da elite, branca e masculina, e que as mulheres demoraram a conquistar o seu espaço, principalmente as mulheres pretas.

O agenciamento discursivo e político de Audálio Dantas continua a atravessar a obra *Quarto de Despejo*, pois ele também representa uma agência importante no gênero diário. No processo de seleção dos trechos dos manuscritos, o jornalista cria representações e tece uma narrativa que pode divergir do que Carolina esperava, afinal, as escolhas criam a história da escritora, de acordo com quem seleciona. É nesse sentido que ficam visíveis as relações de poder dentro desta prática, visto que a produção intelectual da escritora foi atravessada por um homem, branco, hétero e de classe média. Trata-se do cenário de supremacia branca que confere privilégios seguindo uma lógica racista. Nas palavras de Carneiro (2020):

[...] essa supremacia branca ocidental como expressão de um sistema político, na medida em que o racismo, que estrutura essa supremacia branca, é em si um sistema político, uma estrutura de poder formal ou informal, de privilégios sócio- econômicos e de normas para distribuição diferencial de oportunidades e riqueza material, de benefícios e encargos, de direito e deveres (CARNEIRO, 2020, p.02)

O sexismo se entrecruza ao racismo quando pensamos no corpo da mulher preta, que enfrenta dificuldades em conquistar seu espaço, fazer ecoar a sua voz e (r)existir de forma livre,

sem estar em posição de subalternação, já que estas são vistas enquanto não capazes de realizarem produções intelectuais (hooks, 1995; GONZALEZ, 1984; 2020).

Por outro lado, apesar da intervenção do autor do prefácio, Carolina se posiciona como agente do diário. Realizou buscas a fim de publicar o seu livro; apresentou os seus escritos ao repórter na favela; continuou a produção da escrita da obra, após a promessa da publicação. Trata-se da voz de uma mulher, preta, habitante da periferia, pobre e mãe, que sobrevivia como catadora de papel em meio às tensões de um cotidiano árduo, marcado pela fome e pobreza. Uma voz, portanto, subalterna, que refletiu na instância de recepção do livro. A escritora foi vítima de inúmeras críticas, devido às opressões de raça, gênero e classe. No entanto, Carolina de Jesus resistiu e conseguiu falar por si e por uma coletividade, conseguindo o que tanto ansiava: sair da favela.

A voz da escritora, dessa forma, em seu diário, é considerada, por muitos estudiosos e analistas da obra, como uma “voz coletiva”, visto que pode representar um grupo social – os moradores da favela, marginalizados, em posição de subalternidade – ou realizar denúncias que beneficiariam tal grupo. O discurso de Carolina de Jesus, a partir da subjetividade e da sensibilidade de uma mulher preta subjugada, se inscreve no corpus literário brasileiro, modificando o fazer literário das mulheres pretas, que acomoda todas as lutas e torna a escrita enquanto um direito dessas mulheres, o que Evaristo (2005) descreve como um movimento de corpo-mulher-negra para sujeito-mulher-negra, agente da sua narrativa. Assim, a “escre(vivência) de Carolina é um retrato do que veio a ser a inclusão de novos perfis na literatura brasileira, pois a escritora tornou-se inspiração para inúmeras outras mulheres pretas (EVARISTO, 2005, p.54). Para Santos (2021):

Ler *Quarto de despejo* em um diálogo com a produção literária e intelectual de outras escritoras negras, brasileiras ou não, é entender Carolina Maria de Jesus para além do sucesso de vendas alcançado nos anos 60, mas como uma entre diversas mulheres negras produzindo arte em condições adversas sem romantizar a precariedade, porque esse é um caminho para preservar e reafirmar a própria humanidade. (SANTOS, 2021, p.23)

O discurso de Santos (2021) revela as relações assimétricas de poder entre o gênero prefácio e diário, visto que, como supracitado, Audálio Dantas, ao focar no êxito comercial da obra, enquanto forma de atribuir “valor” a esta, faz com que a imagem de Carolina de Jesus torne-se limitada a essa condição – esquecendo-se do poder criativo que a autora possui, tendo em vista as circunstâncias em que esta escrevia, enquanto semianalfabeta, em situação de extrema fome e pobreza, e em posição de marginalização e opressão – além de retirar o teor

artístico do livro. Dessa maneira, Dantas continua a naturalizar e manter as hegemonias que atravessam as produções de mulheres pretas, consideradas não-intelectuais, ou incapazes de realizar produções literárias, artísticas etc. Nessa perspectiva, em um texto que introduz a obra, seria necessário ao menos a valorização da escrita de Carolina, e conduzir o leitor a uma leitura que enxergasse a autora enquanto escritora de literatura brasileira.

A temática do sucesso mercadológico da obra é reiterada no texto da entrevista. O gênero entrevista, na edição em estudo, tem como agentes o entrevistador e a autora de *Quarto de Despejo* – com relação à voz que entrevista, o nome não é revelado. O discurso do sucesso é, nesse gênero, voltado para o sucesso de público e de ascensão após esse êxito de vendas, já que possibilitou a autora a mudar-se da favela. Vejamos os seguintes trechos:

**Perguntas da entrevista:**

Ao que a senhora atribui o **sucesso de público** do seu Quarto de despejo?

Depois da publicação, **a senhora ficou famosa**. Passou a frequentar ambientes diferentes do da favela. Conheceu intelectuais, políticos, gente rica. Foi difícil seu contato com esse outro tipo de gente?

Mas foi **bom mudar de vida, escapar da miséria** e conhecer um mundo diferente daquele da favela?

**Trecho do prefácio:**

**O sucesso do livro** – uma tosca, acabrunhante e até lírica narrativa do sofrimento do homem relegado à condição mais desesperada e humilhante de vida – foi também o sucesso pessoal de sua autora, transformada de um dia para outro numa patética Cinderela, saída do borralho do lixo para brilhar intensamente sob as luzes da cidade.

Outra temática que é reiterada no gênero entrevista e está presente também no gênero prefácio é a “inquietação” do público-leitor em geral com a figura de Carolina de Jesus no meio literário. Na entrevista, foram identificadas nas perguntas o advérbio “como”, manifestando a tal *inquietação* do entrevistador em entender as circunstâncias que fizeram com que uma mulher, com os eixos identitários de Carolina, “conseguisse” escrever um livro. A curiosidade, reforçada por outros itens lexicais – como o “por quê?” – criam uma “divisão” entre estar às margens da sociedade e ser escritora da literatura brasileira, os dois “não existem” no mesmo espaço. Essa discussão já foi amplamente realizada na análise até o momento, onde identificamos que a literatura era um lugar de privilégio masculino, branco e eurocêntrico. Já no prefácio, a *inquietação* é manifestada pelo viés da crítica e da recepção, em entender como a autora alcançou esse lugar “inusitado”, onde muitos consideraram o texto do diário como uma invenção do Audálio Dantas. Ademais, o “estranhamento” por parte do público se estende, de forma mais expressiva, ao fato de Carolina ser semianalfabeta. Diante disso, enquanto o

prefácio demonstra que a instância de recepção questionava a validade da escrita da autora de *Quarto de Despejo*, a entrevista apresenta esses questionamentos de forma explícita, sendo o entrevistador uma representação do público em geral. Isso pode ser evidenciado com os seguintes fragmentos:

**Trechos do prefácio:**

Mas, acima da **excitação dos consumidores fascinados pela novidade, pelo inusitado feito daquela negra semi-analfabeta** que alcançara o estrelato e, mais do que isto, ganhara dinheiro, pairava a força do livro [...]

Carolina, querendo ou não, transformou-se em artigo de consumo e, em certo sentido, **num bicho estranho que se exibia "como uma excitante curiosidade"** [...]

O que não impediu que **alguns torcessem o nariz para o livro e até lançassem dúvidas** sobre a autenticidade do texto de Carolina.

[...] Exatamente o caso de Carolina, que só pôde chegar até o segundo ano de uma escola primária de Sacramento, Minas Gerais.

**Trechos da entrevista:**

**Por que** a senhora começou a escrever?

**Como** surgiu seu interesse pela literatura?

**Como é que uma pessoa que não teve educação escolar consegue** compreender e expressar tão bem a realidade dos pobres e dos miseráveis?

Ao responder às inquietações do entrevistador, Carolina de Jesus menciona que utilizava da escrita e da literatura como forma de resistência, temática esta que é reiterada no discurso do gênero diário e negligenciada no discurso do prefácio. A escritora afirmava que, para fugir da sua dura realidade – em condições de desumanização, opressão, marginalização e subalternidade – e conseguir ascender socialmente e sair da favela, escrevia todos os dias o diário:

**Trechos entrevista:**

**Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia.** Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário.

Fico pensando o que será Quarto de despejo?, umas coisas que **eu escrevia há tanto tempo para desafogar as misérias que enlaçavam-me** igual o cipó quando enlaça as árvores, unindo todas.

**Trechos diário:**

12 DE JUNHO Eu deixei o leito as 3 da manhã porque quando a gente perde o sono começa pensar nas misérias que nos rodeia. (...) Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que resido num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que

as janelas são de prata e as luzes de brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) **É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela.** (JESUS, 1962, p.50)

...Hoje eu não lavo as roupas porque não tenho dinheiro para comprar sabão. **Vou ler e escrever** (JESUS, 1962, p.80)

É que eu **estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela.** [...] (JESUS, 1962, p.24)

O desejo de sair da favela é justificado pela metáfora do livro “Quarto de despejo”, evidenciando a divisão espacial, racial, social e econômica entre a favela e a cidade. Carolina, no diário, traz um discurso carregado de avaliações negativas com relação ao ambiente da periferia, e posicionamentos positivos no que tange à cidade. Isso também ocorre no texto do prefácio:

#### **Trecho prefácio:**

O cenário em que foi escrito o diário já não é o mesmo. Parte dele deu lugar ao asfalto de uma nova avenida, por coincidência chamada Marginal. A Marginal do Tietê, que passa por ali onde até meados dos anos 60 se erguia o **caos semi-urbano e subumano da favela** do Canindé, em São Paulo. **O resto foi ocupado por construções sólidas, ordenadas, limpas, aprumadas no lugar dos barracos cujos ocupantes foram para outros cantos da cidade, para outros quartos de despejo.**

#### **Trechos diário:**

...Eu classifico São Paulo assim: O Palácio, é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. **E a favela é o quintal onde jogam os lixos.** (JESUS, 1962, p.27)

...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. **Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo.** (JESUS, 1962, p.31)

É importante mencionar também, em uma perspectiva da ordenação da cadeia de gêneros, que a entrevista é o último gênero da edição em estudo. A voz da escritora, então, acerca da própria obra, é colocada em última instância. Nesse contexto, para avaliar, comentar, discutir sobre *Q.D.*, a voz que primeiro aparece é a do repórter Audálio Dantas. Essa escolha implica em, como já discutido, uma apresentação da obra voltada para questões de interesses subjetivos do prefaciador (justificar as edições, ferramenta de defesa, responder à crítica, demonstrar o sucesso de público e mercadológico do livro etc.) e pode direcionar a uma leitura do diário carregada de avaliações com posicionamentos ideológicos, visto que a literatura de Carolina não é ressaltada. Por fim, na hipótese de o gênero entrevista ser colocado como segundo gênero que compõe a cadeia de gêneros da edição, a voz de Carolina de Jesus seria

colocada em evidência, diminuindo as relações assimétricas de poder entre a autora e o jornalista Audálio Dantas, em termos de agenciamento, que percorre por toda a obra. Outrossim, pode-se pensar na ordenação dos gêneros “prefácio” e “diário” em termos de “tema” e “rema”, onde o prefácio é o tema, que orienta a leitura (o ponto de partida), e o diário configura-se enquanto rema, o que vem após, e será afetado pelo tema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Propomo-nos, nesta pesquisa, analisar como os gêneros estão se articulando potencialmente na edição de *Quarto de Despejo: diário de uma favelada*. Para isso, realizamos, inicialmente, uma explanação da conjuntura sócio-história, política e cultural na qual o objeto está localizado. A obra foi publicada em um contexto de modernização do país e criação das primeiras periferias de São Paulo. Com isso, as diferenças socioespaciais foram acentuadas, em uma divisão de centro e periferia, fazendo com que os moradores das favelas ficassem em posição de subalternidade, de marginalização e de opressão. Isso refletiu de forma direta na produção e publicação de *Quarto de despejo*, visto que o corpo de Carolina de Jesus e o seu diário foram atravessados pelas relações de poder no mercado editorial, principalmente, a partir da figura de Audálio Dantas, homem, branco e de classe média: a escritora não conseguiu ascender socialmente sozinha.

Problematizamos sobre a conjuntura literária, em especial, o lugar das mulheres pretas na literatura. Identificamos que a intersecção de gênero, raça, classe e sexualidade interfere na forma como umas escritoras ganham voz e espaço, e outras não, em um contexto onde o campo literário era majoritariamente masculino, branco, com moldes eurocêntricos. Nessa perspectiva, as mulheres pretas eram vistas como incapazes de realizar produções intelectuais, e, por isso, Carolina Maria de Jesus foi amplamente questionada e criticada pela instância de recepção da obra.

A partir disso, observamos o funcionamento discursivo e textual da prática social em análise, por meio da análise descritiva de cada gênero, com o auxílio da ferramenta *AntConc*, para identificar recorrências lexicais e a que campo semânticos se direcionavam e o que os campos construía em termos de saberes e conhecimento.

No gênero “prefácio”, escrito por Audálio Dantas, identificamos que a função social assumida nesta prática foi, em especial, realizar uma réplica aos críticos da obra, a partir de um texto irônico, sarcástico e polifônico. Isso configurou uma quebra de expectativa inicial, pois o texto não apresentou a obra, as temáticas recorrentes, fazendo com que o seu potencial artístico e literário fosse desvalorizado, sobressaindo o cunho sociológico, apenas. Assim, retomando Vieira e Resende (2016, p. 61), que explicam que os gêneros são “maneiras de ação e relação que podem servir para legitimar discursos ideológicos – em sua forma de ação e interação –, o gênero prefácio pode reiterar os discursos da crítica (na época da publicação do livro) que consideram o texto de Carolina como sem valor literário, colocando-a às margens do cânone da literatura.

Já com relação ao diário, observamos que o gênero, na prática analisada, tem como função social não apenas registrar o cotidiano de forma subjetiva: a autora buscava resistir, existir e denunciar (através da literatura), em um ambiente onde não há condições mínimas de sobrevivência, colocando Carolina de Jesus em posição de subalternação, marginalização e insegurança alimentar – refletido as relações de poder e as hegemonias de um Estado que assegura privilégios à população branca.

Por fim, no gênero “entrevista”, analisamos que a opinião e a voz do entrevistador, a partir de representações, identificações e avaliações que produzem determinados posicionamentos ideológicos, poderia exercer a função de formadora de opinião, a partir de um discurso que reproduz práticas que naturalizam as opressões de classe, raça e gênero.

Por fim, analisamos como os gêneros se articulam na edição em estudo, considerando, nesta prática social, o encadeamento/ a ordenação dos gêneros e as relações de poder presentes.

Identificamos que, na articulação do gênero prefácio com o gênero diário, existem relações assimétricas de poder, a partir de um agenciamento discursivo e político do repórter Audálio Dantas, com sua voz atravessando a história e a obra de Carolina, na produção e edição de ambos os gêneros.

Ademais, tendo em vista que o prefácio é o primeiro gênero da cadeia de gêneros que compõe a edição em estudo, este direciona o leitor para uma leitura específica do livro, que não enaltece a força e a intelectualidade da escritora. Isso é reforçado com o foco no discurso do campo semântico do “sucesso” da obra, em termos mercadológicos e de circulação do livro, e em termos de um discurso que evidencia as inquietações da instância de recepção com o texto de Carolina de Jesus (enquanto algo inusitado), o que é reiterado no gênero entrevista. Nessa perspectiva, os gêneros “entrevista” e “prefácio” constituem uma edição que não valoriza o potencial literário da autora, sem tentativas de impulsionar uma visão desta enquanto escritora de literatura brasileira, mantendo as hegemonias que atravessam as vidas das mulheres pretas, consideradas não intelectuais, sem capacidade criativa e artística.

Por fim, identificamos que o eixo temático da literatura como resistência e fuga é presente nos gêneros diário e entrevista, a partir do próprio discurso de Carolina Maria de Jesus. Em outras palavras, a escritora buscava na literatura uma forma de sobreviver, existir, resistir, e fugir da realidade, e encontrou. A partir da sua história e da sua voz, Carolina representou e representa uma coletividade que é subalterna, marginalizada e vítima de diversas formas de opressão. A autora se tornou inspiração para outras mulheres pretas conquistarem o seu espaço, encorajando-as a seguir os seus sonhos, mesmo que a sociedade considere impossível.

## Referências bibliográficas

- ABREU, M. **Cultura letrada: literatura e leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- AKOTIRENE, C. (2019). **Interseccionalidade**. São Paulo: Editora Pólen.
- ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural** / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- ALVES, S.S. **Letramento racial crítico e práticas educacionais no ensino fundamental do município do rio de janeiro: a formação continuada de professores da sala de leitura e suas narrativas**. Dissertação (Mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2018.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, Como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Política**, Brasília, 11, 2013. p. 89-117
- BAPTISTA, L. (De)Colonialidade da linguagem, lócus enunciativo e constituição identitária em Gloria Anzaldúa: uma “new mestiza”. **Polifonia**, Cuiabá-MT, v. 26, n.44, p. 01-163, out.-dez., 2019.
- BARONE, A. C. C. NEGRA OU POBRE? MIGRANTE OU DESPEJADA? CAROLINA DE JESUS E O ENIGMA DAS CLASSIFICAÇÕES (1937-1977). **Afro-Ásia**, 59 (2019), pp. 43-75.
- BEZERRA, B. **Gêneros introdutórios em livros acadêmicos**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7570>. Acesso em: 23 nov. 2021.
- BHATIA, V. **Worlds of written discourse: a genre-based view**. London: Continuum, 2004.
- BILGE, S. Interseccionalidade desfeita: salvando a interseccionalidade dos estudos feministas sobre interseccionalidade. **Revista Feminismos**, 6(3). Vol.8, N.3, Set. – Dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/33680>. Acesso: 20 dez. 2021.
- BUENO, W. Repensando a interseccionalidade. **Portal Geledés**, 24 mai. 2019. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/repensando-a-interseccionalidade/> Acesso em: 10 dez. 2021.
- CALDWELL, K.L. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Estudos feministas**. V.8, n.2. 2000.
- CANDIDO, A. O direito à literatura. In: \_\_\_\_\_. **Vários escritos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre azul / São Paulo: Duas Cidades, 2004, p. 169-191.
- CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos metrópole**. ed.17. pp. 219-240. 2007.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. **ESTUDOS AVANÇADOS** 17 (49), 2003. p. 217-232. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ea/a/Zs869RQTMGGDj586JD7nr6k/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser.** Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005, pg 96-110.

\_\_\_\_\_. **Direitos, Privilégios e Democracia.** Conferência de Abertura do 26 Seminário Internacional de Ciências Criminais. 2020.

CASTRO, E.; MACHADO, M. **Muito Bem, Carolina!: biografia de Carolina Maria de Jesus.** Belo Horizonte: C/ Arte, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago.; GROSFUGUEL, Ramon. (org.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global.** Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, 2007.

COLLINS, P. H. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** Parágrafo. v.5, v.1, p.7-17. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Tradução Jamille Pinheiro Dias. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.

COMELLI, T. Lutando por novas narrativas em favelas e periferias: cidadanias complexas em meio a ativismos materiais e culturais. *Cad. Metropole*, 23 (51). Maio-ago, 2021. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2021-5110>.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas.** v. 10, n. 1, p. 171-188. 2002.

CURIEL, O. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais /** organização e apresentação Heloisa Buarque de Holanda; autoras Adriana Varejão [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

DANTAS, A. **Tempo de Reportagem: histórias que marcaram época no jornalismo brasileiro.** São Paulo: Leya, 2012.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe.** Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, C. Da representação à auto-apresentação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares: cultura afro-brasileira,** Brasília, ano 1, n. 1, ago. 2005.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

\_\_\_\_\_. **Analysing discourse: textual analysis for social research.** London; New York: Routledge, 2003.

FERNANDES, V. B.; SOUZA, M. C. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.** n. 63. Pp. 103-120. 2016.

FERNANDEZ, A. R. Múltiplas vozes na poética de resíduos de Carolina Maria de Jesus. **Revista Rascunhos Culturais.** Coxim/MS. v.1, n.1. p. 55 – 72. jan./jun.2010

FERREIRA, N. B. **Quarto de despejo: gênero e autobiografia na literatura de Carolina Maria de Jesus.** 2019.

FERRÉZ. Manifesto de abertura: literatura marginal – Terrorismo literário. In: FERRÉZ (Org.). **Literatura marginal: talentos da escrita periférica.** Rio de Janeiro: Agir. 2005.

FIORI, E. Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FRANCO, M. **Upp– A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro.** 2014.

FREDERICO, C. **Estudos culturais e crítica literária.** 2020. Disponível em: [https://aterraeredonda.com.br/estudos-culturais-e-critica-literaria/?doing\\_wp\\_cron=1648486823.4260969161987304687500](https://aterraeredonda.com.br/estudos-culturais-e-critica-literaria/?doing_wp_cron=1648486823.4260969161987304687500) Acesso em: 21 abr. 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GOMES, C. M. Estudos culturais e crítica literária. In: Gomes, C. M. (2011). ESTUDOS CULTURAIS E CRÍTICA LITERÁRIA. **Revista DaAnpoll, 1(30).** <https://doi.org/10.18309/anp.v1i30.186>

GOMES, N. L. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.** 2022.

GOMES, M. C. A; CARVALHO, A. B. “Não podem ser negras e gordas”: analisando a violência verbal em reações sociodiscursivas produzidas por leitores/as em contextos jornalísticos digitais brasileiros. **REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM,** [S.l.], v. 28, n. 4, p. 1667-1695, oct. 2020. ISSN 2237-2083. Disponível em<<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/16720>>. Acesso em: 22 dez. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.28.4.1667-1695>.

GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). **O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

\_\_\_\_\_. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje,** Anpocs, 1984, p. 223-244.

\_\_\_\_\_. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos.** Rio Janeiro: Zahar. 2020.

GRAMSCI, A. **Quaderni di Cárcere**. Roma: Instituto Gramsci, 1978.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 80, 2008. p. 115-47.

hooks, B. Intelectuais negras. **Estudos feministas**. V.3 n.2, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 21 abr. 2022.

\_\_\_\_\_. **"Não sou eu uma mulher?". Mulheres negras e feminismo**. 1ª edição. 1981. Tradução livre para a Plataforma Gueto. Janeiro 2014.

\_\_\_\_\_. **O feminismo é para todo mundo [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras** / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

\_\_\_\_\_. **Olhares negros: raça e representação**. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. Ed. Popular. Livraria Francisco Alves. 2001. Livro digital: [https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/02/edoc.site\\_1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesuspdf.pdf](https://culturaemarxismo.files.wordpress.com/2019/02/edoc.site_1960-quarto-de-despejo-carolina-maria-de-jesuspdf.pdf)

\_\_\_\_\_. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2001.

\_\_\_\_\_. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. / Carolina Maria de Jesus; ilustração de No Martins. – 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2020.

JITRIKI, N. Reinvenções da crítica: estudiosculturales /estudiosliterarios. In: **Literatura e estudos culturais**. Org: Maria Antonieta Pereira, Eliana Lourenço de L. Reira. – Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2000. 256 p. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/site/e-livros/Literatura%20e%20Estudos%20Culturais>> Acesso em: 05 abr. 2022.

KERNER, I. Tudo é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. **Novos Estudos: CEBRAP**, São Paulo, v. 31, n. 2, p.45-48, jun. 2012.

KYRILLOS, G. M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas [online]**. 2020, v. 28, n. 1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2020v28n156509>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

LAJOLO. M. Poesia no quarto de despejo, ou um ramo de rosas para Carolina. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. A leitora no quarto dos fundos. [1995] In: **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. / Carolina Maria de Jesus ; ilustração de No Martins. – 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2020.

\_\_\_\_\_. A leitora no quarto dos fundos. [1995] In: **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. / Carolina Maria de Jesus ; ilustração de No Martins. – 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2020.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar: uma reflexão. Rio de Janeiro: **Intertexto; Interciência**, 2011.

LIMA, Bruno de Assis Freire de; GOMES, Maria Carmen Aires. **Estilos e discursos: uma contribuição para os estudos da linguagem**. Campinas: Pontes, 2022.

LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Org. Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, M. Colonialidade e gênero. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** / organização e apresentação Heloisa Buarque de Holanda; autoras Adriana Varejão [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

MACEDO, L. B. Enegrecendo os estudos críticos discursivos: contribuições epistemológicas afroperspectivistas para o campo da análise crítica do discurso no Brasil. **Trabalhos em Linguística Aplicada** [online]. 2022, v. 61, n. 1. pp. 251-264. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/010318139561411520210310>>. Epub 17 Jun 2022. ISSN 2175-764X.

MAINGUENEAU, D. O discurso literário contra a literatura. In: MELLO, Renato de. **Análise do Discurso & Literatura**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2005.

MEIHY, C. S. B. **Antologia pessoal de Carolina Maria de Jesus**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996, p.37-61.

\_\_\_\_\_. Carolina Maria de Jesus: emblema do silêncio. [1998]. In: **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. / Carolina Maria de Jesus ; ilustração de No Martins. – 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2020.

MIGNOLO, W. **La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial**. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

MIRANDA, F. Dicção e devir em Carolina Maria de Jesus. In: **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. / Carolina Maria de Jesus ; ilustração de No Martins. – 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2020.

\_\_\_\_\_. **Carolina Maria de Jesus e a literatura periférica contemporânea**. 2012. Disponível em: <https://www.ufjf.br/darandina/files/2010/12/Carolina-Maria-de-Jesus-e-a-literatura-perif%C3%A9rica-contempor%C3%A2nea>> Acesso em: 21 abr. 2022.

MIRANDA, I.; CAETANO, N. **Quarto de Despejo: a singularidade de uma escrita marginal**. 2012. Disponível em: [http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/312/1/\\_Monografia.pdf](http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/312/1/_Monografia.pdf). Acesso em: 10 mai. 2022.

MOSER, W. Estudos literários, estudos culturais: reposicionamentos. In: Moser, W. (1998). **Literatura E Sociedade**. 3(3), 62-76. <https://doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i3p62-76>

MOURALIS, B. A literatura como representação e valor. In: \_\_\_\_\_. **As contra-literaturas**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982. p. 2-39.

NASCIMENTO, E. "Literaturamarginal": os escritores da periferia entram em cena. 2006.

NÉRI, M. **TRABALHO E CONDIÇÕES DE VIDA NAS FAVELAS CARIOCAS**. 2009. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3A1424012>. Acesso em: 10 jan. 2023.

NETO, J. C.; SANTOS, A. A entrevista como um gênero do discurso: conceitos e fundamentos. **Travessias**, Cascavel, v. 11, n.1, p. 244–269, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/16207/11316>. Acesso em: 20 dez. 2022.

OLIVEIRA, M. E. **A constituição do gênero prefácio no universo acadêmico**. 182 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLUO, I. **Então você quer conversar sobre raça**. Tradução: Nina Rizzi. - 1. ed. - Rio de Janeiro: BestSeller, 2020.

OYĚWŪMÍ, O. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais** / organização e apresentação Heloisa Buarque de Holanda; autoras Adriana Varejão [et al.]. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PARDO, M. Decolonização do conhecimento nos estudos do discurso. In: RESENDE, V. (Org.) **Decolonizar os estudos críticos do discurso** / Viviane de Melo Resende (Org.) Campinas, SP : Pontes Editores, 2019.

PEREIRA, I. Contos, depoimentos e memórias de escritoras negras brasileiras e moçambicanas. **Revista Crioula**, v. 1, n. 22, p. 14-38, 2018. ISSN: 1981-7169. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1981-7196.crioula.2018.15325>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/crioula/article/view/153258/149877>

PEREIRA, A.L.; LACERDA, S.S.P. LETRAMENTO RACIAL CRÍTICO: UMA NARRATIVA AUTOBIOGRÁFICA. **Travessias, Cascavel**, v. 13, n. 3, p. 90-106, set./dez. 2019.

PERPÉTUA, E. Aquém do Quarto de despejo: a palavra de Carolina Maria de Jesus nos manuscritos de seu diário. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, nº 22. Brasília, janeiro/ junho de 2003, pp. 63-83

\_\_\_\_\_. A proposta estética em Quarto de despejo, de Carolina de Jesus. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 18, n. 35, p. 255-266, 2º sem. 2014.

\_\_\_\_\_. O revisor como tradutor. In: QUEIROZ, S. **Editoração: arte e técnica**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2008.

RAMALHO, V.; RESENDE, V. Análise de discurso (para a) crítica: O texto como material de pesquisa. **Linguagem e Sociedade**. Vol. 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

RECHETNICOU, A.; VIEIRA, V. Letramentos críticos, gênero social e intersecções: uma análise discursiva de uma experiência de leitura de escritoras negras em uma escola. **Calidoscópio**. v.19, p.481 - 493, 2022.

RESENDE, Viviane de M. **Decolonizar os estudos críticos do discurso**. Campinas: Pontes, 2019.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência: censura a livros na ditadura militar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando. 2017.

\_\_\_\_\_. **Pequeno manual antirracista**. / Djamila Ribeiro – 1ªed. – São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

RODRIGUES, C. S. **As fronteiras entre raça e gênero na cena pública brasileira: um estudo da construção da identidade coletiva do movimento de mulheres negras**. Universidade federal de minas gerais UFMG, Tese de mestrado, 2006.

RODRIGUES, D. TETO DE VIDRO: DESCONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS SILENCIADOS E AUTORIA FEMININA NEGRA EM CAROLINA MARIA DE JESUS E MARIA FIRMINA DOS REIS. **Revista do Coletivo Seconba**, v. 5, n. 1, p. 4-18, mar. 2021.

SAGLIO-YATZIMIRSKY, M.C. A comida dos favelados. **Estudos avançados**. v. 20, n. 58. 2006.

SANTOS, Y. A arte de Carolina. In: Para além do quarto de despejo. **Quatro cinco um**. 2021.

SAPIRO, G. As condições sociais de produções da obra. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia da literatura**. Valentino, Juçara. Belo Horizonte: Moinhos / Contafios, 2019.

SARAIVA, A. O conceito de literatura marginal. **Discursos**, vol. 10. 1995. p. 15-23

SAWAYA, A. L. Desnutrição: conseqüências em longo prazo e efeitos da recuperação nutricional. **Estudos Avançados**. v. 20, n. 58. 2006.

SILVA, C. A roda gira: e é sobre a operacionalidade do racismo que precisamos conversar. In: **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. / Carolina Maria de Jesus ; ilustração de No Martins. – 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2020.

SILVA, M. F. L. Educação e letramento racial. Processos de Afrobetização e Letramento de (Re)Existências na Educação de Jovens e Adultos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 1, e96659, 2020.

SILVA, S. Intelectualidade negra em ação: entre o não lugar e o protagonismo na produção de saberes. **Redoc**, v. 3, n. 3. 2019. p. 75-91. DOI: <https://doi.org/10.12957/redoc.2019.44995>.

SILVA, S. et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. **Cadernos de Saúde Pública**. v. 38, n. 7. Rio de Janeiro. Julho 2022.

SOUSA, G. H. P. de. *Carolina Maria de Jesus. O Estranho Diário da Escritora Vira-Lata*. Tese (Doutorado em Teoria Literária) – Universidade de Brasília – UNB, 2004.

SOUZA, M. C.; WELTER, J. V. A favela aos olhos de uma ‘favelada’: representação do espaço e legitimação do discurso na obra Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus. **GARRAFA**. v. 18, n. 53, Julho-Setembro. 2020.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VAN LEEUWEN, T. **Introducing social semiotics**. London; New York: Routledge, 2005.

VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial**. Tradução Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. Título original: Un féminisme décolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VELLOSO, R. De/descolonizar o urbano, insurreição nas periferias: notas de pesquisa. **Redobra**, n.15, ano 6, p.153-176, 2020.

VIEIRA, J. de F., & JOHANSON, I. C. (2020). A interseccionalidade a partir de 'Quarto de Despejo', de Carolina Maria de Jesus. **Revista PHILIA | Filosofia, Literatura & Arte**, 2(2), 244–268. <https://doi.org/10.22456/2596-0911.103989>

VOGT, C. Trabalho, pobreza e trabalho intelectual (o Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus). [1983] In: **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. / Carolina Maria de Jesus; ilustração de No Martins. – 1. Ed. – São Paulo: Ática, 2020.

#### SITES CONSULTADOS:

Carolina Maria de Jesus tem legado reconhecido e disputa por herança. **Alma preta**, 2022. Disponível em: <<https://almapreta.com/sessao/cultura/carolina-maria-de-jesus-tem-legado-reconhecido-e-disputa-por-heranca>> Acesso em: 17 dez. 2022.

ENEM 2022 – Exame Nacional do Ensino Médio. **INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Ministério da Educação. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem/provas-e-gabaritos/2022>> . Acesso em: 11 dez. 2022.

HEMEROTECA DIGITAL. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

LORDE, A. Audre Lorde: A poesia não é um luxo. **Uol**. 02 mai. 2019. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/audre-lorde-a-poesia-nao-e-um-luxo/>. Acesso em: 20 fev. 2023.

**MEMÓRIAS DA DITADURA.** Disponível em: <[memoriasdaditadura.org.br](http://memoriasdaditadura.org.br)> Acesso em: 16 dez. 2022.

ROCHA, I. 70% das pessoas que passam fome no Brasil são negras, aponta estudo. **Notícia Preta**, 2022. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/70-das-pessoas-que-passam-fome-no-brasil-sao-negras-aponta-estudo/>> Acesso em: 26 dez. 2022.

## **PERIÓDICOS CONSULTADOS**

*Correio Paulistano*

*O Cruzeiro*

*Folha da Noite*

## ANEXOS

### ANEXO I

#### PREFÁCIO

#### A ATUALIDADE DO MUNDO DE CAROLINA

**Audálio Dantas**

Para os leitores desta edição de Quarto de despejo, é preciso que eu me apresente. Entrei na história deste livro como jornalista, verde ainda, com a emoção e a certeza de quem acreditava poder mudar o mundo. Ou, pelo menos, a favela do Canindé e outras favelas espalhadas pelo Brasil. Repórter, fui encarregado de escrever uma matéria sobre uma favela que se expandia na beira do rio Tietê, no bairro do Canindé. Lá, no rebuliço favelado, encontrei a negra Carolina, que logo se colocou como alguém que tinha o que dizer. E tinha! Tanto que, na hora, desisti de escrever a reportagem.

A história da favela que eu buscava estava escrita em uns vinte cadernos encardidos que Carolina guardava em seu barraco. Li, e logo vi: repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor aquela história - a visão de dentro da favela.

Da reportagem - reprodução de trechos do diário - publicada na Folha da Noite, em 1958, e mais tarde (1959) na revista O Cruzeiro, chegou-se ao livro, em 1960. Fui o responsável pelo que se chama edição de texto. Li todos aqueles vinte cadernos que continham o dia-a-dia de Carolina e de seus companheiros de triste viagem.

A repetição da rotina favelada, por mais fiel que fosse, seria exaustiva. Por isso foram feitos cortes, selecionados os trechos mais significativos.

A fome aparece no texto com uma frequência irritante. Personagem trágica, inarredável. Tão grande e tão marcante que adquire cor na narrativa tragicamente poética de Carolina.

Em sua rotineira busca da sobrevivência no lixo da cidade, ela descobriu que as coisas todas do mundo - o céu, as árvores, as pessoas, os bichos - ficavam amarelas quando a fome atingia o limite do suportável.

Carolina viu a cor da fome - a Amarela.

No tratamento que dei ao original, muitas vezes, por excessiva presença, a Amarela saiu de cena, mas não de modo a diminuir a sua importância na tragédia favelada.

Mexi, também, na pontuação, assim como em algumas palavras cuja grafia poderia levar à incompreensão da leitura. E foi só, até a última linha.

O tempo operou profundas mudanças na vida de Carolina, a partir do momento em que os seus escritos - registros do dia-a-dia angustiante da miséria favelada - foram impressos em letra de fôrma, num livro que correu mundo, lido, discutido e admirado em treze idiomas.

Um livro assim, forte e original, só podia gerar muita polêmica. Para começar, ele rompeu a rotina das magras edições de dois, três mil exemplares, no Brasil. Em poucos meses, a partir de agosto de 1960, quando foi lançado, sucessivas edições atingiram, em conjunto, as alturas dos 100 mil exemplares. Os jornais, as revistas, o rádio e a televisão, primeiro aqui e depois no mundo inteiro, abriram espaço para o livro e para a história de sua autora.

O sucesso do livro – uma tosca, acabrunhante e até lírica narrativa do sofrimento do homem relegado à condição mais desesperada e humilhante de vida – foi também o sucesso pessoal de sua autora, transformada de um dia para outro numa patética Cinderela, saída do borrar do lixo para brilhar intensamente sob as luzes da cidade.

Carolina, querendo ou não, transformou-se em artigo de consumo e, em certo sentido, num bicho estranho que se exibia "como uma excitante curiosidade", conforme registrou o escritor Luís Martins.

Mas, acima da excitação dos consumidores fascinados pela novidade, pelo inusitado feito daquela negra semi-analfabeta que alcançara o estrelato e, mais do que isto, ganhara dinheiro, pairava a força do livro, sua importância como depoimento, sua autenticidade e sua paradoxal beleza.

Sobre ele escreveram alguns dos melhores escritores brasileiros: Rachel de Queiroz, Sérgio Milliet, Helena Silveira, Manuel Bandeira, entre outros. O que não impediu que alguns torcessem o nariz para o livro e até lançassem dúvidas sobre a autenticidade do texto de Carolina. Aquilo, diziam, só podia ser obra de um espertalhão, um golpe publicitário.

O poeta Manuel Bandeira, em lúcido artigo, colocou as coisas no devido lugar: ninguém poderia inventar aquela linguagem, aquele dizer as coisas com extraordinária força criativa mas típico de quem ficou a meio caminho da instrução primária. Exatamente o caso de Carolina, que só pôde chegar até o segundo ano de uma escola primária de Sacramento, Minas Gerais.

O impacto causado por Quarto de despejo foi além das discussões sobre o texto. O problema da favela, na época de dimensões ainda reduzidas em São Paulo, foi discutido por técnicos e políticos. Um grupo de estudantes fundou o Movimento Universitário de Desfavelamento, cuja sigla - MUD - revelava, no mínimo, uma intenção generosa.

Ou um sonho. E Carolina era alçada à condição de cidadã, com título oficial conferido pela Câmara Municipal de São Paulo.

O cenário em que foi escrito o diário já não é o mesmo. Parte dele deu lugar ao asfalto de uma nova avenida, por coincidência chamada Marginal. A Marginal do Tietê, que passa por ali onde até meados dos anos 60 se erguia o caos semi-urbano e subumano da favela do Canindé, em São Paulo. O resto foi ocupado por construções sólidas, ordenadas, limpas, aprumadas no lugar dos barracos cujos ocupantes foram para outros cantos da cidade, para outros quartos de despejo.

Mais de trinta anos decorridos desde o aparecimento de Quarto de despejo, a cidade tem outra cara, esparramada para muito além da avenida Marginal. E a favela do

Canindé, onde viveu Carolina Maria de Jesus, na rua A, barraco nº9, multiplicou-se em dezenas, centenas de outras.

Assim, Quarto de despejo não é um livro de ontem, é de hoje. Sua contundente atualidade é dramaticamente demonstrada pelos arrastões que invadiram em 92 as praias da zona sul do Rio de Janeiro. Os quartos de despejo, multiplicados, estão transbordando.

## ANEXO II

### ENTREVISTA

#### INTRODUÇÃO

##### A LITERATURA E A FOME

É comum a expressão "voz do povo". Também se popularizou a expressão "voz do morro", uma referência à musicalidade nem sempre carnavalesca dos sambistas favelados do Rio de Janeiro. Não seria injusto que se falasse em "porta-voz" da favela, se se quisesse explicar em poucas palavras quem é a autora de Quarto de despejo.

Ao escrever um diário — um gênero de texto, em princípio pessoal e intransferível —, Carolina Maria de Jesus ultrapassou os limites individuais e deu voz à coletividade miserável e anônima que habita os barracos e os vãos das pontes nas grandes cidades brasileiras.

A partir da narração de seu dia-a-dia, acabou por traçar um painel variado da vida dos favelados e de sua luta pela sobrevivência. Mais do que isso, com sua linguagem simples e objetiva, a que os erros gramaticais apenas conferem maior realismo, atingiu momentos de grande lirismo e força expressiva, inscrevendo-se, sem sombra de dúvida, na literatura brasileira.

Carolina Maria de Jesus nasceu em Minas Gerais, por volta de 1915. Foi empregada doméstica em São Paulo, onde, mais tarde, passou a catar papel e outros tipos de lixo reaproveitáveis, para sobreviver. Em reportagem sobre a favela do Canindé, onde vivia Carolina, o repórter Audálio Dantas a conheceu e descobriu que a favelada escrevia um diário.

Surpreso com a força do texto, o jornalista apresentou-o a um editor. Uma vez publicado, o livro trouxe fama e algum dinheiro para Carolina. O suficiente para deixar a favela, mas não o bastante para escapar à pobreza. Quase esquecida pelo público e a imprensa, a escritora morreu num pequeno sítio na periferia de São Paulo, em 14 de agosto de 1977. A entrevista que segue foi organizada a partir de depoimentos e textos da autora, e reproduz fielmente a linguagem dos originais.

##### **Por que a senhora começou a escrever?**

Quando eu não tinha nada o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia o meu diário.

##### **Como surgiu seu interesse pela literatura?**

Seria uma deslealdade de minha parte não revelar que o meu amor pela literatura foi-me inculcado por minha professora, dona Lanita Salvina, que aconselhava-me para eu ler e escrever tudo que surgisse na minha mente. E consultasse o dicionário quando ignorasse a origem de uma palavra. Que as pessoas instruídas vivem com mais facilidade.

##### **O que significou a literatura para sua vida?**

A transição de minha vida foi impulsionada pelos livros. Tive uma infância atribulada. É por intermédio dos livros que adquirimos boas maneiras e formamos nosso caráter. Se não fosse por intermédio dos livros que deu-me boa formação, eu teria me transviado, porque passei 23 anos mesclada com os marginais.

**Como é que uma pessoa que não teve educação escolar consegue compreender e expressar tão bem a realidade dos pobres e dos miseráveis?**

Não é preciso ser letrado para compreender que o custo de vida está nos oprimindo.

**A senhora pensava em publicar o que escrevia? Como é que a senhora fazia e como foi que conseguiu a publicação afinal?**

Cansei de suplicar às editoras do país e pedi à editora Seleções [do Reader'sDigest] nos Estados Unidos se queria publicar meus livros em troca de casa e comida e enviei uns manuscritos para eles ler. Devolveram-me... Depois que conheci o repórter Audálio Dantas tudo transformou-se. E eu enalteço o repórter por gratidão.

**O que a senhora sentiu quando viu o livro Quarto de despejo pronto, encadernado, com seu texto em letras de imprensa?**

Fiquei alegre olhando o livro e disse: "o que eu sempre invejei nos livros foi o nome do autor". E li o meu nome na capa do livro. "Carolina Maria de Jesus. Diário de uma favelada. Quarto de despejo". Fiquei emocionada. É preciso gostar de livros para sentir o que eu senti.

**De onde veio a idéia para o título de seu livro?**

E que em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres, que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos.

**Ao que a senhora atribui o sucesso de público do seu Quarto de despejo?**

Eu não sei o que eles acham no meu diário. Escrevo a miséria e a vida infausta dos favelados. Fico pensando o que será Quarto de despejo?, umas coisas que eu escrevia há tanto tempo para desafogar as misérias que enlaçavam-me igual o cipó quando enlaça as árvores, unindo todas.

**Depois da publicação, a senhora ficou famosa. Passou a frequentar ambientes diferentes do da favela. Conheceu intelectuais, políticos, gente rica. Foi difícil seu contato com esse outro tipo de gente?**

Não. Conversamos e eu fui perdendo o acanhamento e tinha a impressão de estar no céu. A minha cor preta não foi obstáculo para mim. E nem os meus trajes humildes. Chegavam repórteres, entrevistavam-me, fotografavam-me, ficavam lendo trechos do meu diário

**E o seu relacionamento com o pessoal da favela mudou depois da fama?**

Muita gente passou a achar que eu fiquei rica. Procuravam-me como se eu fosse dona de uma fortuna. Queriam propor negócios malucos. Queriam pedir empréstimos, pedir auxílios descabidos. O que me dói é que se aproximam fantasiados de honestos. Pedem, exigem quase, como se eu não fosse apenas mãe da Vera, do João e do José Carlos, mas a mãe de todos. Pedem e depois não pagam.

**Mas foi bom mudar de vida, escapar da miséria e conhecer um mundo diferente daquele da favela?**

Decepção. Pensei que houvesse mais idealismo, menos inveja. Mas aqui há não só muita ambição, mas também o desejo de vencer a qualquer preço. Mesmo que os meios empregados sejam podres. Quando matei um porco, lá na favela do Canindé, alguns vizinhos exigiram um pedaço de carne. Rondavam meu barraco feito bicho que fareja presa. Lá na favela era o porco, aqui é o dinheiro. No fundo é a mesma coisa. Lembrei do meu provérbio: "Não há coisa pior na vida do que a própria vida".

**Em seu livro, a senhora, além de mostrar a realidade dos favelados, falo mal dos políticos, dos poderosos. A senhora, sendo pobre e desprotegida, não tinha medo de fazer essas denúncias e acusações?**

Eu era revoltada, não acreditava em ninguém. Odiava os políticos e os patrões, porque o meu sonho era escrever e o pobre não pode ter ideal nobre. Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está habituado a esse tipo de literatura. Seja o que Deus quiser. Eu escrevi a realidade.